

**O Museu Nacional de Arte Antiga, o edifício e a sua história:  
contributos para um projeto de comunicação**

**Henrique Manuel Lopes Escudeiro Pereira Martins**

**Trabalho de Projeto de Mestrado em Museologia**

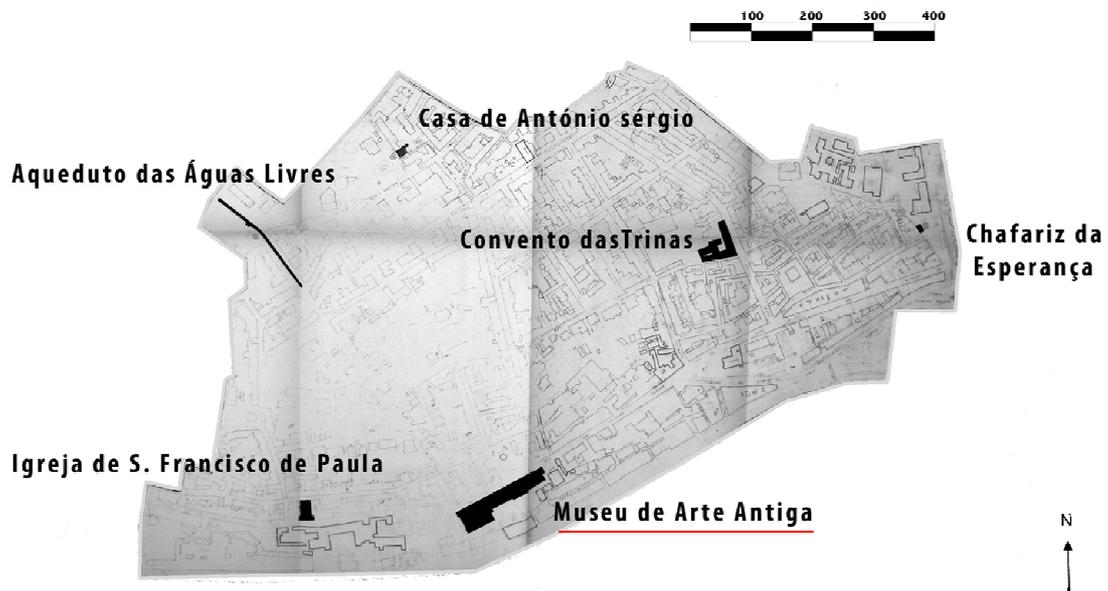
**Volume II**

**Outubro, 2014**

## Índice de Apêndices e Anexos

|  |     |
|--|-----|
| Apêndice A: Figuras ...  | 2   |
| Apêndice B: Inquérito aos visitantes ...   | 13  |
| Apêndice C: Elementos para a história do edifício do MNAA e sua envolvente ...                         | 14  |
| C1 O sítio do MNAA ...   | 14  |
| C2 O(s) edifício(s) do MNAA. Descrição geral ...   | 16  |
| C3 O Convento de Santo Alberto e a “Capela das Albertas” (1584-1940) ...                               | 26  |
| C4 O Palácio dos Condes de Alvor (1698-1879) ...   | 49  |
| C5 A <i>Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola</i> (1881-82) ...            | 60  |
| C6 O Museu Nacional de Belas-Artes (1883-1911) ...   | 70  |
| C7 O Museu Nacional de Arte Antiga ...   | 80  |
| C7.1 Primeiras intervenções e projetos de ampliação (1911-1927) ...                                    | 80  |
| C7.2 O «Anexo» (1929-1949) ...   | 90  |
| C7.3 Da oficina de restauro ao Instituto José de Figueiredo (1911-1968) ...                            | 113 |
| C7.4 Remodelação e ampliação do Palácio (1931-1949) ...  | 121 |
| C7.5 As décadas de 1950 a 1970 ...   | 145 |
| C7.6 Da década de 1980 à atualidade ...  | 151 |
| Apêndice D: Cronologia ...   | 166 |
| Apêndice E: Temas para os conteúdos do projeto de comunicação do edifício do MNAA e sua envolvente ... | 203 |
| Anexo A: Localização do MNAA e da Freguesia da Estrela no mapa das freguesias de Lisboa ...            | 208 |
| Anexo B: Planta do MNAA ...  | 209 |
| Anexo C: Desdobráveis do MNAA ...  | 210 |
| Anexo D: Desdobrável <i>Parque e Palácio de Monserrate</i> ...   | 213 |

## Apêndice A: Figuras



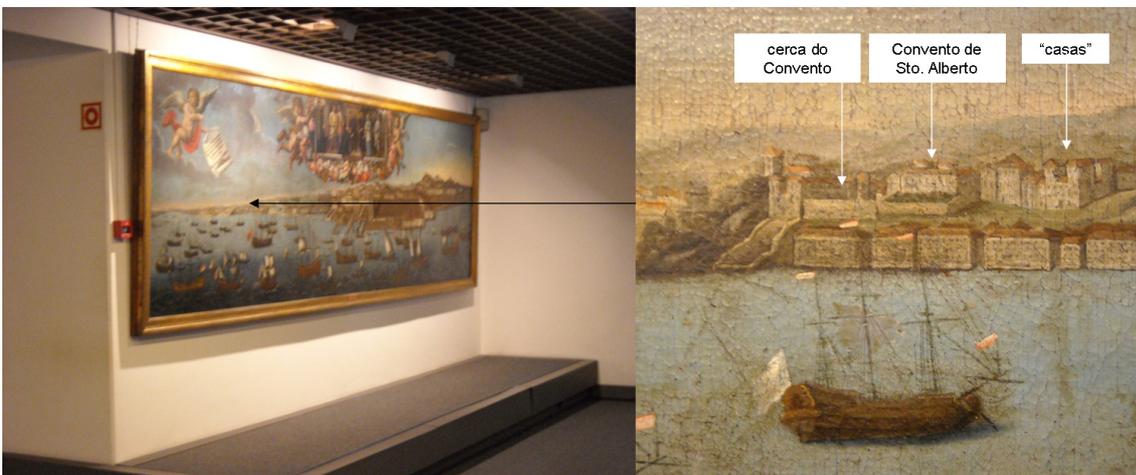
**Figura 1:** Zona especial de proteção do MNAA (imagem retirada de Lopes 2012).



**Figura 2:** Localização do MNAA (a vermelho) e zona envolvente (imagem retirada de Lopes 2012).



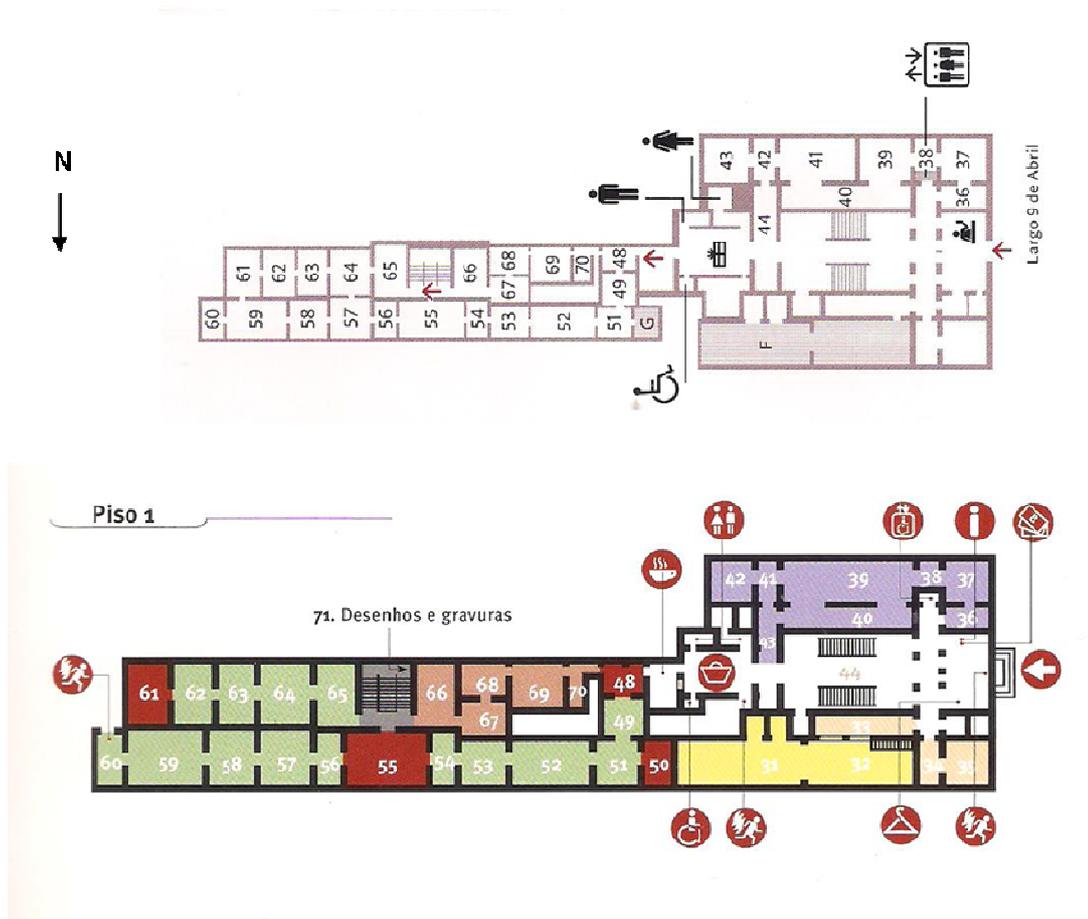
**Figuras 3, 4 e 5:** Tetos das salas 68 (à esq.), 69 (ao centro) e zona da escadaria nobre (à dir.), piso 1 (Palácio Alvor). Estuques decorativos, atribuídos a Giovanni Grossi, 1774-75 (Fotografias: Henrique Martins, junho 2014).



**Figura 6 e 7:** *Panorama da Cidade de Lisboa no Século XVIII*, patamar da escada do piso intermédio do Anexo. Pormenor da zona da Rocha do Conde de Óbidos, à direita (Fotografias: Henrique Martins, junho 2014).



**Figuras 8, 9 e 10:** Pintura da Sala do Tecto Pintado (sala 50), piso 1 (Palácio Alvor). Vincenzo Bacherelli, c. 1701-1718 (Fotografia: Luísa Oliveira, 2010, 39946 TC, IMC/MC). Texto na parede E da mesma sala (Fotografia: Henrique Martins, maio 2014). Logotipo do programa de exposições «Sala do Tecto Pintado» (imagem retirada de: <http://www.museudearteantiga.pt/research/publications>).



**Figura 11:** Plantas do Piso 1 do MNAA. Em cima, pormenor da edição atual do desdobrável do MNAA (*MNAA. Museu Nacional de Arte Antiga. PT*). Em baixo pormenor da edição de 1998 (*Museu Nacional de Arte Antiga 1998*). Note-se os erros de escala na planta do desdobrável atual.



**Figuras 12 e 13:** Portal da entrada lateral do MNAA, com as armas dos Carvalhos, R. das Janelas Verdes e portal do salão nobre (sala 55, piso 1), com as mesmas armas, visto do átrio da escadaria nobre (Fotografias: Henrique Martins, fevereiro e junho 2014).

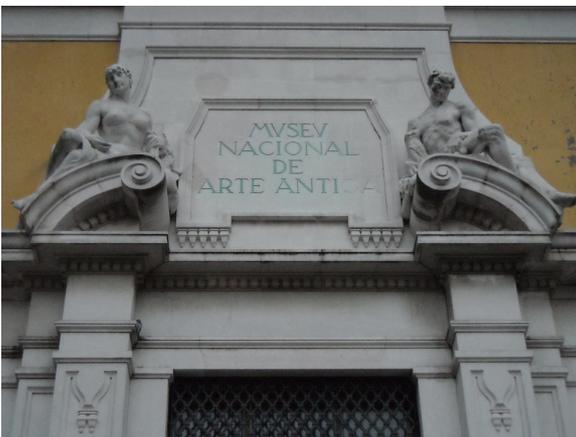
**Figura 14:** Passagem da loja, no Anexo, para a sala 48, no Palácio, através da cafetaria. À direita, janela para o jardim do Museu (Fotografias: Henrique Martins, maio 2014).



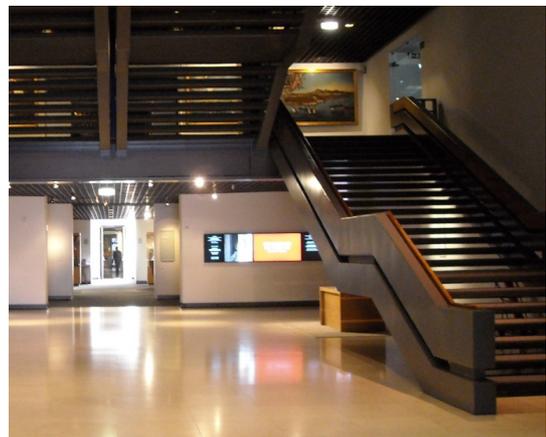
**Figuras 15, 16 e 17:** Sala G do MNBA, antes de 1900. Repare-se na lareira à esquerda (publicado em Guimarães 2009, 100). Sala Sequeira, do MNBA, vista de S para N (4.1.3.1, nº 30, gav. 12, AFMNAA) e Sala Patiño, vista de NE para SW (Fotografia: José Pessoa, 2002, 11698 TC, IMC/MC).



**Figuras 18, 19 e 20:** Exemplo de um mesmo espaço do Museu em várias épocas. A ala N do lado W do piso térreo do Palácio (parte da atual galeria de exposições temporárias), com a Sala Conde de Carvalho, do MNBA, vista de W para E (>1896, Postal nº 1090, Edição Costa, MNL\_8-G\_130, GEO), a exposição de cerâmica, durante a direção de José de Figueiredo, vista de E para W (BMNAA, I, nº 4, 1949) e a galeria de exposições temporárias, após as obras de 1940-42, naquela zona do Palácio, vista de E para W (BMNAA, I, nº 4, 1949). Note-se, na última imagem, a supressão do chão de azulejos, a abertura de vãos na parede, os candeeiros de teto e a proteção das janelas.



**Figura 21:** Portal principal do MNAA. Esculturas alegóricas de Diogo de Macedo, 1939 (fotografia: Henrique Martins, fevereiro 2014).



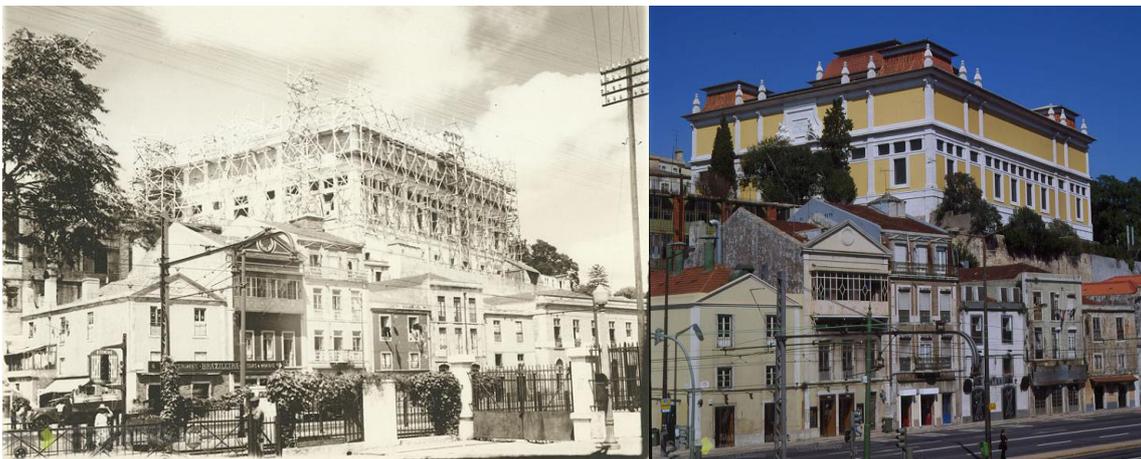
**Figura 22:** Átrio 9 de Abril, MNAA. LCD ao fundo, à direita (fotografia: Henrique Martins, maio 2014).



**Figuras 23 e 24:** Maquetas da Pinacoteca do Estado de São Paulo, Brasil: Museu e envolvente (à esquerda) e Museu (à direita) (imagens retiradas de Martins 2014).



**Figuras 25 e 26:** Vistas aéreas da zona do MNAE, em 1955 e c. 2012 (Fotografias: Abreu Nunes, 1955, AFMNAE e retirada de Lopes 2012).



**Figuras 27 e 28:** Anexo em construção, 1939 (SIPA, FOTO.00133600). Anexo visto da Av. 24 de Julho, 1999 (fotografia: J. Pedro Aboim Borges, SIPA FOTO.00541667).



**Figuras 29 e 30:** Anexo, c. 1940 (fotografia: Mário Novais, PT/AMLSB/ALV/I00133, AML) e em 2013 (imagem retirada de: <http://lisboahojeontem.blogspot.pt/2013/02/palacio-das-janelas-verdes.html>).



**Figuras 31 e 32:** Vestíbulo do Anexo visto de S para N, c. 1945 (PT/AMLSB/ALV/I00135, AML) e 2014 (fotografia: Henrique Martins).



**Figuras 33 e 34:** Vestíbulo do Anexo visto de W para E, c. 1945 (Dossiê *História do Museu depois de 1882* – BMNAA) e 2014 (fotografia: Henrique Martins).



**Figuras 35 e 36:** “Sala dos Tapetes” vista de W para E, c. 1965 (4.2.5.1, nº 1580, gav. 12, AFMNA). Átrio 9 de Abril, visto de W para E, 2014 (fotografia: Henrique Martins).



**Figuras 37 e 38:** Piso superior do Anexo, visto de E para W, c. 1962 (Dossiê *O Museu tal como o fiz (...)*, BMNAA) e 2014 (fotografia: Henrique Martins).



**Figuras 39 e 40:** Antiga escadaria do Anexo vista de E para W, piso superior, c. 1962 (4.2.3.2.2, nº 1454, gav. 12, AFMNA) e atual sala 12, 2014 (fotografia: Henrique Martins).



**Figuras 41 e 42:** Antecâmara da Sala do Legado Luís Fernandes (à esq.), andar nobre do Palácio, c. 1961 (fotografia: Abreu Nunes, Dossiê *O Museu tal como o fiz*, BMNAA). Sala Patiño, 2014 (fotografia: Henrique Martins).



**Figuras 43 e 44:** Sala C do MNBA, vista de SW para NE, andar nobre do Palácio, <1900 (4.1.3.5, nº 50, gav. 12, AFMNA), Sala de Pintura espanhola do MNAA, <1938 (Bobone, neg. 2119, cx. 156, AFMNA) e Sala 57, 2014 (fotografia: Henrique Martins).



**Figuras 45 e 46:** Sala I do MNBA, vista de E para W, andar nobre do Palácio, <1900 (AFMNA) e Sala 51, 2014 (fotografia: Henrique Martins).



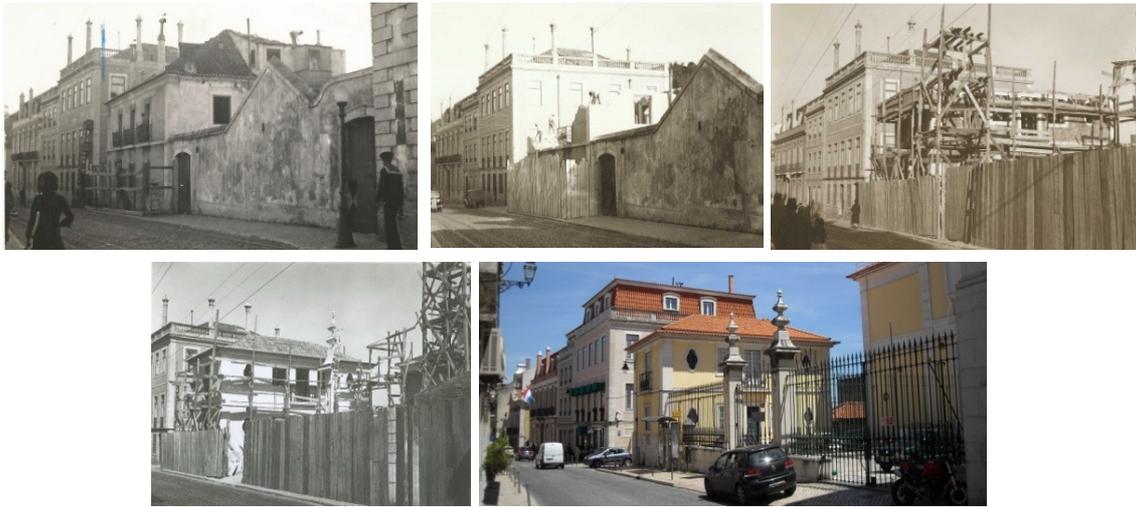
**Figuras 47 e 48:** Sala de Nuno Gonçalves vista de SE para NW, andar nobre do Palácio, **1912-1930** (*O Ocidente*, nº 1221, 30.11.1912) e **1930-1938** (*Portugal Artístico*, V 1938). Sala do Tecto Pintado (exposição Luca Giordano. *Êxtase de São Francisco*), **2014** (fotografia: Henrique Martins).



**Figuras 49 e 50:** Jardim do MNAA, visto de E para W, **>1918<1937** (4.2.4.1.1, s/ nº, gav. 12, AFMNAA) e **2014** (fotografia: Henrique Martins).



**Figuras 51 e 52:** Átrio do MNBA visto de E para W, **<1900** (4.1.3.1, nº 13, gav. 12, AFMNAA) e átrio das Janelas Verdes, MNAA, **2014** (fotografia: Henrique Martins).



**Figuras 53-57:** Exemplo de conteúdo a explorar no exterior do Museu. Fotografias, em sequência, mostrando a evolução da construção da “habitação do chefe do pessoal menor” do MNAA, a E do atual LJF, R. das Janelas Verdes, c. 1938 e atualidade.

- 53: Casa dos irmãos Brederode, em preparação para ser demolida (4.2.2, nº 115, gav. 12, AFMNAA).
- 54: Demolição da casa dos irmãos Brederode (SIPA FOTO.00133582).
- 55: Construção da habitação do chefe do pessoal menor (AFMNAA).
- 56: Conclusão da construção da habitação do chefe do pessoal menor (AFMNAA)
- 57: Aspeto atual da antiga habitação do chefe do pessoal menor (Fotografia: Henrique Martins, maio 2014).



**Figuras 58 e 59:** Exemplos de conteúdos para atividade de descoberta de pormenores do edifício do MNAA, no *website* do Museu. Inscrição “G. REBELLO DE ANDRADE / ARQUITECTO”, portal principal do MNAA (à esquerda) e monograma “MN”: Museu Nacional (?), portas da R. das Janelas Verdes (à direita). (fotografias: Henrique Martins, abril 2014).



**Figura 60:** Vista perspetiva, tirada de Noroeste, do edifício que, de 1937 a 1939, se construiu para ampliar o Museu das Janelas Verdes, de Lisboa, sendo o programa do Dr. José de Figueiredo, antigo Director do mesmo Museu, e os projectos do Arquitecto Guilherme Rebelo de Andrade, Jaime Martins Barata, 1938, aguarela e gouache, 140 cm x 70 cm (04132 TC, MNAA).



**Figura 61:** Vista perspetiva, tirada de Sudeste, do edifício que, de 1937 a 1939, se construiu para ampliar o Museu das Janelas Verdes, de Lisboa, sendo o programa do Dr. José de Figueiredo, antigo Director do mesmo Museu, e os projectos do Arquitecto Guilherme Rebelo de Andrade, Jaime Martins Barata, 1938, aguarela e gouache, 140 cm x 70 cm (1904131 TC, MNAA).

## Apêndice B: Inquérito aos visitantes

| Caraterização do visitante  | F |  | N |  | I |  | F |  | N |  | I |  | F |  | N |  | I |  |  |
|---|---|--|---|--|---|--|---|--|---|--|---|--|---|--|---|--|---|--|--|
|   |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |  |
| Pergunta  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |  |
| 1. O edifício do MNAA é todo da mesma época?  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |  |
| 2. Foi construído para Museu?   |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |  |
| 3. Em que Palácio está instalado o MNAA?  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |  |
| 4. De quem são as armas que encimam os portais do Palácio?  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |  |
| 5. O espaço da Biblioteca e Auditório pertenciam ao Palácio?  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |  |
| 6. O edifício da entrada principal é de que século / década?  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |  |
| 7. A Capela das Albertas está no local original?  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |  |
| 8. A que Convento pertencia?  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |  |
| 9. O que é a atual cerca do Convento?   |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |  |
| 10. Considera importante o MNAA facultar ao público mais informação sobre o seu edifício, durante a visita? |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |   |  |  |

Legenda – F: visitante frequente (Sim/Não), N: nacionalidade (Portuguesa/Estrangeira), I: Idade

## Apêndice C: Elementos para a história do edifício do MNAA e sua envolvente

### C.1 O sítio do MNAA

A zona de Santos-o-Velho tem origem na tradição, segundo a qual em 307 d.C. teriam sido sepultadas junto ao morro de Santos, três crianças cristãs – Veríssimo, Máxima e Júlia – mandadas matar pelo imperador romano Diocleciano.

Após a conquista de Lisboa aos mouros (1147), D. Afonso Henriques ergueu uma igreja dedicada aos três irmãos mártires. Junto à igreja, D. Sancho I funda um convento (1192) que doa à Ordem de Santiago, que virá a ser ocupado a partir do séc. XIII pelas Comendadeiras de Santiago, viúvas e filhas dos cavaleiros da Ordem, até à sua passagem para o Convento de Santos-o-Novo, passando o primeiro a ser conhecido por “Santos-o-Velho”.

Sítio de vilegiatura, a caminho de Belém e via de circulação extra-muros, a zona desperta o interesse das Ordens Religiosas, que, a partir do século XVI, ali fazem construir os seus conventos (Pereira 1993, 23), como o da Esperança<sup>1</sup>, o de Santa Brígida<sup>2</sup>, o de São João de Deus<sup>3</sup>, o de Nossa Senhora da Nazaré (do Mocambo)<sup>4</sup>, o de Nossa Senhora da Soledade<sup>5</sup> ou o de Nossa Senhora dos Remédios<sup>6</sup>, para além do Convento de Santo Alberto.

---

<sup>1</sup> Fundado por D. Isabel de Mendanha, em 1530, como Mosteiro da Piedade da Boa Vista, ficou conhecido por Convento de Nossa Senhora da Esperança. Demolido em 1891, aproveitaram-se alguns dos seus elementos arquitetónicos para a construção do quartel-sede do Batalhão de Sapadores Bombeiros, na Av. Carlos I (projeto de José Luís Monteiro).

<sup>2</sup> Situado na R. do Quelhas e conhecido por Convento das Inglesinhas, foi fundado no final do século XVI. Várias vezes alterado, após a implantação da República, foi ali instalado o efémero Museu da Revolução (1910-1913?). Pertence, atualmente, ao Instituto Superior de Economia e Gestão.

<sup>3</sup> Situado na R. Presidente Arriaga, 9, foi fundado em 1629 e era sede da Ordem e Província dos Hospitalários de São João de Deus. O terreno e casas foram vendidos à Ordem por Francisco de Távora, após ter ali estado, de 1581 a 1624, a primeira habitação de Carmelitas Descalços em Portugal. É atualmente o Hospital da Guarda Nacional Republicana.

<sup>4</sup> Conhecido por Convento das Bernardas, por ser das Religiosas Recolatas da Ordem de Cister, de S. Bernardo. Situado na R. da Esperança, foi fundado em 1654 e reconstruído após o terramoto de 1755. Nele se instala, atualmente, o Museu da Marioneta e casas de habitação.

<sup>5</sup> Conhecido por Convento das Trinas do Mocambo, situa-se na R. das Trinas. Foi fundado c. 1657 e é, desde 1927, ocupado pelo Instituto Hidrográfico.

<sup>6</sup> Situado na R. das Janelas Verdes, 118, foi fundado, em 1606, por Frei Ambrósio Mariano e, por isso, conhecido por Convento dos Marianos. Com projeto de Filippo Terzi, funcionou até 1834 e dois anos depois é ocupado pela Fábrica de Cerâmica Constância. Atualmente, o templo é da Igreja Evangélica Lusitana e o convento ocupado pelo restaurante e residencial York House.

Em 1501, o rei D. Manuel I transforma a casa nobre do feitor da Mina, construída sobre o Convento de Santos-o-Velho, em Paço Real e no século XVII o edifício é comprado pela família Lancastre, que o irá tornar conhecido por Palácio dos Marquês de Abrantes<sup>7</sup>. Para além do Palácio dos Condes de Alvor, surge, também no séc. XVII, o dos Condes de Óbidos<sup>8</sup>. A zona de Santos é pouco afetada pelo terramoto de 1755 e, por isso, desenvolve-se no séc. XVIII (Alves 1992, 22). São deste século e do seguinte os palácios dos Condes de Murça<sup>9</sup>, o do Machadinho<sup>10</sup> ou o Palacete Pombal<sup>11</sup>.

A extinção das Ordens Religiosas e conseqüente abandono dos mosteiros e conventos, a revolução industrial e evolução dos meios de transporte e a ocupação de áreas mais a poente, transformam a zona de Santos, que passa a ser ocupada por indústrias, fábricas, oficinas, armazéns e habitação operária.

Até cerca de 1850, o Tejo chegava aos jardins do Paço de Santos. O projeto de regularização da margem do rio, que o Marquês de Pombal encomendara ao engenheiro Carlos Mardel, vem a ser concretizado agora pelo engenheiro Vitorino Damásio, com a construção do aterro, a zona ganha ao Tejo, com os destroços do grande terramoto, «alterando definitivamente a margem urbana e topográfica da zona» (Pereira 1993, 26). A ligação da cidade a Belém passa para a Avenida 24 de Julho, a sul (Alves 1992, 31). O contacto da comunidade com o rio vai-se perdendo, acentuado com a construção do caminho-de-ferro (1895), das estações marítimas de Alcântara e Rocha do Conde de Óbidos e dos Armazéns Frigoríficos do Bacalhau<sup>12</sup> (Roberto 1994, VI).

---

<sup>7</sup> Adquirido pelo Estado francês em 1909, é ocupado pela Embaixada de França, desde 1948, e pelo Instituto Francês, desde 1937.

<sup>8</sup> Com entrada pelo atual Jardim 9 de Abril, foi construído no 2.º quartel do século XVII pelo 1.º Conde de Óbidos, reconstruído após o terramoto e adaptado no século XX, para sede da Cruz Vermelha Portuguesa (1919). O portal nobre da fachada principal ostenta o brasão dos Óbidos-Sabugal, com coroa ducal, numa estrutura semelhante aos do Palácio dos Condes de Alvor.

<sup>9</sup> Situado na R. das Janelas Verdes, foi construído nos finais do século XVIII e pertenceu aos condes de Murça e Sabugosa. Em finais de oitocentos aqui funcionou a Escola Normal de Lisboa e de 1902 a 1987, a Escola Industrial Fonseca Benevides. Foi recuperado recentemente, para condomínio privado.

<sup>10</sup> Situado na R. do Machadinho, foi mandado construir pelo fidalgo da Casa Real José Pinto Machado, na 2ª metade do século XVIII. É atualmente ocupado pelo Departamento de Património Cultural da CML.

<sup>11</sup> Situado na R. das Janelas Verdes, 37-39, foi mandado erguer pelo comerciante José António Pereira, no início do século XIX. Ostenta no tímpano das janelas centrais da fachada principal o brasão dos Carvalhos, pois foi vendido a um sogro do 5.º Marquês de Pombal. O seu interior tinha, tal como o Palácio Alvor, pinturas sobre estuque atribuíveis a Pillement. Atualmente instala parte do Laboratório José de Figueiredo.

<sup>12</sup> Conhecidos como Edifício Pedro Álvares Cabral (projeto de João Simões, 1939), ali está instalado, desde 2008, o Museu do Oriente.

O “sítio das Janelas Verdes” é já referido nos registos paroquiais de 1579 (*Monumentos e edifícios notáveis*, 1988: 27). O topónimo “Rua das Janelas Verdes” surge por deliberação camarária de 16 de agosto de 1881, derivando do anterior “Rua Direita das Janelas Verdes” que, por sua vez, terá origem em “Rua da Varanda Verde”, nome devido a uma varanda pintada de verde, numa casa local (Lima 1952, 6). No entanto, é o Palácio Alvor que mais vezes é identificado como o Palácio das Janelas Verdes (Costa Júnior: 12). Exemplo disso é um desenho datado de 14 de agosto de 1861, legendado “Palais de Janellas Verdes” (v. **Fig. 33**). Seja devido à cor com que eram pintadas as janelas do Palácio (Couto 1962, 235) ou por se situar na rua do mesmo nome, o MNAA é «popular e simpaticamente conhecido por Museu das Janelas Verdes» (Porfírio 1977, 9)<sup>13</sup>.

## C.2 O(s) edifício(s) do MNAA. Descrição geral<sup>14</sup>

O edifício do Museu Nacional de Arte Antiga é composto por três construções articuladas: dois edifícios pré-existentes à instituição – o antigo Palácio Alvor, ampliado a nascente no século XX, e a antiga igreja do Convento de Santo Alberto (conhecida por Capela das Albertas) – e um edifício construído de raiz, como anexo, que passou a ter a entrada principal<sup>15</sup> (**Fig. 1**). Estamos, assim, perante três tipos de arquitetura: residencial (o Palácio), religiosa (a antiga Igreja) e cultural (o “Anexo”) (*website* do SIPA). O conjunto resulta numa planta retangular (irregular) longitudinal.

O Palácio e a Igreja têm corpo retangular simples, com cobertura homogénea, em telhado de dez águas, o primeiro e de duas águas, a segunda. O Anexo tem igualmente planta retangular, com torreões em três dos ângulos, corpo central posterior elevado e coberturas de seis, duas e quatro águas.

---

<sup>13</sup> O nome Museu das Janelas Verdes foi oficial entre 1935 e 1943, quando o Museu dos Coches foi anexado ao MNAA, passando os dois a designar-se Museus Nacionais de Arte Antiga (Manaças 1991, Cronologia do Museu Nacional de Arte Antiga).

<sup>14</sup> Descrição baseada em Noé et al.

<sup>15</sup> Na planta de emergência afixada na escadaria nobre do MNAA é visível a diferença de espessura das paredes do Palácio. As exteriores do lado norte da parte antiga são as mais espessas, seguindo-se as do lado sul da mesma parte, sendo as mais estreitas as da ampliação a nascente.



**Figura 1:** Localização dos vários corpos do edifício do MNAA, sobre pormenor de pintura de Jaime Martins Barata, 1938 (04132 TC, MNAA).

As fachadas, rebocadas e pintadas de bege<sup>16</sup>, são percorridas por faixa de cantaria de calcário, com cunhais do mesmo material e rematadas por friso, cornija e beirado. A estrutura do edifício é em alvenaria mista de cantaria de calcário e tijolo, com vigas de betão. O embasamento, pavimentos, colunas, frontões, pilastras, cunhais, escadaria, arcada e esculturas são em cantaria de calcário liós.

A **fachada principal**, virada a poente (**Fig. 2**), pertencente ao Anexo, de disposição simétrica, tem dois níveis, a que correspondem três pisos no interior (e uma cave ao nível da escadaria). São aqueles rematados inferior e superiormente por faixas de cantaria, tendo o inferior no topo 11 mezaninos retangulares, ladeados por pequenas pilastras toscanas. A fachada divide-se em cinco panos, definidos, por pilastras toscanas, sobrepujadas por gárgulas, assentes em pequenas mísulas. O pano central é rasgado por um portal de verga reta, flanqueado por duplas pilastras toscanas salientes, assentes em plintos paralelepípedicos, as exteriores com a base interrompida em volutas. Na base da interior, à esquerda da porta de entrada, inscreve-se: “G. REBELLO DE ANDRADE / ARQUITECTO” (v. **Ap. A, Fig. 58**). As pilastras sustentam um entablamento liso, percorrido, superiormente, por um friso denticulado, que sustenta um frontão curvo

<sup>16</sup> No início do ano de 2014, a fachada da Capela foi novamente pintada. O seu tom apresentava-se ligeiramente mais claro que o dos outros corpos do edifício que, ao longo das últimas décadas, têm oscilado entre o amarelo vivo e o bege.

interrompido, sobre cujas volutas se reclinam duas esculturas de vulto, alegorias à Pintura (à esquerda) e à Escultura (à direita). A primeira uma figura feminina, julgo que segurando uma paleta, e a segunda uma figura masculina, julgo que envolvendo um modelo de torso feminino (v. Ap. A, Fig. 21). As esculturas ladeiam um espaldar de cantaria curvo, que contém um apainelado, com pingentes na base, onde surge a inscrição "MVSEV / NACIONAL / DE / ARTE ANTIGA". No centro de cada pano exterior do piso inferior, encontramos uma janela. O acesso à entrada do Museu faz-se por uma escadaria central, com início num pequeno largo, adossado ao Jardim 9 de Abril, que serve, de estacionamento, e por duas rampas laterais, à direita da entrada. Rematando o muro do 1.º patamar da escadaria, surgem duas urnas com a tampa ornada por folhagens.



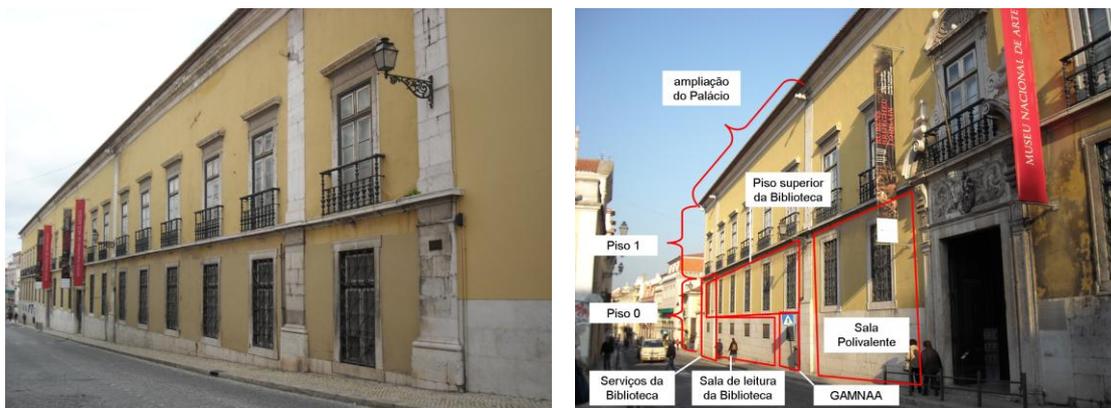
**Figura 2:** Fachada W do MNAA, 2013 (fotografia: J. Paulo Ruas, 50338 DIG, IMC, MC).

**Figura 3:** Parte da fachada N do MNAA (vista de W), evidenciando os corpos correspondentes ao Anexo, à Igreja das Albertas e ao Palácio Alvor (fotografia: Henrique Martins, maio 2014).

A **fachada lateral esquerda**, virada a norte, é composta pelos corpos correspondentes ao Palácio, à Igreja e ao Anexo (**Fig. 3**), pontuada por 7 candeeiros de braço com armadura (3 no Anexo e 4 no Palácio).

O Palácio (**Fig. 4**) possui grande regularidade de fenestração, fachada simétrica, dois pisos, divididos por friso de cantaria, quatro panos, definidos por pilastras toscanas no piso térreo e por faixa de cantaria no piso nobre. Nos dois primeiros panos do lado nascente (correspondentes à ampliação do Palácio, nos anos 1940), abrem-se no embasamento 6 janelas jacentes (uma no primeiro e cinco no segundo). Interiormente

correspondem a do primeiro pano aos serviços da Biblioteca, as quatro seguintes à sala de leitura da mesma e a última ao gabinete do GAMNAA (**Fig. 5**).



**Figura 4:** Fachada N do MNAA, vista de W. Parte correspondente ao Palácio Alvor (fotografia: Henrique Martins, fevereiro 2014).

**Figura 5:** Espaços internos do lado E da fachada N do MNAA (fotografia: Henrique Martins, maio 2014).

Excetuando estas, o piso térreo é rasgado por 19 janelas retangulares gradeadas, com molduras simples de cantaria e por dois portais semelhantes, de verga reta com decoração barroca (**Fig. 6 e v. Ap. A, Fig. 12**). As portas têm serralharia artística nas almofadas superiores, julgo que com o monograma “MN” (Museu Nacional) (**v. Ap. A, Fig. 59**). As molduras são flanqueadas por duplas pilastras (com base apenas no portal do lado nascente, devido à inclinação do terreno) e encimadas por um friso. Este é decorado por acantos enrolados e pelas armas dos Carvalho ao centro, coroadas de marquês, sustentadas por um mascarão e ladeadas por “putti” de vulto<sup>17</sup>, e flanqueado por quarteirões decorados com elementos vegetalistas (**Fig. 7**). O remate, já no piso superior, é de frontões curvos, encimados por pináculos e interrompidos pelas guardas das janelas de sacada a que os portais se associam. As molduras das janelas são rodeadas por volutas, rematadas, sob influência barroca, por frontão semicircular, com o tímpano ornado por concha, sobrepujado por três pináculos, dois de bola e um bojudo. As restantes 19 janelas de sacada do segundo piso, mais simples, têm, como as anteriores, guardas de varas de ferro forjado nodadas<sup>18</sup> e são rematadas por frisos e cornijas, em cantaria.

<sup>17</sup> Os mascarões apresentam uma expressão ligeiramente diferente nos dois portais e os “putti” na posição dos braços e pernas, tendo mais movimento os do portal do lado nascente.

<sup>18</sup> As guardas destas janelas são mais estreitas que as que sobrepujam os portais, tendo 10 varas na parte inferior e 4 na superior, enquanto aquelas têm 11 na inferior e 6 na superior. Além disso, as segundas têm um remate concheado nas varas superiores.



**Figura 6:** Portal da fachada N do MNAA (portal da direita) (fotografia: Henrique Martins, fevereiro 2014). **Figura 7:** Pormenor do portal da entrada lateral do MNAA (imagem retirada de: [http://jumento.blogspot.pt/2014/06/umas-no-cravo-e-outras-na-ferradura\\_3.html](http://jumento.blogspot.pt/2014/06/umas-no-cravo-e-outras-na-ferradura_3.html)).

Sucede-se o corpo correspondente à Igreja (**Fig. 8**), com fachada despojada marcada por um portal nobre proto-barroco, de verga reta e moldura dupla, encimado por friso almofadado em calcário vermelho, com a seguinte inscrição: «ESTE CONVENTO DE S ALBERTO HE DAS FREIRAS DESCALÇAS DE N. S. DO



**Figura 8:** Fachada N do MNAA, vista de W. Parte correspondente à Igreja do Convento de Santo Alberto (fotografia: Henrique Martins, fevereiro 2014). **Figura 9:** Pormenor do portal da Igreja do Convento de Santo Alberto, MNAA (fotografia: Henrique Martins, maio 2014).

CARMO» (**Fig. 9**). O frontão é interrompido por tabela, contendo o escudo da Ordem das Irmãs Descalças de Nossa Senhora do Monte do Carmo, coroado<sup>19</sup>, e encimado por frontão triangular, com cruz latina e pináculos piramidais no vértice. Na parte superior

<sup>19</sup> Escudo mantelado com a cruz a dominar o campo heráldico, carregado de estrelas em roquete, encimado por coroa aberta, sem timbre nem divisa, como noutros conventos de Carmelitas Descalças (Lima 1952, 6).

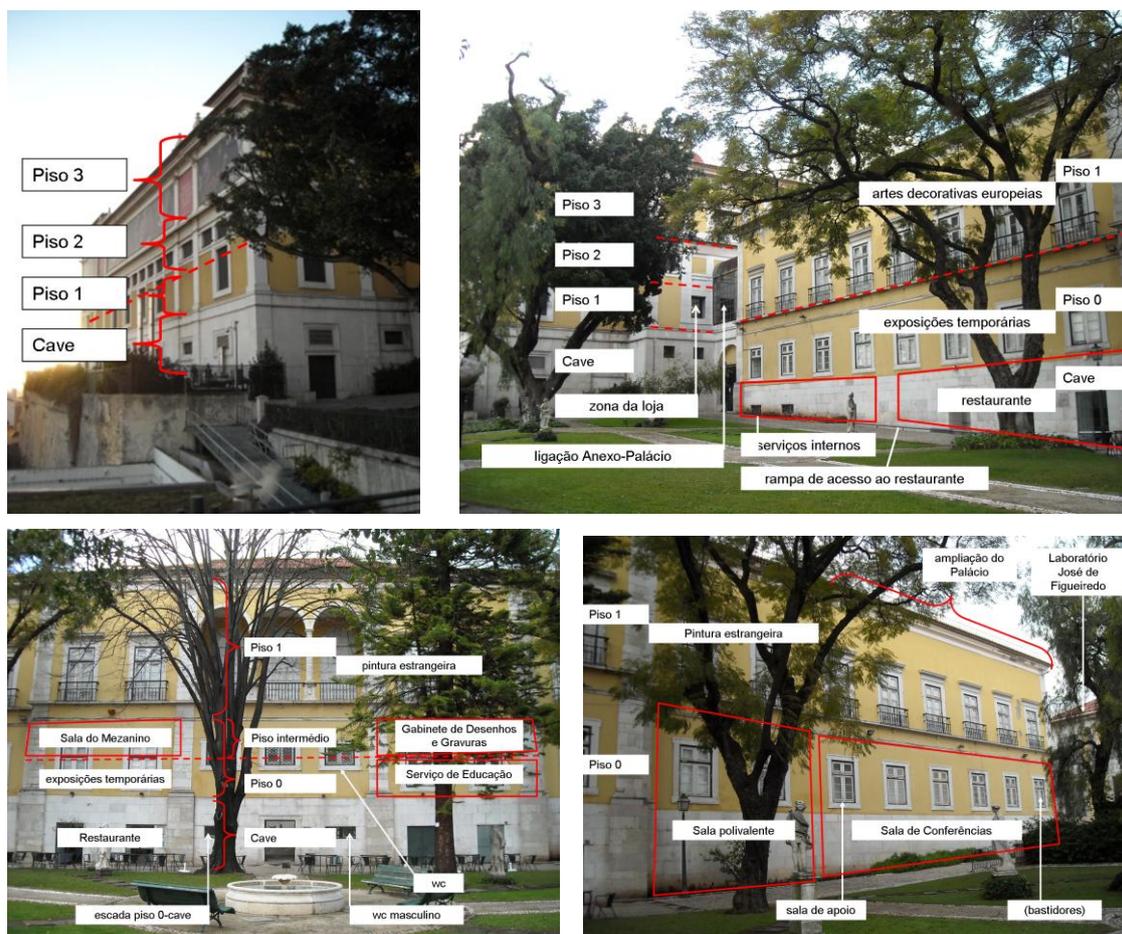
da fachada, encontram-se três janelas retilíneas, com emolduramento simples de cantaria e malheiro de ferro forjado.

O corpo do “Anexo” (**v. Fig. 2**) tem dois níveis, a que correspondem três pisos e uma cave no interior. A fachada é semelhante à principal, dividindo-se em três panos, por pilastras e faixas de cantaria, sendo o central de menores dimensões e cego, o do lado esquerdo rasgado, no piso inferior, por três janelas retilíneas e o do lado direito por uma, todas com molduras de cantaria.

A **fachada lateral direita**, virada a sul, é marcada pelos corpos do Anexo e do Palácio. O primeiro tem fachada semelhante à virada a norte, mas dividida em cinco panos e três níveis (visto que o terreno se encontra a uma cota mais baixa deste lado). Correspondem-lhe no interior uma cave (nível inferior) e três pisos (pisos 1 e 2, no nível intermédio e 3, no superior) (**Fig. 10**). O nível intermédio tem nos panos dos extremos uma janela e no do centro quatro. No embasamento, correspondente ao piso inferior, encontram-se 8 janelas de dupla moldura retilínea. A fachada nascente do Anexo apresenta uma face reentrante e outra saliente, de ligação ao Palácio (**Fig. 11**). A primeira, semelhante às restantes fachadas, tem, no entanto, uma porta de verga reta, no embasamento. O tramo do ângulo é pontuado por um mezanino, semelhante aos anteriores. A face saliente, bastante alterada (na década de 1980), mantém um aspeto semelhante aos restantes panos mas apresenta janelas sem moldura, nos três níveis. A ligação ao Palácio faz-se por um passadiço coberto (local da atual cafeteria do piso 1), inferiormente marcado por arco de volta perfeita e superiormente por parede envidraçada, sendo a cobertura de chapa.

O corpo do Palácio (**Figs. 11-13**) tem cinco panos definidos por pilastras e faixas de cantaria e três corpos contínuos, sendo o central levemente avançado. Evolui em três pisos, nos corpos poente e central e em dois, no corpo nascente, acompanhando o desnível do terreno. No piso inferior (cave), surgem 8 portas de verga reta (3 no primeiro corpo e 5 no segundo) e 4 janelas jacentes, semelhantes às da fachada norte (2 no primeiro, correspondendo interiormente à zona dos arquivos e outras duas no segundo, correspondendo a primeira à zona da escada que liga o piso 0 à cave e a segunda aos sanitários). No piso central (térreo do lado norte), 20 janelas de peitoril

com molduras de cantaria recortadas e no piso superior outras 20, de sacada, com guarda em ferro forjado, com o vão de molduras simples, rematando em friso e cornija<sup>20</sup>.



**Figura 10:** Fachada S e E do Anexo (fotografia: Henrique Martins, maio 2014).

**Figura 11:** Fachada E do Anexo e S do Palácio (fotografia: Henrique Martins, maio 2014).

**Figura 12:** Fachada S do Palácio. Corpo central avançado (fotografia: Henrique Martins, maio 2014).

**Figura 13:** Fachada S do Palácio. Corpo E (fotografia: Henrique Martins, maio 2014).

Interiormente, o corpo poente tem salas de exposição (de pintura estrangeira no superior e para exposições temporárias no central). No segundo pano do corpo avançado, surgem, no piso central, 3 janelas de molduras semelhantes às restantes mas com metade da altura e gradeadas, e no piso superior, uma varanda com três arcos de volta perfeita, assentes em colunas toscanas e em altos plintos almofadados, para a qual abrem do interior três janelas em arco de volta perfeita. O piso central deste corpo avançado é, interiormente, dividido em dois, no seu lado sul. Encontram-se no parte inferior salas de

<sup>20</sup> As janelas de peitoril e de sacada da fachada sul são semelhantes às da fachada norte, mas apresentam pequenas diferenças. As primeiras nas molduras e no número de vidraças (além de que apenas as a norte são gradeadas) e as segundas no friso, cornija e varas das guardas.

exposição, do lado poente e a sala do Serviço de Educação, do lado nascente, e na superior, uma sala de exposições temporárias (Sala do Mezanino), do lado poente e o Gabinete de Desenhos e Gravuras, do lado nascente. O último corpo, a nascente, corresponde interiormente, no piso inferior, à Sala de Conferências e respetivos átrio e salas de apoio e, no superior, a salas de exposição. Acima das salas de apoio à entrada da sala de Conferências existe ainda um piso intermédio, que é a sala de projeção.

A **fachada posterior (Fig. 14)**, virada a nascente, correspondendo ao extremo do Palácio, tem dois panos, sendo o da esquerda reentrante e cego. O pano virado a sul tem janelas semelhantes às da restante fachada, tendo a do piso superior sido transformada em porta de acesso à escada de incêndio. O pano em ressalto tem janela de peitoril e moldura simples no piso inferior e janela jacente no embasamento.



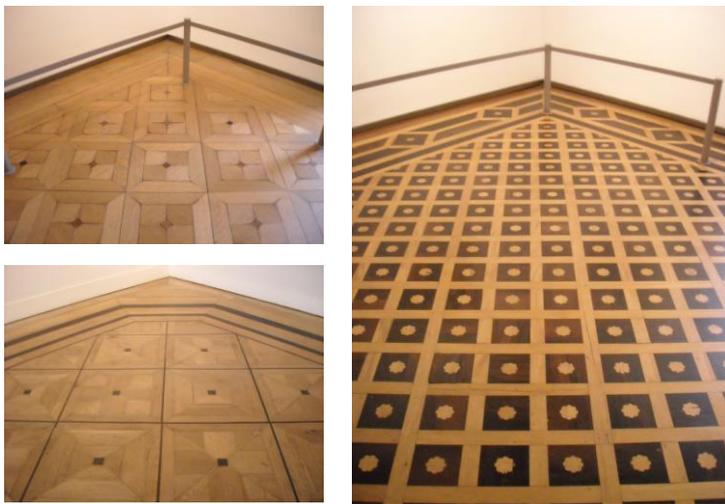
**Figura 14:** Fachada E do MNAA, 1999 (fotografia: J. Pedro Aboim Borges, SIPA FOTO.00541669).

**Figura 15:** Piso superior do Anexo, visto de W para E. Ao fundo, em baixo, o patim do piso intermédio (fotografia: Henrique Martins, maio 2014).

O acesso ao interior do edifício pode-se fazer pelo portal do Anexo, a poente, ou pelo do Palácio, na fachada virada a norte. No primeiro caso passa-se um portão metálico e um guarda-vento envidraçado, até ao vestíbulo, rebocado e pintado de branco, com pavimento em lajes de calcário polido, tendo, no lado direito, a bilheteira e, no oposto, o bengaleiro. Daqui, entra-se por portas de vidro, enquadradas por quatro colunas toscanas, no átrio principal, pavimentado a calcário e com teto falso (**v. Ap. A, Figs. 34 e 36**). Deste, parte-se por uma escadaria metálica de dois lanços paralelos até um patim que dá acesso ao piso intermédio, com duas alas laterais e uma central, com salas de exposição. Do patim parte o lanço de escadas que liga ao piso superior (**Fig. 15**),

onde se situam várias salas de exposição nas quatro alas<sup>21</sup>, uma galeria interior ao longo daquelas, e à volta do fosso da escadaria uma zona de claustro, separada da galeria por arcadas com pilares toscanos.

De novo no átrio, encontramos na ala sul várias salas e na norte uma sala e a Capela das Albertas<sup>22</sup>. Acede-se a esta, descendo um lanço de escadas metálicas até à ante-Capela. Aqui, do lado direito, dois amplos vãos permitem ver a galeria lateral à sala, a qual também é vista do átrio, por dois vãos<sup>23</sup>. Transpondo um arco abatido, acede-se à antiga Igreja. Voltando ao átrio e deixando atrás de nós a escadaria, passa-se a loja do Museu e a cafetaria<sup>24</sup>, na passagem coberta entre o Anexo e o Palácio (**v. Ap. A, Fig. 14**) e, entrando neste, acede-se às salas de exposição permanente, que formam duas alas paralelas, intercomunicantes através de vãos retilíneos, com molduras em cantaria (sobretudo de calcário vermelho). As salas têm pavimentos de soalho ou *parquet*, alguns formando elementos geométricos, de grande variedade (**Figs. 16-18**). O teto é rebocado e pintado, de onde se dependura estrutura falsa, onde se implanta o sistema de iluminação. Dois tetos apresentam pinturas decorativas, estando um deles entaipado com teto falso (**v. Ap. A, Fig. 9**). Outros dois apresentam estuques decorativos pintados de branco (**v. Figuras**), tendo os restantes quarterões e teto com apainelado contracurvo ou teto plano.



**Figura 16-18:** *Parquet* geométrico das salas 54, 55 e 56, do MNAA (fotografias: Henrique Martins, maio 2014).

A ala sul do Palácio interrompe-se no patamar da escadaria nobre, cujo teto tem também estuque decorativo (**v. Ap. A, Fig. 5**). Daqui acede-se ao salão nobre, através de um portal, em arco de volta perfeita, envolvido por moldura recortada por volutas, enrolamentos e fragmentos de cornija, rematado pelas armas

dos Carvalho coroadas, envolvidas por acantos e concheados (**v. Ap. A, Fig. 13**). Deste

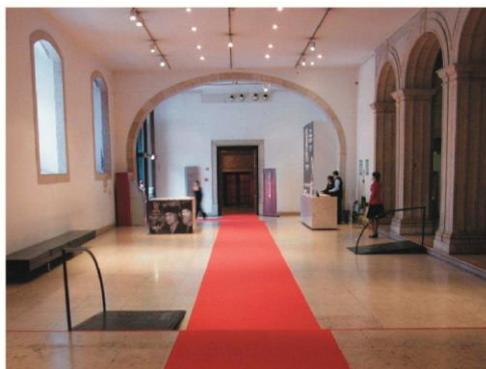
<sup>21</sup> Atualmente encerradas as das alas norte, sul e poente.

<sup>22</sup> Encerrada ao público desde março de 2007.

<sup>23</sup> Atualmente tapados.

<sup>24</sup> Atualmente desativada.

patim descem dois lanços da escadaria, paralelos, até um patim intermédio, que dá acesso a duas salas laterais de baixo pé direito: o Gabinete de Desenhos e Gravuras (à esq.) e a Sala do Mezanino (à dir.) (**Fig. 19**). Na parede sul, encontra-se no nível inferior uma placa com inscrição alusiva à inauguração do Museu<sup>25</sup> e no superior, três janelas de arco de volta perfeita e balaustrada inferior, que iluminam a escadaria. Descendo um lanço central até ao piso térreo do Palácio, chegamos a uma galilé com três arcos de volta perfeita (**Fig. 20**), assentes em pilares de cantaria, que dá acesso aos sanitários, bengaleiro e sala do Serviço de Educação, à direita e, à esquerda a uma porta. Por esta, descendo um lanço de escada, acede-se aos sanitários, ao restaurante e ao jardim do Palácio, onde encontramos esculturas clássicas, pedras de armas, árvores centenárias e uma fonte do século XVI<sup>26</sup> (**v. Fig. 12**).



**Figura 19:** Entrada da Sala do Mezanino, piso intermédio do Palácio, patamar da escadaria, lado W (fotografia: Henrique Martins, junho 2014).

**Figura 20:** Átrio das Janelas Verdes, piso térreo do Palácio, c. 2011. À direita, as arcadas da galilé. Ao fundo, passando o arco abatido de cantaria, o acesso à Sala Polivalente. À esquerda as janelas para a R. das Janelas Verdes (publicado em *Cedência de espaços*, MNAA, 2012).

**Figura 21:** Entrada da Biblioteca, piso térreo do Palácio, 2008 (SIPA FOTO00715685).

O átrio do piso térreo é dividido em três tramos, por dois arcos abatidos de cantaria, apresentando o pavimento, na linha daqueles, dois ressaltos, que acompanham a inclinação do terreno, ascendente de nascente para poente. O átrio dá acesso às salas de exposições temporárias (a poente) e à “Sala Polivalente” (a nascente), que serve de átrio à Biblioteca e à Sala de Conferências (Auditório). As entradas destes dois espaços

<sup>25</sup> «MUSEU NACIONAL DE BELLAS ARTES E ARCHEOLOGIA / INAUGURADO POR S. M. EL-REI D. LUZ I / EM 12 DE JUNHO DE 1884, SENDO MINISTRO DO REINO O CONSELHEIRO DE ESTADO / AUGUSTO CÉSAR BARJONA DE FREITAS / E INSPECTOR DA ACADEMIA REAL DE BELLAS ARTES / O CONDE DE ALMEDINA».

<sup>26</sup> «Museu nacional fecha capela por segurança»:

<http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=160262&tm=&layout=121&visual=49> (consult. a agosto 8, 2014).

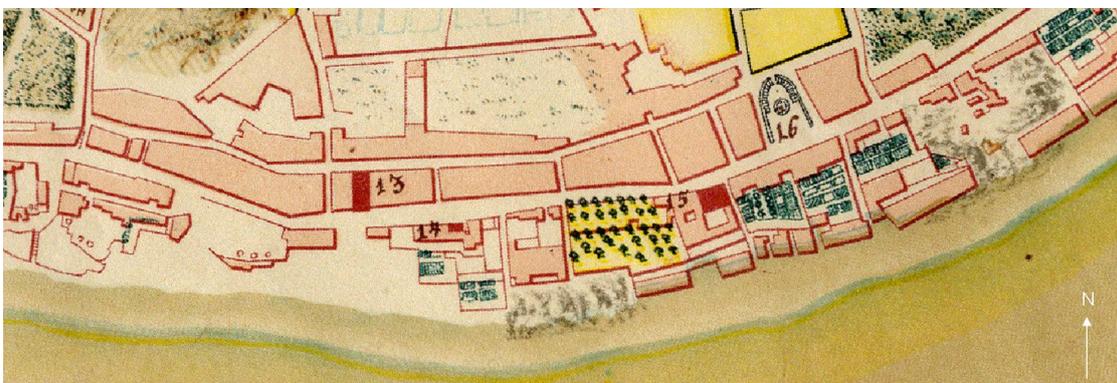
são encimadas por tabelas com as respetivas inscrições: “SALA DA BIBLIOTECA” e “SALA DE CONFERÊNCIAS” (**Fig. 21**). À esquerda do vestíbulo da Biblioteca, encontra-se o gabinete do GAMNAA.

A saída para a Rua das Janelas Verdes faz-se pelo portal mais a nascente da fachada norte, através de um corta-vento.

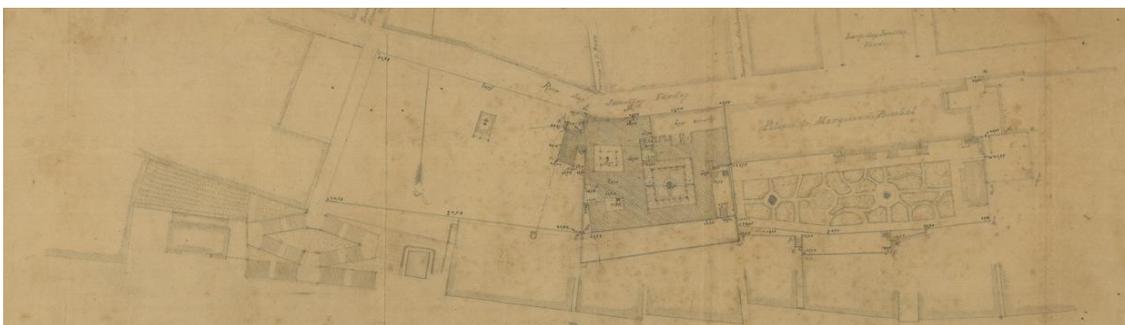
### C.3 O Convento de Santo Alberto e a “Capela das Albertas” (1584-1940)

O Convento de Santo Alberto, conhecido por Convento das Albertas, porque das Irmãs Descalças de Nossa Senhora do Monte do Carmo, as Carmelitas Descalças, foi o primeiro desta Ordem em Portugal.

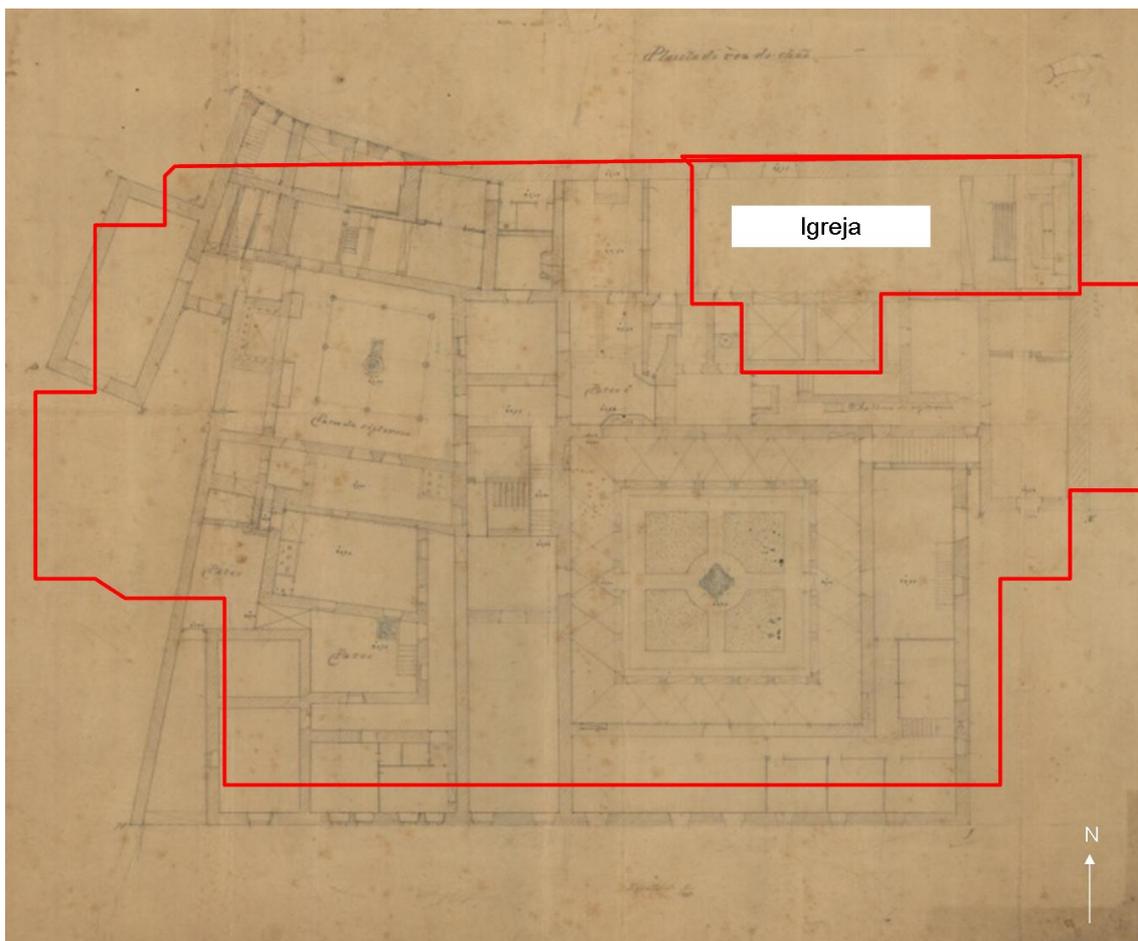
Situava-se, sensivelmente, no local onde hoje se encontra o “Anexo” do MNAA, que integrou a sua Igreja, e era delimitado pela R. das Janelas Verdes a norte, pelo Palácio dos Condes de Alvor a nascente, pela Rocha do Conde de Óbidos, a sul e a poente pela cerca conventual, que é, atualmente, o Jardim 9 de Abril (**Figs. 22-24**).



**Figura 22:** *Planta Topographica de Lisboa*, 1780. Zona do Convento das Albertas, assinalado com o nº 15 (imagem retirada do *website* Lisboa interativa: <http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/>).



**Figura 23:** *Planta do Convento das Albertas e arredores*, 1894? (Ministério do Reino, Coleção de Plantas do ex-Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, caixa 5270, nº 40, ANTT).



**Figura 23:** Traçado da implementação atual (aproximada) do Anexo do MNAA sobre planta do rés-do-chão do Convento das Albertas, 1894? (Ministério do Reino, Coleção de Plantas do ex-Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, caixa 5270, nº 41, ANTT).

O Convento foi fundado em 1584, sob invocação de Santo Alberto<sup>27</sup>, em homenagem ao cardeal-arquiduque Alberto de Áustria (1559-1621), vice-rei de Portugal (1583-93), durante o reinado de Filipe I<sup>28</sup>, e patrocinador do Convento. A fundação teve origem no pedido da nobreza de Lisboa, corroborado pelo Senado da Câmara<sup>29</sup>, a Frei Ambrósio Mariano, prior dos Carmelitas Descalços de São Filipe, para que se deslocasse a Sevilha, a fim de obter do Provincial da Ordem, Frei Jerónimo Graciano (1545-1614), a instituição do Convento feminino em Portugal.

<sup>27</sup> Costa Lima levanta duas hipóteses para o santo orago do Convento: Santo Alberto de Vercelli ou de Jerusalém (1149-1214), autor da Regra dos Carmelitas Descalços e Santo Alberto da Sicília (c. 1250-1307), carmelita e teólogo (Lima 1952, 7).

<sup>28</sup> Filipe II de Espanha e I de Portugal, a partir de 1580, era grande devoto dos Carmelitas Descalços, tendo sido natural a implantação da Ordem em Portugal. O primeiro convento masculino no nosso país foi fundado por Frei Ambrósio Mariano de S. Bento, logo em 1581, na zona de Santos, sob a invocação (não inocente) de S. Filipe.

<sup>29</sup> Através dos vereadores D. Duarte Castel-Branco, Conde de Sabugal, D. Luís de Lencastre, Comendador-mor de Avis e D. João Lobo, Barão de Alvito (*Monumentos e edifícios notáveis*, 1988: 32; *O Museu Nacional de Arte Antiga*, 1994: 22).

Acompanhadas de ambos, chegam a Lisboa, na véspera do Natal daquele ano, quatro carmelitas do Convento de Ávila<sup>30</sup>. «Enquanto nam tinham casa própria» («Mosteiro de S. Alberto (...)»): 375), o cardeal-arquiduque envia-as para o Convento das Dominicanas da Anunciada<sup>31</sup>. Ali ficam cerca de um mês, tendo as religiosas dos dois conventos firmado o contrato de «fazendo se participantes mutuamente as de hum convento das obras do outro» («Mosteiro de S. Alberto (...)»): 376).

Fora dos muros da cidade, em terrenos pertencentes às Comendadeiras de Santos<sup>32</sup>, na zona de Santos-o-Velho, o Provincial da Ordem e Frei Mariano, compram umas casas, com vista para o Tejo, que «nam eram grandes [mas] tinham um quintal em que o convento se podia de algum modo estender» («Mosteiro de S. Alberto (...)»): 376). É com a frente virada ao rio, que o Convento é erguido numa «construção simples e desornamentada» (*website* do MNAA), à imagem das disposições de Santa Teresa de Ávila (1515-82), reformadora da Ordem (*O Museu Nacional de Arte Antiga*, 1994: 21).

Em janeiro de 1585, as freiras mudam-se para o novo Convento, ainda sem igreja (*O Museu Nacional de Arte Antiga*, 1994: 22), e, a 2 de abril, por ordem de Frei Jerónimo Graciano, chegam mais quatro religiosas à comunidade. A 25 desse mês, é eleita priora Maria de São José (1548-1603) («Mosteiro de S. Alberto (...)»): 374), companheira e discípula de Santa Teresa, que escolhe a invocação para o Convento.

Entretanto, a Igreja é construída. Igreja, celas, coro e oficinas, tudo era de pequenas dimensões (Lima 1952, 6) e “se foi fazendo á proporção das esmolas que se recebiam e dos dotes das religiosas novas”<sup>33</sup>. Manuel da Silva de Sousa, governador do Porto, e a mulher Isabel Botelha são padroeiros da capela-mor. Logo em 1585, Frei Graciano traz para Portugal a relíquia de Santa Teresa<sup>34</sup>, que é depositada na respetiva

---

<sup>30</sup> Maria de São José (Salazar), Mariana dos Santos (Vanegas), Branca de Jesus (Freile) e Inês de Santo Eliseu (Morales) (Vechina, s.d.).

<sup>31</sup> Fundado em 1515, pertencia à Ordem dos Pregadores (Dominicanos). O edifício ficou destruído com o terramoto de 1755 e as freiras mudaram-se para o Convento de Sta. Joana. («Mosteiro da Anunciada de Lisboa», ANTT: <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=1437308>. Consult. junho 9, 2014).

<sup>32</sup> As Comendadeiras de Santiago, que habitaram o Convento de Santos-o-Velho, nesta data já se haviam mudado para Santos-o-Novo (Sottomayor 1999b).

<sup>33</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 1, IV/A/26/4, f. 13, ANTT.

<sup>34</sup> Trata-se da mão esquerda da Santa, que o Frade cortara no ano anterior, quando da trasladação do corpo. Quando o Convento de Santo Alberto é extinto, em 1890, a relíquia vai para o Convento dos Olivais e daqui, em 1910, para Espanha, onde ainda se encontra (Pujol e Pimenta 2006, 23).

capela da Igreja. Em 1597, é fundada a Capela de Santo Cristo da Fala<sup>35</sup> e, não depois de 1611, a de Santa Teresa<sup>36</sup>.

Em 1608 há referências à Confraria de São José, que tinha uma capela de cantaria, abobadada, com as imagens da Sagrada Família e à construção da Capela do Compromisso, que foi apeada ou não chegou a ser erguida (Noé et al...). Sabe-se que durante o século XVII as freiras compram umas casas contíguas ao Convento “por estarem com grande aperto e limitação [e] falta de oficinas”<sup>37</sup>. No final da década de 1660, obrigam-se, por escritura, a dar serventia para as tercenhas vizinhas, como as do Conde de Atouguia<sup>38</sup>, mas pedem ao rei D. Afonso VI, que obrigue os donos daquelas a alargarem-na, por sua conta. Em contrapartida, conservavam-na calçada de pedra<sup>39</sup>.

No início do século XVIII, temos notícia<sup>40</sup> de que D. Fernando Ruiz, Conde de Sabugal, a fim de construir um gabinete, nas suas casas, contíguas ao Convento, colocou no muro da cerca as vigas de suporte do gabinete, comprometendo-se a refazer o muro, caso ruísse. Sobre o mesmo e o telhado do gabinete, mandou fazer um cano, para que as águas não caíssem sobre aquele nem para a cerca do Convento.

Nesta época, «o edificio [do Convento] nam he grande mas he o que basta pera recolher trinta e três religiosas». Cada cela tinha apenas a «larguesa bastante pera dar lugar a hum limitado leyto e a huma pequena mesa pera [se] poder escrever» («Mosteyro de S. Alberto (...)»: 381-2<sup>41</sup>). Em 1711, é provável uma intervenção do arquiteto régio João Antunes (1643-1712) no edificio (Noé et al...).

Com o terramoto de 1755, a Igreja sai ileso, mas o Convento fica tão arruinado que as freiras se refugiam na Quinta do Provedor dos Armazéns (São Sebastião da Pedreira, atual jardim da Fundação Calouste Gulbenkian). Dali, passam depois para o Palácio dos Condes da Ribeira Grande (na Junqueira) e, quando voltam a Santo Alberto, ficam abarracadas na cerca, enquanto decorrem as obras de reconstrução do Convento.

---

<sup>35</sup> Fundada pelo Pe. Diogo Fernandes (m. 1600), capelão-cantor de Filipe I e que ali está sepultado. Deve o seu nome, segundo Frei Belchior de Santa Ana (cit. por Lima 1952, 13), por o Senhor do crucifixo ter falado à Madre Maria de São José, encorajando-a, numa altura em que estaria a ser perseguida e caluniada. Esta perseguição levará ao seu afastamento para Espanha, onde virá a falecer (19.10.1603).

<sup>36</sup> O seu fundador, Vicente Soares de Peleta, é sepultado na capela-mor a 7.12.1628 (Noé et al...).

<sup>37</sup> Ex-AHMF, Cartórios dos Conventos, Convento de Santo Alberto, cx. 1, pt. 8, ANTT.

<sup>38</sup> 31 de julho de 1668. Ex-AHMF, Cartórios dos Conventos, Convento de Santo Alberto, cx. 1, pt. 32, ANTT.

<sup>39</sup> 18 de janeiro de 1669. Ex-AHMF, Cartórios dos Conventos, Convento de Santo Alberto, cx. 2, pt. 23, ANTT.

<sup>40</sup> Alvará de 21.9.1703. Ex-AHMF, Cartórios dos Conventos, Convento de Santo Alberto, cx. 1, pt. 1, ANTT.

<sup>41</sup> Texto composto entre 1704 e 1708 («Mosteyro de S. Alberto (...)»: IX).

A *Planta Topographica de Lisboa*, de 1780 (**Fig. 22**), mostra-nos, de uma forma muito rudimentar, o aspeto do Convento, com o claustro maior e, pelo menos, um pequeno e com uma horta na cerca.

Em 1834 são extintas as ordens religiosas<sup>42</sup>. No entanto, aos conventos femininos é permitida a existência até à morte da última freira, depois da qual, o convento seria extinto e o património passaria para o Estado, à semelhança do que sucedera com as casas masculinas. Já no ano anterior, havia sido proibida a admissão de noviças<sup>43</sup>, mesmo que, na prática, isso não tenha sido completamente cumprido. No Convento das Albertas, continua-se a receber jovens que, fazendo vida regular, porque não podem professar, são chamadas “pupilas” (Pujol e Pimenta 2006, 21). Por exemplo, em 1859, habitavam o Convento, juntamente com as nove religiosas, e oito “empregados de ambos os sexos no serviço interno e externo da comunidade”, sete pupilas (admitidas entre 1843 e 1856)<sup>44</sup>.

Em 1839, um autor anónimo (Pereira 1927, 249-51), diz que a Igreja podia acomodar mais de 300 fiéis e contava com 6 capelas: a capela-mor, com a imagem de Nossa Senhora do Carmo e, em nichos laterais, dos santos fundadores, «duas capelas fronteiras com retábulos chigados á frente» (S. José e Nossa Senhora do Carmo), do lado da Epístola «duas capellas em fundo» (Santa Teresa e Santo Cristo) e «um quadro moderno de Santa Filomena serve de altar». «A toda a volta», o autor identificava quadros a óleo, «provavelmente de Bento Coelho»<sup>45</sup>. O desenho que acompanha o texto citado mostra o portal da fachada ladeado por uma pequena porta que daria para a portaria, contígua ao coro-baixo, flanqueada por duas janelas quadrangulares,

---

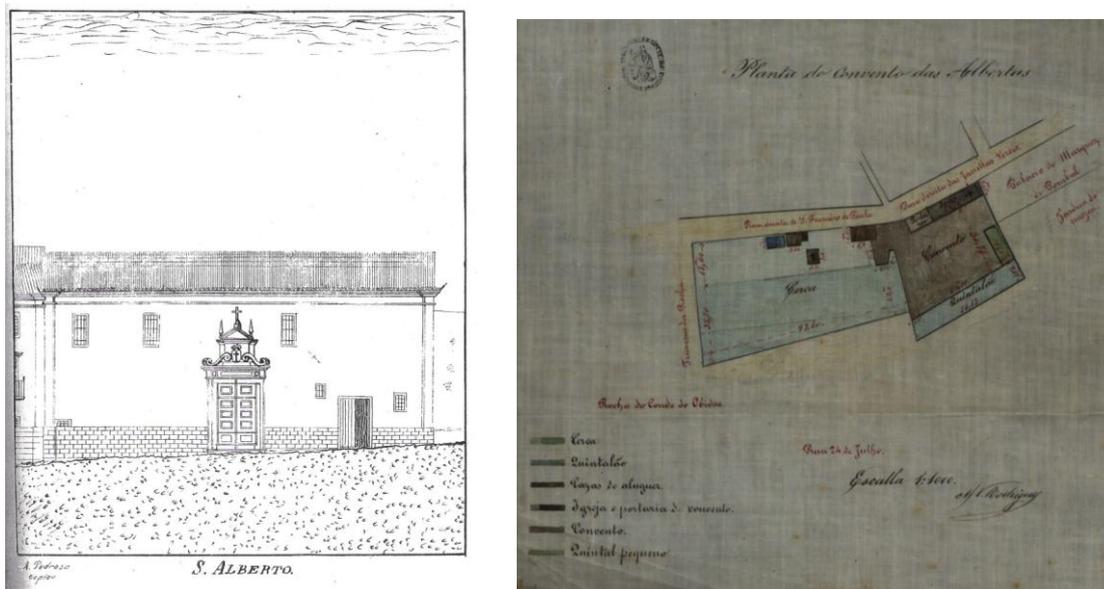
<sup>42</sup> No âmbito da Reforma Geral Eclesiástica empreendida pelo Ministro e Secretário de Estado, Joaquim António de Aguiar e executada pela Comissão da Reforma Geral do Clero (1833-1837), pelo decreto de 28 de maio (publicado a 30). Foram extintos todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as ordens religiosas, sendo incorporados os seus bens na Fazenda Nacional, à exceção dos vasos sagrados e paramentos que seriam entregues aos Ordinários das dioceses. As casas de religiosas ficaram sujeitas aos respetivos bispos, até à morte da última freira, data em que se daria o encerramento definitivo (Convento de Santo Alberto: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=1378947>; «Processos de extinção das casas religiosas femininas em Portugal», ANTT. <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4224345>, consult. março 21, 2014).

<sup>43</sup> Pelo decreto de 5.8.1833, são expulsos os noviços e noviças de todos os institutos religiosos e proibida a admissão de novos.

<sup>44</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 1, ANTT

<sup>45</sup> **Bento Coelho da Silveira** (1617-1708). Pintor régio de D. Pedro II (1678), trabalhou também para as ordens religiosas, executando inúmeras pinturas para igrejas e conventos por todo o país.

desencontradas. À direita do portal existia a pequena janela retilínea da sacristia (**Fig. 23**)<sup>46</sup>.



**Figura 23:** Desenho da frontaria da Igreja do Convento de Santo Alberto, c. 1839. À direita a entrada da portaria e à esquerda, a pequena janela da sacristia e parte do Palácio Alvor (publicado em Pereira 1927: 249).

**Figura 24:** Planta do Convento das Albertas, 1890 (Auto de posse do Convento, 22.4.1890, Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/14, ANTT).

Em 1856 o Convento é alvo de “alguns consertos”<sup>47</sup>. Três anos depois, entre fevereiro e março de 1859, é realizado o primeiro inventário dos bens da comunidade de Santo Alberto e o Ministério da Fazenda toma posse do edifício e dos seus bens e ordena o arrendamento da cerca e das casas habitáveis anexas<sup>48</sup>. O texto do inventário, tal como outros, dá-nos uma descrição precisa do Convento, Igreja, cerca e casas anexas durante a segunda metade do séc. XIX<sup>49</sup> (**Fig. 24**):

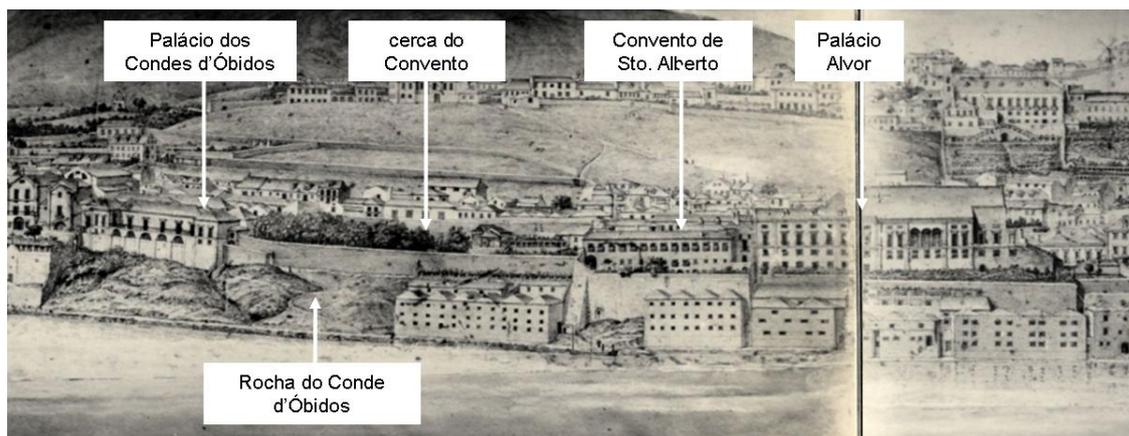
<sup>46</sup> O desenho é concordante com a descrição feita, em data desconhecida, pela Irmã Maria Teresa dos Anjos, entrada no convento a 2.7.1874 (Noé et al...).

<sup>47</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 1, ANTT.

<sup>48</sup> 23 de abril. Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 2, ANTT.

<sup>49</sup> Para além do texto do inventário de 1859 (*1859 / Bairro de Alcântara / Convento de Santo Alberto / Inventário feito pelo Reverendo Pe João dos Santos da Matta, Parocho da Freguezia de Santos o Velho*. Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 1, IV/A/26/4, ANTT), temos o do auto de posse do Convento, de 22.4.1890, acompanhado de planta (Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/14, ANTT) ou o do segundo inventário dos bens do Convento, de 1891 (Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/14, folhas 100-104; planta: folha 105, ANTT).

O **Convento** confinava a sul com a cerca “chamada da clausura”<sup>50</sup> ou “quintalão” (numa extensão de 49,10m), a nascente com o “Palácio do Marquês de Pombal” e o seu jardim (36,76m), a poente com a “cerca principal” e a norte com a Igreja (46m), portaria e “diversas casas de habitação e respetivas lojas”<sup>51</sup> (numa extensão de 26,95m<sup>52</sup>), ocupadas por criados do Convento ou arrendadas, e que davam para a R. das Janelas Verdes<sup>53</sup>. O portal da Igreja, por onde entrava o público, e a da portaria (atual ante-Capela), à sua esquerda, não tinham número.



**Figura 25:** Desenho de uma vista de Lisboa (pormenor), >1755<1825 (original pertencente à ABAL, reproduzido em MNL\_124-G\_2, GEO).

Da **portaria** acedia-se à zona de **clausura**, que tinha dois pisos. O inferior (**v. Figura**) com cozinha, refeitório, casas para arrecadações, um pequeno claustro com arco de cantaria fechado de abóbada e cinco tramos por quadra, um pátio com cisterna e outros dois interiores. O piso superior constava de três dormitórios com 21 celas no total: dois pequenos e um principal, virado a sul, com 12 celas e «no centro a Capela dos Anjos, toda de talha dourada e colunas torsas, com o tecto e paredes com anjos pintados, tendo as imagens de Nossa Senhora, que alguém deixara na roda e um São Miguel» (Noé et al...). Havia ainda uma “casa de recreação”, com janelas para o claustro, e dois coros, um com grade contígua à capela-mor da Igreja, de ferragem pontiaguda (ainda

<sup>50</sup> Auto de posse do Convento, 22.4.1890 (Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/14, ANTT).

<sup>51</sup> Auto de posse do Convento, 22.4.1890 (Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/14, ANTT).

<sup>52</sup> Termo do inventário a 28 de fevereiro de 1891. Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/14, folhas 100-104, ANTT.

<sup>53</sup> O inventário de 1859 diz-nos que para a R. das Janelas Verdes davam os números 26 a 30 e para a de São Francisco de Paula (atual R. Presidente Arriaga) 1 a 5, já o auto de posse de 1890, dá para a primeira os números 63 a 69 e para segunda 7 a 13, o que nos indica a alteração dos números de polícia e o aumento de vãos abertos para ambas as ruas.

visível, à esquerda do altar) e outro «no fundo da Igreja por cima da casa da portaria»<sup>54</sup>. No topo da escada regral, existia um grande oratório, protegido por vidraça, com um relicário de talha dourada (Noé et al...) e o espaço conventual contava ainda com uma pequena livraria e várias capelinhas e altares (*O Museu Nacional de Arte Antiga*, 1994: 22). A fachada sul tinha no extremo poente uma entrada de 3,75m que deitava para o quintalão. No andar térreo havia 9 portas e 3 frestas, no primeiro pavimento 13 janelas e no segundo 14<sup>55</sup> (**Fig. 25**).

Pela portaria, acedia-se também à **igreja**, virando à esquerda. Seguia-se um pequeno **vestíbulo** (2,90m x 6,65m), cujas paredes eram forradas de azulejo, com assuntos da Sagrada Escritura<sup>56</sup>. Por cima, o **coro-alto**, sobre um arco abatido de cantaria (que ainda hoje separa a ante-Capela da Igreja), onde as freiras se reuniam para rezar e assistir à missa, sem serem vistas, guardava um pequeno órgão<sup>57</sup> e tinha, a ladear a grade, dois retábulos, em talha dourada, com colunas torsas, dedicado um à Virgem e o outro a Deus Pai. Ao centro, «certamente sobre as grades», um Crucificado (Noé et al...). Na parede sul, tinha três telas, a representar os "Esponsórios da Virgem", a "Ressurreição" e a "Apresentação de Maria", e, no lado oposto, "São Gregório". Do lado da Igreja, na parede, revestida a talha dourada, rodeando a grade, as telas a óleo representando Santa Teresa, Santo Alberto e a Fuga para o Egípto<sup>58</sup>. Em 1891<sup>59</sup>, as paredes laterais da Capela de Santa Teresa ainda se achavam revestidas com 11 quadros pintados a óleo, com cenas da vida da Santa, na parede do lado esquerdo da Capela-mor, uma janela que deitava para a Rua das Janelas Verdes, tinha abaixo um quadro a óleo representando "Cristo no Caminho do Golgota" e no retábulo do altar-mor havia «um dos melhores quadros de Pedro Alexandrino, o qual representa "A Virgem, querubins e anjos"».

---

<sup>54</sup> Inventário dos bens da comunidade, 1859. Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 1, IV/A/26/4, ANTT. O vão ainda é visível, com uma grade não original, mas o coro-alto foi demolido.

<sup>55</sup> Termo do inventário, 28.2.1891. Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/14, ANTT.

<sup>56</sup> A portaria e o vestíbulo situavam-se no local de parte da atual ante-Capela.

<sup>57</sup> Desde 1891, a superiora das pupilas que habitavam o Convento, reclama este órgão, por lhe pertencer. Contudo, ficará numa das dependências do Convento até 1912 (Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 2, ANTT).

<sup>58</sup> Que ainda se encontram no local. O termo do inventário (1891) não refere a pintura, imediatamente acima da grade, representando o Êxtase de Santa Teresa.

<sup>59</sup> Termo do inventário, 28.2.1891. Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/14, ANTT.

A **cerca** conventual (v. **Fig. 23**) confinava a nascente com o Convento, a sul “com casas edificadas juntas ao aterro pertencentes a diversos”<sup>60</sup>, a poente «com a rua que dá serventia para as escadas da Rocha do Conde de Óbidos»<sup>61</sup> (a Travessa da Rocha) e a norte com a R. de São Francisco de Paula (atual R. Presidente Arriaga), para a qual tinha um portão sem número (com 2 m de largura) e davam várias casas e barracas, uma delas, com o nº 13, encravada no muro<sup>62</sup>. À esquerda do portão uma casa de habitação (8,50m de frente por 6,60m de fundo).

Com 5.022 m<sup>2</sup>, a cerca era composta por dois terrenos separados por um sucalco, com alegretes, tendo ambos algumas árvores e parreiras sobre pilares e outras sobre esteiras de madeira. «O solo junto a esta rua tem o mesmo nível até à largueza de 18,60m. A largura do lado da travessa é de 54,80m. A extensão do muro que deita para a Rocha do Conde de Óbidos 93,80m. Esta cerca tem uma entrada com 7m x 5,30 de largura [e] na parte inferior do muro outra casa com 5,80m x 4,80m; segue-se um tanque com 9,60m x 6,40m»<sup>63</sup>. Para além da cerca “principal”, rodeava o Convento a nascente um quintal e a sul, um “quintalão” (58,3m x 9,88m), sustentado por alto muro, com um grande contraforte no ângulo sudoeste (v. **Fig. 25**).

Na cerca, existia uma arrecadação e uma pequena **Capela** dedicada a **São João Batista**. “Isolada no terreno”, media 7m x 5,20m. Segundo uma descrição de 1894<sup>64</sup>, tinha paredes exteriores sem reboco e na frente (virada a sul) um alpendre de madeira assente em colunas de pedra. No interior, um silhar de azulejos “formando paisagem e marinha”. O chão era de tijolo e as paredes e o teto, em abóbada, forrados com conchas, pedras e fragmentos de louça, “formando mozaicos”, entre os quais se encontravam pratos, pires, tigelas, “que se julga serem do Japão”, a maior parte, à data, já desaparecidos.

A *Carta Topográfica de Lisboa*, desenhada por Filipe Folque, entre 1856 e 1858 (**Fig. 26**), corresponde às descrições textuais e a outras plantas do Convento (v. **Fig. 23**). No entanto, não representa o claustro grande, que já havia sido representado na *Planta*

---

<sup>60</sup> Auto de posse do Convento, 22.4.1890 (Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/14, ANTT).

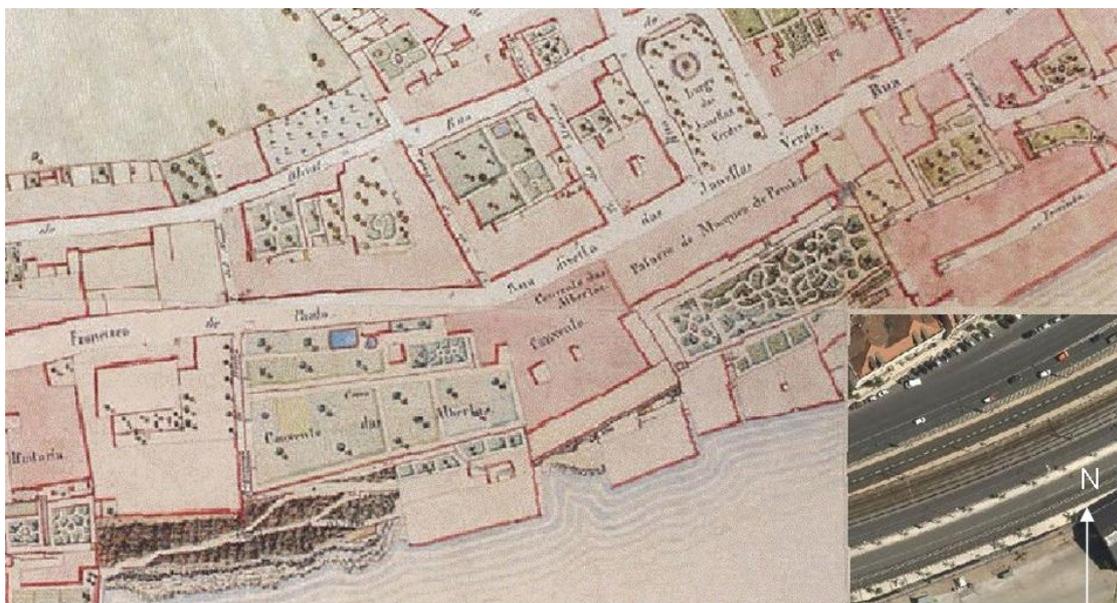
<sup>61</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, Ofício da Administração do 4.º Bairro de Lisboa, ANTT.

<sup>62</sup> Termo do inventário, 28.2.1891. Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/14, ANTT.

<sup>63</sup> Termo do inventário a 28 de fevereiro de 1891. Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/14, folhas 100-104; planta: folha 105, ANTT.

<sup>64</sup> Ministério das Obras Públicas, mç. 1290-1, proc. 15, ANTT.

*Topographica de Lisboa*, de 1780 e aparecerá nas plantas posteriores. Terá o claustro estado coberto por esta altura ou foi falha do desenho?



**Figura 26:** *Carta Topográfica de Lisboa*, Filipe Folque, 1856-58. Zona do Convento das Albertas (imagem retirada do *website* Lisboa interativa: <http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/>).

A 12 de abril de 1875, a Comissão de obras e melhoramentos municipais propõe à CML que peça ao Governo a cedência da cerca do Convento das Albertas, afim de se abrir uma nova rua de ligação da Rua Direita das Janelas Verdes com o aterro<sup>65</sup>. A 22 de novembro de 1880, o vereador da CML, Joaquim Maria Osório, propõe que seja expropriada uma parte da cerca do Convento para o alargamento do corredor entre a R. Direita de S. Francisco de Paula e a Rocha do Conde d'Óbidos<sup>66</sup>, o que vem a acontecer no ano seguinte, a 21 de janeiro<sup>67</sup>. A 14 de março de 1887, a Comissão das Obras Públicas emite um parecer sobre um projeto de construção de uma escadaria de comunicação entre a Rua 24 de Julho e a Rua de S. Francisco de Paula, através da Rocha do Conde de Óbidos, cortando uma faixa de terreno no extremo poente da cerca do Convento<sup>68</sup>.

<sup>65</sup> Parecer n.º 37 da Comissão de obras e melhoramentos municipais, 12.4.1875, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0037: 9 e 10, AML (consul. fevereiro 24, 2014).

<sup>66</sup> PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06-01/0314, AML (consul. fevereiro 24, 2014).

<sup>67</sup> Parecer n.º 851 da Comissão de Obras Públicas, 21.1.1881, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0215, AML (consul. fevereiro 24, 2014).

<sup>68</sup> Parecer n.º 93 da Comissão de Obras Públicas, 14.3.1887, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0829, AML (consul. fevereiro 24, 2014). A obra *Monumentos e edifícios notáveis* data a construção da escadaria de 1880 a 1882, mas terá de ser posterior à data deste documento (*Monumentos e edifícios notáveis*, 1988: 35).

Em março de 1889, o inspetor da Academia Real de Belas Artes (ARBA) informa o Secretário de Estado dos Negócios do Reino que o Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), instalado no Palácio Alvor, contíguo ao Convento, não tem capacidade para expor os objetos da coleção de arqueologia (aumentada com o espólio da coleção do arqueólogo Estácio da Veiga) nem os que continuam a afluir ao Museu, vindos dos conventos extintos e pede, para acudir a esta falta, a cedência à ARBA, do Convento de Santo Alberto. Perante isto, o Secretário de Estado pede ao Ministro da Fazenda que “logo que seja suprimido o convento referido, seja o mesmo cedido á Academia, ou a parte que puder dispensar-se, se para esse ministério não houver fim mais urgente e proveitoso, a que applicar aquelle edificio”<sup>69</sup>. Em julho, inspetor e Secretário de Estado, voltam a fazer sentir a urgência do assunto<sup>70</sup> e rapidamente, o Ministro da Fazenda põe à consideração superior mandar lavrar o decreto da concessão provisória do Convento à Academia<sup>71</sup>.

Deste modo, a 8 de agosto de 1889, é determinado por decreto<sup>72</sup> que, logo que se dê a extinção do Convento, o seu edifício, cerca e dependências, sejam entregues provisoriamente ao Ministério do Reino para alargamento do MNBA, ficando o destino definitivo dependente das câmaras legislativas<sup>73</sup>.

A 20 de janeiro de 1890, madre Maria Madalena do Carmo, última religiosa a viver no Convento, cede parte dele a representantes da Associação Espiritual de Nossa Senhora de la Salette<sup>74</sup>, para ali estabelecerem uma escola de beneficência a favor de meninas pobres<sup>75</sup>. Apesar de a priora não ter autoridade para o fazer, pois era “mera usufructaria do convento”<sup>76</sup> e do Governo ter decidido que a Associação teria de

---

<sup>69</sup> Offício do Ministério do Reino, Direção Geral de Instrução Pública, Secretário de Estado dos Negócios do Reino, J. Luciano da Costa, 19 de março de 1889. Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 2, ANTT.

<sup>70</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 2, ANTT.

<sup>71</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 2, ANTT.

<sup>72</sup> Publicado em *DG*, nº 84, de 16 de abril de 1890 (Ferreira 2001, 311).

<sup>73</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 2, ofício do Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, ANTT.

<sup>74</sup> Sediada no Convento desde 1859 (Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/14, ANTT), tinha como presidente a condessa da Ponte e vice-presidente Josefa Constatina Gonçalves (Inventário de extinção do Convento de Santo Alberto de Lisboa, PT/TT/MF-DGFP/E/002/00080, ANTT).

<sup>75</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/15, ANTT.

<sup>76</sup> Offício da 2ª Repartição da Direção Geral dos Próprios Nacionais, Ministério da Fazenda, 22 de agosto de 1890. Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, ANTT.

abandonar o Convento, quando se desse a sua extinção, as obras para a dita escola chegam a iniciar-se<sup>77</sup>.

Quando madre Maria do Carmo morre, a 8 de abril de 1890, o Convento é extinto, tomando o Estado “posse real e efectiva” do edifício, cerca e casas anexas, a dia 22<sup>78</sup>. À época da extinção, habitavam o Convento onze “pupilas”, que, por ordem do Governo, ficam confinadas a uma parte do edifício (Pujol e Pimenta 2006, 21).

A 16 de abril, o Ministro da Fazenda faz ordenar o estabelecido no decreto de 8 de agosto de 1889, mas este é revogado pelo de 24 de abril, em virtude da criação do Ministério de Instrução Pública (5 de abril).

A 21 de maio, temos notícia de que a citada Associação de N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> de la Salette mantinha uma grande quantidade de madeira guardada no Convento para acabar as obras da escola que ali queria estabelecer<sup>79</sup>. Na mesma data, o Visconde de Reboreda e os fregueses de Santos-o-Velho transmitem ao Ministro de Estado e dos Negócios da Fazenda a proposta à CML de Francisco Germano Claro, de usar a cerca do Convento para logradouro público (Lima 1952, 11) e a 31 do mesmo mês, a Administração do 4.º Bairro de Lisboa demonstra vontade de usar para logradouro “toda a parte do terreno ocupado pelo extinto convento excepto parte do edifício”<sup>80</sup>.

Por decreto de 8 de agosto de 1890, é entregue ao Ministério do Reino, para alargamento do MNBA, apenas o Convento que, segundo a Direção Geral dos Próprios Nacionais (do Ministério da Fazenda), prestava-se “naturalmente ao desenvolvimento do edifício do museu nacional”<sup>81</sup>. Mesmo assim, a 16 de setembro, a Associação de N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> de la Salette requer o edifício, com Igreja e cerca, por já ter começado as obras para a escola de meninas pobres<sup>82</sup>. Por sua vez, o Cardeal Patriarca, representado pelo Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, pede que a Igreja do Convento seja

---

<sup>77</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, ANTT.

<sup>78</sup> Auto de posse. Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/14, ANTT.

<sup>79</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, ANTT.

<sup>80</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, Ofício da Administração do 4.º Bairro de Lisboa, ANTT.

<sup>81</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, ANTT. Ofício da Direção Geral dos Próprios Nacionais. 2ª Repartição, 22 de agosto de 1890.

<sup>82</sup> Ofício da Direção Geral dos Próprios Nacionais. 2ª Repartição, 22 de agosto de 1890. Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, ANTT. Neste documento a Direção Geral dos Próprios Nacionais faz a seguinte crítica: “Como pretexto da fundação de escolas muitas associações civis, mas na essência religiosas (...) têm-se apossado subrepticamente dos conventos que depois obtêm por concessão provisória”.

posta à sua disposição “para nella se continuar a satisfazer, como d’antes, a todos os preceitos do culto”<sup>83</sup>.

Quanto à cerca do Convento, a 2 de setembro, a Comissão Administrativa do Município de Lisboa dirige-se ao Governo Civil, para que junto do Ministério da Fazenda, consiga a sua cedência para jardim, com base no pedido de mais de cinquenta paroquianos de Santos e da Lapa<sup>84</sup>. Menos de uma semana depois, a Direção Geral dos Próprios Nacionais determina que o logradouro público deve ser “devidamente decorado e ajardinado”<sup>85</sup>. A Comissão não desiste do próprio Convento e, em sessão de 18 de dezembro, aconselha que seja destinado para “escola ou outro qualquer estabelecimento de reconhecida utilidade pública” e, a 24 do mesmo mês, solicita ao Governo uma proposta de lei para cedê-lo ao Município, com cerca e dependências<sup>86</sup>. E porque a zona compreendia “duas freguesias das mais importantes já pela densidade da população já pela actividade da vida comercial e industrial que em tão alto grau se acham desenvolvidas naquele importante bairro”, desejava que a cerca servisse de “alameda e jardim de logradouro público”<sup>87</sup>.

No início de 1891, é realizado novo inventário dos bens do Convento<sup>88</sup>. O seu redator considerava que todas as habitações do edifício e cerca se encontravam «em péssimo estado, dando pouco conforto aos seus habitantes» e que eram «verdadeiras pocilgas que devem ser demolidas»<sup>89</sup>. Dizia ainda que, sendo a cerca «surpreendente pelo ponto de vista para o Tejo» não podia ser afrontada por futuras construções. Um autor anónimo, num texto publicado no mesmo ano, considerava que:

*O Convento, como edificio, pouco valor tem (...) só gastando muito dinheiro poderão fazer alguma cousa soffrivel, porque bom é para galerias, mas só aproveitando as paredes exteriores. O interior do Convento está dividido em*

---

<sup>83</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/14, despacho de 21.1.1891, ANTT. Após a extinção dos conventos, a respetiva igreja ou era desativada ou passava a igreja paroquial (Processos de extinção das casas religiosas femininas em Portugal – fundo Ministério das Finanças, Direção-Geral da Fazenda Pública, E 4ª Repartição – Património. <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4224345>. Consult. ago 20, 2014).

<sup>84</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/13, ANTT. Ofício de 5 de setembro de 1890.

<sup>85</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, ANTT. Ofício do Ministério da Fazenda. Direção Geral dos Próprios Nacionais, 2ª Repartição, 8 de setembro de 1890.

<sup>86</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/13, ANTT.

<sup>87</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/13, ANTT.

<sup>88</sup> Termo do inventário a 28 de fevereiro de 1891. Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/14, folhas 100-104; planta: folha 105, ANTT.

<sup>89</sup> Termo do inventário, 28.2.1891. Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/14, ANTT.

*mesquinhas cellas [e] pequenas salas, e os pavimentos em diversos niveis, é um verdadeiro labyrintho (A Reforma do Carmo (...): 1891, 2).*

Logo em janeiro, o inspetor e diretor da ARBA escolhe para o MNBA objetos do espólio do Convento, o cardeal Neto, Patriarca de Lisboa (1841-1883-1907), por deferimento do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, pode dispor das alfaias de culto<sup>90</sup> (que lhe serão entregues a 9 de fevereiro de 1891<sup>91</sup>) e, por despacho do Ministério da Fazenda, a Igreja é concedida provisoriamente à autoridade eclesiástica, “a fim de se continuarem ali as cerimónias do culto divino”<sup>92</sup>.

Pelo decreto-lei de 23 de janeiro de 1891, o edifício e a cerca são cedidos ao Ministério de Instrução Pública, para alargamento do MNBA<sup>93</sup>, pois reconhece-se que o Palácio “é já hoje insuficiente para contêr as collecções nelle arrecadadas, e não tem a capacidade precisa (...) o que torna indispensável a sua immediata ampliação”<sup>94</sup>. As “pupilas” que viviam no Convento são obrigadas e retirar-se<sup>95</sup> (Pujol e Pimenta 2006, 21).

A 11 de março, “Patrício Bernardo” Russel, reitor do Colégio Irlandês do Corpo Santo<sup>96</sup>, “sabendo que existem no Convento extinto das Albertas (...) muitos altares no interior da caza que não serão usados para o culto (...) toma a liberdade de pedir um daqueles altares com título de Nossa Senhora da Conceição existente num quarto antes de entrar o coro alto” para uma nova capela do Colégio<sup>97</sup>.

A 2 de maio são entregues às ex-pupilas do Convento “os móveis do seu uso particular”<sup>98</sup> e a 21, à Academia, os objetos escolhidos para o MNBA<sup>99</sup>.

---

<sup>90</sup> Offício de 21 de janeiro de 1891. Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/14, ANTT.

<sup>91</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/14, ANTT.

<sup>92</sup> Offício da Direção Geral dos Próprios Nacionais, 21 de janeiro de 1891. Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/14, ANTT.

<sup>93</sup> Situação já prevista na carta-lei de 4 de abril de 1861 e no decreto de 8 de agosto de 1888 (Pujol e Pimenta 2006, 25, n. 32), revogado pelo de 24 de abril de 1890. O novo decreto de 23 de janeiro de 1891 volta ao sentido do de 1888 (Lima 1952, 11).

<sup>94</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 2, ANTT.

<sup>95</sup> Umam vão para o Recolhimento de São Cristóvão, em Lisboa, e outras para o Convento dos Olivais. Com a implantação da República, exilam-se em Espanha (Pujol e Pimenta 2006, 21, n. 7).

<sup>96</sup> Colégio de frades dominicanos, sediado no Convento do Corpo Santo, Lisboa (Inventário de extinção do Convento de Santo Alberto de Lisboa, PT/TT/MF-DGFP/E/002/00080, ANTT).

<sup>97</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/15, ANTT.

<sup>98</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/14, ANTT.

A Direção Geral dos Próprios Nacionais estabelece que, antes da entrega do Convento ao Ministério de Instrução Pública, “para dar o edifício despejado”, se venda uma parte dos móveis e outra se entregue à Associação de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> de la Salette<sup>100</sup>. A esta são entregues também vários objetos, para prover ao culto na Igreja<sup>101</sup>.

A 26 de novembro de 1891, o Ministério de Instrução Pública e Belas Artes insiste junto do Ministério da Fazenda na entrega do Convento, “para numa parte dele serem accomodados os objectos do Museu, sem prejuizo das senhoras que ali estão recolhidas”<sup>102</sup>. A 3 de dezembro o Ministério da Fazenda ordena a entrega do edifício e cerca do Convento, conforme o estipulado pelo decreto-lei de 23 de janeiro<sup>103</sup>, mas a 9 de dezembro, o Convento ainda não havia sido entregue, por faltar ainda vender os móveis. A dia 18, uma sexta-feira, é anunciado que, na segunda-feira seguinte tem início a venda em hasta pública dos bens móveis do Convento.

No início de 1892 (a 17 de fevereiro) o Convento é entregue ao inspetor da ARBAL<sup>104</sup>. Mas, apenas no final de junho, o antigo rendeiro da cerca retira as madeiras, vasilhas, móveis velhos e um casco que ali tinha arrumados e entrega a chave da cerca (dia 26 e 30, respetivamente<sup>105</sup>). Nesta data, as casas exteriores do Convento ainda eram habitadas pelo seu pessoal, sendo a parte na posse da Academia aproveitada para depósito de quadros, obras de talha, azulejos e móveis<sup>106</sup>.

A partir de julho de 1894, realizam-se as primeiras obras no Convento e cerca. Pedro Romano Folque<sup>107</sup>, engenheiro-chefe da Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais (entidade que superintendia as obras nos edifícios públicos),

---

<sup>99</sup> Uma moldura de talha dourada, uma floreira de biscuit, 1 alguidar de louça das Caldas, 2 tabuleiros de xarão e 2 de talha dourada (Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 2, ANTT).

<sup>100</sup> Ofícios de 14 e 19.11.1891. Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 2, ANTT.

<sup>101</sup> 16 de novembro de 1891. Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/15, ANTT.

<sup>102</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 2, ANTT. Não é evidente a que senhoras se refere o documento, visto que, pelo menos teoricamente, as pupilas já haviam abandonado o Convento.

<sup>103</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 2, ANTT.

<sup>104</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 2, ANTT.

<sup>105</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 2, ANTT.

<sup>106</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 2, ANTT.

<sup>107</sup> Pedro Romano Folque (1848-1922) virá a ser engenheiro-diretor da Direção Especial de Edifícios Públicos e Faróis (DEEPF), direção criada por decreto de 18.5.1893 e extinta com o decreto de 3.9.1898 («Direção Especial de Edifícios Públicos e Faróis»: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4230334>. Consult. ago 12, 2014), que dependia da Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, por sua vez tutelada pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria.

manda proceder às reparações necessárias nos telhados e à limpeza, reparação e pintura do edifício<sup>108</sup>.

Quanto à cerca, que era vedada, do lado da R. das Janelas Verdes, por um alto muro, muito arruinado na parte superior, e do lado do rio por outro, junto à escadaria da Rocha do Conde de Óbidos, Folque propõe àquela Direção a demolição, em parte, do primeiro (aproveitando a pedra), com vista à melhoria do arejamento e aspeto da rua, e ao arranjo do segundo, “até à altura conveniente”, dizendo ainda não ser necessária a colocação de grades.

Após a demolição parcial do muro que fechava a cerca, o chefe da Secção de Construção da DEEPF propõe a Folque a sua demolição completa, transformando a cerca num jardim que “poderia ser simplesmente a cerca ou a ligação desta com o actual jardim do Museu de Bellas Artes o que seria um melhoramento importantíssimo para a cidade”. Folque antecipa-se com a mesma ideia e manda levantar as plantas do local e indagar qual o uso de umas pequenas dependências do antigo Convento.

Da resposta daquela Secção, fica-se a saber que nas dependências do Convento vivia pessoal menor do Museu, que agricultava milho e cebolas na cerca ou parte dela, para proveito próprio<sup>109</sup>. A resposta é acompanhada de uma planta cotada da cerca<sup>110</sup> “compreendida entre o portão da casa da guarda do Museu de Belas Artes e o caminho que da Rua das Janelas Verdes conduz ao mar (lado do polygono que fecha a cerca)”, onde se projetou o jardim, conservando o perfil actual, para, como explica o chefe da Secção, evitar movimentos de terras e conservar a disposição da parte superior do terreno, cujo horizonte é mais vasto. A planta mostrava também o ressalto do muro, a inclinação do piso e o modo como eram construídas as bancas na muralha. A parte inferior ao jardim encontrava-se a 24,58m do nivelamento geral da cidade e a 100m do mar.

A obra proposta para a antiga cerca previa demolição de alvenaria, assentamento de uma grade com 50m de comprimento, 2 portões, regularização do piso, abertura de

---

<sup>108</sup> Ofícios de dia 6 e 28 de julho de 1894. Ministério das Obras Públicas, mc. 1290-1, proc. 15, ANTT.

<sup>109</sup> Ofício da 5ª Secção de Construção da DEEPF, 4 de agosto de 1894. Ministério das Obras Públicas, mc. 1290-1, proc. 15, ofício nº 48, ANTT.

<sup>110</sup> É possível que esta planta seja a “Planta do Convento das Albertas e seus arredores”, que se encontra no ANTT (Ministério do Reino, Coleção de Plantas do ex-Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, caixa 5270, nº 40).

ruas e ajardinamento, com a possibilidade de se ligar a cerca ao jardim do MNBA<sup>111</sup>.

Entretanto, Folque propõe à DEEPF que a cerca do Convento seja entregue ao cuidado da Câmara Municipal para servir de jardim público e miradouro, de onde se disfrute o porto e o movimento fluvial do Tejo e onde se realizem concertos noturnos, ao ar livre, o que geraria “receita suficiente para o seu sustento”<sup>112</sup>. Apresentada a proposta<sup>113</sup>, a CML compromete-se a assegurar os encargos da construção e conservação do projetado jardim: terraplanagens, demolições, construção de um novo muro de vedação, colocação de escadas e grades de ferro.<sup>114</sup> Folque insiste para que os trabalhos se realizem “aproveitando-se quanto possível o existente”<sup>115</sup>.

A 9 de agosto, por ordem do Ministro das Obras Públicas, Folque e o vice-presidente da CML assinam um contrato provisório, pelo qual o Governo cede à Câmara a posse da cerca, no dia imediato à conclusão das obras em curso, ficando o posterior ajardinamento a cargo da Câmara. Determina-se que o auto provisório será substituído por diploma legal que constitua título de posse<sup>116</sup>.

Em outubro, já se procedera a demolições e construções para o futuro jardim, tendo sido vendida pedra, para obras que decorriam em vários edifícios<sup>117</sup>.

A 30 de novembro, a DEEPF entrega à CML as chaves da Capela de São João Batista, na cerca das Albertas, mas as obras continuam.

Em dezembro, a CML pede autorização ao Governo Civil do Distrito de Lisboa para demolir uns casebres junto à Igreja das Albertas, “para que a disposição do jardim que ali se vae estabelecer possa ficar em um só plano” e porque “a sua conservação

---

<sup>111</sup> Ofício da 5ª Secção de Construção da DEEPF, 4 de agosto de 1894 (resposta a Filipe Folque). Ministério das Obras Públicas, mç. 1290-1, proc. 15, ofício n° 48, ANTT.

<sup>112</sup> Ministério das Obras Públicas, mç. 1290-1, proc. 15, ANTT.

<sup>113</sup> Não localizei o documento de proposta à CML, mas presume-se o mesmo partindo do ofício do Vice-Presidente da CML a Filipe Folque, de 1 de agosto de 1894.

<sup>114</sup> Ofício do Vice-Presidente da CML, Amândio Eduardo da Matta Veiga, a Filipe Folque, 1 de agosto de 1894. Ministério das Obras Públicas, mç. 1290-1, proc. 15, ofício n° 2201, ANTT.

<sup>115</sup> 1 de agosto de 1894. Ministério das Obras Públicas, mç. 1290-1, proc. 15, ofício n° 487, ANTT.

<sup>116</sup> Ministério das Obras Públicas, mç. 1290-1, proc. 15, ANTT.

<sup>117</sup> Ofício de 10 de outubro de 1894. Ministério das Obras Públicas, mç. 1290-1, proc. 15, ANTT. O documento cita as obras do Colégio da Visitação de Santa Maria, em Belém, da Igreja de Nossa Senhora das Dores (remodelada a partir de 1867), do Convento do Desagravo do Santíssimo Sacramento, no Campo de Santa Clara (atualmente em reconversão para acolher uma escola básica e jardim-de-infância), do Asilo Maria Pia, em Xabregas (fundado em 1867), do Hospital de Arroios (antigo convento, convertido em Hospital a partir de 1892) e do “Liceu”. Havendo, à data, apenas o Liceu de Lisboa (Liceu Passos Manuel, a partir de 1908), instituído em 1844, sabendo que foi ocupando diversos edifícios até se instalar definitivamente no extinto Convento de Jesus, e que as obras duraram 20 anos até ao ano letivo de 1910-1911, parece-me que é a esta obra que o documento alude («Passos Manuel (Liceu)», Revelar Lx: <http://revelarlx.cm-lisboa.pt/gca/?id=1414>, consult. maio 30, 2014).

junto ao palácio da exposição da arte ornamental não se justificaria, pelos perigos de incêndio”. Explica que “pela redução de um dos dois planos de terreno, se evita para a Câmara o custo importante de uma grade no muro de suporte que os divide, e a pedra proveniente da demolição dele, servirá para altear o muro exterior até ao nível proposto [. Assim] o jardim, com um suave declive e desaffrontado d’aqueles casebres informes e desalinhadados, seria [...] um dos mais bellos ornamentos da cidade, pelas esplendidas vistas sobre as docas, o rio e a outra margem do Tejo”<sup>118</sup>. A 31 conclui-se a demolição dos casebres<sup>119</sup>.

Em fevereiro de 1895, com permissão régia, a DEPF continua a proceder a diversas obras no Convento<sup>120</sup>.

No final de 1897, dá-se um episódio curioso. O inspetor da ARBA, à época o Conde de Ficalho<sup>121</sup>, escreve ao Diretor Geral dos Próprios Nacionais dando conta de que se apresentou no MNBA o Sr. Estêvão Augusto de Almeida, com uma carta de Eusébio José, indivíduo que estava no Asilo de Santo António dos Capuchos<sup>122</sup>, que relatava existirem numa parede do Convento de Santo Alberto objetos de ouro e prata e uma vala “na parte da cerca que também pertence ao Museu”, objetos de cobre e bronze, uns e outros “collocados por elle por ordem superior”. A Direção Geral toma providências e verifica a existência do esconderijo, mas vazio...<sup>123</sup>.

A 7 de abril de 1899, por determinação ministerial, são autorizadas as obras num barracão junto ao Convento, numa faixa de terreno para o lado do rio, cedida ao Ministério das Obras Públicas, que servia de depósito de material da Direção Geral dos Correios e Telégrafos<sup>124</sup>.

Em maio já se encontra demolido o muro da antiga cerca<sup>125</sup>.

---

<sup>118</sup> Ofício da CML, de 3 de dezembro de 1894. Ministério das Obras Públicas, mç. 1290-1, proc. 15, ANTT.

<sup>119</sup> Ministério das Obras Públicas, mç. 1290-1, proc. 15, ofício da DEEPF (5ª Secção), nº 156, ANTT.

<sup>120</sup> Ofício da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, Comércio e Indústria (Direção dos Serviços de Obras Públicas, 1ª Secção), de 22 de fevereiro de 1895. Ministério das Obras Públicas, mç. 1290-1, proc. 15, ANTT.

<sup>121</sup> **Francisco Manuel de Melo Breyner, 4.º Conde de Ficalho** (1837-1903). Botânico e político.

<sup>122</sup> Asilo de Mendicidade de Lisboa, fundado no Convento de Santo António dos Capuchos, Lisboa, em 1836, pela rainha D. Maria II. Transferido para o Mosteiro de Alcobaça, em 1928, quando foi criado oficialmente o Hospital dos Capuchos.

<sup>123</sup> Carta de 28 de outubro de 1897. Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/18, ANTT.

<sup>124</sup> Ministério das Obras Públicas, mç. 454, Inspeção dos Serviços de Obras Públicas do Distrito de Lisboa, proc. nº 469, ofício nº 109, de 11.4.1899, ANTT.

<sup>125</sup> PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00345, AML (consul. fevereiro 24, 2014).

Apesar de em 1896, o Convento ter um projeto de recuperação e ocupação (como veremos), o mesmo não é concretizado. Por falta de uso e abandono, o edifício degrada-se e entra em avançado estado de ruína. Em 1911, no ano em que é criado o Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), o jardim das Albertas já está pronto e o Convento ainda, aparentemente, intacto, como nos mostra o *Levantamento da Planta de Lisboa*, de Silva Pinto (Fig. 27). Mas entre este ano e 1918 o Convento é demolido (Cabello 1992)<sup>126</sup>. À época funcionava ali uma escola de telegrafistas (*BMNAA*, I, nº 2, 1939: 45<sup>127</sup>). A Igreja, cujo coro-baixo fora, entretanto, bastante alterado e transformado em sacristia, é mantida, mas em 1912 procede-se à demolição da “capela do recolhimento”, no coro-alto<sup>128</sup>. Em 1928 albergava uma repartição dos Correios e Telégrafos (Araújo 1938, 64).



**Figura 27:** *Carta Topográfica de Lisboa*, Filipe Folque, 1856-58. Zona do Convento das Albertas (imagem retirada do website Lisboa interativa: <http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/>).

Na década seguinte, a Igreja serve de arrecadação (*BMNAA*, IV, 1, 1959: 5). No lugar do Convento constrói-se, entre 1937 e 1939, o Anexo do MNAA, onde, por

<sup>126</sup> A bibliografia consultada não discute que em 1918 o Convento de Santo Alberto está demolido. No entanto, o que sobrou dele, para além da Igreja? Numa época em que, como vimos (e veremos em relação à construção do Anexo do MNAA) era comum aproveitar-se material das demolições, é natural que o do Convento tenha sido aproveitado também, ou até, parte das suas estruturas. É uma questão que requer conhecimentos específicos e, por isso, não cabe no presente trabalho mas foi levantada pela Doutora Hélia Silva (CML), no decorrer da minha investigação. O que é certo é que a implementação de alguns traços gerais do atual anexo do MNAA (que haviam mantido a cave do projeto anterior) seguem a estrutura geral do Convento.

<sup>127</sup> João Couto diz-nos que à data ainda viviam no Convento duas religiosas. No entanto, não o deviam ser, visto que legalmente já não poderia haver ali religiosas.

<sup>128</sup> AFMNAA, gav. 12, 4.1.3.3, nº 70.

insistência de José de Figueiredo, primeiro diretor do Museu, a Igreja é incorporada, «como exemplo típico do barroco português na sua harmoniosa conjugação entre a talha dourada e o azulejo» (Noé et al.). Para João Couto, o segundo diretor, foi esse «talvez o único motivo que pode justificar a conservação do Museu nas Janelas Verdes» (Couto 1943: 1). A parede, sob o arco que dividia a Igreja do coro-alto, é também mantida e, por ideia de Rebelo de Andrade, arquiteto do Anexo, é colocada «uma bela moldura de talha, antes guardada nas arrecadações e que coube de maneira milagrosa no largo vão da grade do coro superior» (*BMNAA*, IV, 1, 1959: 5)

Em novembro de 1938, decorrem obras de limpeza e arranjo da Igreja, com restauro de altares, telas e talha das paredes e capelas. Durante esse processo, o diretor do MNAA manda deslocar o retábulo de talha setecentista da Capela do Santo Cristo da Fala, por desconfiar que estivesse a tapar um mais antigo e encontra-se de facto o altar primitivo, do séc. XVI, de pedra e cal, revestido a azulejo, como os que ladeiam o arco triunfal e como seria o da Capela de Santa Teresa de Jesus, mas com padrão imitando tecido e bordado, com motivos vegetalistas (*BMNAA*, I, nº 2, 1939: 55). O retábulo barroco é transferido para a Igreja Matriz do Torrão, em Alcácer do Sal (Noé et al.).

Na Igreja, estava previsto aplicar soalho de pinho à inglesa, mas, ao levantar-se o antigo pavimento, que estava apodrecido, encontram-se lápides funerárias, que são incrustadas no novo piso de tijoleira (*BMNAA*, IV, 1, 1959: 5). No coro-baixo rebocou-se o teto e colocou-se soalho de pranchas corridas, com cercadura e lambrim em pedra. O telhado da Igreja é apeado, reparado e repostado. Em 1940 são aplicados no frontal do altar da capela-mor azulejos de padrão azul e amarelo (séc. XVII) (Henriques 2003, 161).

Atualmente (apesar de temporariamente fechada ao público), acede-se à Igreja, através do espaço antes ocupado pelo coro-baixo (a ante-Capela), descendo um lanço de escadas metálicas e transpondo um arco abatido (**Fig. 28**). Sobre aquele, encontramos a já citada grade do coro-alto (atualmente apenas vista do lado da Igreja). Ainda rodeiam a grade três painéis pintados: Santo Elias (à esq.),



**Figura 28:** Interior da Capela das Albertas, vista de E para W. Ao fundo a Ante-Capela, no espaço originalmente ocupado pelo coro-baixo e pela portaria do Convento de Santo Alberto (Fotografia: José Pessoa, 1997, 17599.03 TC, MNAA).

Santa Teresa d'Ávila (à dir.) e um êxtase da Santa (ao centro). Acima da cimalha, o outro painel representa a Fuga para o Egipto.

A **igreja** é pequena<sup>129</sup>, de planta longitudinal, com entrada lateral, «como quase todos os mosteiros de religiosas» (Pereira 1927, 249). O interior (**Esquema 1**) é composto por uma nave, com capela-mor e duas capelas laterais profundas (na parede sul), a de Santo Cristo da Fala<sup>130</sup> e a de Santa Teresa<sup>131</sup>, de dimensões aproximadas<sup>132</sup>. Os azulejos vão do final do século XVI (os originais da Capela do Santo Cristo da Fala) ao XVIII. A talha dourada é das mesmas épocas, sendo a mais antiga e simples a da Capela de Santo Cristo e a mais recente a da Capela-mor (séc. XVIII).

A nave tem cobertura de madeira, em forma de masseira, dividida em tabelas e pintada a branco, com filetes e flores douradas. As paredes são revestidas, a meia altura,

---

<sup>129</sup> «Mede a Igreja com as grossuras das paredes laterais e de fundo 24,79m de comprimento por 7,75 de largo, ou 191,89m<sup>2</sup>» (Termo do inventário a 28 de fevereiro de 1891. Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/14, folhas 100-104; ANTT).

<sup>130</sup> Capela revestida a azulejos de brutesco, de c. 1670, da autoria de Gabriel del Barco, que rodeiam uma pequena cartela com símbolos do martírio de Cristo e duas janelas comunicantes com a zona conventual, uma delas com grade de bicos, característica dos conventos de clausura. A cobertura é em falsa abóbada de arestas, interrompida por um lanternim, rebocada e pintada de verde, tendo nos panos cartelas de estuque com símbolos do martírio de Cristo, como o Sudário de Verónica e a bandeira com as iniciais "S.P.Q.R.". O retábulo maneirista, de talha dourada, do final do séc. XVI, é de planta reta, definido por duas pilastras dóricas, que se prolongam numa arquivolta, formando um nicho em arco de volta perfeita, onde se integra o orago. No fundo, o painel *Panorama de Jerusalém com Passos da Paixão de Cristo*, atribuível a Bento Coelho da Silveira, O altar é paralelepípedo, com frontal de azulejo policromo, imitando adamascados, datável de 1580 e exemplar único em Portugal (descoberto em 1937). Na parede do lado do Evangelho existe uma inscrição, em lápide rectangular, com moldura em cantaria de calcário vermelho, com inscrição incisa e avivada a negro: "ESTA CAPELLA HE DO PADRE DIOGVO FERNANDEZ CAPELLAO CANTOR DEL REI NOSSO SENHOR A QVAL ELLE MANDOV FAZER A SVA CVSTA TEM MISSA QVOTIDIANA POR SVA ALMA E DE SEVS DEFVNTOS DEIXOV PARA ESTA OBRIGAÇÃO SESENTA MIL REIS DE RENDA EM OVRO E CASAS NESTA CIDADE E AS RELIGIOSAS DESTA SANTA CASA POR ADMINISTRADORAS 1597 FALESEO 22 DE IVLHO ANNO 16??" (data tapada pela moldura). A teia é de mogno e o pavimento de cantaria (Noé et al.; Henriques 2003, 162; *O Museu Nacional de Arte Antiga*, 1994: 22; Termo do inventário a 28 de fevereiro de 1891. Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/14, ANTT).

<sup>131</sup> Revestida a azulejo. No silhar, azul e branco, historiado, com alegorias religiosas, e nos alçados azulejos de tapete policromos (amarelos, laranjas e verdes), de c. 1600, com padrão de maçaroça, de 2x2. Rodeiam estas duas janelas, comunicantes com a zona conventual, estando uma delas entaipada e forrada com azulejo branco. Entre o silhar e a zona superior, corre uma faixa de talha, decorada com acantos dispostos simetricamente. A cobertura, em abóbada com lanterneta no fecho, possui as iniciais JMJT (Jesus, Maria, José e Teresa) e símbolos de Santa Teresa: a açucena, livros e um tinteiro, corações inflamados e uma estrela. O retábulo é de talha dourada, com decoração de acantos. De planta reta, é definido por duas pilastras e duas colunas grupadas, assentes em plintos paralelepípedicos. Ao centro, apainelados, divididos por quarteiros, suportam um pequeno nicho em arco de volta perfeita, com dupla moldura, encimado por frontão interrompido por pináculo. A estrutura é ladeada por faixas de talha e rematada por friso e cornija, que sustentam um tímpano de talha, onde se inscreve uma tabela retangular horizontal. O nicho é rematado por uma pintura de Santa Teresa com a Virgem. Sobre ele, uma moldura retilínea, com decoração vazada e motivos vegetalista. O altar é paralelepípedo, de madeiras embutidas, tendo no centro a pedra de armas do instituidor. (Noé et al.).

<sup>132</sup> 3,20m x 3,20m e 3,21m x 3,40m, respetivamente (Termo do inventário a 28 de fevereiro de 1891. Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/14, folhas 100-104; planta: folha 105, ANTT).

por azulejo historiado, azul e branco, formando painéis, com cenas alusivas a Cristo e a Santa Teresa. A zona superior é revestida a talha dourada barroca, de estilo joanino,



**Esquema 1:** Localização dos vários espaços e elementos do interior da “Capela das Albertas”. Vista de W para E (Fotografia: José Pessoa, 1997, 17599.02 TC, MNAA).

**Figura 29:** Interior da sacristia da Igreja das Albertas (Fotografia: 4.2.5.4, nº 1768, gav. 12, AFMNAA).

formando apainelados de acantos. Na parede sul, duas janelas falsas pintadas em azulejo contrapõem-se às duas verdadeiras na parede norte. Ao contrário, na parede sul, após o arco abatido, a porta que dava acesso ao Convento (atualmente fechada) tem a sua correspondente pintada em azulejo, em frente, na parede norte. Nesta, encontramos também o púlpito, com escada de cantaria, balcão de madeira e sobre-céu de talha dourada. Entre o púlpito e a porta falsa, a estrutura de madeira que precede a entrada da Igreja, pela Rua das Janelas Verdes. No pavimento da nave, de ladrilho cerâmico, encontram-se as lápides funerárias, armoriadas e com legendas<sup>133</sup>.

<sup>133</sup> «(...) junto à Capela de Santa Teresa, uma com a seguinte inscrição: "ESTA SEPVLTVRA E CAPELA COLATERAL HE DE VICENTE SOARES DE PELETA CAVALEIRO DO HABITO DE CHRISTO NATVRAL DA CIDADE DE DAROUCA DO REINO DE ARAGÃO E DE DONA JOANA MALDONADO MINALA SVA MOLHER E DE SEVS HERDEIROS DEIXARÃO A ESTE CONVENTO SETENTA MIL REIS DE ESMLA EM CDA HVM ANNO, PARA DESPOIS DE SVA MORTE COM OBRIGAÇÃO DE HVA MISSA QVOTIDIANA POR SVAS ALMAS FALECEO ELE A 7 DE DEZEMBRO DE 1611 E ELA A 21 DE JANEIRO DE 1628." Junto a esta, uma sepultura com a inscrição: "SEPVLTVRA PERPETVA DE LVIS ANTONIO E DE SVA MOLHER MARIA VIEIRA IA DEFVNTA E DE SEVS HERDEIROS ANNO DE 1668". No enfiamento desta, uma sepultura com a inscrição: "SEPVLTVRA PERPETVA DE PERO ALVES CARPINTEIRO E ... NAOS DA INDIA E DE SVA MOLHER MARIANA DA CRUZ A QVAL FALECEO A 20 DE IVLHO DE 1625 ANOS E DE SEVS ERDEIROS E DECENDENTES". Junto, outra sepultura com a inscrição "SEPVLTVRA DE ... CAMARA E DO TENENTE DOMINGOS DA GAMA PEREYRA CAVALEIRO PROFESSO DO HABITO DE SÃO BENTO E DE SVA MOLHER DONA MARIANA DA FONSECA ERA DE 1633". Surge, ainda, uma capela armoriada com a inscrição: ESTA CAPELLA MOR HE DE MANOEL DA SILVA DE SOVZA GOVERNADOR QVE FOI DO PORTO, E DE SVA MOLHER DONA IZABEL BOTELHA E NELLA ESTÃO SEPVLTADOS SEVS OSSOS POR SEREM PADROEIROS DESTE CONVENTO AO QVAL INSTITVIRÃO POR SEV UNIVERSAL HERDEIRO A MISSA CONVENTUAL COTIDIANA SE DIZ POR SVAS ALMAS E SE LHE FAZ HV... OVE LICÕES NO OITAVARIO DO SANTO PARA SEMPRE"» (Noé et al...). Temos notícia da venda de uma sepultura no

Da nave, passando uma teia de madeira torneada, acede-se ao presbitério, onde surgem duas capelas retabulares laterais, dedicadas a Nossa Senhora do Carmo e a São José<sup>134</sup>. O arco triunfal, também de talha dourada, de volta perfeita, assenta em pilastras, possuindo no fecho, as armas das Carmelitas.

A capela-mor tem igualmente cobertura de madeira em masseira, com caixotões pintados com cartelas recortadas por acantos, onde se inscrevem elementos eucarísticos. Sobre supedâneo de cantaria de calcário líos branco e rosa, com escadas centrais, o retábulo-mor, de talha dourada joanina, é de planta reta e três eixos definidos por quatro colunas torsas, assentes em consolas, que sustentam um tímpano ornado por fragmentos de cornija, elementos fitomórficos e, ao centro, as armas da Ordem. Também ao centro, encontra-se a tribuna em arco de volta perfeita, contendo o trono com baldaquino<sup>135</sup>, para exposição do Santíssimo, surgindo, nos eixos laterais nichos em arco de volta perfeita, sustentados por mísulas, onde se integram as imagens de Santa Teresa (à esq.) e Santo Alberto (à dir.), figuras tutelares do Convento. A estrutura é flanqueada por talha dourada, onde se enquadram as portas de acesso à tribuna. Acede-se ao altar-mor por 8 degraus de cantaria líoz branca e cor-de-rosa. O altar é paralelepípedo em cantaria branca, vermelha e azul. Nas ilhargas, azulejos historiados representam a "Última Ceia", na parede sul, e a "Multiplicação dos Pães", no lado oposto. Na parede sul encontra-se o comungatório, a janela gradeada por onde as carmelitas recebiam a comunhão.

Uma pequena escada à esquerda do patamar do altar-mor, dá acesso à Sacristia, que «é de tal forma que não ha segunda deste projecto, porque é debaixo da capella mór, tendo escadas que decem aos lados» (Pereira 1927, 251). Tem teto de madeira pintada, pavimento semelhante ao da nave da Igreja e as paredes revestidas a azulejo de figura avulsa e de padrão, no rodapé (**Fig. 29**).

---

Convento, a 29 de agosto de 1668, que poderá ser a de António Luís, mulher e herdeiros, cuja inscrição indica o mesmo ano (Cf. Ex-AHMF, Cartórios dos Conventos, Convento de Santo Alberto, cx. 1, pt. 31, ANTT).

<sup>134</sup> «(...) semelhantes, de talha dourada, de planta recta e três eixos definidos por duas pilstras [*sic*] e por quatro colunas torsas, sustentadas por consolas; cada um dos eixos possui apainelados com mísulas a sustentar imaginária, o central mais alto, sendo os laterais concheados. O banco e sotobanco possuem uma profusão de talha dourada, com motivos fitomórficos, sendo rematado por frontão semicircular, também profusamente decorado e possuindo cartela central. Altares paralelepípedos» (Noé et al.).

<sup>135</sup> Semelhante aos da Igreja de Nossa Senhora da Pena e da Igreja da Encarnação (Noé et al.).

#### C.4 O Palácio dos Condes de Alvor (1698-1879)

O Palácio dos Condes de Alvor, também conhecido por Palácio Alvor-Pombal, ou simplesmente Palácio Alvor, que atualmente instala o MNAA, foi mandado construir por D. Francisco de Távora, 1.º conde de Alvor<sup>1</sup>, após o seu regresso da Índia, em 1686, onde fora vice-rei.

Começado a erguer por volta de 1698 (Matos 1989)<sup>2</sup>, «sobre umas casas que constituíam um prazo cujo domínio directo pertencia ao Real Mosteiro de Santos» (Araújo 1946), pela quantia de 1960 réis anuais (Martins 1945), em terreno anexo ao Convento de Santo Alberto, confinava a poente com a igreja deste, que lhe servia de capela (Matos 1989), e tinha um pequeno jardim, com vista para o Tejo (v. **Fig. 25**).

As ditas “casas”, penso que se podem ver representadas, junto ao Convento das Albertas, na pintura pertencente ao MNAA<sup>3</sup> *Panorama da Cidade de Lisboa no Século XVIII* (partida de São Francisco Xavier para a Índia), em exposição permanente no patamar da escada do piso intermédio do Anexo<sup>4</sup> (v. **Ap. A, Fig. 6**).

O Palácio Alvor é «um dos mais perfeitos exemplares de palácio urbano do barroco aristocrático» (Matos 1989), num estilo austero, tipicamente português (*Guia* 2009, 4). A planta é retangular, «do tipo casa comprida, mas evoluindo em dois pisos» (*website* MNAA), com altas janelas de peitoril no inferior e de sacada gradeada no nobre, com cantarias rematadas por frontão liso. A predominante horizontal e monotonia típica destes edifícios é quebrada pelas pilastras divisórias, pelos cunhais e, sobretudo, pelos dois eixos da linha decorativa dos portais, com janelas sobrepostas.

Primitivamente, ostentando o brasão dos Távora, os dois portais «são a mais importante contribuição desta construção para a tipologia do palácio barroco» (Matos

---

<sup>1</sup> D. Francisco de Távora (1646-1710) era irmão do 1.º marquês de Távora, D. Luís Álvares de Távora (1634-72) e recebeu o título de 1.º conde de Alvor, por D. Pedro II, em 1683. Foi membro do Conselho de Estado e Guerra deste rei e de D. João V, combateu na Batalha de Montes Claros (1665), foi governador de Angola (1669-76) e vice-rei da Índia (1681-86). «Távora e Alvor eram, na 1ª metade de Setecentos, uma das famílias mais influentes e poderosas da alta nobreza do reino» (Monteiro, Nuno Gonçalves, *D. José I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2008, cit. por Raggi 2013, 51).

<sup>2</sup> Como chama a atenção Giuseppina Raggi (Raggi 2013, 52), o autor não indica a fonte para justificar esta data.

<sup>3</sup> Atribuída a José Pinhão de Matos, séc. XVIII, óleo sobre tela, 131 x 431 cm, nº de inventário: 390 Pint.

<sup>4</sup> Informação fornecida pela Doutora Maria de Lourdes Riobom, em visita guiada ao MNAA (junho 6, 2014) que, no entanto, identificou como o Palácio de Alvor aquilo que julgo representar o Convento de Santo Alberto, não estando aquele ainda construído ou, pelo menos, unificado.

1989). Abrindo para um amplo vestíbulo, os portais permitiam abrigo aos visitantes e a circulação das suas carruagens, com entrada por um e saída pelo outro. O que «dispensa o pátio, ou melhor, introdu-lo no interior do palácio» e «indicia a mais importante alteração estrutural que [ele] encerra, que é, entre os que até nós chegaram, o primeiro a fazer uso desta solução» (Matos 1989).

O modelo é repetido, mais tarde, no Palácio da Bemposta (atual Academia Militar), iniciado em 1702, e ao longo do século XVIII, por exemplo no Palácio Pombal, da Rua do Século, ou no Palácio do Correio-Mor, em Loures (Matos 1989). Aliás, tendo o Palácio da Bemposta sido mandado construir pela rainha D. Catarina de Inglaterra, para quem o arquiteto João Antunes trabalhou no antigo Convento de Arroios, José Sarmiento de Matos (Matos 1989) avança com a possível atribuição da autoria do Palácio Alvor àquele arquiteto, pois desconhece-se o autor do projeto. Entre os dois palácios, são evidentes as semelhanças, por exemplo, nos portais e janelas de sacada da fachada principal, o que acontece também com outro palácio mandado construir pela mesma rainha, para as suas açafatas, o Palácio Centeno (ou das Açafatas), em Lisboa (atual Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa)<sup>5</sup>.

Do projeto inicial do edifício, ao tempo do 1.º ou 2.º condes de Alvor, sobreviveram até hoje dois tetos pintados a têmpera, em perspetiva arquitetónica, com linguagem barroca, do pintor Vincenzo Bacherelli (1672-1745), ativo em Portugal de 1701 a 1718<sup>6</sup>. A exceção destas pinturas reside no facto de, apesar de incompletas, serem as únicas pinturas do artista que ainda resistem, num espaço profano (*Ilusionismos*, 2013: 39)<sup>7</sup>. Originalmente, todos os tetos das salas do lado norte do andar nobre do Palácio Alvor teriam tido pinturas semelhantes<sup>8</sup>, pois normalmente os pintores intervinham integralmente no espaço do edifício, privilegiando o salão nobre e,

---

<sup>5</sup> Encontramos outros paralelismos entre o Palácio Alvor e palácios coevos, como o portal principal do Palácio Almada, Lisboa (atual sede da Sociedade Histórica da Independência de Portugal).

<sup>6</sup> O artista florentino, que «alcança grande sucesso e riqueza em Portugal», introduz no nosso país a “quadratura”, pinturas em perspetiva, enquadradas por imitação arquitetónica, em tetos de palácios, igrejas e outros edifícios. Bacherelli foi autor dos tetos da Igreja de Nossa Senhora do Loreto (1702) e da portaria de São Vicente de Fora (1710) e de arquitetura efémera para o casamento de D. João V (1708) e para o aniversário do infante D. Manuel (1713). No final do século XVII, mais do que a Corte, é a aristocracia portuguesa que promove a produção artística, «pela necessidade de construir novas residências de família na capital» e Bacherelli teve, assim, intensa atividade (*Ilusionismos*, 2013: 37, 42 e 52).

<sup>7</sup> Do artista, conhecem-se poucos trabalhos em arquitetura profana, entre eles, o para a chamada sala da Câmara, do Palácio dos Condes de Povolide, Azambuja e para a casa de campo do 2.º marquês de Távora, D. António Luís de Távora, sobrinho de D. Francisco, o que mostra o interesse da família por este tipo de pintura. Esta casa de campo foi mais tarde o Palácio dos Condes de Galveias (atual Biblioteca Municipal Central de Lisboa) (*Ilusionismos*, 2013: 39 e 51).

<sup>8</sup> Note-se que, à época, as 6 últimas salas do extremo oriental (3 de cada ala) ainda não existiam.

sucessivamente, as salas contíguas (Raggi 2013, 53). As pinturas sobreviventes encontram-se no extremo da ala ocidental, na, por isso chamada, Sala do Tecto Pintado (sala 50) (v. **Ap. A, Fig. 9**) e na seguinte (sala 51), maior que a primeira, com a pintura bastante degradada<sup>9</sup> (**Fig. 30**). A pintura da sala mais pequena apresenta três níveis de profundidade, «assinalados pelo uso progressivo de cores mais ténues»: no 1.º temos uma cornija a rodear o espaço, saliente, «de cada vez que se transforma em pedestal de volutas invertidas», com festões e elementos decorativos dourados, como vasos e mascarões zoomórficos, sobrepujados por cartelas ovais com figuras alegóricas femininas (nos ângulos); no 2.º nível, outra cornija composta por arquivoltas e no 3.º uma estrutura arquitetónica com grotescos, festões e 4 óculos pintados (Raggi 2013, 56)<sup>10</sup>. Neste tipo de composições, as entradas de luz pintadas eram coordenadas com as reais «e o correto cálculo das sombras projetadas pelas arquiteturas pintadas reforça[va] a tridimensionalidade» das pinturas (*Ilusionismos*, 2013: 43). Note-se que a primeira sala tinha uma janela e a segunda duas, na parede sul, mas foram tapadas, quando da adaptação do Palácio a Museu Nacional de Belas Artes (1883) e assim permanecem. Na mesma altura, o “sfondato”, a composição pintada do centro do teto, foi substituída, nos dois tetos, por claraboias (Pinto 1943, 108). Atualmente, na sala do extremo (50), o vão da claraboia está entaipado e na sala seguinte (51), toda a pintura oculta por um teto falso.



**Figura 30:** Teto pintado por Vincenzo Bacherelli, c. 1701-1718. Atual sala 51 do MNAA, 1987 (Fotografia: Manuel da Palma, 4.2.4.2 n.º 498, gav. 12, AFMNAA).

Quando D. Francisco de Távora morre, em 1710 (31.5), o 2.º conde de Alvor, D. Bernardo António Filipe Nery de Távora (16.8.1681-27.4.1744), herda o Palácio e tê-lo-á arrendado, entre outros, ao 2.º Marquês de Minas, D. António Luiz de Sousa (1644-1721)<sup>11</sup>. Mas, devido a dívidas deixadas pelo fundador, o imóvel é penhorado, vai a praça pública e é

<sup>9</sup> Giuseppina Raggi (Raggi 2013, 53) encontra afinidades entre esta pintura e a que o artista realizou para a portaria do Mosteiro de São Vicente de Fora (nos duplos arcos rebaixados e nos balaústres baixos).

<sup>10</sup> Giuseppina Raggi (Raggi 2013, 56) coloca a hipótese deste 3.º nível não ser original.

<sup>11</sup> Augusto Cardoso Pinto refere que o 2.º Marquês de Minas fora o último inquilino antes da venda do Palácio. O que já não será possível é o mesmo ter «despeja[do] o imóvel, de forma ao novo senhorio se instalar» (Pinto 1943, 19, n.1), pois morre em 1721, antes da primeira compra.

comprado, a 20 de maio de 1737, por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, por 22 mil cruzados e 120 mil réis, tendo porém o Conde, por 200 mil réis, o «direito de remir» e reembolsar o adquirente (Gonçalves 1989), direito que transferiu, por 23 mil cruzados, para Matias Aires Ramos da Silva de Eça<sup>12</sup>, por escritura de 16 de setembro de 1743<sup>13</sup>, confirmada a 20 de março de 1744, tendo aquele, então, comprado o Palácio a 26, por 30 mil cruzados (Ennes 1940, 9)<sup>14</sup>.

Matias Aires de Eça exercia, desde 1742, o cargo de provedor da Casa da Moeda, primeiro por impedimento do pai, e, a partir de 1744, definitivamente, por morte daquele (carta régia de 19.11.44), procurando, deste modo, uma «permanência assídua em Lisboa» e «residência de maior ostentação» (Ennes 1940, 7). De posse do Palácio Alvor, amplia a área «com uns quintais» (Pinto 1943, 19) e gasta 50 mil cruzados em avultadas beneficiações, incluindo decorações interiores (Pinto 1943, 20), durante 6 a 7 anos (Ennes 1940, 18), o que demonstra a necessidade constante de manutenção e o mau estado de conservação em que se encontrava o imóvel (Pinto 1943, 22).

Com o terramoto de 1755, apesar de o Palácio ter saído incólume, Matias Aires (como muitos habitantes de Lisboa após a tragédia), deixa definitivamente de o habitar<sup>15</sup> e arrenda-o ao embaixador da Alemanha, o conde de Kevenhuller Metch, a 23 de abril de 1759, por 2 anos e, findos estes, a 7 de maio de 1760, renova o contrato até 1762, com renda anual de 3 mil cruzados. A partir daquele ano, o Palácio é alugado, pelo mesmo valor anual, a Daniel Gildemeester (m. 1793), cônsul holandês em Lisboa e contratador de diamantes.

Matias Aires morre em 1763 e deixa como herdeiro o filho mais novo Manuel Inácio Ramos da Silva de Eça, que recebe em testamento (de 24.1.1762) “as casas

---

<sup>12</sup> **Matias Aires Ramos da Silva de Eça** (1705-1763). Natural de São Paulo, Brasil, foi escritor e filósofo. Terá sido no Palácio Alvor que idealizou e concluiu a sua obra principal e “a mais famosa da literatura brasileira do século XVIII” (Ennes 1940, 6): *Reflexões sobre as Vaidades dos Homens, ou discursos moraes sobre os efeitos da vaidade, offerecidos a El-Rey Nosso Senhor D. Josepho I* (1752).

<sup>13</sup> Ernesto Ennes escreve que o Conde de Távora «transferiu a Matias Aires Ramos da Silva de Eça [o direito de remir], por escritura de 16 de Setembro de 1744, confirmada a 20 de Março do mesmo ano» (Ennes 1940, 9), o que mostra a incorreção da data, para além de que o Conde morre a 27.4.1744. Logo, as datas corretas deverão ser 16.9.1743 e 20.3.1744.

<sup>14</sup> A bibliografia acerca deste período da história do Palácio Alvor, seus proprietários e inquilinos é contraditória. Inclusivamente, nos *websites* do MNAA e do SIPA, há incoerências, não só entre os dois textos, mas em cada um, devido às datas apontadas para a morte de Matias Aires (1763 ou 1755, respetivamente) ou para a aquisição do Palácio por Paulo de Carvalho e Mendonça (1769 ou 1759 e 1763, respetivamente).

<sup>15</sup> Sobre o facto de o Palácio Alvor não ter soçobrado ao grande terramoto, o escritor reflete em: *Problema de Arquitectura civil, a saber: Por que razão os edifícios antigos tinham e têm mais duração do que os modernos? E estes por que razão resistem menos ao movimento da terra quando treme. Demonstrado por...* (Monumentos e edifícios notáveis, 1988: 30-31).

grandes da Rua das Janelas Verdes (...) [e] os quintais que tem” (cit. por Ennes 1940, 14). No entanto, o inquilino Gildemeester consegue que, devido a uma dívida deixada por Matias Aires, o Palácio seja penhorado, a 14 de abril de 1768, e compra-o em praça pública, a 28 de maio, por 30 mil cruzados, por procuração de Paulo de Carvalho de Mendonça (1702-1770), presidente do Senado da Câmara de Lisboa, Inquisidor Geral do Reino e irmão do Marquês de Pombal, ligação político-familiar que terá beneficiado a aquisição do Palácio, pois o cônsul holandês era protegido do Marquês<sup>16</sup>. Aliás, no valor da arrematação, ia descontada a importância que o cônsul dizia ter gasto em obras no Palácio e no do arrendamento (por 3 anos) iriam sendo amortizados os 30 mil cruzados dispendidos (Ennes 1940, 15). Ou seja, o cônsul continuava a residir no Palácio, e sem pagar renda.

Por morte Paulo de Carvalho de Mendonça (17.1.1770), o Marquês de Pombal herda o Palácio, mas não o habita, continuando Gildemeester ali a residir, pois ainda lhe era devida a quantia de 8.415\$768. A 4 de junho de 1774, Pombal e Gildemeester ajustam o valor da dívida e o contrato é prorrogado por mais 7 anos (mais 3, além dos que faltavam do contrato anterior), ou seja, até 1781. Isto porque o cônsul, “para boa acomodação da sua pessoa e família, e da de seu filho primogénito João Gildemeester a quem queria dar Estado”, pretendia construir na parte poente do Palácio, onde “se achava um chão, e quarto arruinado”, interiormente<sup>17</sup>, “um quarto de casas nobres, para completar [o Palácio] por aquela banda” (cit. por Ennes 1940, 15). Talvez por isso o Marquês de Pombal compre todo o terreno para nascente do Palácio, ao desembargador Francisco José da Cunha, por 1.010\$100, para “completar o risco do Edifício que estava imperfeito...” (cit. Ennes 1940, 19), ganhando 65 palmos de fachada, com 185,5 de largura.

Quando foi arrematado por Gildemeester, o Palácio estava “madeirado, tendo cada casa seu telhado por si, com muitos canos, que motivaram naturalmente a que as águas da chuva não só arruinassem as madeiras, mas a fazerem-se todos os anos muitos consertos” (cit. por Ennes 1940, 21). Tinha uma só serventia, contava com 7 salas do lado norte e 4 do sul, com um corredor a meio, que dava serventia a umas e outras e a uma cozinha. Esta era incapaz, com uma escada de caracol, em madeira, muito

---

<sup>16</sup> Inclusivamente, o Marquês de Pombal irá, mais tarde, ceder a Gildemeester um terreno em Sintra, para ele construir o seu palácio (atual Palácio de Seteais).

<sup>17</sup> Augusto Cardoso Pinto (Pinto 1943, 16) chama a atenção para o facto de exteriormente não ter havido ruína, visto o Palácio não apresentar vestígios de reconstrução e o cunhal, naquela zona, estar intacto.

danificada, que lhe dava acesso e ao jardim. Não havia copa nem “outras iguais oficinas”, muitas salas nesta zona estavam inabitáveis, com paredes velhas e mal fundadas. Daí que, numa delas, onde havia um eirado, sobre vigamento ladrilhado por cima, por estar o vigamento podre, se tinha feito uma abóbada para ele não cair, abóbada essa que foi demolida, quando das obras levadas a cabo pelo cônsul. Das salas da ala sul, só uma estava habitável, um gabinete encostado à parede do Convento de Santo Alberto (Ennes 1940, 21).

As obras decorrem em 1774 e 1775<sup>18</sup>. A fim de melhorar o sistema de escoamento da água da chuva, substitui-se a antiga cobertura de telhados independentes, característica da arquitetura dos séculos XVI e XVII, por um telhado único de duas águas, que se rebaixava no ponto da 4ª janela a contar de poente, bifurcando-se aí, devido a um pátio interior (Pinto 1943, 31). “A loja principal (atual átrio das Janelas Verdes?) [foi] rebocada, guarneçada e estucada” e “as pedrarias foram limpas”. Como “as paredes [estavam] em tosco, o teto sem forro [e], o vigamento incapaz”, “foi tudo feito de novo, e não menos o assoalhado”. “A escada principal estava em tosco, sem forro no teto” e, por isso, “se comboteou<sup>19</sup>, e foi estucado e pintado a fresco” e “o corrimão foi feito de novo; porque o que tinha era de alvenaria coberto de cal”. “A sala vaga foi camboteada, azulejada, e estucada de novo, as paredes rebocadas, e guarneçadas, e vigada”. “O quarto nobre da parte do rio, por detrás do outro à frente da rua, foi feito a fundamento de novo, com excelentes materiais” (cit. por Ennes 1940, 19).

Para além do citado teto estucado e pintado a fresco da escadaria, que ainda hoje existe, pintado de branco (v. **Ap. A, Fig. 5**), são também desta campanha de obras, e visíveis ainda hoje, os tetos com estuques artísticos de duas salas do lado sul (atuais 69 e 68) (v. **Ap. A, Figs. 3 e 4**), sendo provável que as salas contíguas daquela ala, apresentassem estuques semelhantes, pois, numa sala que virá a ser demolida, em 1940, ainda eram visíveis, agarrados à parede, restos de um teto daquele género (Pinto 43, 16). Numa gramática de aparato ao gosto rococó, de concheados, arabescos e figuras de meninos e cupidos (na sala maior, atual 69), são, muito possivelmente, da autoria de Giovanni Grossi (1719-1781)<sup>20</sup>, pois estão próximos de outras intervenções em

---

<sup>18</sup> As escrituras dos contratos datam de 24.6.74 e 29.11.75, por isso as obras decorreram entre estas duas datas (Pinto 1943, 111).

<sup>19</sup> Creio ser um verbo derivado de “cambota”: armação arqueada, de madeira, que serve de molde e de suporte para a construção de arcos e abóbadas.

<sup>20</sup> O artista italiano, nascido em Milão, vem para Lisboa, por volta de 1748, fugido à justiça, por uma morte que cometera em duelo (Pinto 1943, 107). Traz a exuberância artística do estuque barroco que se

arquitetura doméstica senhorial, que o artista e a sua oficina realizaram à época, no nosso país, nomeadamente para o Marquês de Pombal<sup>21</sup>.

Pela mesma altura, são colocadas as pedras de armas dos Carvalho nos dois portais da fachada norte (v. **Figs. 6 e 7 e Ap. A, Fig. 12**), substituindo as originais dos Távora (Matos 1989), e na porta monumental de acesso ao salão nobre do Palácio<sup>22</sup> (v. **Ap. A, Fig. 13**), obras provavelmente idealizadas por Grossi, «seguindo empréstimos de famosos ornamentistas franceses ou mesmo italianos a trabalhar em Inglaterra, cujas gravuras em álbuns, livros, recolhas, ou mesmo de modo avulso circulavam na Europa. De entre estes deverá citar-se Jean F. Cuvillés [*sic*] (1695-1796) [*sic*]<sup>23</sup> cujos desenhos vieram para Portugal num portfólio de um colaborador de Grossi» (*Website* do MNAA).

Terão sido também realizadas durante esta campanha, as 4 mansardas, do lado sul do telhado, situadas sobre a 2<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> janelas a contar de poente e as outras, no extremo poente, que deitavam para o pátio e para o telhado da Igreja (Pinto 1943, 31), visíveis num desenho de uma vista de Lisboa, posterior ao terramoto de 1755 (**Fig. 31**). Mais tarde, as duas últimas mansardas fundem-se numa só, com 4 janelas, e acrescentam-se chaminés no telhado. Estas alterações são visíveis, num outro desenho, de Charles Landseer<sup>24</sup>, datável de 1825-26 (**Fig. 32**), num terceiro, datado de 14 de

---

fazia na Europa Central e em Itália e que, sobretudo depois do terramoto de 1755, se tornou moda no nosso país. A necessidade de se efetuar trabalhos de restauro nas igrejas, levou Grossi a receber o seu primeiro trabalho, para um teto da Igreja dos Mártires. O Marquês de Pombal torna-se seu protetor e dá-lhe a direção da Aula de Estuque e Desenho, anexa à Real Fábrica das Sedas. Grossi dirige-a até ao seu encerramento (1777), quando o Marquês é afastado do poder. Devem-se à oficina de Grossi inúmeras decorações de espaços religiosos e civis, em Lisboa e arredores (Mendonça 2009). Por lapso, no *website* do MNAA, o nome do artista surge a primeira vez como “Rossi” (<http://www.museudearteantiga.pt/pt-PT/edificio/historia/ContentDetail.aspx?id=385>, consult. junho 9, 2014).

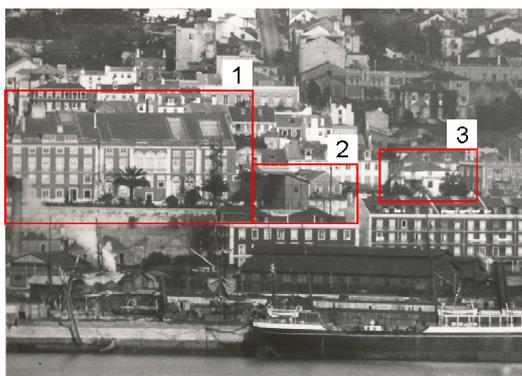
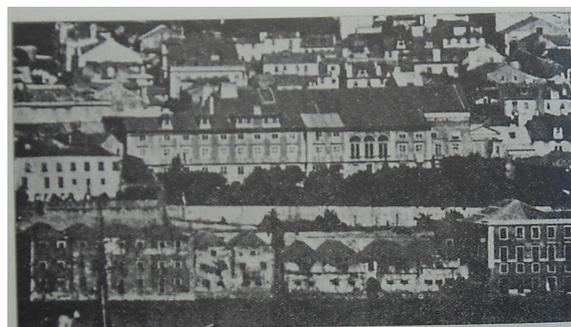
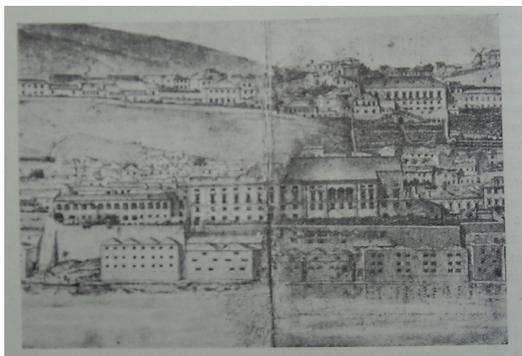
<sup>21</sup> Como nos seus palácios de Oeiras e da Rua Formosa ou em outros, como o do Machadinho, do Largo Mesquitela e das Laranjeiras, ambos em Lisboa, no da Vila de Sintra e no do Correio-Mor, em Loures (*website* do MNAA, Mesquita e Mascarenhas 1994 e Mendonça 2009). Em relação ao Palácio do Machadinho, atente-se igualmente na semelhança entre o seu portal e os do Palácio Alvor. Sobre os trabalhos dos estuquistas da Aula de Grossi e atribuições a este v. Flórido Vasconcelos, «Considerações sobre o estuque decorativo», *BMNAA*, V, 2, Lisboa, Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1966: 34-44.

<sup>22</sup> Pedra de armas sem indicação dos esmaltes, com escudo em cartela com estrela de oito pontas, facetada, de densidade  $\approx 2,5$ , e orientada cardinalmente, numa caderna de crescentes, as pontas destes tangentes às diagonais daquelas; coronel de marquês em alto-relevo, com quatro pérolas e cinco florões, sendo os dos extremos meios (?); tudo numa cartela maior ornamentada com motivos vegetalistas estilizados (descrição heráldica de António Martins-Tuválkin, em setembro 2014). As pedras de armas dos portais da fachada norte têm indicação dos esmaltes na cartela, *putti* tenentes, um mascarão na base e decoração mais densa.

<sup>23</sup> **Jean François Cuvillés** (1695-1768). Arquiteto e desenhador, nasceu na Bélgica, formou-se em França e trabalhou sobretudo na Alemanha.

<sup>24</sup> **Charles Landseer** (1799-1879). Pintor e desenhador inglês. Esteve 3 meses em Lisboa, de ida e regresso ao Brasil, entre 1825 e 1826, como artista oficial da missão diplomática britânica, a fim de negociar o reconhecimento por parte de Portugal do recém-independente Império brasileiro («Charles

agosto de 1861 (**Fig. 33**) e em duas fotografias, uma de Francesco Rocchini, da 2ª metade do séc. XIX<sup>25</sup> (**Fig. 34**) e outra, posterior, com arranjo do jardim e a fachada norte pintada de tom escuro, provavelmente já da época da adaptação do Palácio a Museu (**Fig. 35-1**).



**Figura 31:** Desenho de uma vista de Lisboa, >1755<1825. Pormenor do Palácio Alvor. À esquerda o Convento de Santo Alberto (v. Fig. 25) (publicado em Pinto 1943).

**Figura 32:** Desenho da fachada S e jardim do Palácio Alvor, Charles Landseer, c. 1825-26 (Reprodução fotográfica, 4.1.2, nº 119, gav. 12, AFMNA).

**Figura 33:** “Palais de Janellas Verdes”, 1861, desenho (reproduzido no Dossiê *História do Museu depois de 1882*, AHMNA).

**Figura 34:** Fachada S e jardim do Palácio Alvor, vistos do Tejo. Convento de Santo Alberto, à esquerda, 2ª metade do séc. XIX (Fotografia de Francesco Rocchini, publicada em Pinto 1943, 34).

**Figura 35:** Fachada S e jardim do Palácio Alvor (1), vistos do Tejo, final do séc. XIX-início do séc. XX (4.1.2, nº 3, gav. 12, AFMNA).

Landseer. *Exposição Desenhos e Aguarelas de Portugal e do Brasil, 1825-1826*», Fundação D. Luís I. Centro Cultural de Cascais:

[http://www.fundacaodomluis.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=345:charles-landseer-fundacao-d-luis-centro-cultural-cascais&catid=79:exposicoes-antiores&Itemid=96](http://www.fundacaodomluis.com/index.php?option=com_content&view=article&id=345:charles-landseer-fundacao-d-luis-centro-cultural-cascais&catid=79:exposicoes-antiores&Itemid=96). Consul. agosto 11, 2014).

<sup>25</sup> Publicada em Pinto 1943, 34, com um erro de legendagem: “A. Rocchini”. **Francesco Rocchini** inicia-se como fotógrafo, em Lisboa, em 1851 e morre em 1895 («Francesco Rocchini», Centro Português de Fotografia. <http://digitarq.cpf.dgarq.gov.pt/details?id=39163>. consult. julho 7, 2014), o que baliza a fotografia entre estas duas datas.

Como as obras de Gildemeester excedem a importância prevista, e em sinal de reconhecimento pelos seus benefícios, a 29 de novembro de 1775, o Marquês prorroga o contrato atual por mais 2 anos (até 1783), ficando estipulado que Gildemeester custeava a obra mas tinha direito de disfrutar do aposento, sem agravamento da renda, e faz um novo, por 9 anos, com aumento de renda, que iria de janeiro de 1784 ao final de 1792. Neste segundo contrato fala-se em “reedificar o quarto arruinado” e, ao estabelecerem-se as novas condições, faz-se menção a “novas obras” e aos “quartos, velho e novos”. Augusto Cardoso Pinto (Pinto 1943, 111-112) afirma que Gildemeester reconstruiu interiormente um quarto, com um teto a um nível inferior ao das outras salas, permitindo construir outro novo por cima, que só poderá ser o do extremo sudoeste do Palácio, no espaço da atual passagem do Anexo para o Palácio e que era a continuação da atual sala 48. Aquele autor refere ainda que terá sido nesta campanha de obras, se não da obra original, o nivelamento do pátio a poente com a sobre-loja (o piso situado entre o térreo e o nobre do lado poente da ala sul do Palácio)<sup>26</sup> e a construção da abóbada de sustentação. Posteriormente, levantou-se uma parede de tabique, paralela à parede norte, sobre um arco de descarga, que servia de passagem, em cada um dos pisos, à parte reconstruída (Pinto 1943, 111-112).

Morto o Marquês de Pombal (1782), Gildemeester continua a habitar o Palácio no tempo do 2.º Marquês, D. Henrique José de Carvalho e Melo. Em 1784 (decreto de 12 de fevereiro), termina a ação intentada pelos filhos de Matias Aires contra Gildemeester, «que a ganharam sem contudo entrarem na posse do Palácio, por não poderem cumprir os termos da sentença» (Araújo 1946). Gildemeester vive nas Janelas Verdes até 1786, quando se retira para o palácio que mandara erguer na Quinta da Alegria, em Sintra (atual Palácio de Seteais), inaugurado no ano seguinte (Gil 1996, 145). Nesse ano, quem habita o Palácio Alvor, é já o seu filho, também Daniel, que sucede ao pai como cônsul da Holanda (Pinto 1943, 111)<sup>27</sup>.

Em 1793, ano da morte de Gildemeester pai, o 2.º Marquês de Pombal instala-se no Palácio, já sem inquilinos, e ali vive até à sua partida com a família real para o Rio de Janeiro, na sequência da 1ª invasão napoleónica (1807). Pelos anos de 1810 a 1814 terá habitado o Palácio o embaixador inglês Sir Charles Stuart (1776-1845), que esteve

---

<sup>26</sup> Isto piso irá ser eliminado durante as obras no Palácio, entre 1942 e 1945.

<sup>27</sup> Em bibliografia recente, continua a surgir a informação de que Gildemeester terá habitado o Palácio Alvor durante 30 anos, não se fazendo distinção entre a estadia do pai e a do filho.

de serviço em Portugal, entre aquelas datas<sup>28</sup>. Por morte do 2.º Marquês de Pombal (1812), herda os títulos e bens da Casa Pombal o seu irmão segundo, José Francisco de Carvalho e Daun, Conde da Redinha, casado com D. Francisca Maria do Pópulo de Albuquerque de Silveira e Lorena, curiosamente bisneta do 1.º Conde de Alvor<sup>29</sup>. Ambos vêm a falecer no Palácio, o Conde, em 1821 (1 de janeiro) e a esposa, em 1837 (11 de setembro). Sucede na Casa e no título o 4.º Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho Melo Daun Albuquerque e Lorena, que já residia no Palácio com os pais. Ali casara em 1806, com a sua prima direita D. Leonor Ernestina de Saldanha e Daun e ali lhe nasce o filho que lhe sucede no título de Marquês de Pombal, Manuel José de Carvalho Melo Daun Albuquerque e Lorena (1821-86). É no tempo deste que o Palácio é arrendado, em 1850, à imperatriz do Brasil e Duquesa de Bragança D. Amélia Augusta de Leuchtenberg (n. 1812), 2ª mulher de D. Pedro IV<sup>30</sup>. Já viúva, ali se estabelece com a filha, a Princesa D. Maria Amélia e, após a morte desta (1853), encerra-se no Palácio, onde vem a falecer, 20 anos depois (26.1.1873)<sup>31</sup>.

Entretanto, na década de 1860, terão decorrido obras de remodelação no edifício, sob projetos dos arquitetos Parente da Silva<sup>32</sup> e José Luís Monteiro (Leandro 2006<sup>33</sup>). Por esta altura, ambos trabalhavam no novo edifício dos Paços do Concelho, da autoria do primeiro e com intervenção, nos interiores, do segundo<sup>34</sup>.

---

<sup>28</sup> PT/MNAA/AJF/APF-MNAA-IM/000006, ANTT.

<sup>29</sup> Os dados relativos ao Palácio, durante a propriedade do 2.º ao 5.º Marquês de Pombal foram recolhidos em Telles 1999.

<sup>30</sup> De 1841 a 1849, a imperatriz viveu no Palácio dos Marqueses de Abrantes (atual Embaixada de França), próximo das Janelas Verdes (Calçada do Marquês de Abrantes, nº 123), alugado pelo 5.º Marquês de Abrantes, Pedro de Lancastre e Távora («A França em Portugal»: <http://www.ambafrance-pt.org/-O-palacio-Dos-Santos->, consult. agosto 8, 2014).

<sup>31</sup> A imperatriz terá falecido rodeada de alguns membros da família real portuguesa e dos seus camaristas: o marquês de Resende, António Teles da Silva Caminha e Meneses, e o marquês de Cantagalo (Pereira 1959). Existem, pelo menos duas fotografias de D. Amélia, nos últimos anos de vida. Sabendo-se que nessa época a imperatriz pouco terá saído do Palácio das Janelas Verdes, poderão ter sido ali tiradas (cf. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Maria\\_Am%C3%A9lia\\_de\\_Bragan%C3%A7a#mediaviewer/Ficheiro:Imperatriz\\_Dona\\_Am%C3%A9lia.2.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_Am%C3%A9lia_de_Bragan%C3%A7a#mediaviewer/Ficheiro:Imperatriz_Dona_Am%C3%A9lia.2.jpg) e [http://pt.wikipedia.org/wiki/Am%C3%A9lia\\_de\\_Leuchtenberg#mediaviewer/Ficheiro:Imperatriz\\_Dona\\_Am%C3%A9lia.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Am%C3%A9lia_de_Leuchtenberg#mediaviewer/Ficheiro:Imperatriz_Dona_Am%C3%A9lia.jpg), consult. junho 2, 2014).

<sup>32</sup> **Domingos Parente da Silva** (1836-1901). Arquiteto da CML (desde 1866), autor do projeto de reconstrução do edifício dos Paços do Concelho (1867-1874), trabalhou nas remodelações dos palácios da Ajuda e das Necessidades.

<sup>33</sup> Sem citação de fonte. A informação não foi encontrada em nenhuma fonte ou outra bibliografia.

<sup>34</sup> «Paços do Concelho», Câmara Municipal de Lisboa: <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/pacos-do-concelho>, consult. julho 25, 2014. Note-se no texto consultado a incorreção no nome do arquiteto: “Domingues” em vez de “Domingos”.

Em maio de 1879, estando a Academia Real de Belas Artes de Lisboa (ARBAL) à procura de local para instalar o futuro museu nacional<sup>35</sup>, o seu vice-inspetor, Delfim Guedes (1842-95)<sup>36</sup>, arrenda, em nome do Governo, o Palácio Alvor ao 5.º Marquês de Pombal. O contrato, de dia 31 (a contar a partir do dia seguinte), estabelece que todas as obras de que o Palácio careça são por conta do Governo, assim como «demolições de paredes interiores, alterações nas divisões, abertura de novas portas, mesmo exteriores, rasgamento de janelas necessárias para que o palácio corresponda ao fim a que se destina»<sup>37</sup>.

O oneroso arrendamento (30 mil réis) e o seu caráter provisório (ainda que por 30 anos), em vez da sua aquisição, são criticados na época e muitos defendem, na sua vez, a construção de um edifício de raiz para o futuro museu. No entanto, como fazia ver o *Diário Ilustrado*, em 1882, o Governo aceitara o arrendamento “desde que não fosse possível, como não era, levantar uma construção de propósito”<sup>38</sup> e, além disso, tinha a opção de comprar o palácio e suas dependências quando o entendesse, estando até estipulado para isso o valor de 80 contos<sup>39</sup>.

Em junho, um cronista do jornal *A Arte*, referia que o Governo ficava com o direito de apropriar as salas do Palácio e “transformar o jardim de modo que possa servir de exposição arqueológica, como o do Museu de Cluny, em Paris» e que o edifício pode ser preparado com pouca despesa, «visto não carecer de avultadas obras»<sup>40</sup>. De seguida, descreve-nos o Palácio: na fachada norte existem 9 salas, “três das

---

<sup>35</sup> Na sequência do relatório de uma comissão de académicos e intelectuais, nomeada pelo Governo, em 1875, e presidida pelo Marquês de Sousa Holstein (1838-78), vice-inspetor anterior, para estudar uma reforma do ensino artístico e a consequente criação de um serviço de museus. Dizia o relatório da comissão ser urgente organizar um “museu de pinturas, esculturas, desenhos, gravuras, arte ornamental e arqueologia” (cit. em *Museu Nacional de Arte Antiga*, 37) e que “talvez fosse possível encontrar na capital um edifício que pudesse ser apropriado para os museus centraes, sem necessidade de levantar expressamente uma construção para tal destino” (cit. por Gonçalves 1989, 93-94). Logo na sessão de 16.3. 1876, da ARBAL, discute-se a instalação do futuro museu nacional no Mosteiro dos Jerónimos, na Estrela, num dos Palácios da Junqueira, como o Burnay ou o dos Condes da Ribeira Grande ou no Palácio dos Marqueses de Abrantes, em Santos, mas não se chega a efetivar a ideia (França 1990, 68).

<sup>36</sup> Segundo os estatutos da ABAL (1836), o seu vice-inspetor era nomeado pelo Governo e, na prática, dirigia a Academia, visto o Inspetor-Geral ser, por inerência, o Ministro do Reino. Com a reforma da ARBAL (1881), é conferido a Delfim Guedes o título de inspetor (Gonçalves 1989, 82 e 95).

<sup>37</sup> PT/MNAA/AJF/APF-MNAA-IM/000004, ANTT.

<sup>38</sup> *Diário Ilustrado*, 28 de abril de 1882, 1 (Cit. por Ferreira 2010, 175).

<sup>39</sup> Gonçalves, António Manuel, «Centenário do Museu das Janelas Verdes». Separata dos *Anais*, II série, vol. 32, tomo II, 19995. Cit. por Ferreira 2010, 176.

<sup>40</sup> Cópia manuscrita do artigo do nº de junho de 1879: 95. Dossiê *História do Museu depois de 1882*, BMNAA (provavelmente a cópia foi feita por João Couto, para preparação do seu artigo «Justificação do arranjo de um Museu (I)», publicado no *BMNAA*, II, 1, 1950, pois cita o artigo do jornal) No manuscrito o artigo é identificado como do jornal *A Arte*, mas no artigo do *BMNAA* João Couto cita-o como pertencendo a *O Ocidente*. O artigo anónimo é assinado “R”. Deve tratar-se de Brito Rebelo, como

quais vastíssimas”, sendo uma de duas janelas e duas de 3. Do lado sul “tem dez salas, uma de três janelas e quatro de duas”<sup>41</sup>. Ao contrário de outros, este articulista considerava que o Palácio ficava “em local que se pode considerar central, tanto mais que a cidade tende a desenvolver-se para aquele lado”.

No mesmo jornal, no número de setembro, informa-se que o Governo já mandou tirar as plantas do Palácio, para que se possa proceder às obras necessárias de transformação do edifício em museu<sup>42</sup>. Em fevereiro de 1880, o periódico informava que as obras ainda não haviam começado nem os objetos sido levados para o Palácio.

Só mais de um ano depois se traçará o futuro do edifício e do museu nacional...

### C.5 A *Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola* (1881-82)

*Quem percorre as salas do Museu Nacional de Arte Antiga (de Lisboa) raro atenta na origem da instituição que visita.*

António Manuel Gonçalves, 1959<sup>43</sup>

Em 1881, Portugal é convidado a participar na *Special Loan Exhibition of Spanish and Portuguese Ornamental Art*, no South Kensington Museum, de Londres. A comissão executiva portuguesa, dirigida por Delfim Guedes, inspetor-geral da ARBAL, propõe ao Governo organizar em Lisboa uma exposição semelhante e sugere o Palácio Alvor como local, logo a 18 de abril daquele ano (Ferreira 2014).

Por decreto real de 22 de junho de 1881, determina-se que a *Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola* realizar-se-á no Palácio

---

identifica Emília Ferreira (Ferreira 2010, 176), que escreverá sobre a Exposição de Arte Ornamental e sobre o MNBA, na revista *O Ocidente*, mas só nos anos seguintes. Encontrei referência a uma publicação designada *A Arte*, editada de janeiro de 1879 a setembro de 1881, em Lisboa, dirigida por A. de Souza e Vasconcellos (*Jornais e Revistas Portugueses do século XIX*. Coord. e org. Gina Guedes Rafael e Manuela Santos, I, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1998: 74).

<sup>41</sup> Tendo em conta o número de salas que o autor indica não consegui identificá-las através da planta mais antiga do Museu que encontrei (publicada em 1913).

<sup>42</sup> Cópia manuscrita do artigo do n.º de setembro de 1879, do jornal *A Arte*: 143. Dossiê *História do Museu depois de 1882*, BMNAA.

<sup>43</sup> Gonçalves, António Manuel, «A Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola de 1882», *BMNAA*, IV, 2, 1960: 23.

Alvor, «destinado para museu de bellas artes», estando prevista a abertura daquela para novembro<sup>44</sup>.

À crítica ao arrendamento do Palácio, junta-se a da sua adaptação. Brito Rebelo, n' *O Occidente*<sup>45</sup>, diz que “com a importância do aluguer do palacio, e com as despesas que n' elle se estão fazendo e se farão para o tornar *soffrivel* para o fim a que é destinado, se podia fazer obra perfeita e que ficasse pertencendo á nação.”. Mais tarde, defende uma construção de raiz, “Havendo agora um terreno vasto, desembaraçado e perfeitamente isento de tais inconvenientes, como o do bairro entre o Salitre e Santa Marta, e ficando esse bairro num ponto muito central da cidade”<sup>46</sup>. Também Monsenhor Elvino dos Santos, que já criticara o arrendamento, desejava que o Governo “levantasse um edificio apropriado, onde estabelecesse a Academia com todas as suas dependencias”<sup>47</sup>.

Contra as críticas, as primeiras obras de adaptação do Palácio a museu começam no segundo semestre de 1881 (Ferreira 2010, 176), apesar de já após o arrendamento terem sido levadas a cabo algumas intervenções esporádicas, mas sem aquele propósito<sup>48</sup>. A 20 de julho, o Ministério das Obras Públicas concede à Comissão executiva da Exposição Retrospectiva<sup>49</sup> um financiamento de um conto de reis, que é praticamente gasto nesse mês, pois a 26 de agosto, Delfim Guedes, presidente da Comissão, pede um reforço financeiro de dois contos de reis, havendo novos pedidos em setembro (3 contos) e outubro (4 contos) e registos de despesas com o edifício até janeiro de 1882 (Ferreira 2010, 185). No total, as obras “excederam a verba de 40

---

<sup>44</sup> *Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Hespanhola e Portuguesa em Lisboa*, AMJM-BMNAA, pasta 79.

<sup>45</sup> *O Occidente*, 21 de agosto de 1881, 187. Cit. por Ferreira 2010, 176, n. 78. Emília Ferreira identifica o autor “R” com o jornalista Brito Rebelo.

<sup>46</sup> *O Occidente*, 11 de fevereiro de 1882, 34. Cit. em *BMNAA*, II, 1, 1950: 5.

<sup>47</sup> Santos, Monsenhor Elviro dos, *As Artes Portuguesas no século XIX ou breves considerações sobre o seu estado, causas e remédios do mesmo*, Braga, s.n., 1882, 27. Cit. por Ferreira 2010, 178.

<sup>48</sup> Emília Ferreira, na sua tese, não é precisa em relação a este assunto, dizendo primeiro que «as esperadas e criticadas obras de adaptação não seriam postas em curso logo após o arrendamento mas apenas durante o período de preparação da Exposição» e mais à frente «as obras de adaptação – já em curso desde o arrendamento» (Ferreira 2010, 176 e 181). Em informação, por correio eletrónico, a autora esclareceu que as intervenções após o arrendamento não terão sido continuadas nem de adaptação a funções museais (setembro 23, 2014).

<sup>49</sup> Eleita pela Comissão central organizadora, era a mesma da exposição londrina (*BMNAA*, IV, 2, 1960: 14), composta por Delfim Guedes (1842-1895), presidente, António Tomás da Fonseca (1822-1894), Vilhena Barbosa (1811-1890), Augusto Teixeira de Aragão (1823-1903), Sousa Viterbo (1845-1910), José Luís Monteiro (1849-1942) e Augusto Filipe Simões (1835-1884), secretário (*Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Hespanhola e Portuguesa em Lisboa*, AMJM-BMNAA, pasta 79).

contos”<sup>50</sup>, mas limitaram-se «ao estritamente necessário, tanto em termos orçamentais como pelo apertado calendário da exposição» (Ferreira 2010, 176).

Logo a 25 de julho, a Comissão pede às Obras Públicas, que a fachada “seja modificada segundo o projeto incluso, de modo a dar-lhe uma apparencia mais harmoniosa” (cit. por Ferreira 2010, 182)<sup>51</sup>. Pretendia também proceder ao rasgo de janelas e portas e ao aumento de vãos interiores e «Que se abram duas passagens para o jardim aos lados do vestibulo, demolindo para isso o vigamento das sobre-lojas n’essa parte (...) Que pelo mesmo motivo convem assoalhar e estucar os tectos dos dois quartos do andar nobre, lado norte do edificio para substituir os que primitivamente se tinham destinado ás gravuras e desenhos (...)» (Cit. Ferreira 2010, 182). Comparando a já citada gravura de Charles Landseer (1825-26) (**Fig. 32**) com um alçado da fachada sul do Palácio, que será levantado em 1931 (**v. Fig. 78**), é possível pensar que as duas passagens para o jardim a que o documento se refere tenham substituído 4 janelas em cada pano, como nos mostra o primeiro desenho e que sejam as que davam acesso aos patins de duas escadas, cujos lanços duplos, paralelos à parede, davam para o jardim, como nos mostra o segundo. Neste, vemos duas portas num dos patins e no outro três janelas, mas estas terão substituído as duas portas, com certeza, semelhantes às do outro patim<sup>52</sup>. No entanto, originalmente, havia apenas uma escada dupla a meio do corpo central do Palácio, como nos mostra a *Carta Topográfica de Lisboa*, de Filipe Folque (1856-58) (**Fig. 26**) e uma planta da zona da Rocha do Conde de Óbidos, provavelmente da década de 1850<sup>53</sup> (**Fig. 36**). Nas duas plantas e no desenho de Landseer é também perceptível que o jardim era delimitado a norte por um duplo muro que o separava da fachada sul do Palácio e do Convento de Santo Alberto.

Para além desta intervenção na fachada, a Comissão pede ainda que seja aplicado “em todas as salas soalho á ingleza em espinha de peixe”, “pintura de portas e roda-pé (...) imitação de carvalho antigo com soccos pretos e filetes pretos” e que “toda a ornamentação dos tectos seja pintada de branco mate e os fundos do mesmo tom mas um pouco mais escuro.” (Cit. Ferreira 2010, 182).

---

<sup>50</sup> Couto 1950, 5. Cit. por Ferreira 2001, 300.

<sup>51</sup> Não tive ocasião de consultar o citado projeto.

<sup>52</sup> Veja-se a planta da Figura 43.

<sup>53</sup> A planta, ao apresentar a Rocha do Conde de Óbidos ainda sem a escadaria, será anterior a 1887 (data do início da construção daquela) e o seu traço e os elementos que apresenta são muito próximos da *Carta Topográfica de Lisboa* de Filipe Folque, de 1856-58.



**Figura 36:** Planta da zona da Rocha do Conde de Óbidos, década de 1850? (Reprodução fotográfica de MP\_176 GEO).

Procedeu-se ao fornecimento de água e gás (12.11.1881) e à colocação de pára-raios. Para prover a Exposição de luz elétrica, foi contratada a empresa Cohen & C<sup>a</sup>, que instalou (30.12.1881) “lâmpadas de carvão, com focos de luz em arco voltaico” (BMNAA, IV, 2, 1960: 16), com recurso ao sistema Brush, que a empresa introduzira em Portugal (40 Anos do Instituto José de Figueiredo, 2007: 50)<sup>54</sup>.

Para a compra de materiais recorreu-se aos melhores fornecedores, sobretudo estrangeiros (Ferreira 2010, 181), como o comerciante parisiense M. Vaillant. Encomendam-se portas, janelas<sup>55</sup>, madeiras, vidros, tecidos e veludo, papel lavrado de parede de tonalidade escura (BMNAA, IV, 2, 1960: 16), 6 candeeiros e 42 lanternas, candelabros para as escadas, vasos decorativos de bronze, 4 tapetes de cânhamo “para as entradas de portas para limpar os pés”<sup>56</sup> e reposteiros “de abrir ao meio correndo para

<sup>54</sup> A instalação foi feita por Jayme Augusto Magno, preparador de física da Escola Politécnica (Matos 2004, 57). De acordo com *O Primeiro de Janeiro*, de 10.1.1882, o Ministro das Obras Públicas visitara a exposição no dia 7 desse mês, para “assistir á experiencia da luz electrica, que não deu bom resultado, pelo que já foram tirados da alfandega dezesseis volumes de uma nova machina electro-dinamica, para funcionar no palacio da exposição porque não tem suficiente força a que ali se acha” (cit. por Ferreira 2010, 266). O sucesso obtido pela instalação nesta exposição levou a que a Cohen & C<sup>a</sup> usasse o mesmo sistema na iluminação da cidade do Porto, durante as celebrações do 1.º centenário da morte do Marquês de Pombal, em maio do mesmo ano (Ferreira 2010, 267).

<sup>55</sup> Encomenda-se, para além de uma porta principal (3,33m x 2,30m), 20 portas interiores (3,3m x 1,95m), 19 janelas (3,33m x 2,12m) e 40 *porte-avantail* (Ferreira 2010, 186).

<sup>56</sup> Cit. por Ferreira 2010, 185, n. 106.

os lados”, para as portas das salas (chegados a 17.11.1881) (Ferreira 2010, 185)<sup>57</sup>. É ainda adquirido mobiliário e equipamento museográfico, como vitrinas, peanhas, molduras e barras de proteção.

À época, a pintura e escultura ornamentais «estavam na moda como elementos sumptuários a decorar edifícios públicos» (Ferreira 2010, 184). Deste modo, contratam-se trabalhos de escultura de medalhões e uma pintura para o teto do vestíbulo, ao pintor Eugénio Cotrim<sup>58</sup> (Ferreira 2010, 184). Os medalhões serão, provavelmente, os dos baixos-relevos, com bustos «dos mais célebres artistas portugueses» (Pereira 1908, 2) que, em dois frisos decorados com motivos vegetalistas, contendo cada um, um par de medalhões, ainda em 1924, pelo menos, ornamentavam a fachada norte do Museu (Proença 1924, 365)<sup>59</sup>.

Terá sido também por esta altura (ou já após a inauguração do MNBA) que se realizaram trabalhos de serralharia artística para as almofadas superiores das portas da fachada sul que, se a minha interpretação estiver correta, apresentam o monograma “MN”, ou seja “Museu Nacional” (v. **Ap. A, Fig. 59**). Passando a haver vários museus nacionais a partir de 1911, este trabalho só poderá ser anterior a essa data.

A 10 de novembro de 1881, “As obras do palacio estão quasi terminadas”<sup>60</sup>. Dez dias depois, o *Diário de Notícias* anunciava que a montagem das salas já decorria e a 1 de dezembro que as salas do andar nobre iriam ser entregues à Comissão para dar início à instalação dos objetos (Ferreira 2010, 201-202). O pouco tempo que havia para ultimar a montagem da Exposição, levou a que, durante esse mês, Augusto Filipe

---

<sup>57</sup> Estes reposteiros manter-se-ão no futuro Museu Nacional de Belas Artes. Compare-se a gravura da página 1 da revista *O Occidente*, nº 116, 11 de março de 1882 e as fotografias publicadas em Viterbo 1900.

<sup>58</sup> Projeto aprovado por Delfim Guedes a 25.8.1881 (Ferreira 2010, 183). **Eugénio Cotrim**, pintor e decorador, foi autor, entre outros trabalhos, do teto do salão de concertos do Conservatório Nacional (de 1881, como o do Palácio das Janelas Verdes), das sobreportas da Sala dos Embaixadores do Palácio Nacional da Ajuda (c. 1891), da decoração da Sala chinesa do Palácio Vale-Flor (c. 1910-15) e das pinturas da sala de estar do Palácio Nacional da Pena (1917). Fontes: «Convento dos Caetanos / Conservatório Nacional». SIPA. [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=14263](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14263), Biblioteca de Arte / Art Library Fundação Calouste Gulbenkian / Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa (Portugal): <https://www.flickr.com/photos/biblarte/2778826370/>, «Palácio Vale-Flor / Pestana Carlton Palace Hotel». SIPA. [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2624](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2624), «“Estaleiro” de restauro no Palácio da Pena», *Público*, 18.4.2012: <http://www.publico.pt/local-lisboa/jornal/estaleiro-de-restauro-no-palacio-da-pena-24392635> (consult. abril 12, 2014).

<sup>59</sup> Apesar de a referência mais antiga que identifica os medalhões, encontrada no decorrer do presente trabalho, ser a da 5ª edição do roteiro do MNBA, de Gabriel Pereira (Pereira 1908) e as edições anteriores desta obra não os aludirem, certo é que também não aludem, por exemplo, aos brasões dos portais da fachada, como é feito na mesma 5ª edição.

<sup>60</sup> Carta da ARBAL a Filipe Simões. Cit. por Ferreira 2010, 198.

Simões<sup>61</sup>, secretário da Comissão, se alojasse provisoriamente num dos quartos do Palácio, para acompanhar mais de perto os trabalhos (Ferreira 2001, 254). Provavelmente por esta altura, instala-se uma linha telefónica entre o Palácio e a ARBAL (Ferreira 2010, 203)<sup>62</sup>. É montado um bengaleiro, com os respetivos cabides e senhas (Ferreira 2010, 187-8) e pedidas ao Ministro das Obras Públicas quatro guaritas para as sentinelas do Palácio (Ferreira 2010, 205), para além de outra, com toldo para venda dos bilhetes, já após a abertura da exposição (25.1.1882) (Ferreira 2010, 210).

A 6 e 7 de dezembro de 1881, os reis de Espanha e Portugal, respetivamente, visitam o Palácio afim de escolherem as salas para expor as coleções reais (Ferreira 2010, 204). A 24 de dezembro D. Fernando II dá início à instalação da sua sala, com objetos das coleções reais do Palácio das Necessidades<sup>63</sup>. Dois dias depois é a vez da sala de Espanha (Ferreira 2010, 206-7).

Em janeiro de 1882 o Palácio está decorado. As paredes das salas estão forradas a tecido e organizadas alfabeticamente, cada uma marcada com a respetiva letra a dourado, segundo as normas internacionais vigentes (Ferreira 2010, 187). Delfim Guedes pede os serviços de um jardineiro para decorar a escadaria do Palácio, com vasos de flores ou plantas que viriam da Escola Politécnica (a dia 3) (Ferreira 2010, 209-10). Estando marcada a colocação dos objetos nas vitrinas para dia 5, o presidente da Comissão pede autorização ao Inspetor Geral dos Incêndios para que os bombeiros destacados possam ficar alojados no Palácio (Ferreira 2010, 208).

A 12 de janeiro de 1882, a Exposição é inaugurada solenemente, no salão nobre do Palácio (*BMNAA*, IV, 2, 1960: 14) (**Fig. 37**), pelo rei D. Luís e por Afonso XII de Espanha, «mesmo sem estarem prontas todas» as salas (Ferreira 2001, 275). O Palácio estava decorado com 102 ramos de flores (Ferreira 2010, 256) e a fachada principal ostentava nas varandas 5 colchas de damasco de seda, «alugadas para o efeito» (Ferreira 2010, 257) e as bandeiras portuguesa e espanhola hasteadas<sup>64</sup>. Ladeado pelos já citados frisos decorados, encontrava-se o dístico “Museu Nacional de Bellas Artes”<sup>65</sup>. A

---

<sup>61</sup> **Augusto Filipe Simões** (1835-1884). Médico, arqueólogo e historiador de arte.

<sup>62</sup> Emília Ferreira nota que este meio de comunicação entre os membros da Comissão não se revelou eficaz, devido às inúmeras avarias de que dão conta as notas de despesa com arranjos (Ferreira 2010, 203).

<sup>63</sup> O rei, além de patrocinar a Exposição (Manças 1991, I, 26), foi Presidente da Comissão de honra e da Comissão organizadora (Gonçalves 1989, 101).

<sup>64</sup> Pedidas ao Ministro da Marinha a 5.1.1882 (Ferreira 2010, 210).

<sup>65</sup> Apesar de ainda não aberto oficialmente, o Museu Nacional de Belas Artes, no Palácio Alvor, era já uma realidade. Por exemplo, a 7.12.1881, o *Diário de Notícias* citava “o palacio do *Museu de Bellas-Artes*, onde se está organizando a exposição de arte ornamental” (Cit. por Ferreira 2010, 204) e, aquando

fachada norte do edifício (Figs. 38 e 39) era rematada superiormente por uma platibanda, sobre a qual corria um rendilhado, e as janelas de sacada apresentavam guardas semelhantes ao gradeamento das do piso térreo. A nascente do corpo central do Palácio, havia uma construção à altura do piso térreo, com duas ordens de janelas, uma (ou duas) porta(s) e duas altas entradas em arco (tendo, pelo menos uma, um portão)<sup>66</sup>.



**Figura 36:** Inauguração da Exposição de Arte Ornamental, no salão nobre do Palácio. Repare-se no foco de luz elétrica e na imprecisão do desenho do teto, por comparação com a Fig. 40 (Pormenor da primeira página de *O Occidente*, 21.1.1882. Disponibilizado no *website* da Hemeroteca de Lisboa. Consult. junho 23, 2014).

**Figura 37:** Átrio do Museu Nacional de Belas Artes (c. 1900), evidenciando-se o teto pintado por Eugénio Cotrim e José Malhoa. Repare-se no chão de azulejos e nas estruturas de madeira e vidro sob os arcos (4.1.3.1, nº 13, gav. 12, AFMNA).



**Figura 38:** Fachada principal do Palácio Alvor durante a Exposição de Arte Ornamental. Repare-se nos frisos decorados com medalhões e no dístico “Museu Nacional de Bellas Artes” (Desenho de J. Christino, *O Occidente*, nº 113, 11.2.1882: 36. Disponibilizado no *website* da Hemeroteca de Lisboa. Consult. junho 23, 2014). **Figura 39:** Fachada principal do Palácio Alvor durante a Exposição de Arte Ornamental. Desenho provavelmente inspirado no anterior. Note-se que no corpo à direita não foram desenhadas janelas, quando na realidade as havia (MNL\_124-G, GEO).

da inauguração da Exposição, *O Occidente* (vol. V, nº 111, 22.1.1882) faz a seguinte legenda à gravura de capa: “Inauguração da Exposição de Arte Ornamental no Museu Nacional de Bellas Artes”.

<sup>66</sup> Este corpo a nascente, já muito transformado, irá ser demolido em 1940, para se prolongar o Palácio e construir o atual LJF e outros anexos ao MNAA.

Diz-nos o *Diário Illustrado* que “Todo o edificio interiormente e o jardim, que olha para o Tejo, estavam illuminados a luz electrica”<sup>67</sup>. Esta foi a grande novidade da Exposição, a primeira em Portugal a recorrer à electricidade e uma das primeiras do mundo (Ferreira 2014).

O interior do Palácio é descrito pelo mesmo jornal: “Tres portas dão entrada para o vestibulo do edificio”<sup>68</sup>, tendo o tecto magnificamente pintado, género verdadeiramente classico no estylo grego”, pintura decorativa a claro-escuro, geométrica, com faixas de elementos vegetalistas e, aos cantos, florões. “O centro d’este tecto” apresenta 3 medalhões, enquadrados por molduras quadrangulares, de ângulos destacados, contendo florões, onde “estão pintadas as cabeças de Appelles, Phydias e Ectinius”, do “artista já hoje bastante considerado” José Malhoa<sup>69</sup> (**Fig. 37**). Julgo que a representação dos bustos dos três artistas das “belas artes” da Grécia Clássica, o pintor Apeles, o escultor Fídias e o arquiteto Ictinos, fariam contraponto com os, já aludidos, medalhões em frisos da fachada norte, que representavam os bustos de quatro artistas nacionais, igualmente de cada uma das belas artes: os pintores Grão Vasco e Domingos Sequeira, o arquiteto Afonso Domingues e o escultor Machado de Castro<sup>70</sup>.

Inicialmente pensou-se instalar a exposição em apenas cinco salas do Palácio (Ferreira 2010, 267), destinadas a ourivesaria. Mas a Comissão, temendo não ter objetos suficientes, reservou duas “a móveis, porcelanas, faianças (...) porém, concluídas as obras interiores, começou o assentamento dos armários, enchendo-se o palácio tão rapidamente com toda a variada colleção de objectos (...), que principiaram as

---

<sup>67</sup> *Diário Illustrado*, 12 de janeiro de 1882, 2-3 (Cit. por Ferreira 2010, 250). As salas iluminavam-se nas noites de domingo, segunda e quarta-feira, fazendo aumentar o preço de entrada (Matos 2004, 57).

<sup>68</sup> São provavelmente as duas da fachada norte e a do jardim, na fachada sul.

<sup>69</sup> O jovem pintor **José Malhoa** (1855-1933) realizara, também em 1881, a convite de Eugénio Cotrim, a composição *A Fama Coroando Euterpe* para o teto da “sala de exames do Real Conservatório de Lisboa” (Henriques 2004, 169). Com o teto do átrio do Palácio das Janelas Verdes terá sucedido o mesmo. Entre os dois tetos podemos identificar algumas semelhanças, sobretudo nas molduras e nos fingidos a claro-escuro. O das Janelas Verdes tem no centro os 3 medalhões, o do Conservatório distribui à volta da pintura central 4 medalhões, também de Malhoa, representando figuras ligadas à instituição: Passos Manuel e Almeida Garrett (fundadores) e Francisco Xavier Migoni e Domingos Bomtempo (músicos, professores e diretores). Como curiosidade, diga-se que, no mesmo ano de 1881, Carlos Relvas, o fotógrafo (e vogal) da Exposição de Arte Ornamental, encomenda a Malhoa um retrato seu (Henriques, 2004, 14).

<sup>70</sup> Segundo informação da Doutora Maria João Vilhena de Carvalho, conservadora da coleção de escultura do MNAA, os medalhões não se encontram no Museu e nunca incorporaram a coleção (Carvalho, Maria João Vilhena de. 2014. Informação fornecida a 11 de agosto, por correio eletrónico). Penso que, deste modo, se desconhece o seu paradeiro.

exigências, sendo a ourivesaria a que sofreu”<sup>71</sup>. Com a vinda de mais objetos, das 5 salas previstas, passa-se a 11 (Ferreira 2001, 270).

Durante a exposição, a contínua chegada de obras revelou serem precisas muitas mais salas (Ferreira 2001, 267), abrindo-se sucessivamente novos espaços, à medida que iam sendo organizados (*40 Anos do Instituto José de Figueiredo*, 2007: 51)<sup>72</sup>. Em abril de 1882 abre uma nova sala no rés-do-chão, com objetos que “chegam até à nossa época”<sup>73</sup>. Mesmo assim, “Os objectos que não foi possível expor estão guardados com toda a segurança em uma sala interior”<sup>74</sup>.

No mês seguinte à inauguração, o fotógrafo Carlos Relvas (1838-1894) aceita o convite da Comissão para fotografar os objetos da Exposição. Para proceder aos seus trabalhos, é construído um pavilhão, no recinto do Palácio. As suas fotografias registaram o aspeto de algumas salas, «constituindo-se, portanto, como memória do espaço [e] importante testemunho das opções expositivas»<sup>75</sup> (**Fig. 40**).

Apesar do sucesso da exposição (Porfírio 1995, 4), são várias as críticas à escolha do edifício, pela localização e, sobretudo pelo espaço limitado, que potenciava a «acumulação de objectos, alguns dispostos em vitrinas sobrecarregadas de peças [e] paredes completamente preenchidas de quadros e tapeçarias» (*Museografias*, 2008: [2]), se bem que era esta a conceção museográfica da época. Um jornalista do *Diário Ilustrado* lamenta que “as salas não tenham maiores dimensões, para que todos os objectos podessem ser apreciados mais á vontade”<sup>76</sup>.



**Figura 40:** Sala de cerâmica da Exposição de Arte Ornamental, salão nobre do Palácio (atual sala 55), 1882. Note-se os estuques decorativos do teto, a guarnição da porta, as barras de segurança e o soalho em espinha de peixe (Fotografia de Carlos Relvas. Publicada em *Faiança Portuguesa. Roteiro. Museu Nacional de Arte Antiga*, IPM, 2005: 15).

<sup>71</sup> *Jornal do Commercio*, 12 de janeiro de 1882, 2. Cit. por Ferreira 2001, 272.

<sup>72</sup> Emília Ferreira chama a atenção para a discordância no número de salas, entre os jornais da época (Ferreira 2014, 268).

<sup>73</sup> *Jornal do Commercio*, 14 de abril de 1882, 1. Cit. por Ferreira 2001, 280.

<sup>74</sup> *Jornal do Commercio*, 12 de janeiro de 1882, 2. Cit. por Ferreira 2001, 269.

<sup>75</sup> Exposição de Arte Ornamental: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4712496>, consult. março 21, 2014.

<sup>76</sup> *Diário Ilustrado*, 12 de janeiro de 1882, 2-3 (Cit. por Ferreira 2010, 253).

O *Jornal do Commercio*, diz que “As salas estão literalmente cheias, e o espaço é pequeníssimo para accomodar e expor convenientemente tanta preciosidade”<sup>77</sup>, mas elogia a Comissão, ao conseguir tirar “o maior partido possível de um edifício que por modo algum se prestava, vistas as suas proporções, para se accomodar uma exposição”<sup>78</sup>. Brito Rebelo considerava o edifício desadequado, deselegante, com uma frontaria desagradável e sem grandiosidade, apreciando apenas a escadaria. Diz ainda que “as salas não são grandes, e a luz é bastante má (...). A proximidade do mar, a falta de ventilação appropriada e, naturalmente, a falta de impermeabilidade das suas paredes do lado de trás [S], devem trazer vários danos aos objectos alli conservados”<sup>79</sup>.

A exposição encerra oficialmente a 20 de junho (Ferreira 2001, 280). Muitas das obras expostas ficam em depósito na ARBAL (Manaças 1991, 26) e no próprio Palácio<sup>80</sup>.

Delfim Guedes, que receberá do rei D. Luís o título de Conde de Almedina (decreto de 13.4.1883) como reconhecimento pelo trabalho desenvolvido na comissão das exposições de Londres e Lisboa (*40 Anos do Instituto José de Figueiredo*, 2007: 41), pede ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, a 22 de novembro de 1882, que os 5 mil reis de lucro da Exposição sejam entregues à ARBAL, para organizar e instalar, no Palácio das Janelas Verdes, o Museu Nacional de Belas Artes (cit. por Ferreira 2010, 329). Em abril de 1883, o inspetor e o diretor da Academia, António Tomás da Fonseca, conseguem do Presidente do Conselho e Ministro do Reino, o Conselheiro Augusto César Barjona de Freitas<sup>81</sup>, um decreto sancionando a fundação do Museu Nacional de Belas-Artes no Palácio Alvor, que determina a data de abertura oficial a 11 de maio de 1884 (Gonçalves 1989, 101), o que virá a acontecer.

---

<sup>77</sup> *Jornal do Commercio*, 12 de janeiro de 1882, 2. Cit. por Ferreira 2001, 272.

<sup>78</sup> *Jornal do Commercio*, 23 de janeiro de 1882, 1. Cit. por Ferreira 2001, 275.

<sup>79</sup> *O Occidente*, 11 de fevereiro de 1882, 34. Cit. por Ferreira 2010, 178.

<sup>80</sup> Carta de Delfim Guedes, 20 de dezembro de 1882. Cit. por Ferreira 2010, 330.

<sup>81</sup> **Augusto César Barjona de Freitas** (1834-1900). Jurista e político. Foi Ministro do Reino entre 1883 e 1886.

## C.6 O Museu Nacional de Belas-Artes (1883-1911)

*Sem edifício, sem dotação e sem pessoal não pode haver museus.*

Marquês de Sousa Holstein, 1875<sup>82</sup>

Na Europa de meados do século XIX, os museus-palácio refletiam a influência das tendências historicistas e a afirmação dos valores nacionais, conferindo ao museu o valor de monumento «com cuja grandiosidade se pretendia reflectir a importância da cidade-capital, centro político e cultural» (Guimarães 2004, 33). É neste contexto que surgirá o primeiro museu nacional em Portugal, facilmente visto do rio (Ferreira 2001, 303) e, como chama a atenção Emília Ferreira, o primeiro, no nosso país, a ser instalado num palácio.

Como vimos, após o fecho da Exposição de Arte Ornamental, em abril de 1883, o Ministro do Reino Barjona de Freitas, decreta a fundação do Museu Nacional de Belas-Artes (MNBA)<sup>83</sup> no Palácio Alvor. No entanto, de forma provisória, visto o edifício estar apenas alugado (*O Museu Nacional de Bellas Artes*, 1892: 4). Posto isto, o Estado compra o Palácio ao 5.º Marquês de Pombal, para ali instalar o Museu.

O edifício recebe obras de adaptação. Substitui-se a iluminação elétrica no andar nobre por iluminação natural, zenital (Ferreira 2001, 305), através de claraboias nos telhados e aberturas nos tetos das salas da ala norte e nas duas do extremo nascente da ala sul (atuais 65 e 64)<sup>84</sup>. Nas duas salas da extremidade poente, na ala norte, conservaram-se os dois tetos pintados mas destruiu-se a sua parte central, ao abrir a entrada de luz envidraçada. Na ala sul, do lado poente, como não foi introduzida

---

<sup>82</sup> *Observações sobre o actual estado do ensino das artes em Portugal, a organização dos museus e o serviço dos monumentos históricos e da archeologia*. Cit. por Gonçalves 1989, 93.

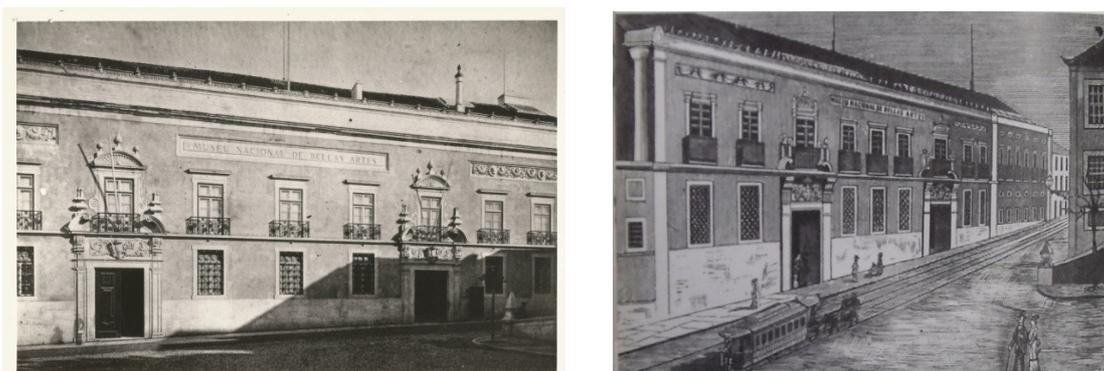
<sup>83</sup> A generalidade da bibliografia refere-o como “Museu Nacional de Belas-Artes e Arqueologia” e no sítio do IHRU é designado “Museu Real de Belas-Artes e Arqueologia” (forma que encontrei apenas ali). Parece que aquele era o nome oficial, pois surge até no contrato de arrendamento do Palácio das Janelas Verdes (31.5.1879). No entanto, são poucos os textos coevos da sua fundação que o definem assim e, tanto os catálogos como o dístico na sua fachada principal apresentavam apenas “Museu Nacional de Belas Artes”. A designação acrescentada de “e Arqueologia” surge em fontes sobretudo já da década de 1890, não sei se devido também à transferência para o Museu da coleção do Museu Arqueológico do Algarve, instalado pelo arqueólogo Estácio da Veiga, na ARBA. Por uma questão de simplificação e remetendo para o dístico da fachada do edifício (que é o objeto de estudo deste trabalho) o Museu é sempre designado aqui por Museu Nacional de Belas Artes (MNBA).

<sup>84</sup> Cf. Comissão Administrativa das Obras do Museu de Arte Antiga. Planta dos telhados. Estado actual, 1931, AHMNA.

iluminação superior, mantiveram-se o teto da primeira sala à esquerda da escadaria, com estuques Estilo Império (atual 66)<sup>85</sup> (v. Ap. A, Fig. 16), os dois tetos de estuque decorativo da época de Pombal (atuais salas 69 e 68) e os das duas últimas salas (atuais 70 e 48), «de elevada sanca» e sem ornamentação (Pinto 1940, 108). Note-se que, neste extremo poente a cobertura do Palácio era intrincada devido ao pátio e às mansardas.

De modo a diminuir a luz lateral, foram vedadas todas as janelas do lado norte (BMNAA, II, 1, 1950: 5) (solução que permanece, com algumas exceções, até hoje). Mantêm-se nas portas os reposteiros com guarnições e nas paredes a *boiserie* apainelada e o “papel lavrado, bastante espesso e de tom escuro”<sup>86</sup>, que será substituído por papel lavrado, ainda antes de 1900, na maioria das salas (v. Ap. A, Fig. 15 e 45).

A fachada principal manteve o aspeto que tinha aquando da Exposição de Arte Ornamental (Figs. 41 e 42). O seu corpo poente prolongava a linha de janelas de sacada no andar nobre mas as do andar térreo seriam mais baixas que as atuais e, naquele corpo, ambos os andares tinham mesaninos sobre as janelas.



**Figuras 41 e 42:** Fachada N do Palácio Alvor durante a época do MNBA (Fotografia 4.1.2, nº 7, gav. 12, AFMNAA e gravura publicada em *Faiança Portuguesa. Roteiro. Museu Nacional de Arte Antiga*, IPM, 2005: 12).

A “apresentação” (diríamos hoje, museografia) tinha em mente apoiar os visitantes e estudiosos (Manaças 1991, I, 27) e coube ao Conde de Almedina, a António Tomás da Fonseca, ao arquiteto José Luís Monteiro, ao investigador Sousa Viterbo e ao escultor Simões de Almeida (1844-1926), académicos que, à exceção do último, integraram a Comissão Executiva da Exposição de Arte Ornamental (Ferreira 2001, 252). Em dezembro de 1883, o Museu estava “arrumado” (Gonçalves 1989, 101).

<sup>85</sup> Ao ser instalada aqui a Sala Patiño, na década de 1970, removeu-se o teto citado.

<sup>86</sup> *Jornal do Commercio*, 13 de maio de 1884. Cit. por Ferreira 2001, 305.

A 11 de maio de 1884, pelas 14 horas, com «o edifício festivamente engalanado» (Gonçalves 1989, 79), é inaugurado oficialmente o MNBA<sup>87</sup>, pelo rei D. Luís, na presença de D. Fernando, da rainha D. Maria Pia, do príncipe D. Carlos, dos infantes e mais membros da Corte, do Conde de Almedina, professores e académicos, do Presidente do Conselho, do diretor da ARBA, entre outros convidados<sup>88</sup>. A abertura ao público dá-se a 12 de junho (*website* do MNAA).

A orientação do Museu coube à ARBA (*website* do MNAA), sendo António Tomás da Fonseca nomeado primeiro diretor<sup>89</sup> e o desenhador Manuel de Macedo<sup>90</sup> primeiro conservador-secretário.

O MNBA, «mantendo o seu aspecto de palácio» (*website* do MNAA), era ainda «uma acumulação eclética de obras» (*Museografias*, 2008: [3]), entre pintura, sobretudo, escultura, desenho, gravura, arte ornamental e arqueologia, «na tradição dos museus-galerias» (*Museografias*, 2008: [2]), sem obedecer a um plano determinado (Gonçalves 1989, 7), mesmo reduzindo o número de obras expostas, em relação à Exposição de Arte Ornamental (Figueiredo 1915, 149). A museografia, «apegada a valores cenográficos» (Ferreira 2001, 305<sup>91</sup>), obedecia à prática portuguesa da época: “das paredes pendiam as pinturas, fixadas em várias filas, no centro das salas dispunham-se vitrines; e as cadeiras, mesas, baús, enfileiravam-se ao longo dos rodapés”<sup>92</sup>. Para descanso dos visitantes, a maioria das salas dispunha de bancos corridos duplos com um espaldar central e, pelo menos na sala 3 (a do extremo nordeste do andar nobre, atual 57) um banco circular almofadado (v. **Ap. A, Fig. 43**).

Notava-se uma “grande melhoria nas suas condições de instalação”<sup>93</sup> mas, mantinha-se a necessidade de melhorar as condições do Palácio ou até aumentá-lo.

---

<sup>87</sup> Emília Ferreira chama a atenção para as duas datações coevas diferentes: 11 de maio, segundo o *Diário de Notícias* e o *Diário Popular* e 12 de maio, segundo o *Jornal do Commercio* e a *Revolução de Setembro* (Ferreira 2001, 300). O *Roteiro do Museu Nacional de Arte Antiga*, 1949, refere, erradamente, a data de dezembro de 1883.

<sup>88</sup> *Comércio do Porto*, 13 de maio de 1884, 2. Cit. por Ferreira 2001, 302.

<sup>89</sup> **António Tomás da Fonseca** (1822-94). Pintor e arquiteto. Professor e diretor da ARBA.

<sup>90</sup> **Manuel de Macedo** Pereira Coutinho Vasques da Cunha Portugal e Menezes (1839/46?-1915/16/21?) foi nomeado conservador-secretário do MNBA, por portaria de 1.7.1884. Torna-se conservador efetivo em 1901 e é encarregue de organizar o catálogo do Museu, no ano seguinte. Participa nas várias remodelações da exposição, mantendo-se como funcionário do museu até 1913. Integrou a comissão consultiva para a proteção dos monumentos históricos e artísticos (1890) e a Comissão de Inventário e Beneficiação da Pintura Antiga (1910). Foi ainda pintor, gravador, ilustrador e cenógrafo (*BMNAA*, I, nº. 3, 1948, 174; Porfírio 2005, 19; *40 Anos do Instituto José de Figueiredo*, 2007: 36; Bastos e Carvalho 2012: 23; *Faíça Portuguesa. Roteiro*, 2005: 13).

<sup>91</sup> A autora refere que, à época, o modelo em quase toda a Europa, era já de pendor científico.

<sup>92</sup> *Jornal do Commercio*, 13 de maio de 1884. Cit. por Ferreira 2001, 305.

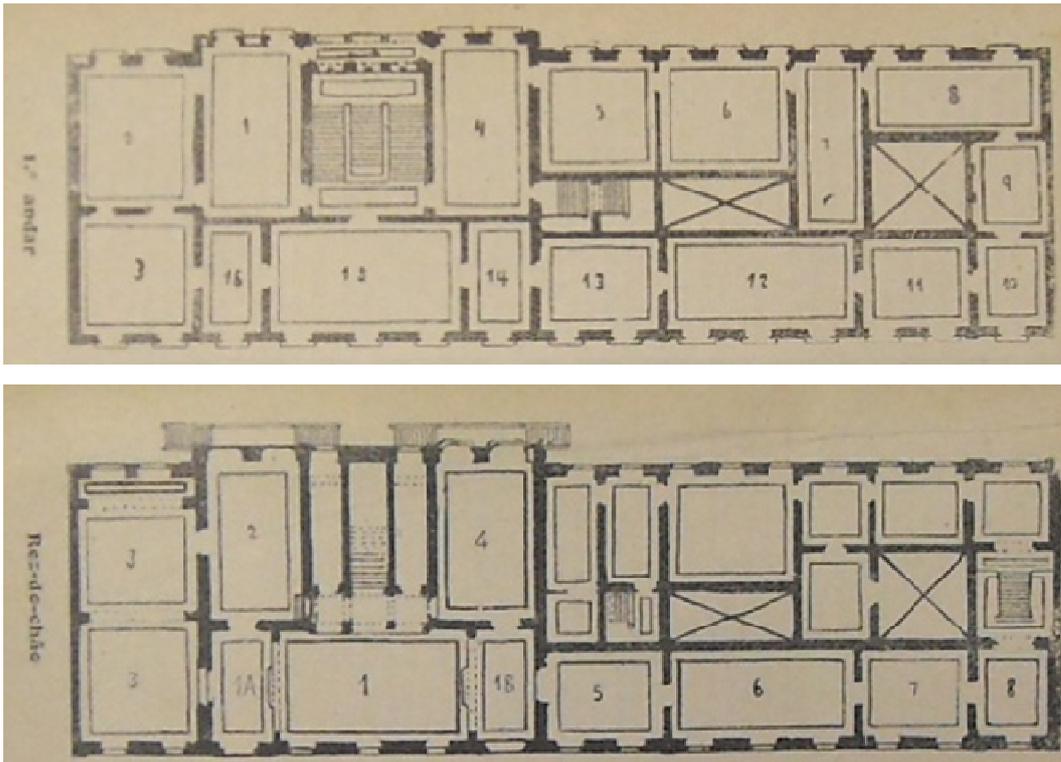
<sup>93</sup> Viterbo, Sousa, *Cem Artigos de Jornal*, 1912. Cit. por Manaças 1991, 27.

Como já vimos, no início de 1892, o Convento de Santo Alberto, contíguo ao MNBA e vago, é entregue à ARBA, para alargamento do Museu. Manuel de Macedo, num texto anónimo (*O Museu Nacional de Bellas Artes*, 1892) alvitra que o Convento seja aproveitado para «arrecadações, officinas, etc., e para onde, mais tarde, quando opportuno poderão ser removidos a secretaria, gabinetes respetivos, etc. o que facultará ao Museu outro tanto espaço aproveitável» e, «no espaço que d'elle depende é possível de futuro (...) levar a effeito a criação de uma escola de arte applicada e de arte decorativa, agregada ao Museu» (*O Museu Nacional de Bellas Artes*, 1892: 8-9)<sup>94</sup>.

Conta-nos o conservador que «A galeria dos quadros, as salas occupadas pelas colleções de arte applicada às industrias, e a que contém os desenhos do nosso grande Sequeira [atual Sala Patiño]» compunham o andar nobre do Museu. No piso térreo «foram aproveitadas (por enquanto) três salas assás espaçosas». «O peristyllo do edificio [átrio das Janelas Verdes] e a sala cujo aspecto é monumental, foram também aproveitadas» (*O Museu Nacional de Bellas Artes*, 1892: 4 e 8). Existia, entre o piso térreo e o andar nobre, uma sobreloja, «por enquanto vedada ao público», com gabinetes e salas, «devendo no futuro ser alli instalados os desenhos e gravuras». «Estas salas estão promptas, e esperam apenas a remodelação de uma escada interior [no topo poente] e a conclusão das obras nas salas (cinco em número e assás espaçosas) do pavimento térreo para serem facultadas ao publico», explicitava o conservador (*O Museu Nacional de Bellas Artes*, 1892: 8). Tendo em conta uma planta publicada em 1913 (**Figs. 43 e 44**) (já do futuro Museu Nacional de Arte Antiga, mas anterior às grandes alterações da década de 1940), parece-me que as três salas espaçosas já aproveitadas seriam o espaço lateral esquerdo do atual átrio das Janelas Verdes (1A), a atual sala do Serviço Educativo (2) e a sua correspondente do outro lado da escadaria (4), atualmente a última das salas de exposições temporárias, a sala monumental, seria a atual Sala Polivalente (2 e 3) e as cinco salas por concluir as salas da ala norte, ou seja, o espaço lateral direito do átrio e as atuais salas de exposições temporárias (1B-8), que dariam acesso à futura escada para a sobre-loja, no extremo do edificio, já visível na planta citada.

---

<sup>94</sup> Como veremos, o Convento será demolido, mas no seu local é construído o anexo do MNAA.



**Figuras 43 e 44:** Planta do MNAA, antes das alterações da década de 1940 (Publicado em Costa, 1913: 29, 30).

O aumento do espólio do MNBA<sup>95</sup> agrava a falta de espaço e, tendo em conta os inúmeros quadros que ainda se encontravam nas reservas do Museu e da ARBAL, Manuel de Macedo diz, ainda naquela obra, que «seria relativamente fácil, attenta a grande área de terreno dependente do Museu (cujo edifício nunca chegou a completar-se) construir uma galeria provisória» para instalar aquelas obras (*O Museu Nacional de Bellas Artes*, 1892: 6). O conservador acrescenta que «A direção aneia por ver concluídas as obras encetadas de há muito na parte do edifício por ora vedada ao publico<sup>96</sup>, a fim de proceder a uma distribuição mais methodica e bem ordenada» (*O Museu Nacional de Bellas Artes*, 1892: 6).

Falecido Tomás da Fonseca (17.12.1894), sucede-lhe como diretor do MNBA o pintor, académico e professor António José Nunes (m. 1905) que organiza a galeria de pintura por escolas<sup>97</sup>, reduzindo o número de obras expostas, passando aquela de 10

<sup>95</sup> Como a cedência do acervo do Museu Arqueológico do Algarve, que dá mais peso à coleção de arqueologia (Ferreira 2001, 310).

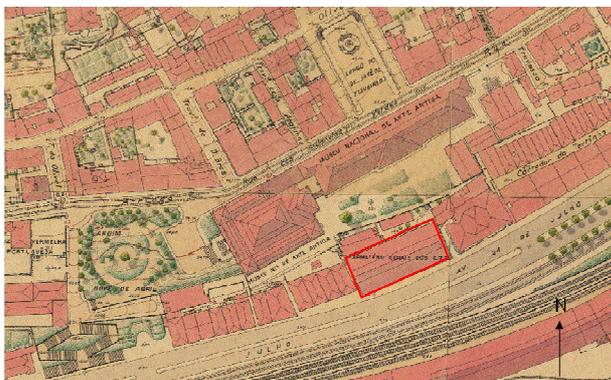
<sup>96</sup> Penso que o autor se refere às obras no andar térreo, para acesso à sobre-loja.

<sup>97</sup> José de Figueiredo, 1915. Cit. por Porfírio 2005, 19. José Luís Porfírio nota que, apesar da bibliografia caracterizar a primeira direção do MNBA com uma ordenação cronológica da coleção de pintura e a segunda com uma ordenação por escolas, as fotografias da época contrariam esta visão (Porfírio 2005, 19).

para 9 salas. Outra alteração à exposição ocorre em 1896, quando a rainha D. Maria Pia inaugura duas salas no piso térreo<sup>98</sup> (atuais segunda e terceira da galeria de exposições temporárias) com a doação do Conde de Carvalhido<sup>99</sup> ao MNBA (Porfírio 2005, 16) (v. **Ap. A, Fig. 18**).

No mesmo ano, por convite do diretor, o arquiteto Rosendo Carvalheira<sup>100</sup> é incumbido de proceder ao estudo de um projeto onde “o actual Museu de Bellas Artes e Archeologia ou Palácio Pombal, a Igreja das Albertas e o Convento transformado constituirão um vasto edifício do estado, onde ficarão reunidos: a) Museu de Bellas Artes e Archeologia no lugar que ocupa; b) Igreja conservada como museu religioso; c) Convento transformado em Academia de Belas Artes”<sup>101</sup>.

Segundo indicações do engenheiro-diretor das Obras Públicas<sup>102</sup>, nas faces do jardim das Albertas e do rio, alargar-se-ia a construção “segundo linhas evidentemente definidas em face do existente” para grandes salas de aulas e festas solenes ou galerias de exposição. A fachada das Janelas Verdes seria o seguimento da fachada do Palácio, «cortando-se o ângulo que actualmente quebra em alinhamento até encontrar a linha do prolongamento da face, que olha para o jardim, do pavilhão existente, que ressalta da linha geral do convento fronteiro ao jardim». Para sul, conquistar-se-ia o espaço ocupado pelo depósito de material dos Correios e Telégrafos (**Fig. 45**). Previa-se para as



**Figura 45:** Planta da zona do MNAA (1950), indicando o depósito dos CTT (imagem retirada do *website* Lisboa interativa: <http://lxj.cm-lisboa.pt/lxi/>).

<sup>98</sup> AFMNAA, separador 4.1.3.1.

<sup>99</sup> Luís Augusto Ferreira de Almeida (1811-1900), visconde, por D. Pedro V e, a partir de 1874, **Conde de Carvalhido**, por D. Luís. Abastado negociante luso-brasileiro, desde 1865 fez várias ofertas à ARBA. As duas salas que lhe foram dedicadas no MNBA reuniam um total de 91 obras oferecidas por si (Xavier 2013, 116-117).

<sup>100</sup> **Rosendo Carvalheira** (1864-1919). Autor de um projeto de remodelação do Mosteiro dos Jerónimos (1875) e restaurador da Sé da Guarda (1900). Viria a projetar o Sanatório da Parede, o Liceu Passos Manuel e o edifício da Assistência aos Tuberculosos (França 1990, 138).

<sup>101</sup> Documento de 16 de setembro citado em *BMNAA*, II, I, 1950: 12.

<sup>102</sup> Cópia do Cartório das Obras Públicas, livro 275, fl. 1. Dossiê *História do Museu depois de 1882*, *BMNAA*.

faces poente e sul arcarias envidraçadas, no andar nobre, «como as loggia italianas do Palácio do Vaticano» e no térreo, abertas e de livre acesso, semelhantes à da praça de la Signorina, em Florença, para «abrigo e logradouro publico em local de tão esplendida e aprasivel vista». Estudar-se-ia também o levantamento, no edifício, de uma torre de secção quadrada decorada e com uma ou mais varandas sucessivas «para disfrute do panorama do Tejo», onde, «tão alto quanto possível, mas sem exageros de altura», se colocasse um grande relógio de 4 mostradores que, iluminados à noite, «prestassem serviço para terra e rio»<sup>103</sup>. O relator do documento considerava a obra «relativamente muito económica, sem nota alguma de luxo», assinalando que este estava na localização do edifício. Tirar partido da localização era aliás, segundo a mesma fonte, um dos objetivos do projeto, o outro, dar utilidade pública ao edifício.

Parece terem sido entregues a Carvalheira as plantas, cortes e alçados do Convento e uma planta geral, indicativa das propostas descritas<sup>104</sup>, mas o projeto, a ter sido realizado, não foi concretizado.

Em 1901 são reorganizadas a Academia, o Museu e a Escola de Belas-Artes (EBAL)<sup>105</sup>, com a publicação do *Regulamento da Academia*. Segundo este, o Museu é dividido em duas secções: Belas-Artes e artes decorativas, passando a expor apenas obras deste tipo, antigas e modernas, nacionais ou estrangeiras «de reconhecido valor»<sup>106</sup>.

Nos anos seguintes, o MNBA é organizado por três professores da Academia: o arquiteto José Luís Monteiro e os pintores Luciano Freire e Veloso Salgado, que voltam à organização cronológica da pintura e reduzem significativamente o número de obras expostas (*Museu Nacional de Arte Antiga*, 1999: 40). Mas, os problemas de falta de espaço mantêm-se. Por exemplo, em 1903 e 1904, o historiador Gabriel Pereira (1847-

---

<sup>103</sup> Lembremo-nos que, em 1878, durante a reconstrução do dormitório do Mosteiro dos Jerónimos, a grande torre do corpo central ruiu, exacerbando a polémica, já instalada, à volta da reconstrução de edifícios históricos.

<sup>104</sup> Os desenhos incluídos eram: Planta do Convento das Albertas e seus arredores desde a casa da guarda do Museu até ao extremo poente da cerca do Convento, «onde a traço carmim está indicado o projecto do engenheiro Folque [Pedro Romano Folque, engenheiro-chefe da Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais] de rectificação do alinhamento da fachada da rua e conquista do espaço do lado do jardim», planta do subterrâneo lado sul, planta do r/c, planta do 1.º andar, planta do 2.º andar, alçado norte, alçado sul, alçado nascente e alçado poente. Cópia do Cartório das Obras Públicas, livro 275, fl. 1. Dossiê *História do Museu depois de 1882*, BMNAA. Não consegui localizar as ditas plantas.

<sup>105</sup> Decreto de 14 de novembro, confirmado a 18 de dezembro de 1902.

<sup>106</sup> *Decreto reorganizando a Academia Real de Bellas Artes de Lisboa e a Escola e o Museu de Bellas Artes*, 14 de novembro de 1901, in *Reformas do Ensino em Portugal. 1900-1910*, tomo I, vol. IV, 1.ª parte, Ministério da Educação-Secretaria-Geral, 1996, 25.

1911) considerava o Museu pequeno em relação aos de outros países europeus e “mal instalado, havendo gavetos sem luz [e] salas com luz imprópria”. Tal como o conservador Manuel de Macedo, propunha “que as arrecadações, officina e secretaria se instalassem na anexa parte do extinto convento das Albertas”<sup>107</sup> e «nos barracões provisórios (...) erguer no futuro ampliação apropriada» (Pereira 1904).

Em 1905, por ofício do Ministro do Reino, as direcções do MNBA e da Academia são divididas, assumindo o pintor Carlos Reis<sup>108</sup> (1863-1940) a direcção do Museu. O novo diretor mantém Manuel de Macedo como conservador e contrata o pintor e ceramólogo José de Queiroz (1856-1920) (*Faiança Portuguesa. Roteiro*, 2005: 14).

Carlos Reis, numa carta ao *Diário de Notícias*, de 14 de junho de 1909, diz que um dos seus primeiros atos enquanto diretor foi tomar conhecimento de todo o edifício do Museu e das suas dependências, verificando o estado de abandono em que aquele se encontrava. Por isso, uma das suas primeiras medidas foi fazer obras de reparação, já que «as salas de exposição tinham o aspecto de uma carvoaria»<sup>109</sup>. Também a carência de espaço prejudicava a exposição das novas aquisições a artistas modernos. O diretor propõe então, nesse ano, a venda em hasta pública de alguns objetos arrecadados no Museu, para com a receita fazer obras naquele. Mas, tanto a comissão executiva da ARBA como o Conselho Superior de Instrução Pública<sup>110</sup> defendem a «inalienabilidade do património artístico nacional» e o diretor fica com o seu nome «manchado» (Gonçalves 1963, 12), mesmo depois de se defender, em carta publicada no *Diário de Notícias* (21.5.1909), afirmando que aquele seria um simples ato administrativo, que se limitava à venda de objetos de pouco valor artístico, entre «outras trapalhadas», a exemplo do que já fora feito no Museu do Louvre (Gonçalves 1963, 14).

Em 1909, a ARBAL, que chegara a nomear uma comissão que pedisse às Obras Públicas o complemento do edifício do MNBA para nascente, dirige uma comunicação

---

<sup>107</sup> Pereira 1903, 4. Cit. por Manaças 1991, 109.

<sup>108</sup> **Carlos Reis** (1863-1940). Pintor da chamada “segunda geração de naturalistas” (a par de Veloso Salgado). Frequentou a EBAL e a École des Beaux-Arts, de Paris. Em 1895 ocupou o lugar de Professor da EBAL, na cadeira de Paisagem, substituindo o seu mestre, Silva Porto (<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Entidades/EntidadesConsultar.aspx?IdReg=68209>, consult. ago 22, 2014).

<sup>109</sup> Cit. por Gonçalves 1963, 10.

<sup>110</sup> Criado em 1837, extinto e restaurado diversas vezes, foi restabelecido em 1884, por Carta de Lei de 23 de maio, assinada pelo Ministro do Reino Barjona de Freitas. Era um órgão consultivo e executivo em matérias de ensino e atividade cultural. Virá a ser extinto e substituído pela Junta Nacional da Educação, em 1936.

ao Ministro daquela pasta, revelando preocupação com o estado de conservação das pinturas, devido à oscilação de temperatura, sentida no andar nobre no Palácio. Propõe a “diminuição do excessivo calor (...), pelo meio de fortes correntes de ar, estabelecidas no sótão pela acção de poderosas ventoinhas, movidas pela corrente eléctrica da rede geral”<sup>111</sup>. Preocupação partilhada pelo historiador de arte José de Figueiredo, que, numa entrevista do mesmo ano, declara que se devia ter em conta “na [futura] construção as preocupações necessárias para que nessa parte do palácio, a temperatura não soffra oscilações muito sensíveis e nunca possa atingir um grau muito elevado”<sup>112</sup>.

Em 1910, o conservador Manuel de Macedo, na introdução a um catálogo da galeria de pintura, que não chegou a ser publicado<sup>113</sup>, diz que “de futuro, quando este [o Museu] vier a ser ampliado, visto que o edifício é já hoje propriedade da Nação, e atendendo a que, tanto em uma como na outra das suas extremidades, faculta espaço mais que suficiente nesse sentido, poder-se-ão ainda reunir, em uma sala de arrazoadas proporções cerca de quarenta quadros”<sup>114</sup> (o que mostra a conceção museográfica ainda vigente, por muito extensa que a sala fosse). Explica que “a conveniência de aproveitar espaço a fim de exhibir a público mais uma secção de Arte aplicada, incluindo reproduções galvanoplásticas de objectos de ourivesaria, e um número importante de espécimes artísticos de bronze, cobre, latão e outros metais, deu motivo à remoção da colecção de cerâmica para a sala 8 que se achava devoluta no pavimento inferior do edifício do Museu, facultando-nos a inclusão da sala J na galeria de Pintura”<sup>115</sup> e, reforçando a ideia do diretor, diz ainda que a expansão da secção de pintura portuguesa contemporânea “torna mais urgente a ampliação do nosso Museu”<sup>116</sup>.

Com a implantação da República, a 5 de outubro de 1910, o acervo do MNBA é enriquecido com as coleções reais e, como resultado da lei da separação do Estado e da

---

<sup>111</sup> Cit. por Manaças 1991, I, 43, sem indicação de fonte.

<sup>112</sup> «Entrevista» [dada ao jornal] *O Século*, 15 de julho de 1909. Cit. por Manaças 1991, 43.

<sup>113</sup> José Luís Porfírio data o texto «bem do final da Monarquia, provavelmente já em 1910» (Porfírio 2005: 17) mas é-o com certeza e escrito entre maio e dezembro, pois refere-se à apresentação pública dos *Painéis de São Vicente* (decorrida em maio de 1910) e a Sousa Viterbo ainda vivo (falecido a 29.12.1910). A Implantação da República e consequente alteração na coleção de pintura podem explicar a razão para o catálogo organizado por Macedo não ter sido publicado.

<sup>114</sup> «Introdução de Manuel de Macedo a um catálogo, não publicado, da galeria de pintura», *BMNAA*, I, n.º 3, 1948: 120.

<sup>115</sup> «Introdução de Manuel de Macedo a um catálogo, não publicado, da galeria de pintura», *BMNAA*, I, n.º 3, 1948: 130.

<sup>116</sup> «Introdução de Manuel de Macedo a um catálogo, não publicado, da galeria de pintura», *BMNAA*, I, n.º 3, 1948: 130.

Igreja, no ano seguinte, com o espólio de paços episcopais, sés e igrejas<sup>117</sup> (*Museu Nacional de Arte Antiga*, 2005: 31).

Ainda em 1910, algumas salas são pintadas «com cores neutras, para não prejudicar a observação das obras de arte expostas» (Noé et al...)<sup>118</sup>. Em maio do ano seguinte, Carlos Reis, auxiliado por José de Queiroz, abre uma nova sala de cerâmica e vidros no Museu, provavelmente na ala norte do lado poente do piso térreo do Palácio, onde estava exposta a cerâmica.

Nesse mesmo mês de maio de 1911, o Museu Nacional de Belas Artes seria extinto e as coleções divididas pelos então criados Museu Nacional de Arte Antiga e Museu Nacional de Arte Contemporânea.

---

<sup>117</sup> Da Igreja das Albertas entra no Museu indumentária religiosa, castiçais, faianças e vidros, um presépio, imagens de santos, pintura e mobiliário (14.9.1911). «Relação dos objectos entrados no Museu, em virtude da Lei de Separação da Igreja e do Estado e da lei sobre as congregações», PT/MNAA/AJF/APF-MNAA-M/002/000044, ANTT (consult. março 21, 2014).

<sup>118</sup> Terão sido, provavelmente, as do piso térreo, visto que as do nobre eram forradas e não pintadas.

## C.7 O Museu Nacional de Arte Antiga

*O crescimento contínuo das coleções juntamente com problemas de espaço, conservação e arrumação (...) são uma constante na história, passada e presente, do Museu, José Luís Porfírio, 1977<sup>1</sup>*

### C.7.1 Primeiras intervenções e primeiros projetos de ampliação (1911-1927)

A Lei republicana de 26 de maio de 1911 extingue o Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) e cria o Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) e o Museu Nacional de Arte Contemporânea (MNAC), seguindo-se a nomeação de José de Figueiredo<sup>2</sup> como primeiro diretor do MNAA e a do pintor Carlos Reis, diretor do MNBA, como primeiro diretor do MNAC. O MNAA mantém-se nas Janelas Verdes e o MNAC é instalado no Convento de São Francisco, nas salas da antiga Galeria Nacional de Pintura. Para aqui vão as obras do MNBA posteriores a 1850 e as anteriores à fundação da nacionalidade para o Museu Etnológico Português, criado em 1893 (Custódio 2010, 107, n. 10). O aumento de espaço expositivo no Palácio das Janelas Verdes iria facilitar as pretensões de José de Figueiredo para a organização do novo museu.

Figueiredo, que não concordava com as opções dos diretores do MNBA (Manaças 1991, 31), vai preocupar-se em reorganizar o museu, segundo critérios museográficos modernos, e com a «necessidade premente de ampliação do edifício» (*Museografias*, 2008: [3]), sobretudo, devido ao restauro de obras em reserva.

Logo em julho de 1911, em entrevista a *O Século*, o diretor defendia que o ideal seria edificar um novo edifício para o MNAA, visto o Palácio Alvor “não se prestar ao fim a que o destinavam”<sup>3</sup>. No entanto, «consciente da impossibilidade da sua concretização, face ao período conturbado que o país atravessava, que se reflectia em

---

<sup>1</sup> Porfírio 1977, 12.

<sup>2</sup> **José de Figueiredo** (1872-1937). Formado em Direito, obteve competências como historiador de arte e museólogo em Paris, onde conviveu com o meio artístico e intelectual francês. Regressado a Portugal publica várias obras, consagrando-se com o primeiro estudo sobre os *Painéis de São Vicente*, onde desenvolve o conceito dos “primitivos portugueses”, que terá determinado a sua escolha como diretor do MNAA. É membro ativo da ARBA e, com a implantação da República, participa na legislação de reorganização dos Serviços Artísticos e Arqueológicos, que cria o MNAA (Manaças 1991, 40; Silva 2002, 76; Custódio 2010, 137-8).

<sup>3</sup> «Entrevista» [dada ao jornal] *O Século*, 26 de julho de 1911. Cit. por Baião 2012, 57.

magros orçamentos para as diversas estruturas estatais» (Baião 2012, 17), diria, em setembro desse ano, que “a não se edificar um museu próprio, com boa distribuição de luz e todas as condições requeridas para edificações desta natureza, e que poderia bem ficar no Parque Eduardo VII, alguma coisa se pode tentar no sentido de se adaptar este melhorando-o tanto quanto possível”<sup>4</sup>. Para o Palácio, Figueiredo propunha obras de adaptação e complemento, pois considerava que “o que está construído é apenas a parte central e o lado poente, faltando-lhe o braço nascente. Ora essa parte já podia ser feita em condições de servir para museu”<sup>5</sup>. Ideia que, como vimos, já a ARBA preconizara.

Apesar da falta de verbas para a transformação das instalações (Manaças 1991, 46), ainda em 1911, iniciam-se, sob projeto do arquiteto Adães Bermudes<sup>6</sup>, obras de remodelação nas salas A, B, C, D, E e F do andar nobre. Ao arquiteto José Luís Monteiro<sup>7</sup> é pedido um estudo da sala contígua ao átrio do piso térreo, «mais tarde designada como sala dos Passos Perdidos» (*Museografias*, 2008: [5]), para sala de ourivesaria francesa do século XVIII, a instalar a baixela Germain, o que vem a acontecer apenas em 1926, quando o conjunto é incorporado no MNAA<sup>8</sup> e apresentado ao público, na sala renovada para o efeito e para a qual são importadas vitrinas da casa parisiense Mantelet (*BMNAA*, IV, 1, 1959: 2).

---

<sup>4</sup> «Entrevista» [dada ao jornal] *O Século*, 2 de setembro de 1911. Cit. por Manaças 1991, I, 110.

<sup>5</sup> «Entrevista» [dada ao jornal] *O Século*, 2 de setembro de 1911. Cit. por Manaças 1991, I, 43.

<sup>6</sup> Arnaldo Redondo **Adães Bermudes** (1863/64?-1947/48?) Formado na Academia do Porto, frequentou a École de Beaux Arts, de Paris e, regressado a Portugal (1895), integra a Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses. No mesmo ano, vence o concurso para o projeto de restauro do Mosteiro dos Jerónimos e no seguinte o concurso para o programa dos bairros económicos a construir em Lisboa, Porto e Covilhã. Ao vencer o concurso para o projeto da escola primária tipo (1898), é nomeado diretor das construções escolares. Desenvolve uma linguagem romântica, como na Igreja paroquial de Espinho (1908) e neomanuelina, exemplificada no edifício dos Paços do Concelho de Sintra (1906-09), no jazigo dos benfeitores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e no prédio de gaveto do Largo do Intendente, Lisboa, Prémio Valmor (ambos de 1908). Membro da Comissão dos Museus (1911), vogal do Conselho de Arte e Arqueologia da 1ª Circunscrição (1911), sócio do GAMNAA, desde a sua constituição (1912) e arquiteto principal do Ministério das Obras Públicas (1919). Com António Couto vence os concursos para o Pavilhão de Exposições no Parque Eduardo VII e para o Monumento ao Marquês de Pombal (1917). Foi também autor do projeto de restauro da *Domus Municipalis*, de Bragança (1916), da Escola Nacional de Lisboa (atual Escola Superior de Educação, 1916) e do Palacete do Conde de Agrolongo, Lapa (1906) (Manaças 1991, 48; *De Amicitia*, 2012, 29; Custódio 2010, 143-5; «Adães Bermudes», 1994; França 1990).

<sup>7</sup> **José Luís Monteiro** (1848/49?-1942) formou-se principalmente em Paris. Membro das comissões para a Reforma do Ensino Artístico e Organização do Serviço de Museus, Monumentos Históricos e Arqueologia e das Exposições de Arte Ornamental de Londres (1881) e de Lisboa (1882), um dos organizadores do MNBA e membro do GAMNAA, desde a sua constituição (1912). Para além do quartel-sede do Batalhão de Sapadores Bombeiros, em Santos, como arquiteto da CML, participou num grande número de projetos camarários (Estação do Rossio, Hotel Avenida Palace, Salão Portugal da Sociedade de Geografia e Igreja dos Anjos, 1908-11) («José Luís Monteiro», Revelar Lx: <http://revelarlx.cm-lisboa.pt/gca/index.php?id=835>. Consult. janeiro 25, 2013).

<sup>8</sup> Manaças 1991, I, 48. A baixela encontrava-se no Palácio das Necessidades (Proença 1924).

A 24 de março de 1912 inauguravam as duas primeiras novas salas do Museu (*Museografias*, 2008, [4]), a Sala de Nuno Gonçalves (atual Sala do Tecto Pintado) (v. **Ap. A, Fig. 47**) e a Sala da Escola Portuguesa de pintura do século XVI. Segundo o jornalista de *O Século*, que entrevista José de Figueiredo nesse mesmo dia, o acontecimento deveu-se mais ao esforço da nova direção do que à atenção do poder político<sup>9</sup>. Aliás, o diretor aproveita a entrevista para reivindicar «a dotação orçamental necessária para devolver a dignidade às velhas instalações», dizendo que “com esse dinheiro, todo esse esfarrapado e desbotado papel que forra as altas paredes poderia ser substituído por um tecido próprio, sobre o qual se destacasse toda a beleza dos quadros expostos” (*Museografias* 2008, [4]).

As crises económicas do início da República refletiam-se negativamente no Museu. Mas, apesar da «ridiculíssima» e «mesquinha» dotação do MNAA, como o diretor diria em novembro a *O Ocidente*,<sup>10</sup> as mudanças continuavam e nesse mês procedia-se à reorganização de três salas, onde aquele determinara resguardar os quadros a expor através de «três caixas de ar confinado, o que é o melhor e mais seguro regularizador da temperatura». No entanto, no final de 1912, José de Figueiredo dirige um ofício ao presidente do Conselho de Arte e Arqueologia (CAA) da 1ª Circunscrição<sup>11</sup>, queixando-se da demasiado baixa verba do Museu, que não dava margem a gastos com a instalação<sup>12</sup>.

Em 1913, em consequência do equilíbrio financeiro alcançado pelo Ministro das Finanças Afonso Costa, aumenta a dotação atribuída pelo orçamento de Estado ao MNAA (Manças 1991, I, 112). É desse ano a intervenção de redecoração do salão nobre (“sala E”, atual 55), por Adães Bermudes. O teto, que anteriormente apresentava um estuque decorativo, provavelmente, contemporâneo dos ainda visíveis na escadaria e salas 68 e 69, do tempo de Pombal (**Fig. 40**), passa a ser decorado apenas na sanca. O projeto (de 7 de abril) (**Fig. 46**) tem ligeiras diferenças em relação ao que vemos concretizado em fotografias da época (**Fig. 47**). Deste modo, terá tido, durante a direção

---

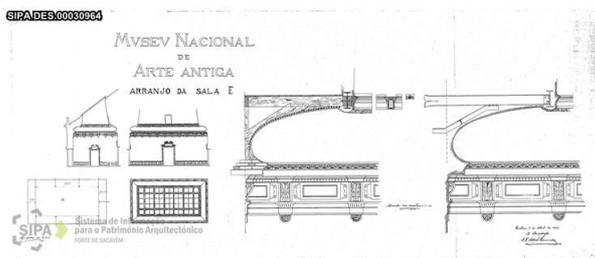
<sup>9</sup> «Entrevista» [dada ao jornal] *O Século*, 24 de março de 1912. Cit. em Bastos e Carvalho 2012, 36.

<sup>10</sup> *O Ocidente*, vol. XXXV, nº 1221, 30.11.1912: 258.

<sup>11</sup> O CAA da 1ª Circunscrição tutelava os museus estatais de Lisboa. Dependentes do Ministério do Interior, através da Direção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial, competia aos CAA organizar os museus e coleções e conservar e adequar os edifícios para fins museológicos (Henriques 2011, 113).

<sup>12</sup> Ofício de José de Figueiredo, 7.12.1912, 1. Resposta ao ofício do Conselho de Arte e Arqueologia da 1ª Circunscrição, de 25.5.1912. Cit. por Manças 1991, 47 e reproduzido no vol. 2, como Documento nº 1.

de José de Figueirido, duas intervenções ou a execução não respeitou plenamente o projeto.



**Figura 46:** Projeto para arranjo da sala E, do MNAA (atual sala 55), Adães Bermudes, 7.4.1913 (SIPA DES.00030964).

**Figura 47:** Salão nobre (atual sala 55), visto de E para W, >1913<1925. Para além da decoração da sanca, repara-se na claraboia do teto, no novo apainelado, no *parquet*, no vão de mármore, nos sofás e nos painéis para pinturas, nos ângulos da sala. À esquerda a porta para o alto da escadaria nobre e ao fundo a sala dos *Painéis de S. Vicente* (AFMNAA).

Em 1915 José de Figueirido abre, para além do salão nobre, as duas pequenas salas contíguas. O primeiro terá pintura, sobretudo europeia, dos séculos XVI e XVII (Porfírio 2005, 20) e as segundas pintura holandesa, flamenga e italiana.

Durante esta e as décadas seguintes, as salas do andar nobre sofrem várias alterações. Substituem-se os forros adamascados das paredes, primeiro por outros «de um carmesim acariciante», como diria um cronista d'*O Ocidente*<sup>13</sup> e depois por panos de fundos neutros e tons mais claros (Couto 1958). Os lambris de madeira (de almofadas retangulares na vertical) são substituídos (por um de almofadas retangulares e quadradas alternadas), bem como os pavimentos em soalho em espinha de peixe por *parquet* de motivos decorativos geométricos, como irá suceder na sala de Nuno Gonçalves, em 1930 (v. **Ap. A, Fig. 48**). Retiram-se ainda as guarnições das portas e, mais tarde, as próprias portas e colocam-se mármore nos vãos (*BMNAA*, II, 1, 1950: 5). Renovam-se rebocos e pinturas das paredes, fazem-se novos tetos e restauram-se os telhados (Noé et al.). Também o mobiliário de assento para os visitantes muda, surgindo agora bancos corridos de couro com pregaria, nas salas mais pequenas e, nas maiores, sofás de 3 e 4 lugares, dispostos costas contra costas, no eixo das salas<sup>14</sup> (v. **Ap. A, Figs.**

<sup>13</sup> *O Ocidente*, vol. XXXV, nº 1221, 30.11.1912: 257.

<sup>14</sup> Estes bancos e sofás manter-se-ão depois da ampliação do Museu, na década de 1940, seguindo a mesma lógica de disposição e localização, sendo colocados radiadores entre os espaldares dos sofás (v. **Figura**). Na renovação do MNAA em 1983, aparecem já os assentos modernos que fizeram parte do

44 e 48). João Couto contará que José de Figueiredo chamava a atenção «para [estas] novas salas bem iluminadas, bem assoalhadas e com as paredes magnificamente revestidas por tecidos de qualidade», em contraste com as de ourivesaria «fornadas de papel lavrado de tom muito escuro» (*BMNAA*, II, 1, 1950: 5).

Quanto à exposição, Figueiredo reformula toda a secção de pintura, reduzindo o número de obras (Manaças 1991, I, 43) e, de modo a ampliar a superfície expositiva e a facilitar a observação das obras, coloca-as em painéis que cortam os cantos das salas<sup>15</sup> (**Fig. 46**), «solução revolucionária aclamada pela crítica estrangeira» (*Museografias* 2008, [4 e 5]). Para além disso, dispõe os quadros espaçadamente e, quase sempre, numa única fila, opção museográfica que, segundo Vítor Manaças, só se generaliza no pós II Guerra Mundial, com a reorganização dos museus europeus (Mananças 1991, I, 43). Sobre as primeiras intervenções no MNAA, dirá José de Figueiredo, em 1930, que “estão bem e são as que deram fama ao museu lá fora”<sup>16</sup>.

Segundo João Couto (*BMNAA*, I, nº 2, 1939: 48), José de Figueiredo modifica telhados, escadarias e salas, o que «acabou por diminuir o carácter da construção». O diretor assumia que, “visto não haver dinheiro para a construção de um novo museu já apropriado a esse fim, o que há a fazer é completar o edifício das Janelas Verdes, o único que apesar de não ter sido construído para museu pode com pequena despesa, revestir as condições necessárias (...) de forma a constituir um museu que seja simultaneamente instrutivo e agradável”<sup>17</sup>. Insistia na “conclusão” do Palácio «e se tanto se necessitar e se tanto for possível, prolongal-o pelo Convento das Albertas»<sup>18</sup>.

Pelo menos desde dezembro de 1915, o novo diretor defendia que o MNAA ocupasse o espaço do antigo Convento de Santo Alberto, não para demolir a Igreja, mas visando a sua dignificação (Noé et al.). Dois anos depois, conseguirá que o Governo lho entregue, para ampliação do Museu (Noé et al.).

---

programa museográfico, e o Museu, ainda hoje, utiliza. É provável que alguns dos antigos sofás sejam os que se encontram atualmente nos serviços da DGPC, no Palácio Nacional da Ajuda.

<sup>15</sup> Inicialmente, em pequenos painéis acima do apainelado antigo (cf. *O Ocidente*, vol. XXXV, nº 1221, 30.11.1912: 260-61). Mais tarde, quando os lambris de madeira e o soalho são modificados, os painéis dos cantos tornam-se mais altos, desde o nível do chão até quase à cimalha, continuando na sua base o correr do novo apainelado. Quando nos anos 1970, os painéis e lambris são retirados, mantêm-se no desenho do *parquet* os “cantos cortados”, nome que entrou na gíria do Museu. Podemos vê-los nas atuais salas 55 e 57.

<sup>16</sup> Ofício de José de Figueiredo ao Conselho de Arte e Arqueologia da 1ª Circunscrição, 31.3.1930. Cit. por Manaças 1991, 47 e 48.

<sup>17</sup> «Entrevista» [dada ao jornal] *O Século*, 2 de junho de 1912. Cit. por Manaças 1991, I, 110.

<sup>18</sup> *O Ocidente*, vol. XXXV, nº 1221, 30.11.1912: 258.

Segundo o *website* do IHRU, o primeiro projeto de ampliação do MNAA data de 8 de junho de 1915, da autoria de Adães Bermudes e previa a construção de um anexo com 4 mil m<sup>2</sup>, a poente do Palácio, no local do Convento de Santo Alberto, orçando 170.000\$00<sup>19</sup>. Mas as obras virão a ser suspensas. Vítor Manaças informa-nos que o projeto terá desaparecido «no incêndio do Terreiro do Paço, onde estavam instalados os serviços das Obras Públicas» (Manaças 1991, I, 51). O autor refere-se, provavelmente, ao incêndio que, a 2 de maio de 1919, danificou parte da ala oriental das repartições do Terreiro do Paço<sup>20</sup>.

Um parecer do Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP)<sup>21</sup>, de 1925, citado por Vítor Manaças (Manaças 1991, I, 50), refere a elaboração do projeto em 1916 e a suspensão das obras em 1920. Outro documento ainda mais tardio, de 1932, da Comissão Administrativa das Obras do MNAA (CAOMNAA), refere-se ao “projecto de Adães Bermudes cujas obras iniciadas em 1913 foram paralisadas em 1916”<sup>22</sup>.

Admitindo que não houve erros de leitura, confundindo “1913” com “1915”, se o projeto é de 1915 ou do ano seguinte, que obras poderiam ter começado em 1913? Terá sido a demolição do Convento de Santo Alberto? A generalidade da bibliografia data a demolição de 1918, mas terá decorrido apenas nesse ano e não ao longo de vários? A demolição ter decorrido de 1911 a 1918, como aponta a publicação coordenada por Jorge Cabello (Cabello 1992), tem mais lógica. Aliás, uma *Planta da Igreja das Albertas e do terreno entre o Jardim da Rocha do Conde d’Óbidos e o jardim do Museu* (**Fig. 48**), não datada, mas provavelmente da década de 1910<sup>23</sup>, mostra a área do antigo Convento, apenas parcialmente demolida, já sem os compartimentos a poente da portaria, mas mantendo esta e a cisterna, com as paredes norte e poente regularizadas e sem o claustro. Para além disso, a data de 1915 é também apontada pela publicação de Cabello como da abertura de fundações para o Anexo, o que torna impossível a de 1916

---

<sup>19</sup> Segundo anexo (de 8.6.1915) a um ofício do CAA, 1ª Circunscrição, assinado por José Luís Monteiro, de 26.6.1915 (cit. por Manaças 1991, I, 50).

<sup>20</sup> «Incêndio na ala oriental do Terreiro do Paço», Fundação Mário Soares Arquivo e Biblioteca / Cronologia: <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=039771> (consult. agosto 12, 2014).

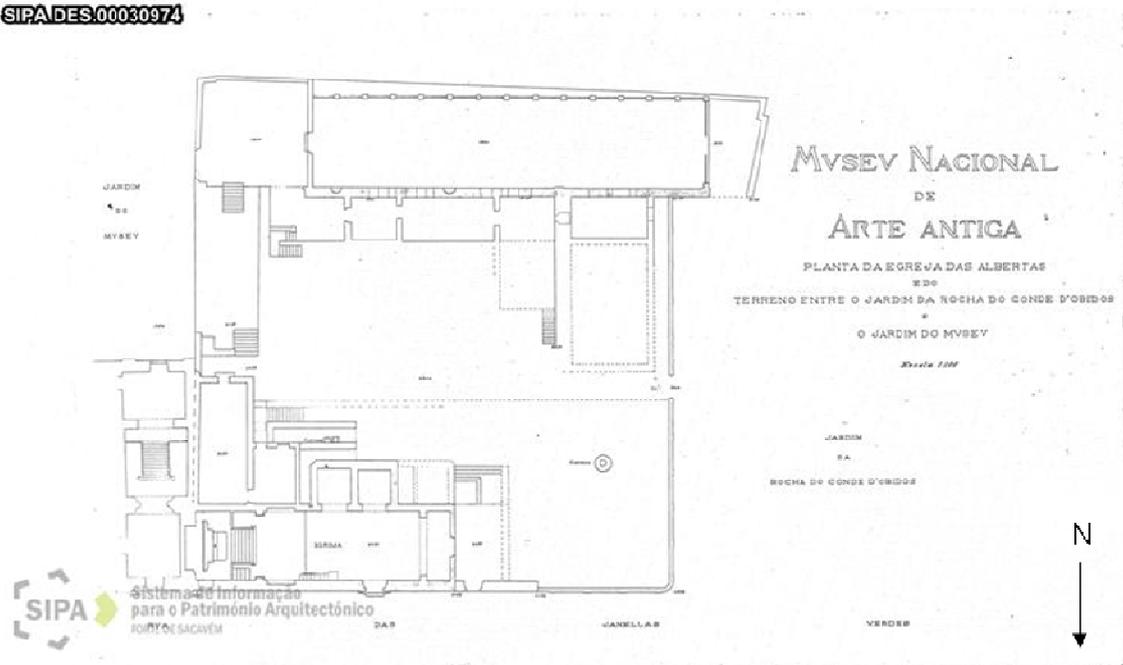
<sup>21</sup> Órgão consultivo do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, estava no topo das decisões relativas a intervenções em edifícios do Estado (Brites 2014).

<sup>22</sup> Cit. por Manaças 1991, I, 50. Indicação repetida pelo arquiteto Guilherme Rebelo de Andrade na Memória descritiva e justificativa do projeto para o Anexo do MNAA, 1935 ([PT DGEMN:DSCSV-001-0084/0452](#), IHRU).

<sup>23</sup> SIPA.DES.00030974. O grafismo desta planta é semelhante ao dos alçados do projeto de Bermudes, de 1918. Seria o estado atual do edifício, levantado pelo arquiteto?

ser a da elaboração do projeto. Sendo que 1916 é também a data apontada pelo CAOMNAA para suspensão das obras.

SIPA DES.00030974

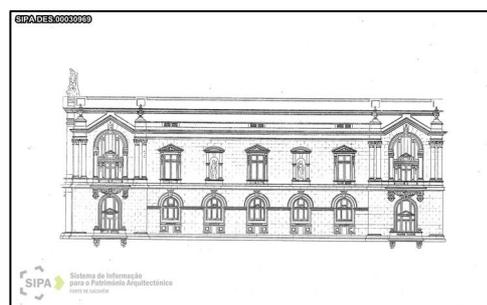


**Figura 48:** Planta da Igreja das Albertas e do terreno entre o jardim da Rocha do Conde d'Óbidos e o jardim do Museu, c. 1915? (SIPA DES.00030974).

Mas se as datas do projeto, do início e da suspensão das obras são incertas, também o é a razão para a interrupção das mesmas. Manaças levanta três hipóteses: o incêndio do Terreiro do Paço e consequente destruição do projeto, a falta de dotação para terminar as obras ou o desacordo em relação ao projeto, entre José de Figueiredo e o Conselho Superior de Obras Públicas (Manaças 1991, I, 51). Se as obras paralisaram em 1916 e o incêndio indicado for o de 1919 essa não será a razão mas se tiverem sido suspensas em 1920, já é uma razão plausível.

Como vimos, em 1918 o Convento está demolido. Em abril desse ano Adães Bermudes realiza um segundo projeto para o anexo do MNAA (Noé et al.)<sup>24</sup> (Figs. 49-52). Este projeto previa grandes caves, um vestíbulo, escadaria, um amplo salão central inspirado na sala de escultura do *Palais des Beaux Arts* de Bruxelas, dois pavimentos com duas ordens de salas iluminadas lateralmente, tanto as superiores com as inferiores, por luz natural e a demolição da Igreja das Albertas (BMNAA, II, nº 1, 1950: 13), o que é, portanto, incongruente com aquilo que Figueiredo defendia.

<sup>24</sup> João Couto, no *BMNAA*, II, 1, 1950: 12 data o projeto de abril de 1918, mas o estudo e início das obras do ano anterior.



**Figuras 49-52:** Projeto para a ampliação do MNAA, Adões Bermudes, 1918, fachadas W, S, E e N (SIPADES.00030972, SIPADES.00030969, SIPADES.00030971 e SIPADES.00030970).

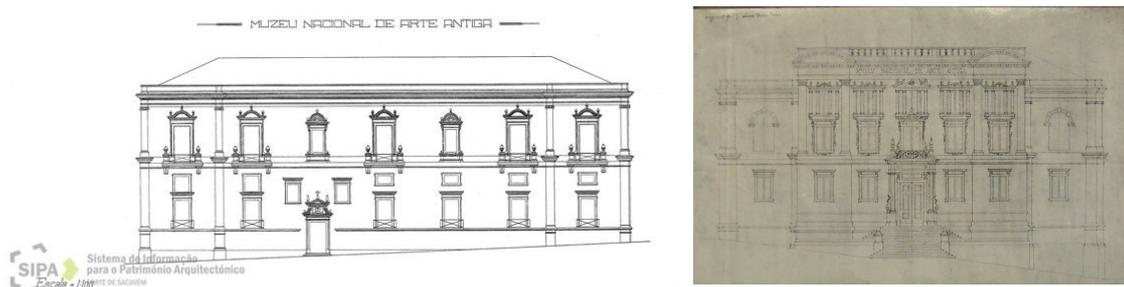
Ainda segundo o *website* do IHRU, as obras começam nesse ano, com a «abertura de alicerces» mas o projeto não se concretiza, gerando-se a discussão sobre a permanência do MNAA no local ou a construção de um edifício de raiz para o instalar (Noé et al.). Ora, admitindo que “fundações” e “alicerces” são sinónimos, segundo Cabello já haviam sido abertas em 1915. Tendo havido este segundo projeto, creio que será à sua suspensão que o documento do CSOP se refere, portanto, em 1920.

Parece-me que se pode concluir, conciliando as informações citadas, que o primeiro projeto de 1915 terá começado a ser concretizado nesse ano pela abertura para fundações, tendo sido interrompidas as obras no seguinte. Com um novo projeto de 1918, as obras são retomadas com a construção de fundações mas paralisadas em 1920, possivelmente devido ao desaparecimento do projeto no incêndio do ano anterior ou, mais possivelmente, pelo desacordo de José de Figueiredo com a projetada demolição da Igreja do Convento de Santo Alberto.

Sabendo que em 1927 se encontrava construída a cave do projeto de Bermudes<sup>25</sup> e tendo as obras parado em 1920, a construção terá decorrido entre 1918 e 1920. No entanto, o alçado sul do projeto de Bermudes, de 1918 (**Fig. 50**), apresenta apenas os dois pisos superiores, supondo que, à data, a cave já estaria construída daquele lado. Antes ou depois de 1918, o facto é que dos projeto(s) de Bermudes para o Anexo só se construiu as paredes da cave e a placa de cimento armado que servia de pavimento ao andar térreo (*BMNAA*, I, nº 2, 1939: 45).

Após uma viagem por vários museus da Europa e interrompidas as obras, José de Figueiredo solicita logo em 1920, a José Luís Monteiro um estudo dos alçados das «três frentes» (Araújo 1946) do Anexo<sup>26</sup> (**Figs. 53 e 54**)<sup>27</sup>. No lado norte, o arquiteto mantém, como era vontade do diretor do MNAA, a Igreja das Albertas, com a respetiva porta, mas alterando a disposição das janelas e integrando completamente a sua fachada na do anexo. Acrescentando um piso à Igreja, o Anexo projetado ficaria a uma cota superior ao Palácio<sup>28</sup>. No entanto, este projeto também não será concretizado.

SIPADES.00030989



**Figuras 53 e 54:** Projeto de ampliação do MNAA, José Luís Monteiro, 1920, fachadas N e W (SIPADES.00030989; reprodução fotográfica em *História do Museu depois de 1882*, AHMNAA).

Perante a situação, ainda em 1927, José de Figueiredo desabafava: “Deixam-se perder centenas de contos como, por exemplo, nesse anexo do museu, cujos fundamentos e paredes até ao 1º andar, estão feitos, que jaz abandonado por falta de

<sup>25</sup> Entrevista de José de Figueiredo a um jornal não identificado [1927]. Cit. por Manaças 1991, I, 51 e reproduzida no vol. II, como Documento nº 7. Esta informação é confirmada pela Memória descritiva e justificativa do projeto de ampliação do MNAA, de Guilherme Rebelo de Andrade, 1935. [PT DGEMN:DSCSV-001-0084/0452](#), IHRU.

<sup>26</sup> João Couto informa que se desconhece se o arquiteto realizou as plantas, mas supõe que o não tivesse feito (*BMNAA*, I, nº 2, 1939: 46).

<sup>27</sup> O desenho do alçado poente tem manuscrito no canto superior esquerdo “original de J Luis Monteiro”, tal como um alçado da fachada norte, pertencente ao IHRU (DOC.00039246, DES00030976), o qual é semelhante ao que aqui reproduzo mas apresenta estátuas nos nichos do piso superior, laterais à janela de sacada central.

<sup>28</sup> Tal como acontece com o atual Anexo, cuja área de implantação no terreno parece ser a mesma que a proposta por José Luís Monteiro.

verba. Em breve as infiltrações farão ruir as paredes [,] e o anexo, cujos trabalhos já realizados não se farão hoje com mil contos, serão um montão de escombros”<sup>29</sup>.

Dois anos depois e dez anos após a paralisação das obras, o diretor afirma junto do Conselho de Arte e Arqueologia (CAA) da 1ª Circunscrição, que se “impõe a conclusão do anexo, pois só assim se poderá dar ao museu o desenvolvimento que há muito devia ter tido, permitindo-lhe o integral cumprimento da sua função como núcleo único que, no seu género, há no paiz”<sup>30</sup>.

A necessidade de ampliar o Museu advinha de criar condições para expor mais obras e garantir a existência de serviços como biblioteca, sala de conferências, laboratórios e oficinas (Silva 2002, 77). Para José de Figueiredo, «só com a realização do anexo se poderá dar a algumas das obras de arte já expostas (...) o relevo que elas exigem» e expor «muitos milhares (...) que, por falta de local indispensável, continuam arrecadadas como sejam a riquíssima colecção de desenhos (...) a colecção de gravuras (...) a importantíssima colecção de tecidos (...) a colecção de vidros (...) bem como as tapeçarias, os móveis, azulejos e ainda pinturas (...)»<sup>31</sup>.

Ao defender a ampliação do Museu, o primeiro diretor determinava, assim, a sua localização definitiva no Palácio dos Condes de Alvor. Uma conceção fixada em modelos já ultrapassados, como virá a afirmar João Couto, o segundo diretor do MNAA (Manaças 1991, I, 45)<sup>32</sup> e que, segundo o mesmo, se prendia com o facto de José de Figueiredo ter «sempre no seu espírito a tradição da Exposição de Arte Ornamental, a do Museu das Belas-Artes e a ideia de que a Rocha do Conde de Óbidos era sólido alicerce que fizera resistir ao terramoto as construções sobre ele edificadas», para além da «sugestão da vista admirável do Tejo» (*BMNAA*, I, nº 2, 1939: 45).

---

<sup>29</sup> Entrevista de José de Figueiredo a um jornal não identificado [1927]. Cit. por Manaças 1991, I, 51 e reproduzida no vol. II, como Documento nº 7.

<sup>30</sup> Ofício de José de Figueiredo ao Conselho de Arte e Arqueologia da 1ª Circunscrição, 31 de março de 1930. Cit. por Manaças 1991, I, 52 e reproduzido no vol. II, como Documento nº 9.

<sup>31</sup> Cit. por Manaças 1991, I, 54.

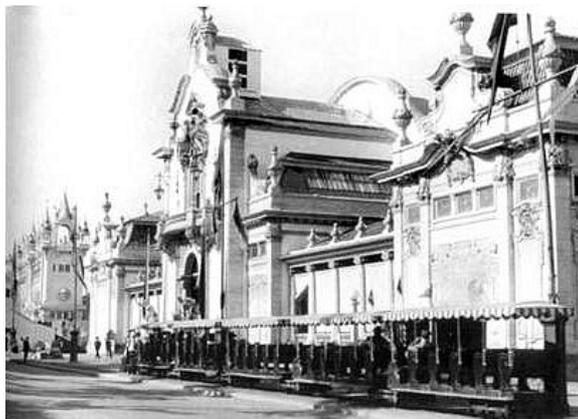
<sup>32</sup> Segundo Manaças, José de Figueiredo, através das frequentes viagens pela Europa, estava a par das mudanças na Museologia, as quais aplicou no MNAA, enquanto diretor, colocando-o a par das práticas europeias. No entanto, num segundo período da sua direção, a partir da década de 30, entra em dissonância com a evolução museológica europeia e americana (Manaças 1991, I, 44).

### C.7.2 O «Anexo» (1929-1949)

Em novembro de 1929, José de Figueiredo dirige-se ao Administrador Geral dos edifícios Públicos e Monumentos Nacionais insistindo na urgência de ser concluído o Anexo do MNAA «para colocação de muitas obras de arte que ali existem sem espaço para serem expostas (...) para evitar que se perca, destruída pela acção do tempo, a importante parte, já construída, desse anexo»<sup>33</sup>, para instalar e facultar ao público a biblioteca, «já hoje única em Portugal» e um local para conferências.

Continua o diretor, dizendo que nada é possível realizar sem «um projecto devidamente estudado desse anexo»<sup>34</sup> e sem a nomeação de um arquiteto, apesar de este ter no projeto pedido a José Luís Monteiro «um excelente subsídio». Figueiredo considera que o autor do projeto deverá conhecer bem o estilo barroco e as necessidades que um museu exige e que «o arquitecto português que reúne estas condições é o Senhor Guilherme Rebelo de Andrade», que «tem estudado especialmente o caso do museu (...), devendo-se-lhe já alguns projectos executados e a executar, por ele realizados graciosamente».

O arquiteto e o diretor do MNAA haviam também colaborado na Exposição Ibero-Americana, em Sevilha (a decorrer desde maio daquele ano), para a qual o primeiro e o irmão projetaram o pavilhão português<sup>35</sup> onde Figueiredo organizou uma exposição de arte portuguesa. Seguindo o regulamento



**Figura 55:** Pavilhão da Independência, Guilherme e Carlos Rebelo de Andrade, Exposição do Rio de Janeiro, 1922. Repare-se em alguns pormenores que Rebelo de Andrade irá repetir no Anexo do MNAA, como as pilastras, os mesaninos e o telhado amouriscado dos torreões (imagem retirada de: [http://lisboahojeontem.blogspot.pt/2013\\_02\\_01\\_archive.html](http://lisboahojeontem.blogspot.pt/2013_02_01_archive.html))

<sup>33</sup> Documento transcrito em Almeida 2009: 31.

<sup>34</sup> Figueiredo justifica a não conclusão do Anexo pela falta de um projeto para o mesmo, malgrado o interesse de antigos ministros das Obras Públicas pelo MNAA (Ofício do Director do MNAA ao Administrador Geral dos Edifícios Públicos e Monumentos Nacionais, 5.11.1929, Processo 45662/1, DSHAR, IHRU, transcrito em Almeida 2009: 31).

<sup>35</sup> Que ainda hoje existe, em parte, como consulado de Portugal em Sevilha.

do concurso, que exigia para a construção uma arquitetura de “carácter nacional”, os irmãos Rebelo de Andrade adotaram “o seu favorito estilo D. João V”<sup>36</sup>. O mesmo que haviam usado no Pavilhão da Independência, para a Exposição do Rio de Janeiro, em 1922 (**Fig. 55**), e que nesse ano de 1929, José de Figueiredo propusera ser reconstruído em Lisboa “com materiais nobres”<sup>37</sup>.

No mesmo ano é criada a 1ª Comissão Administrativa das Obras do MNAA (CAOMNAA)<sup>38</sup>, presidida por José de Figueiredo, e quando no ano seguinte o ministro das Finanças Oliveira Salazar desbloqueia os meios financeiros necessários para as obras de ampliação do Museu (Noé et al...), o seu diretor entrega naturalmente o projeto a Guilherme Rebelo de Andrade<sup>39</sup> (*Caminhos do Património* 1999, 58), arquiteto, senão oficial pelo menos oficioso, do Estado Novo (Porfírio 1977, 13).

Logo em 1930, Rebelo de Andrade inicia os estudos para o novo Anexo do MNAA, de acordo com o programa de José de Figueiredo (*BMNAA*, I, nº 2, 1939: 46) e no ano seguinte, José Luis Suzano e José Augusto da Cruz, desenhadores da CAOMNAA, procedem ao levantamento das plantas do edifício do Museu<sup>40</sup> (**Esquema 2**).

Em 1933, Rebelo de Andrade termina o “Projecto da Ampliação do Museu Nacional de Arte Antiga”<sup>41</sup> (**Figs 55-58**). A intervenção de José de Figueiredo terá sido limitada à resolução de pormenores de finalização, como o estudo da cor para as paredes das salas de exposição e a museografia dos espaços (Manaças 1991, I, 77), pois,

---

<sup>36</sup> França, José Augusto, *A Arte em Portugal no século XX*, 2ª ed. revista, Lisboa, Bertrand Editora, 1985. Cit. por Manaças 1991, I, 60.

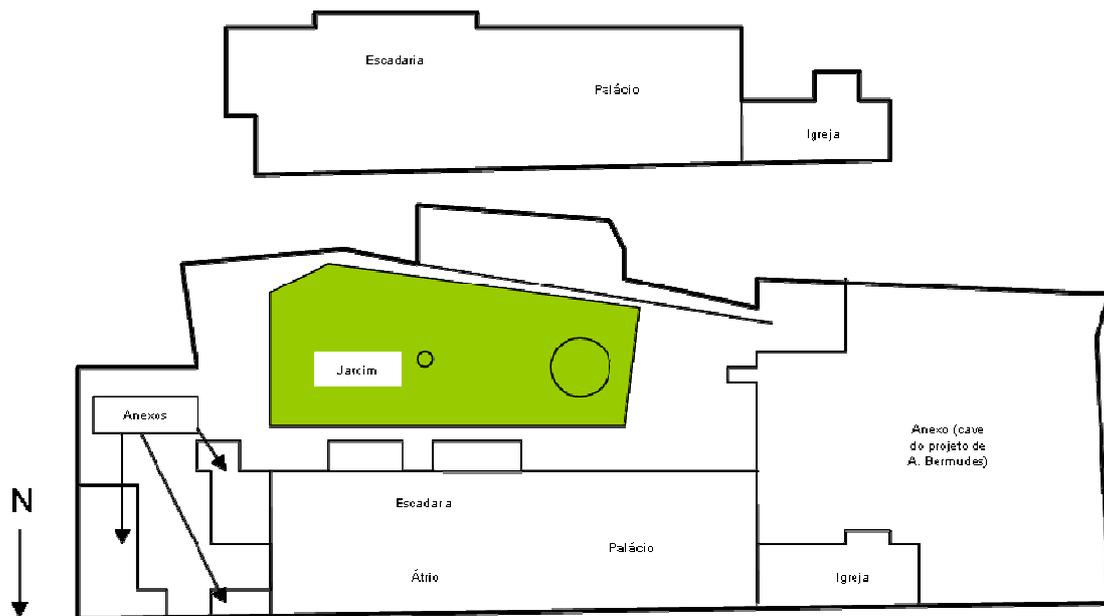
<sup>37</sup> Entrevista ao *Diário de Notícias*, de 27 de maio de 1929. Cit. por Manaças 1991, I, 60. O pavilhão viria efetivamente a ser construído em 1932, no Parque Eduardo VII (atual Pavilhão Carlos Lopes).

<sup>38</sup> Pasta 11, AMJM-BMNAA.

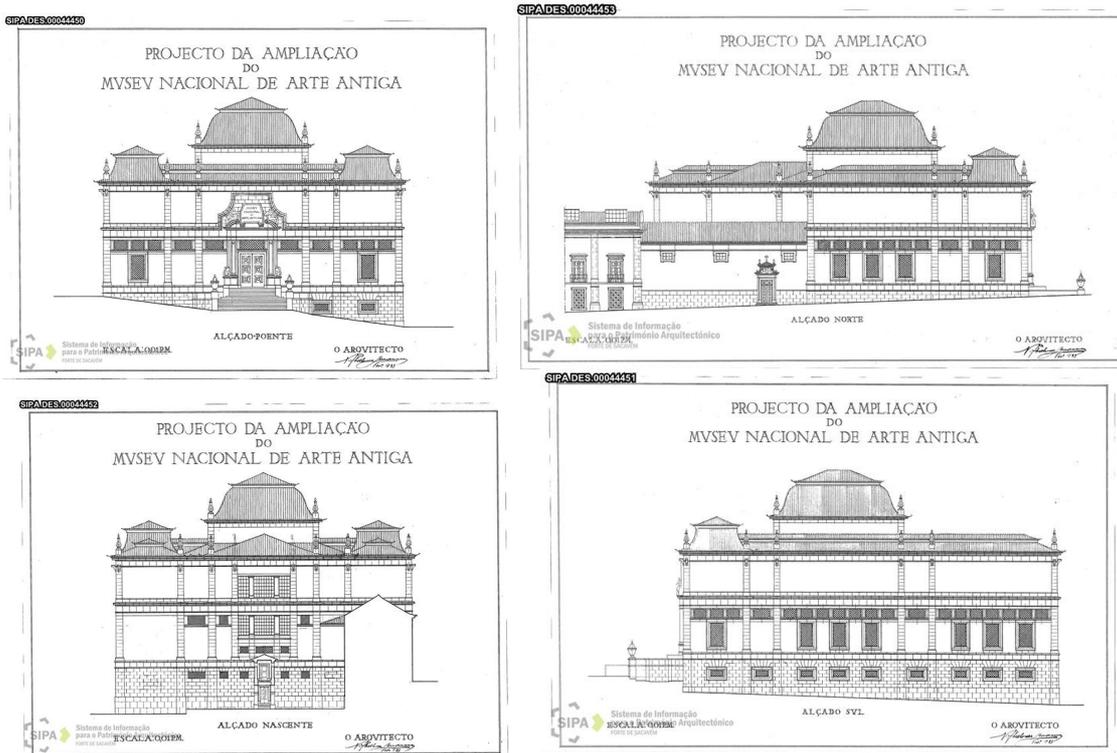
<sup>39</sup> **Guilherme Rebelo de Andrade** (1891-1969) trabalhou sobretudo com o irmão Carlos Rebelo de Andrade, sendo da autoria de ambos e contemporâneos da ampliação e remodelação do MNAA, o corpo adicionado à ala poente do Palácio do Marquês de Abrantes (1937), para instalar o Instituto Francês, a Fonte Monumental da Alameda D. Afonso Henriques, Lisboa (1938) e a moradia na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, nº 52, Lisboa (1939), primeira obra premiada com o Prémio Valmor que «se insere claramente na arquitectura do “Português Suave”» (Fernandes 2003, 94 e 156). Repare-se que este edifício apresenta molduras de pedra nos vãos, pilastras e guardas de ferro semelhantes às do Palácio Alvor e pináculos rematando o beirado, tal como o Anexo do MNAA. Também da dupla de arquitetos é o Monumento aos Mortos da Grande Guerra, cuja primeira pedra foi lançada, curiosamente, no atual Jardim 9 de Abril, fronteiro ao MNAA (Cf. Costa Júnior), em 1923, mas viria a ser erguido na Avenida da Liberdade (1931). Desde o início da década de 1930, Guilherme Rebelo de Andrade dirige, em conjunto com José de Figueiredo e Raul Lino a recuperação dos interiores e jardins do Palácio Nacional de Queluz e em 1940 o restauro do Teatro Nacional de São Carlos. Durante esta década projeta a Capela de S. João de Deus e de Santa Teresa de Jesus, na estância termal das Caldas de Monchique (1940) e as embaixadas de Portugal em Londres (1940) e em Madrid (1942).

<sup>40</sup> Plantas do edifício do MNAA, AMJM-BMNAA, pasta 67.

<sup>41</sup> Pasta 11, AMJM-BMNAA.



**Esquema 2:** Desenho esquemático baseado na “Planta do estado actual do Museu Nacional de Arte Antiga”, r/c (em cima) e 1.º andar (em baixo), 1931 (AMJM-BMNAA, pasta 67).



**Figura 55-58:** Projeto de ampliação do MNAA, Rebelo de Andrade, 1933, fachadas W, N, E e S (SIPADES.0004450, SIPADES.0004453, SIPADES.0004452, SIPADES.0004451).

segundo o próprio, o arquiteto correspondeu “a quanto dele se exigia, resolvendo difíceis problemas e planeando uma construção séria, rica e com carácter”<sup>42</sup>. No relatório que acompanha o projeto, o diretor acrescenta que o arquiteto soube “solucionar de modo excelente (...) o objectivo a que é destinada a construção, a sua natureza de complemento do edifício a que se encosta [o Palácio], e o ter de integrar no seu volume a igreja [do Convento de Santo Alberto] que se interpõe entre ele e o museu”<sup>43</sup>.

Sobre isto, dirá Rebelo de Andrade que «a integração da capela no conjunto arquitectónico do novo edifício foi o ponto de partida para o meu estudo» e que, «com a sala que se lhe segue», serviu de «traço de união arquitectónico entre o edifício projectado e o actual museu, e condiciona, em planta, a posição exacta das galerias e consequentemente de todas as restantes divisões»<sup>44</sup>. Para além de ter que manter a Igreja das Albertas no novo Anexo, a outra condicionante a que o arquiteto devia obedecer era aproveitar a parte construída do projeto de Adães Bermudes (Noé et al.), ou seja, a cave até ao pavimento do piso térreo, o que marcou «o partido geral da planta»<sup>45</sup>.

O projeto para o Anexo dá entrada na Direção Geral dos Edifícios Públicos e Monumentos Nacionais (DGEMN)<sup>46</sup> em março de 1933 e em agosto do mesmo ano no Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP), 1ª Sub-Secção da 4ª Secção, presidida pelo engenheiro Raul da Costa Couvreur (1879-1959). Após apreciação, é devolvido para ser completado, assinadas as respetivas peças (desenhos técnicos) e para que dele conste o parecer da Comissão de Revisão<sup>47</sup>. O CSOP lamenta que não conste do projeto o critério que presidiu à elaboração do plano geral e da ampliação. Chama a atenção para o facto de, depois da obra, o MNAA ficar «instalado definitivamente». Questiona o porquê de «construir um bloco entre quatro paredes, praticamente fechadas para o público [...] Quando este, mesmo em visita, poderia, com vantagem indiscutível, gosar o

---

<sup>42</sup> Cit. por Couto, João, «Notas para a História da Ampliação do Museu das Janelas Verdes», *BMNAA*, II, 1, 1939: 48 (cit. por Manaças 1991, I, 78).

<sup>43</sup> Cit. por Manaças 1991, I, 55.

<sup>44</sup> «Memória descritiva e justificativa do projecto de ampliação do MNAA», Guilherme Rebelo de Andrade, 1935: 32, [PT DGEMN:DSCSV-001-0084/0452](#), IHRU.

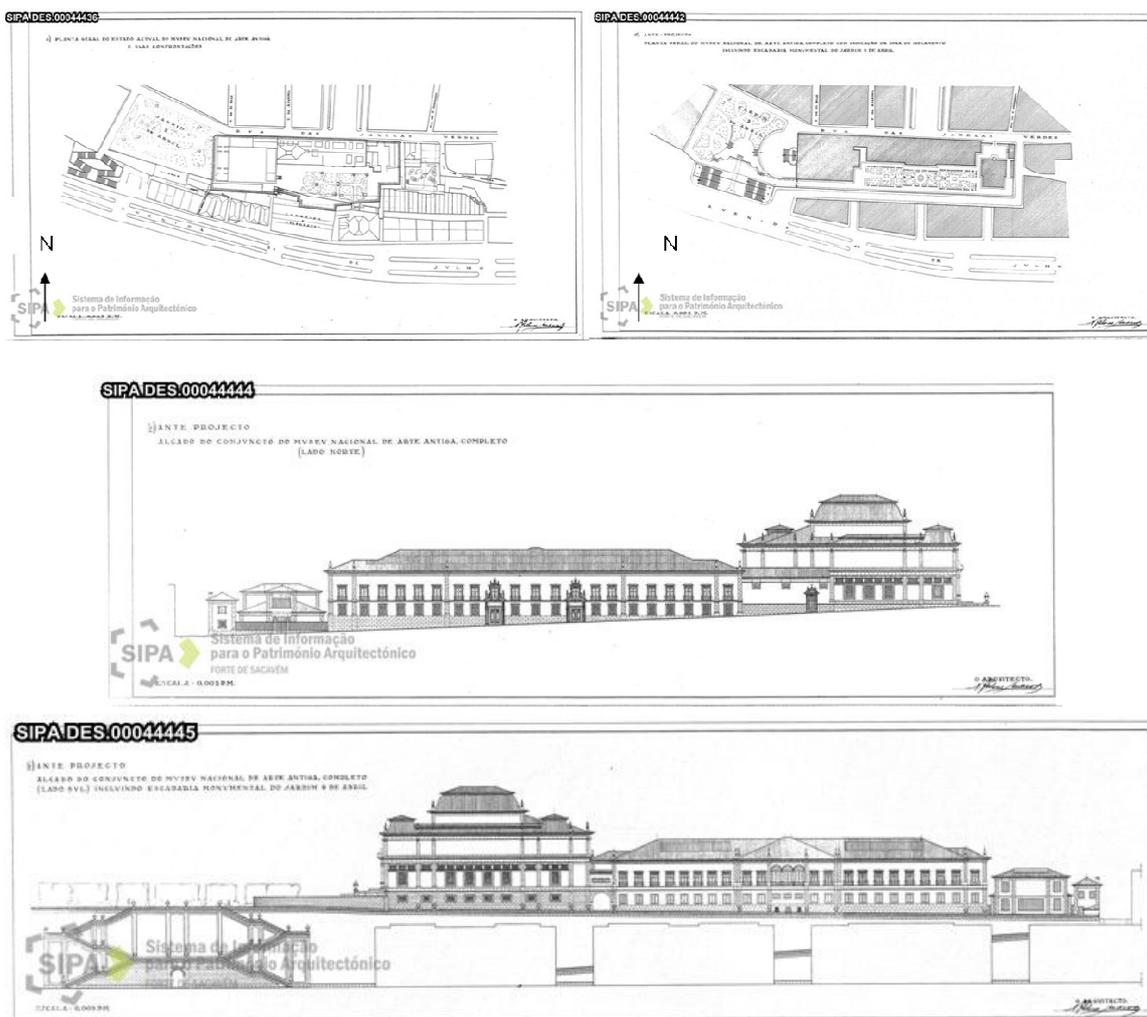
<sup>45</sup> «Memória descritiva e justificativa do projecto de ampliação do MNAA»: 32, [PT DGEMN:DSCSV-001-0084/0452](#), IHRU.

<sup>46</sup> Criada pelo Decreto n.º 16791, de 29 de abril de 1929, era tutelada pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações e as suas atribuições respeitavam aos edifícios e monumentos nacionais do Estado. Foi extinta pelo Decreto-lei n.º 223/2007, de 30 de maio (<http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/historico/dgemn.html>, consult. agosto 25, 2014).

<sup>47</sup> Cópia do parecer n.º 617 do Conselho Superior de Obras Públicas, 1936, Comissão Administrativa das Obras do MNAA, pasta 10, AMJM – BMNAA.

magnífico panorama que dali poderia disfrutar-se»<sup>48</sup>. O parecer é assinado pelo Presidente e, entre outros, pelos arquitetos Carlos Ramos (1897-1969) e Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957).

Em abril de 1935 Duarte Pacheco (1900-1943), Ministro das Obras Públicas e Comunicações, determina para o MNAA um projeto de conjunto (*Caminhos do Património*, 1999: 58), que contava, para além das construções já previstas, com uma intervenção urbanística na envolvente (Figs. 59 e 60). Incluía um novo arranjo do



**Figuras 59 e 60:** Planta geral da zona do MNAA em 1935 e Anteprojeto de ampliação do MNAA, planta geral e alçados do conjunto do lado N e S, Rebelo de Andrade, 1935, (SIPADES.00044436 e SIPADES.00044442). Note-se as alterações do espaço envolvente, incluindo o jardim do Museu e o 9 de Abril.

Jardim 9 de Abril e do jardim do Museu, que seriam ligados através de um portão, uma nova escadaria de ligação do primeiro à Av. 24 de Julho, com um ascensor interior, que

<sup>48</sup> Parecer da 1ª Sub-Secção da 4ª Secção do Conselho Superior de Obras Públicas sobre o Projeto de ampliação do MNAA, Comissão Administrativa das Obras do MNAA, pasta 10, AMJM – BMNAA.

viria substituir a existente, sensivelmente no mesmo local, para nascente, o nivelamento do muro que limita os jardins a sul, desde a escadaria até aos edifícios a nascente do atual Laboratório José de Figueiredo, ao longo do qual, depois de demolidos os edifícios da Av. 24 de Julho, ficaria uma estrada e passeio em rampa ligando a Avenida à R. das Janelas Verdes, através da atual Travessa José António Pereira<sup>49</sup>.

Segundo José de Figueiredo, esta “visão ampla e alargada” do Ministro resolvia “por completo as aspirações” para o Museu (*De Amicitia*, 2012: 53). No entanto, como veremos, a proposta não virá a ser concretizada.

Em novembro, seis anos após os primeiros trabalhos para a ampliação do MNAA<sup>50</sup>, Rebelo de Andrade termina a reformulação do projeto do Anexo (**Figs. 61-63**). A alteração das plantas, fachadas e edifícios<sup>51</sup>, “obrigaram[-no] a revê-lo completamente e a fazer novas telas”<sup>52</sup>. Simultaneamente, o arquiteto estudou o acabamento do lado nascente do Palácio, do edifício das Oficinas para Restauro de Obras de Arte, da habitação do chefe do pessoal menor, do jardim do Museu, da escadaria monumental do Jardim 9 de Abril e da zona de isolamento<sup>53</sup>, indo ao encontro da proposta de Duarte Pacheco, para a renovação da zona envolvente do MNAA (**Figs. 59 e 60**).



**Figuras 61-63:** Projeto de ampliação do MNAA, Rebelo de Andrade, 1935, fachadas N, W e S. Note-se as diferenças em relação ao projeto do 1933: alinhamento do terreno e portão de ligação do Jardim 9 de Abril ao do Museu (fachada N), prolongamento da ala central e redução da ala S (fachada N) e acrescento do torreão SE (fachada S) (SIPADES.00043916, SIPADES.00043915 e SIPADES.00043918).

<sup>49</sup> Cf. [DOC.00038455](#), SIPA.

<sup>50</sup> Carta de Rebelo de Andrade a José Figueiredo, 10 de novembro de 1936, Comissão Administrativa das Obras do MNAA, pasta 10, AMJM – BMNAA.

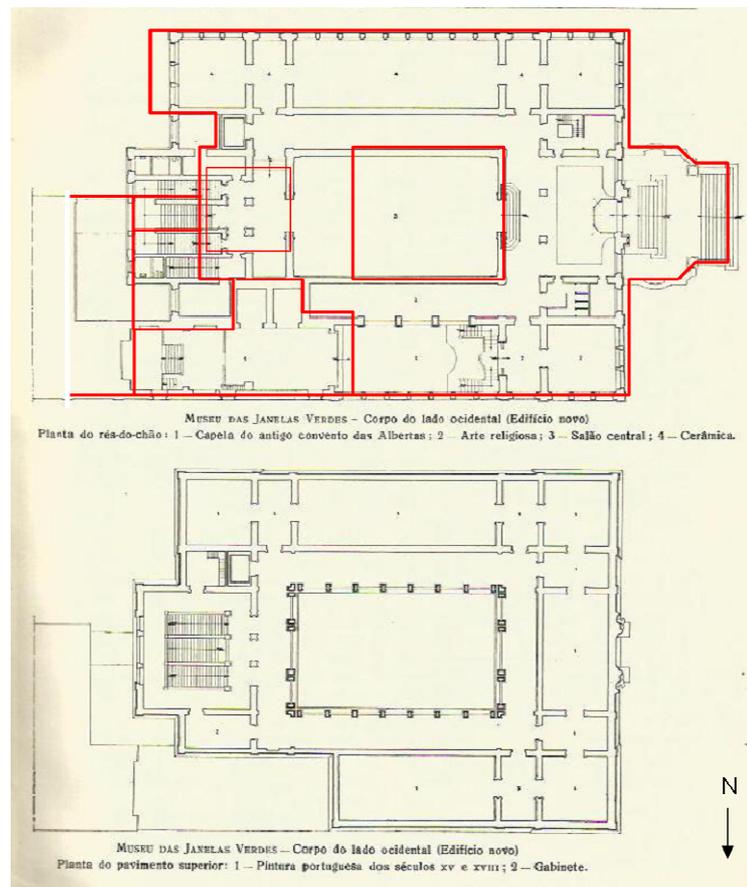
<sup>51</sup> «Memória descritiva e justificativa do projecto de ampliação do MNAA»: 32, [PT DGEMN:DSCSV-001-0084/0452](#), IHRU.

<sup>52</sup> Carta de Rebelo de Andrade a José Figueiredo, 10 de novembro de 1936, Comissão Administrativa das Obras do MNAA, pasta 10, AMJM – BMNAA. O facto desta missiva ter como objetivo o pagamento dos seus honorários, pode ter levado Rebelo de Andrade a extrapolar o trabalho consequente das alterações.

<sup>53</sup> *Ante-Projecto do actual edifício do museu Nacional de Arte Antiga (lado nascente), oficinas para restauro de obras de arte, habitação do chefe do pessoal menor, jardim, escadaria monumental do Jardim 9 de abril e zona de isolamento*, álbum de plantas, AMJM-MNAA.

Na memória descritiva e justificativa do novo projeto<sup>54</sup>, Rebelo de Andrade diz que a sua apresentação foi «absolutamente necessária»<sup>55</sup>, pois tinha em vista obedecer às «indicações oficiais», que mandavam que fosse completado com os estudos pormenorizados do betão armado e dos sistemas de aquecimento e iluminação. Para os desenvolver, o arquiteto seguiu as indicações de José de Figueiredo e a inspiração do «que de interessante se tem realizado no estrangeiro». Informação que colheira na Conferência de Madrid<sup>56</sup>, a que assistiu em 1934, acompanhado do diretor do MNAA.

Diz o arquiteto que o novo projeto foi também consequência da ampliação do salão central do Anexo (para nascente), possível «desde que o Dignissimo Director do Museu deliberou dispensar a porção do edifício que se projecta demolir»<sup>57</sup>, ou seja, o topo sudoeste do Palácio. Esta demolição, permitia também ganhar uma pequena sala entre a Igreja e a escadaria e, em vez de uma galeria em toda a volta do salão (como no projeto de 1933), fazer uma do lado norte, fechada no topo e com abertura sobre a Igreja, mantendo-se a do lado sul, aberta, comunicando com o átrio da escadaria (**Fig. 64**). Na fachada nascente há



**Figura 64:** Plantas do piso inferior e superior do Anexo do MNAA, segundo o projeto de Rebelo de Andrade, 1935 (*BMNAA*, I, 2, 1939: 51). Sobre a primeira, o traçado esquemático do piso inferior do projeto de 1933 (4.1, 1 AFMNAA). Note-se a diferença na dimensão do átrio central e na implementação da escadaria e da ligação ao Palácio.

<sup>54</sup> «Memória descritiva e justificativa do projecto de ampliação do MNAA»: 32, [PT DGEMN:DSCSV-001-0084/0452](#), IHRU.

<sup>55</sup> Cit. pelo Presidente da 1ª Sub-Secção da 4ª Secção do Conselho Superior de Obras Públicas, Raul da Costa Couvreur, AMJM-BMNAA, pasta 10.

<sup>56</sup> Conferência Internacional de Madrid sobre Museografia, Arquitetura e Valorização dos Museus de Arte, organizada pelo Office International des Musées, de 28 de outubro a 4 de novembro de 1934.

<sup>57</sup> «Memória descritiva e justificativa do projecto de ampliação do MNAA»: 32, [PT DGEMN:DSCSV-001-0084/0452](#), IHRU.

também algumas alterações ao projeto inicial. O passadiço de ligação ao Palácio sobe do topo do piso da cave para o piso inferior, ficando no seu lugar, por cima da porta, um mesanino semelhante aos restantes, as janelas do piso inferior são reduzidas em altura e no extremo que passava a ser recuado (do lado sul) são abertas janelas e uma porta no embasamento.

No final da memória descritiva e justificativa do projeto, Rebelo de Andrade cita Oliveira Salazar e a sua crítica a alguns arquitetos portugueses que seguiam «com demasiada subserviência os figurinos lá de fora» e termina com esta reflexão:

*A expressão architectónica deste edifício, julgo-a uma das soluções que este caso especial requiere (...). Não me foi indiferente a vizinhança do edifício setecentista do actual Museu tão pouco deixei de considerar a necessária dignidade que deve caracterizar uma construção destinada à guarda de objectos de Arte (...) cuja função, além de utilitária é também espiritual – educativa (...) julgo ter imprimido a este edifício, tanto pelas proporções geraes como pelo pormenor, um sabor português (...) Contento ficarei se as obras a realizar forem portuguesas e simplesmente belas.<sup>58</sup>*

Pronto, o projeto é novamente submetido à 1ª Sub-Secção da 4ª Secção do CSOP. No parecer ao Ministro das Obras Públicas e Comunicações, datado de 30 de outubro de 1936, o Conselho questiona “se a ampliação agora projectada completa o edifício sem outras subseqüentes possibilidades de exposição, se ela é imposta por um deficit real de superfície de exposição, se ainda esta necessidade coincide, por um lado com uma tendência internacional (...), por outro, com o início de uma nova era traduzida pelo interesse recentemente manifestado pelo Estado no sentido de valorizar e acumular obras de arte que para ali certamente afluirão mais cedo ou mais tarde”<sup>59</sup> e pergunta “como é possível, dentro da superfície total existente e a obter com as obras previstas, instalar condignamente o Museu Nacional de Arte Antiga?”. O CSOP aconselha que “a internacionalização dos princípios mais recentes da museografia não [deixe] de fazer sentir a sua influência na orientação geral a imprimir ao nosso Museu Nacional de Arte Antiga [pois] nada é mais prejudicial neste capítulo, do que a pretensão do isolamento e

---

<sup>58</sup> «Memória descritiva e justificativa do projecto de ampliação do MNAA»: 32, [PT DGEMN:DSCSV-001-0084/0452](#), IHRU.

<sup>59</sup> Parecer do Conselho Superior de Obras Públicas ao Ministro das Obras Públicas e Comunicações, 30 de outubro de 1936. Cit. por Manaças 1991, I, 56 e reproduzido no vol. II, como Documento nº 15.

da originalidade” (reparo que parece ir em sentido contrário ao de Salazar, citado por Rebelo de Andrade na memória do projeto).

O CSOP considera ainda que “sob o ponto de vista artístico” a solução “satisfaz inteiramente”<sup>60</sup> mas, quanto à funcionalidade, “as ligações com o corpo actual do Museu são deficientes e mesquinhas e não asseguram de forma alguma aquela continuidade que [se] desejava verificar. De facto, é bem mais um anexo do que uma ampliação do actual edifício”. Diz ainda que “não obstante a riqueza e elegância das suas formas, o respectivo projecto destoaria (...) da arquitectura e do aspecto pombalino do edifício do Museu”. Para além disso, considera aquela Sub-Secção que o projeto não está completo (Manças 1991, I, 55), faltando-lhe um “programa a fornecer ao arquitecto [, que] não pode apenas trabalhar sob a orientação de A ou de B mas sim com um programa bem definido na sua frente”.

O projeto é aceite mas o CSOP adverte que «devem ser tidas em consideração, sem necessidade de elaborar novo projeto» a revisão da ligação entre os dois edifícios e corrigir o exagero de emprego de betão armado<sup>61</sup>. Ainda em outubro, o projeto é homologado pela DGEMN, com a condição de serem tidas em conta as considerações feitas pelo CSOP<sup>62</sup>.

Em novembro, a CAOMNAA justifica então, junto da DGEMN, a utilização de betão, em vez de ferro, por o diretor do MNAA pretender materiais incombustíveis e que «ainda mesmo em caso de incêndio e sujeito a temperatura elevada, não sofressem deformações capazes de fazer derruir a cobertura»<sup>63</sup>. Chega-se a um compromisso de empregar ripas de ferro nos lanternins e betão armado na restante cobertura.

Tal como na primeira versão do projeto, o desenho do Anexo mantém um compromisso entre uma interpretação da arquitetura do Palácio e as coberturas neojoaninas de linguagem neobarroca, que Rebelo de Andrade já utilizara nos pavilhões

---

<sup>60</sup> Cit. por Manças 1991, 116-117. Poderá parecer estranho que à entidade onde pontuavam modernistas como Carlos Ramos ou Porfírio Pardal Monteiro o projeto satisfizesse inteiramente do ponto de vista artístico. No entanto, por exemplo, Carlos Ramos projetara «uns novos Paços do Concelho [São Vicente, Madeira], em 1931, que eclética e desconcertantemente, incluem escadaria, frontão e pináculos neobarrocos (...) e uma cobertura de conotação pombalina» (Fernandes 2003, 190), tal como o Anexo de Rebelo de Andrade.

<sup>61</sup> Cópia do parecer do Conselho Superior de Obras Públicas, enviado pela DGEMN a José de Figueiredo, a 14 de outubro de 1936. Comissão Administrativa das Obras do MNAA, pasta 10, AMJM – BMNAA.

<sup>62</sup> Ofício de 16 de outubro de 1936. Comissão Administrativa das Obras do MNAA, pasta 10, AMJM – BMNAA.

<sup>63</sup> Carta de Rodrigues Carvalho ao Diretor Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 16 de novembro de 1936. Comissão Administrativa das Obras do MNAA, pasta 10, AMJM – BMNAA.

portugueses, embora de «desenho mais depurado em termos decorativos» (Fernandes 2003, 94).

Seguindo o modelo «da arquitectura museal do século XIX» (Manaças 1991, I, 86), o Anexo caracterizava-se por uma simetria, segundo dois eixos laterais (Manaças 1991, I, 118), com escada monumental e salão central, destinado a esculturas. O edifício era um «gigantesco cubo dividido em três pisos» (Porfírio 1995, 8). Cada “pavimento” organizava-se da seguinte forma<sup>64</sup>:

- pavimento térreo (cave) com sala de indumentária religiosa (na Igreja) e arrecadações com «galerias de estudo» (Porfírio 1995, 8), monta-cargas, instalações do «pessoal menor» (vestiário, lavabos, sanitários, refeitório, copa), escadas de serviço para o 1.º pavimento e entrada posterior<sup>65</sup>.
- 1.º pavimento ( piso inferior) com vestíbulo, porteiro e bengaleiro, salão central (átrio 9 de Abril), duas séries de salas de cada lado daquele, gabinete do chefe do pessoal menor, escada de serviço para o pavimento térreo, galerias de comunicação com o Palácio, monta-cargas, sanitários e arrecadações.
- 2.º pavimento ( piso superior) com escadaria principal rodeada por uma pequena galeria, galerias a norte, nascente e poente com salas e “ante-câmaras” (salas menores), num total de 11<sup>66</sup>, escada de serviço para os telhados, arrecadação e monta-cargas.

No anexo ficou a nova fachada principal do MNAA que, segundo Rebelo de Andrade, «Voltada sobre o Jardim 9 de Abril constitue com este um conjunto arquitectural, obtido pela ligação de meia laranja, de acesso ao grande portal, com as várias escadas, miradouro sobre o rio e a escadaria monumental»<sup>67</sup>. O seu “portal barroquizante” (**Figs. 65 e 66**) era um tema recorrente da arquitetura do Estado Novo, «que estiliza o antigo trabalho em pedra nas entradas dos solares dos séculos XVII-XVIII» (Fernandes 2003, 104).

---

<sup>64</sup> «Memória descritiva e justificativa do projecto de ampliação do MNAA» ([PT DGEMN:DSCSV-001-0084/0452](#), IHRU).

<sup>65</sup> Em julho de 1939, João Couto avança com a hipótese de neste piso, do lado do Tejo, «visto haver ali boas salas com luz natural» instalar o Grupo dos Amigos do Museu (*BMNAA*, I, nº 2, 1939: 52).

<sup>66</sup> José Luís Porfírio explica que a 12ª sala, à direita da escadaria, era um espaço cego e de recurso e não fazia parte da galeria principal (Porfírio 2005, 38, nota), apesar de ter sido usada para exposição.

<sup>67</sup> «Memória descritiva e justificativa do projecto de ampliação do MNAA» ([PT DGEMN:DSCSV-001-0084/0452](#), IHRU).



A cobertura do edifício, «formando um telhado meio amouriscado»<sup>71</sup>, era feita com telha de canudo e telha de vidro de canudo, assente sobre ripas de ferro, nos lanternins dos ângulos noroeste, sudoeste e sudeste e na cúpula central, na zona do grande salão, iluminado através de uma esteira envidraçada<sup>72</sup>. Tanto no beiral do Anexo como no do Palácio, previram-se vários pináculos piramidais, semelhantes aos dos remates do muro que envolve o Chafariz das Janelas Verdes, mas que apenas foram construídos no Anexo.

No interior do edifício, o salão central (**v. Ap. A, Fig. 35**), com duplo pé direito de 18m, certamente inspirado em espaços semelhantes de outros museus europeus (Bruxelas ou Budapeste) (*Museu Nacional de Arte Antiga*, 1999: 41), «permit[ia] um acesso directo do vestíbulo da entrada a cada um dos sectores do edifício, ao mesmo tempo que [se] liga[va] à passagem que o une ao Palácio»<sup>73</sup>. A ligação entre o novo e o antigo edifício era feita por dois pontos: através da sacristia (sob o altar da Igreja), que «proporcionará ao visitante, ao entrar na Capela, um ponto de vista curiosíssimo»<sup>74</sup> e em passagem coberta pelo prolongamento do piso do andar nobre do Palácio, que é ligado ao pavimento por baixo do primeiro lanço da escadaria do Anexo. A passagem coberta entre os dois edifícios foi suportada pela construção de dois arcos de alvenaria, tijolo e argamassa.

A escadaria (**Fig. 68**), no lado oposto ao vestíbulo<sup>75</sup>, tinha, segundo o arquiteto, fim utilitário, mas também decorativo, “pela forma monumental como está lançada”, servindo o prolongamento dos seus dois patins “para recinto de exposição”<sup>76</sup>. De largos corrimões, tinha no seu topo balaustrada semelhante à que corria ao longo da galeria do salão central. O patim do piso superior, que continuava para as galerias, recebia luz lateral de três janelas (uma central mais larga e duas laterais mais estreitas), na parede nascente, que davam para o jardim do Museu. Atualmente, as janelas estão tapadas do lado interior pela parede falsa onde estão expostos os *Painéis de São Vicente*, parede

---

<sup>71</sup> Programa do concurso para construção do «Edifício destinado a Anexo do Museu de Arte Antiga», folha 68 (datilografado), AJMM, pasta 15, BMNAA.

<sup>72</sup> Apesar de tapada, com um teto falso em quadrícula (desde 1994), consegue-se vislumbrá-la do claustro do piso superior do Anexo.

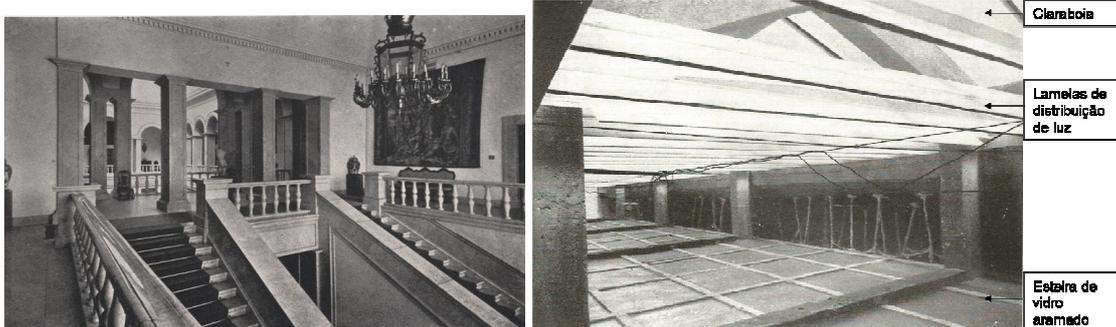
<sup>73</sup> Memória Descritiva e Justificativa do Projecto de Ampliação do Museu Nacional de Arte Antiga: 9-10. Cit. por Manaças 1991, I, 118 e reproduzido no vol. 2, como Documento nº 14.

<sup>74</sup> «Memória descritiva e justificativa do projecto de ampliação do MNAA» ([PT DGEMN:DSCSV-001-0084/0452](#), IHRU).

<sup>75</sup> Esta escadaria virá a ser demolida em 1982, ocupando o seu lugar a loja, no piso inferior e duas grandes salas de exposição, uma no piso intermédio e outra no superior (atuais salas 29 e 12).

<sup>76</sup> «Memória descritiva e justificativa do projecto de ampliação do MNAA»: 34, [PT DGEMN:DSCSV-001-0084/0452](#), IHRU.

que se prolonga para os lados norte e sul da sala e que esconde as duas portas, uma em cada lado, que, originalmente, davam acesso a zonas internas do Museu.



**Figura 68:** Escadaria do Anexo, vista de E para W (atual sala 12). Fotografia de Mário Novais, c. 1958 (publicada em Couto 1958).

**Figura 69:** Sistema de regulação da luz zenital, utilizado no salão central e nas salas do piso superior do Anexo (BMNAA, III, 3, 1957).

Em ambos os pisos do Anexo, as salas dos ângulos e as maiores (ao centro de cada ala) foram separadas por “ante-câmaras” (salas menores), com o objetivo de, segundo Rebelo de Andrade, dar àquelas uma certa individualidade<sup>77</sup>. As paredes das salas foram estucadas, exceto, no piso superior, as de pintura, desenho e gravura, que foram forradas com panejamentos (veludos ou linhagens) e, por isso, contornadas com régua de madeira de casquinha, para fixação dos tecidos<sup>78</sup>. Construíram-se largos vãos, *en fillade*, soalho em *parquet* geométrico<sup>79</sup> e lambris de pedra, a 45cm de altura (projetados em madeira de carvalho ou castanho, à altura de 80cm<sup>80</sup>). Constava também do programa um lambril de azulejo decorativo nas paredes do vestíbulo, que não chegou a ser executado.

Os tetos do piso inferior eram de estuques lisos e nos do piso superior, onde as salas têm alto pé direito para poder receber as grandes pinturas retabulares portuguesas, foram abertas esteiras envidraçadas, para introdução de luz zenital. O salão central era iluminado por esteiras de vidro, servidas por claraboia de vidro aramado. A luz zenital podia ser quebrada «por grandes panadas que podem cobrir inteiramente todo o tecto

<sup>77</sup> «Memória descritiva e justificativa do projecto de ampliação do MNAA», [PT DGEMN:DSCSV-001-0084/0452](#), IHRU. Essa cadência ainda é notória no piso superior do Anexo.

<sup>78</sup> Programa do concurso para construção do «Edifício destinado a Anexo do Museu de Arte Antiga», 126 (datilografado), AJMM, pasta 15, BMNAA.

<sup>79</sup> Ao contrário das salas do Palácio, que apresentam grande variedade de *parquet* de desenho geométrico a várias cores (segundo a madeira), o *parquet* do Anexo (salas do piso superior e ala sul e salas do topo poente da ala norte do piso inferior) será todo igual e sem variedade cromática.

<sup>80</sup> Programa do concurso para construção do «Edifício destinado a Anexo do Museu de Arte Antiga», (datilografado), AJMM, pasta 15, BMNAA.

envidraçado» (*BMNAA*, III, 3, 1957: 36). A galeria do piso superior é, desta forma, também iluminada, mas complementada por candeeiros nas paredes. A intensidade de luz zenital, regulada por lamelas ou gelosias (persianas de madeira móveis), seguia o sistema adotado no Museu de Haia (provavelmente o Museu Mauritshuis): placas de contraplacado (no caso do MNAA foram de metal) que se movimentam uniformemente, segundo um dispositivo em sentido perpendicular ao eixo<sup>81</sup> (**Fig. 69**). O comando de manivela, do movimento de rotação das lâminas, ficaria na respetiva sala e o do salão central na galeria do piso superior.

No piso inferior, abrem-se grandes janelas e mesaninos que deixam penetrar luz lateralmente, através de vidro fosco e regulada por cortinas e estores (*BMNAA*, III, 3, 1957: 32). Nos dois compartimentos do lado direito da escada (atuais sanitários femininos), onde serão expostas, a partir de 1954, obras da oficina de Machado de Castro, a primeira sala (com desenhos) é interior, a segunda (com escultura) recebe luz natural de nascente. A escadaria receberá também luz natural de nascente, no 1.º patamar, «oferecendo uma das janelas uma bela perspectiva para o jardim» (*BMNAA*, III, 3, 1957: 38).

Quanto à iluminação elétrica, a indireta viria de lanternins e das cimalthas e sancas e a direta de lanternas, placas e lustres. Os candeeiros previstos no projeto eram de vários géneros: refletores esmaltados a branco na parte inferior, placas e candeeiros artísticos, refletores com esfera de vidro opalino, refletores simples protegidos por rede, braços com armadura para o exterior e candeeiros de rua<sup>82</sup>. Sobre a escadaria, no piso superior, um lustre (**Fig. 68**) e no inferior, o vestíbulo da mesma tinha projetores (**Fig. 70**). A Capela teria um lampadário no altar-mor, com lâmpadas incandescentes (substituindo as velas) que iluminariam também as capelas laterais (*BMNAA*, III, 3, 1957: 33). E a ante-Capela, a galeria anexa, bem como as



**Figura 70:** Vestíbulo da escadaria do Anexo, visto de S para N (atual espaço de acesso à loja e que tem exposto o Presépio das Necessidades). (Fotografia: Mário Novais, c. 1958. Publicada em Couto 1958).

<sup>81</sup> Programa do concurso para construção do «Edifício destinado a Anexo do Museu de Arte Antiga»: 76 (datilografado), AJMM, pasta 15, BMNAA.

<sup>82</sup> Programa do concurso para construção do «Edifício destinado a Anexo do Museu de Arte Antiga»: 76 (datilografado), AJMM, pasta 15, BMNAA.

salas do lado sul e a galeria contígua terão candeeiros de teto *Art Deco*, semelhantes aos que ainda subsistem na Biblioteca do MNAA<sup>83</sup>.

Todas as janelas foram protegidas por grades de ferro forjado pintado, compostos de vergalhão ligados por anilhas montados num aro de barra e os vãos dos sanitários, patim da escada e passagem para o Palácio, na fachada nascente, por caixilhos de ferro envidraçado. As janelas do piso inferior levaram caixilhos duplos de ferro, com vidraça por trás e ferragens de latão.

As portas das salas de exposição foram de madeira de carvalho, nogueira ou pau-preto, as restantes de mogno, nogueira ou sucupira, com um ou dois batentes, as interiores da cave e escada de serviço de casquinha e as dos topos do salão, de correr (atualmente inexistentes). O portão de entrada (substituído por um moderno em 1983) era de carvalho ou castanho, com ferragem artística (puxadores e escudetes) e pregaria de latão e as portas exteriores, de entrada para a cave, das mesmas madeiras (atualmente são de metal). A escada de serviço era de ferro<sup>84</sup>.

Todas as salas e dependências tinham campainhas e telefones, ligados ao quadro geral, que funcionaria no gabinete do chefe do pessoal menor. No piso superior, para além do mobiliário de assento para os visitantes já existente (v. nota 14), vamos encontrar, em várias salas, junto aos vãos de passagem, cadeiras de tesoura, provavelmente para os guardas do Museu. O monta-cargas, entre os três pavimentos, teria cabine de madeira estofada interiormente, chão com alcatifa e teto de vidro.

Quanto aos materiais foram, «sempre que possível», aproveitados das demolições<sup>85</sup>. O edifício é, em parte, revestido com mármore de Pero Pinheiro (Couto 1943: 4). As paredes são de alvenaria, com reboco simples, na cave, e rebocadas com argamassa hidráulica nos pisos, sendo as divisórias e pilares de tijolo e argamassa. Os pavimentos, cobertura e escadas tiveram lajes de betão armado, sendo aquelas

---

<sup>83</sup> António Manuel Gonçalves, no artigo «Iluminação dos Museus. Iluminação no Museu Nacional de Arte Antiga», *BMNAA*, III, 3, 1957: 32-44, explica tratarem-se de candeeiros com forma de calote (semi-esferoidal) com baterias de 6 lâmpadas incandescentes. Segundo o autor, na Galeria contígua às salas do lado sul, a iluminação era insuficiente, por isso propõe que se rasgue na parede norte da Sala de Cerâmica Portuguesa (atual 39/41) janelas simétricas às da parede sul, complementando a iluminação com luz fluorescente e incandescente. Apenas nas obras de 1981-83 virão a abrir-se vãos de comunicação entre a sala e a galeria (atual sala 40). É também até estas obras que os candeeiros *Art Deco* se mantêm nas salas da ala sul.

<sup>84</sup> Esta escada, situada no ângulo SW do Anexo (atual primeira sala da coleção de mobiliário português) foi eliminada quando da construção do piso intermédio do edifício (1981).

<sup>85</sup> Programa do concurso para construção do «Edifício destinado a Anexo do Museu de Arte Antiga», Artigo 84.º (datilografado), AJMM, pasta 15, BMNAA.

revestidas de pedra. A cantaria de lioz foi utilizada no embasamento, cunhais, cortinas do adro, pilastras, pilares das divisórias dos mezaninos<sup>86</sup>, capitéis, peitoris, ombreiras, faixa peitoril das janelas do patim, gola denticulada da cimalha, soleiras, patim da entrada, pavimentos do adro, galerias e vestíbulo, lambris das galerias, degraus e ornamentos da escada exterior, arco e colunas da Capela, guarnecimentos das janelas desta, pináculos, gárgulas e esculturas. Nos guarnecimentos das portas das salas, nas janelas, pilastras, pilares e balaustrada do salão central e molduras da escadaria recorreu-se a pedra polida<sup>87</sup>.

Diz Rebelo de Andrade, na memória descritiva e justificativa do projeto que «Além do material discriminado, outro há em depósito no Museu, proveniente de varias igrejas e que o Exm<sup>o</sup> Snr. Dr. José de Figueiredo tenciona aplicar, adaptando-o convenientemente»<sup>88</sup>. Pelo menos, como vimos, foram aplicados na Igreja das Albertas um frontal de altar e a uma grade no vão do antigo coro-alto.

Logo em março de 1936, ainda antes da resposta à apreciação do projeto pelo CSOP, José de Figueiredo, como Presidente da CAOMNAA, apresenta o programa para a «instalação definitiva» do Museu<sup>89</sup>: construção do novo anexo, remodelação e ampliação do Palácio, construção de uma oficina de restauro, construção de uma habitação para o chefe do pessoal menor e trabalhos de arranjo do terreno circundante dos edifícios (segundo a proposta de Duarte Pacheco). À data, apenas o Anexo tinha o projeto concluído mas estavam em estudo os outros edifícios, cuja construção acarretava expropriações avaliadas em 400.000\$00<sup>90</sup>.

O plano de execução das obras, defendido pelo diretor do MNAA, iniciava-se pela ampliação e remodelação do Palácio, seguida da construção da oficina de restauro e da habitação do chefe de pessoal menor, sendo depois possível armazenar no Palácio os

---

<sup>86</sup> As janelas superiores do piso inferior, designadas na documentação por “mesaninos”, são, atualmente, as janelas do piso intermédio do Anexo, obtido pela divisão a meia altura do piso inferior, na campanha de obras de 1981-83.

<sup>87</sup> Programa do concurso para construção do «Edifício destinado a Anexo do Museu de Arte Antiga», Artigo 84.º (datilografado), AJMM, pasta 15, BMNAA.

<sup>88</sup> «Memória descritiva e justificativa do projecto de ampliação do MNAA»: 6.

<sup>89</sup> Ofício da Repartição de Estudos de Edifícios do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 4 de março de 1936. Comissão Administrativa das Obras do MNAA, pasta 11, AMJM – BMNAA.

<sup>90</sup> Ofício da Repartição de Estudos de Edifícios do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 4 de março de 1936. Comissão Administrativa das Obras do MNAA, pasta 11, AMJM – BMNAA.

objetos guardados nos depósitos da cave do edifício «onde se projectou o novo anexo», ou seja, a parte construída do projeto de Bermudes.

Em junho do mesmo ano, a CAOMNAA altera ligeiramente o seguimento das obras previsto<sup>91</sup>, sendo a 1ª empreitada a construção da oficina de restauro e da habitação do chefe do pessoal menor, a 2ª a construção e ampliação do Palácio a nascente, seguida da mudança dos objetos armazenados na cave do Anexo para os novos lugares obtidos, a 3ª a construção do Anexo, seguindo-se a mudança para aqueles dos objetos expostos no Palácio e a 4ª a remodelação do Palácio. No entanto, por opção do próprio José de Figueiredo, a primeira fase da campanha de obras passa a ser a construção do Anexo e do edifício destinado a restauro (Manaças 1991, I, 110).

A direção da obra do Anexo caberia à DGEMN ou «seus delegados devidamente nomeados»<sup>92</sup>. A 6 de março de 1937, é adjudicada ao construtor civil Filipe Rodrigues Vacas, por 5.270.000\$00<sup>93</sup>. Antes do seu início era necessário proceder à «mudança das peças arrecadadas nos depósitos sôbre os quais será em parte construído» o Anexo. Ainda nesse mês, José de Figueiredo pede ao Diretor-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais que a casa a nascente do MNAA, entretanto adquirida pelo Estado, seja beneficiada a fim de poder receber os objetos em depósito, durante a construção do Anexo<sup>94</sup>.

No final de agosto, novo pedido de José de Figueiredo, agora com vista ao desdobramento da verba orçamental relativa a trabalhos de «cantaria em escultura», a fim de que a Comissão contrate artistas que executem esculturas, perspectivas e uma maquete do novo projeto<sup>95</sup>. Trata-se das esculturas das figuras alegóricas para a fachada, já referidas, de duas perspectivas pintadas da concretização da totalidade do projeto e de uma maquete do Anexo. As perspectivas serão apresentadas pelo pintor Jaime Martins

---

<sup>91</sup> Transcrição do ofício n.º 269 da Repartição de Estudos de Edifícios, da DGEMN em carta a José de Figueiredo, de 18 de junho de 1936, Comissão Administrativa das Obras do MNAA, pasta 11, AMJM – BMNAA.

<sup>92</sup> Programa do concurso para construção do «Edifício destinado a Anexo do Museu de Arte Antiga», Artigo 45.º (datilografado), AJMM, pasta 15, BMNAA.

<sup>93</sup> «amigo de Pardal Monteiro e inimigo dos Rebelo de Andrade», segundo João Couto. Dossiê *História do Museu depois de 1882*, BMNAA: 37.

<sup>94</sup> Carta de José de Figueiredo ao Diretor-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 18 de março de 1937, Comissão Administrativa das Obras do MNAA, pasta 10, AMJM – BMNAA.

<sup>95</sup> Carta de 30 de agosto de 1937. Comissão Administrativa das Obras do MNAA, pasta 10, AMJM – BMNAA.

Barata (1899-1970) em setembro<sup>96</sup>, aprovadas nesse mês e executadas, no ano seguinte, a aguarela e gouache (c. 140 cm x 70 cm) e devidamente encaixilhadas (v. **Ap. A, Figs. 60 e 61**). Em novembro, o estucador Serafim Enes de Azevedo propõe realizar a maquete em gesso por 6.000\$00<sup>97</sup>. A execução será paga pelo GAMNAA (Bastos e Carvalho 2012: 37<sup>98</sup>).

Em setembro de 1937, inicia-se a construção do Anexo<sup>99</sup>, sobre a cave existente do projeto de Adães Bermudes (Manaças 1991, I, 51).

Em novembro, segundo carta de José de Figueiredo à DGEMN, estão quase concluídos os trabalhos da primeira parte da empreitada de remoção e colocação de obras de arte num barracão construído no jardim (*BMNAA*, II, 1, 1950: 13), a nascente do Museu, e na casa adquirida pelo Estado, do mesmo lado. No primeiro é depositada a talha, altares, mobiliário e outros objetos e na segunda a pintura em reserva que se encontravam na cave do anexo. Ainda segundo aquele documento, dar-se-á início à segunda parte da transferência e arrumação do arquivo fotográfico, laboratório de raio-x, obras de ourivesaria e recheio da Igreja, e à vedação de madeira em portas de comunicação<sup>100</sup> (certamente para isolar os espaços em obras).

O Laboratório para o Exame das Obras de Arte situava-se no ângulo sudoeste do piso térreo do Palácio (numa zona que hoje já não existe e que corresponde ao vão por baixo da passagem entre o Palácio e o Anexo). Como esta será demolida, em 1940, para construir a ligação ao Anexo, o laboratório é mudado para uma dependência junto da habitação do chefe do pessoal menor, que ficava encostada ao topo nascente do Palácio<sup>101</sup>. Com a futura ampliação deste para esse lado, aquela dependência deixa também de existir, mas, entretanto, o laboratório será instalado no novo edifício do restauro.

---

<sup>96</sup> Ofício n° 24, de 20 de setembro de 1937 e Carta de Eduardo Rodrigues Carvalho, engenheiro-chefe da CAOMNAA, de 20 de setembro de 1937, pasta 9; carta de Jaime Martins Barata a José de Figueiredo, 9 de setembro de 1937, dossiê 11, AMJM-BMNAA.

<sup>97</sup> Carta do Engenheiro Vogal da CAOMNAA, 11 de novembro de 1937, AMJM-BMNAA, pasta 9.

<sup>98</sup> Esta publicação data a maquete de 1933, o que não condiz com a data da proposta do estucador, que é de 1937 (Cf. Carta do Engenheiro Vogal da CAOMNAA, 11 de novembro de 1937, AMJM-BMNAA, pasta 9). A não ser que aquele tenha também executado uma maquete do projeto de 1933 e seja a essa que a publicação se refere.

<sup>99</sup> No Dossiê *História do Museu depois de 1882*, BMNAA, um manuscrito de João Couto indica as datas de 15.8.1938 a 15.2.1940, com certeza confundindo com as datas de construção do “edifício do restauro”. A informação é repetida pelo mesmo em *BMNAA*, II, 1, 1950: 13.

<sup>100</sup> Carta de José de Figueiredo à DGEMN, 8 de novembro de 1937. Comissão Administrativa das Obras do MNAA, AMJM – BMNAA, pasta 10.

<sup>101</sup> Ofício n° 23, de 19 de outubro de 1937, do engenheiro delegado da Comissão das Obras do MNAA, Jacome de Castro. AMJM-BMNAA, livro 9.

Na zona do Anexo, já haviam sido realizadas sondagens, tendo-se constatado que o ponto mais baixo do solo correspondia ao cunhal sudoeste, a 7,80m de profundidade e que a rocha seguia a inclinação do terreno. Para regularização do mesmo, procedeu-se ao desaterro nos lados poente e nascente. As escavações para os caboucos foram feitas até à rocha.

Do que se encontrava construído do projeto de Bermudes, procedeu-se à demolição do embasamento das fachadas sul e nascente, das faixas sobre aquele e dos degraus, mantendo-se a estrutura e retirando-se apenas o revestimento. Interiormente, levou-se a cabo a demolição de paredes e de todas as cantarias que guarneciam as passagens e a deslocação e abertura de vãos. Daí a localização das janelas da cave não coincidem entre os projetos de Bermudes e de Rebelo de Andrade. Para ampliação do pavimento da cave, far-se-ia um novo piso ligado ao existente<sup>102</sup>.

As obras do Anexo prosseguem até ao pavimento do piso superior. Contudo, em dezembro, José de Figueiredo morre. O conservador Luís Keil (1881-1947) assume interinamente a direção do MNAA, até março do ano seguinte, quando o conservador efetivo João Couto<sup>103</sup> é nomeado novo diretor (até 1962). Uma nota oficiosa de Oliveira Salazar, desse mês, acerca da programação das comemorações do Duplo Centenário da Fundação da Nacionalidade (1940), manda que o Anexo a construir “fique em condições de nele se poderem realizar exposições temporárias de Arte”, entre as quais, uma “exposição de arte portuguesa”, cuja pintura se restrinja aos primitivos<sup>104</sup>.

Apesar de discordar «da adaptação de um palácio velho a museu de arte» (Couto 1948, 13) e, em grande parte, do projeto em curso, João Couto assume a continuação das obras (Manaças 1991, I, 76). Segundo Vítor Manaças, Couto sempre defendera a saída do MNAA do Palácio dos Condes de Alvor para uma localização em espaço urbano, de características completamente diferentes da que tinha (Manaças 1991, I, 14 e

---

<sup>102</sup> Programa do concurso para construção do «Edifício destinado a Anexo do Museu de Arte Antiga», Capítulo V (datilografado), AJMM, pasta 15, BMNAA; [PT DGEMN:CAM-0035/11](#), IHRU.

<sup>103</sup> **João Couto** (1892-1968). Licenciado em Direito e em Letras, foi discípulo de António Augusto Gonçalves, no Museu Machado de Castro, Coimbra. Professor de liceu e conservador daquele Museu, é colocado em Lisboa e ingressa no MNAA, como conservador. A sua atenção à museologia europeia e dos Estados Unidos da América influenciará dois aspetos importantes do seu trabalho enquanto diretor do MNAA: a função educativa dos museus, sobretudo com a criação do Serviço de Extensão Escolar e a formação de conservadores, que vai pôr em prática, ainda como conservador (Manaças 1991, I, 74-76, 90, 92 e 96; Custódio 2010, 212-14).

<sup>104</sup> Cit. em *Primitivos Portugueses*, 2011: 112. A proposta de integrar nas Comemorações do Duplo Centenário da Independência e da Restauração um programa de atividades artísticas foi feita a Salazar pela ANBA, pelo que é criada a Secção de Exposições de Arte (decreto-lei de 2.10.38) (BMNAA, I, nº 3, 1940: 129).

77), que «A proximidade do rio, de fábricas e de oficinas carregando o ar de impurezas, a sujeição a uma implantação no terreno e a impossibilidade de alargamento, contrariavam em pontos fundamentais a concepção que tinha de museu» (Manaças 1991, I, 77). Aliás, diz-nos o próprio João Couto que, pouco tempo antes, havia insistido junto de José de Figueiredo para que alterasse o plano de obras, iniciando-as pela ampliação do Palácio, deixando para depois a construção do anexo, porque «Se este se não fizesse, supunha (...) que ainda um dia seria possível mudar o Museu para outro lado, pois o Palácio facilmente se podia adaptar a outro qualquer serviço de Estado...» (BMNAA, II, 1, 1950: 13). E explica que «José de Figueiredo ainda nessa tarde vacilou (...). Os estudos, porém, estavam, concluídos e o Ministro das Obras Públicas e o Conselho Superior de Obras Públicas não consentiram em adiar a nova construção. E assim se fez, apesar da oposição de alguns técnicos como por exemplo o Eng.º Rodrigues de Carvalho.» (BMNAA, II, 1, 1950: 13, n. 1).

A construção do Anexo e, portanto a localização do Museu, eram então irreversíveis. As obras continuam rapidamente (v. **Ap. A, Fig. 27**), vindo a terminar em dezembro de 1939<sup>105</sup>, «apenas ficando para concluir pequenos pormenores de arranjo interno» (BMNAA, I, nº 2, 1939: 47), como «acabamentos, instalação de luz e circulação de ar, forros das salas, cortinas, etc.» (BMNAA, I, nº 3, 1940: 91). Como vimos, a rapidez da construção não se prendeu com as necessidades do próprio Museu «mas [com] a de encontrar local condigno, e próximo dos espaços previstos para as comemorações dos Centenários» (Manaças 1991, I, 146). Assim, no ano seguinte, a 11 de junho de 1940, o Anexo é inaugurado com a exposição *Primitivos Portugueses. 1450-1550*, que ocupa as 12 salas e a galeria do piso superior<sup>106</sup>.

---

<sup>105</sup> No dia 24.12.1938 decorrerá já a cerimónia de conclusão das obras, onde, a convite dos empreiteiros, João Couto procedera ao “lançamento do último balde de cimento em substituição da tradicional colocação do «pau de fileira». Assistiram os arquitetos Guilherme e Carlos Rebelo de Andrade, Tertuliano Marques e António Piloto, os engenheiros das Obras Públicas Marquês de Abrantes, Carvalho da Silva e Ressano Garcia, o conservador Augusto Cardoso Pinto e os construtores Elias Cohen e Filipe Rodrigues Vacas (BMNAA, I, nº 1, 1939: 6 e 43).

<sup>106</sup> O trabalho de restauro de pinturas, continuado após a inauguração da exposição, levou à abertura de uma sala suplementar no piso térreo, (a grande sala central da ala sul, atual 39 e 41). No salão central deste piso, foi organizada uma exposição complementar, de moldagens de escultura medieval portuguesa e tapeçarias flamengas (*Primitivos Portugueses (...)*, 2011: 35). José Alberto Seabra Carvalho chama a atenção para o facto de «enquanto em Inglaterra se mobilizavam então todos os esforços para proteger e evacuar dos museus os tesouros artísticos nacionais, salvaguardando-os dos bombardeamentos aéreos (...) em Portugal fazia-se com a exposição dos Primitivos precisamente o contrário. Recolhia-se por todo o país e reunia-se praticamente todo o património mais antigo de pintura nacional num único edifício (...) colocando-se a continuidade desse extraordinário acervo à mercê das contingências e desenvolvimentos repentinos do conflito internacional» (Carvalho in *Primitivos Portugueses (...)*, 2011: 29-30).

Nas palavras de João Couto, a construção do Anexo integrou-se «no plano de remodelação dos museus do País, superiormente gizada pelo Presidente do Conselho» (BMNAA, III, 9-10, 1944: 5) mas, segundo Carlos Guimarães «As intervenções nos edifícios onde se encontravam instalados os museus, nacionais e outros, não corresponder[am] a uma prioridade na política do Estado Novo» (Guimarães 2004, 228) mas o projeto de ampliação do MNAA acabou por se inserir num programa de intervenção sobre o património artístico e histórico edificado, que a ideologia do Regime definiu, no âmbito de eventos de exaltação nacional e que se refletiu nos museus (Guimarães 2004, 221).

Para além das intervenções no MNAA, são disso exemplo, na década de 1940, as ampliações do MNAC e do Museu dos Coches, a compra e remodelação do Palácio dos Carrancas para instalar o novo Museu Portuense, a construção do pavilhão da Exposição de Arte Popular, integrado na Exposição do Mundo Português, tornado Museu de Arte Popular no final da década e a construção do novo edifício para o Museu Provincial de José Malhoa, Caldas da Rainha, considerado o primeiro museu de Belas Artes construído de raiz<sup>107</sup>.

Apesar de integrado na linguagem artística do Regime, ou por isso mesmo, o Anexo foi «objecto de controvérsia, pela retórica estilística que assumiu de modo mais pomposo no exterior» (*website* do MNAA). José Manuel Fernandes (Fernandes 1989, 121) insere-o num dos modelos arquitetónicos do Estado Novo, o modelo nacionalista de raiz historicista, lembrando o solar do século XVII e os estilos joanino e pombalino aplicado, por exemplo, aos liceus ou aos prédios de rendimento urbano. Alguns pormenores do projeto para o MNAA fazem parte, ainda segundo o mesmo autor, da «casa arquetípica do gosto “Estado Novo”»: «ampla cobertura em telha (vidrada nos casos mais luxuosos) com beiral, se possível rematado por “pombinhas” cerâmicas nas suas extremidades (...) [e] a utilização de pedra no soco e nas molduras dos vãos (...)» (Fernandes 2003, 168).

Não há dúvida que a construção do Anexo permitiu «um aumento de espaço fundamental para a vida do museu» (Porfírio 1977, 14). Mas, as condições de iluminação das salas dos torreões e contíguas revelaram-se insuficientes «sobretudo no

---

<sup>107</sup> Vítor Manaças considera que o primeiro foi o Anexo do MNAA, porque «é pensado como um todo, apesar da sua denominação» e é «um edifício autónomo (...) sem necessidade de ligação ao Palácio» (Manaças 1991, I, 119).

Inverno» (*BMNAA*, II, nº 8, 1943: 197), devido ao elevado teto das salas. Logo em 1942, procede-se à construção de «uma armação em forma de pirâmide truncada e revestida de estafe caiado a branco, que liga directamente a esteira de vidro exterior à esteira de vidro da cobertura da sala» dos *Painéis de S. Vicente* (atual sala 11), de forma a melhorar o aproveitamento da iluminação natural<sup>108</sup>. Era desejo da direção que a DGEMN realizasse o mesmo nos restantes torreões (*BMNAA*, II, nº 8, 1943: 197).

Terminada a exposição dos *Primitivos Portugueses* em 1942, é substituída pela *Exposição Temporária de Algumas Obras de Arte do Museu das Janelas Verdes* (29 de setembro) com «as peças mais representativas do museu» (Mata 1991, I, 82), que estavam em exposição no Palácio e são retiradas para proceder naquele às obras de remodelação e ampliação. Deste modo, como frisou João Couto, “tudo foi realizado sem que o público afinal fosse privado de ver pelo menos o núcleo mais importante das obras de arte que o museu guarda”<sup>109</sup>.

Quanto ao piso inferior do Anexo ganha nesse ano a forma que, no geral, terá nas quatro décadas seguintes. Cada secção tinha uma localização independente «e disso beneficia grandemente a visita» (*BMNAA*, III, 4, 1959: 2).

Pelo novo portal de entrada, acedia-se ao vestíbulo, passando um guarda-vento de madeira e vidro (**v. Ap. A, Fig. 31**). Ao correr da cimalha havia um denticulado semelhante ao da parte inferior da tabela do portal principal<sup>110</sup>. Depois de um primeiro ressalto (que ainda hoje existe), subiam-se 5 degraus<sup>111</sup> e passava-se por um vão retilíneo (hoje impercetível), com uma porta gradeada, de correr, até ao salão central, que passou a “Sala dos tapetes”, porque é ali colocada a coleção de tapetes (apesar de também acolher cerâmica esmaltada e porcelana chinesa)<sup>112</sup> (**v. Ap. A, Fig. 35**). Daqui o visitante podia «deslocar-se a cada uma das secções sem ter de passar pelas outras» (*BMNAA*, III, 4, 1959: 1). Ao fundo da Sala dos Tapetes, saía-se por um vão e porta iguais ao da entrada e voltava-se a descer 5 degraus até ao vestíbulo da escadaria (**Fig. 70**) que levava ao piso superior ou à galeria envidraçada de ligação ao Palácio, à qual se

---

<sup>108</sup> António Manuel Gonçalves (*BMNAA*, III, 3, 1957: 42) declara que «Só em 1954 foi possível modificar a estrutura do torreão sudeste, tendo a Sala de Nuno Gonçalves (II) sido inundada de luz tão excessiva que se tornou necessário, com o sistema de lamelas móveis, atenuá-la com um dispositivo de panadas».

<sup>109</sup> Couto, João, «No Centenário do Nascimento de Sousa Viterbo», *BMNAA*, I, nº 2, 1947: 61.

<sup>110</sup> Na cimalha da galeria do piso superior também. Nenhuma delas está atualmente visível.

<sup>111</sup> O pavimento do átrio foi rebaixado nas obras de 1981-83.

<sup>112</sup> Conta-nos João Couto que de início «nada nos ocorreu quanto à forma de aproveitar o grande “hall”», pois as esculturas de grande dimensão da coleção eram poucas e não se conseguiu a vinda para Portugal das Tapeçarias de Pastrana (*BMNAA*, II, 1, 1950: 18).

acedia por passagem bifurcada por duas portas que ladeavam a escadaria (**Fig. 71**) (*BMNAA*, III, 3, 1957: 40).



**Figura 71:** Passagem coberta do Anexo para o Palácio, 1962 (fotografia de Abreu Nunes, 4.2.5.1, nº 1320, gav. 12, AFMNA).

**Figura 72:** Piso superior do Anexo. Sala III (atual sala 3), vista de W para E. Note-se os largos vãos, o *parquet* emoldurado de pedra, o lambril do mesmo material, o mecanismo de regulação da luz zenital, à direita da entrada, o banco corrido de couro e a cadeira de tesoura (fotografia de Abreu Nunes, 1962, AFMNA).

A norte do salão central, a Igreja das Albertas é inserida no circuito museológico, com a coleção de alfaias religiosas (*BMNAA*, II, nº 8, 1943: 191) procedendo-se à “substituição das peças móveis por outras de mais valor”<sup>113</sup>. À igreja acedia-se pelo antigo coro-baixo descendo uma escada com corrimão e balaustrada de pau-santo (*BMNAA*, IV, 1, 1959: 5) (v. **Fig. 114**). Ali, são instalados, primeiro, objetos de ourivesaria (onde figura, por exemplo, a Custódia de Belém) e, mais tarde, após a conclusão das obras do Palácio, a coleção de tecidos (paramentaria), frontais de altar e mobiliário litúrgico (*Museografias (...)*, 2008: [5]). Na pequena sala anterior é colocado um altar. Tal como no coro-baixo, na sala do torreão noroeste, ourivesaria (provavelmente de 22 de setembro<sup>114</sup> a março de 1945) e mais tarde paramentaria, em exposição rotativa (*BMNAA*, IV, 1, 1959: 5). Na galeria lateral ao antigo coro-baixo colocou-se mobiliário, escultura e tapetes. Como esta era «alongada e escura», Duarte Pacheco mandou rasgar na parede norte três vãos com balaustrada igual à das guardas da escada e separados por pilares de suporte, onde «se alojaram os tubos do aquecimento e de ar condicionado» (*BMNAA*, IV, 1, 1959: 4).

<sup>113</sup> Couto, João, «Justificação do Arranjo de um Museu», 12. Cit. por Manaças 1991, I, 49.

<sup>114</sup> Indicação da «Inauguração da sala anterior ao coro-baixo», nesta data. Dossiê *História do Museu depois de 1882*, *BMNAA*.

Na ala sul é montada a coleção de cerâmica, valorizada com modernas vitrinas desenhadas propositadamente por João Couto e Rebelo de Andrade e fabricadas pelo industrial Ferry, que criou um sistema de suspensão para as prateleiras intermédias (*BMNAA*, IV, 1, 1959: 3). Aliás, terminadas as obras, o diretor solicitara ao arquiteto o estudo de vitrinas e móveis utilitários para o Museu<sup>115</sup>.

Quanto ao piso superior, desde o final da Exposição dos *Primitivos*, ficou assente que nas salas se instalaria a pintura portuguesa. No entanto, a organização do Anexo ficaria completa apenas depois de concluídas as obras do Palácio, em março de 1949, com a distribuição da pintura portuguesa dos sécs. XV a XIX, nas 11 salas do piso superior (**Fig. 72**), passando a estar «definitivamente arrumadas todas as secções de arte» do MNAA (*BMNAA*, II, 2, 1951: 75).

### **C.7.3 Da oficina de restauro ao Instituto José de Figueiredo (1911-1968)**

A oficina de restauro do Conselho de Arte e Arqueologia, criada em 1911, funcionava no antigo Convento de S. Francisco, dirigida pelo pintor e restaurador Luciano Freire (1864-1934). Em 1939, João Couto considerava as instalações impróprias e insuficientes para o papel formador que a oficina devia ter, pelo afastamento em relação ao MNAA, seu principal “cliente” e porque era necessário juntar no mesmo edifício as dependências para restauro e os laboratórios para os exames anteriores e paralelos àquele trabalho (*BMNAA*, I, nº 3, 1940: 103). Em 1936, o diretor do MNAA, com apoio do físico Manuel Valadares, criara o Laboratório para o Exame das Obras de Arte, dotando a oficina de restauro do MNAA de equipamento fotográfico e radiológico.

Laboratório e oficina constituirão o Instituto para o Exame e Restauro das Obras de Arte, que terá edifício próprio, durante a campanha de obras de ampliação e remodelação do MNAA, naquele que é hoje o Laboratório José de Figueiredo.

---

<sup>115</sup> Couto, João, *Ocidente*, nº 292, 30 cit. Manaças 1991, 132.

Em 1924, José de Figueiredo pede ao Administrador Geral dos Edifícios Públicos<sup>116</sup> que interceda junto do Governo pela aquisição da casa da R. das Janelas Verdes, n.ºs 51 a 55, a nascente do MNAA, propriedade dos irmãos Martinho e Fernando Brederode, herdeiros de Maria Ignacia de Brederode<sup>117</sup> (v. Fig. 35-3). O diretor explica que quando se “completasse” o Palácio para nascente «ele ficaria rez-vez com o jardim daquele prédio, o que não permitiria a construção por esse lado, dos anexos necessários».

No final do ano, Figueiredo insiste com o Administrador Geral para que, junto do Ministro, faça sentir a urgência da aquisição da dita casa, pois existiam já «diversos pretendentes ao prédio» e corria-se o risco de, vendida a casa a terceiros, «serem os terrenos que ficam entre o museu e aquela casa aproveitados para novas construções, com grave e imediato perigo para a segurança das colecções». Se a aquisição for adiada, reforça José de Figueiredo, poderá tornar-se mais onerosa.

Não é explícito a que “anexos” se refere Figueiredo em ambos os pedidos. No entanto, quando Rebelo de Andrade reformula o projeto do Anexo do MNAA, em 1935, estuda simultaneamente, como vimos, a ampliação do Palácio, a habitação do chefe do pessoal menor e as Oficinas para Restauro de Obras de Arte<sup>118</sup>, provavelmente os anexos que Figueiredo uma década antes já considerava necessários. O ante-projeto do “Acabamento do actual edifício do Museu Nacional de Arte Antiga, oficinas para o Serviço de Restauro de obras de arte, habitação do chefe do pessoal menor e jardim” é realizado entre março e novembro de 1936<sup>119</sup>.

Em março de 1936, Fernando Brederode, numa carta a José de Figueiredo<sup>120</sup>, retifica a área dos seus edifícios e terrenos em 1471m<sup>2</sup>, 1404 da casa, barracão e terreno com frente para a R. das Janelas Verdes e 67 do quadrilátero que confina a norte com o

---

<sup>116</sup> A Administração-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, era uma repartição do Ministério do Comércio e Comunicações, criada pelo Decreto n.º 7038, de 17 de Outubro de 1920, com atribuições respeitantes a edifícios e monumentos nacionais. Deu lugar, a partir de 1929, à Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (Portal da habitação: <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/historico/dgemn.html>, consult. agosto 25, 2014).

<sup>117</sup> Processo n.º 57. Aquisição da Casa Anexa ao Museu, propriedade dos herdeiros de D. Maria Ignacia de Brederode. AMJM-BMNAA, pasta 10.

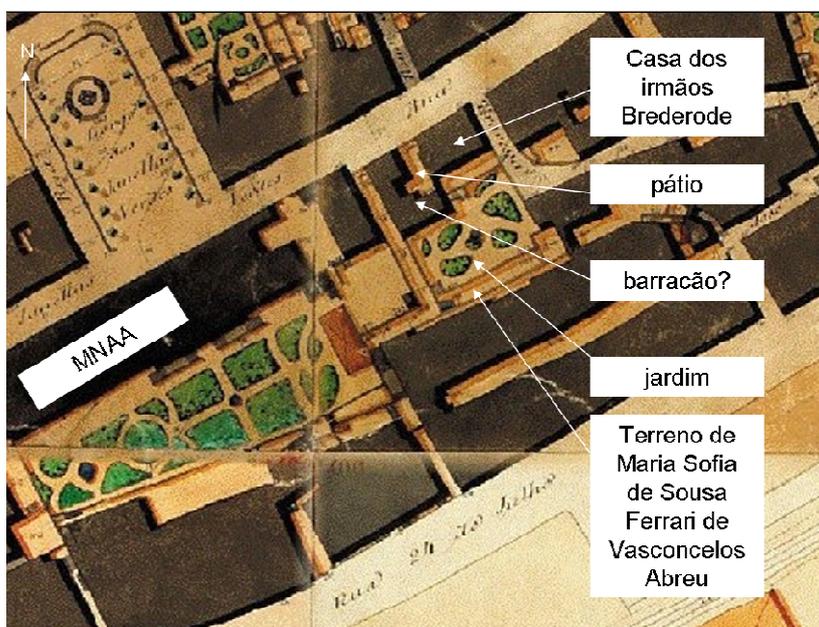
<sup>118</sup> *Memória Justificativa do Projecto*, PT DGEMN:CAM-0035/11, IHRU.

<sup>119</sup> Carta de Rebelo de Andrade a José de Figueiredo, 10 de novembro de 1936. Comissão Administrativa das Obras do MNAA, pasta 10, AMJM-BMNAA.

<sup>120</sup> Carta de 2 de março de 1936. Comissão Administrativa das Obras do MNAA, pasta 10, AMJM – BMNAA.

Museu. No mês seguinte, o proprietário comunica que, com a nova medição dos terrenos, o valor total do prédio ficaria em 412.900\$00<sup>121</sup>.

Também em abril, o diretor do MNAA informa Maria Sofia de Sousa Ferrari de Vasconcelos Abreu que, para se proceder à ampliação do Museu para nascente será necessária a expropriação de uma faixa de terreno (de 94m de comprimento e 92m<sup>2</sup> de área), que lhe pertence e «que corre ao longo e no extremo do jardim da casa» dos irmãos Brederode, «faixa esta delimitada, do lado nascente por uma linha obtida com o prolongamento do muro que delimita este último jardim, do lado da Travessa de José António Pereira»<sup>122</sup> (**Fig. 73**). A proprietária pede um aumento pelo pagamento do terreno, por ter nele «capoeiras e duas arrecadações, que nos fazem imensa falta, obrigando-nos a sua substituição a obras, forçosamente dispendiosas»<sup>123</sup>.



**Figura 72:** Indicação da casa comprada e terreno expropriado a E do MNAA, para ampliação do edifício e construção dos anexos (sobre pormenor do *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, de Silva Pinto. Imagem retirada do *website* Lisboa interativa: <http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/>).

O terreno é expropriado e a casa e terreno dos Brederode<sup>124</sup> adquiridos pelo Estado<sup>125</sup>. Segundo o ante-projeto de Rebelo de Andrade (**Fig. 73**), é naquele local que ficarão implantados o edifício do restauro e restantes anexos do MNAA. A habitação do chefe do pessoal menor ficaria com a frontaria virada a poente e o seu lado norte na

<sup>121</sup> Ofício de 8 de abril de 1936. Comissão Administrativa das Obras do MNAA, pasta 9, AMJM – BMNAA.

<sup>122</sup> Ofício nº 11, de 9 de abril de 1936 e ofício nº 12, de 15 de abril de 1936. Comissão Administrativa das Obras do MNAA, livro 9, AMJM – BMNAA.

<sup>123</sup> Carta de 3 de abril de 1936. Comissão Administrativa das Obras do MNAA, pasta 10, AMJM – BMNAA.

<sup>124</sup> O conjunto incluía, para além da casa (cave, rés-do-chão, 1.º andar e águas furtadas, 184m<sup>2</sup>), um terreno e um pátio com um barracão com sótão (134m<sup>2</sup>). AMJM-BMNAA, livro 9.

<sup>125</sup> Por despacho de 21 de fevereiro de 1925, é dispensada a verba para aquisição da casa (Cópia da carta do Ministro do Comércio e Comunicações. AMJM-BMNAA, pasta 10).

linha da R. das Janelas Verdes. Do canto noroeste desta habitação ao canto nordeste da futura ampliação do Palácio, correria uma vedação, com portão para o pátio, frente ao edifício do restauro, acedendo-se através daquele ao jardim do MNAA. Contíguo ao edifício do restauro, para nascente, ficaria uma arrecadação de um só piso.



**Figura 73:** Traçado esquemático a vermelho (edificado) e verde (jardim) do ante-projeto da planta do rés-do-chão do “Acabamento do actual edifício do Museu Nacional de Arte Antiga, oficinas para o Serviço de Restauro de obras de arte, habitação do chefe do pessoal menor e jardim”, de Rebelo de Andrade, 1936 (segundo planta do AMJM-BMNAA, pasta 10), sobre planta com edificado a ser demolido (pormenor do *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, de Silva Pinto. Imagem retirada do *website* Lisboa interativa: <http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/>).

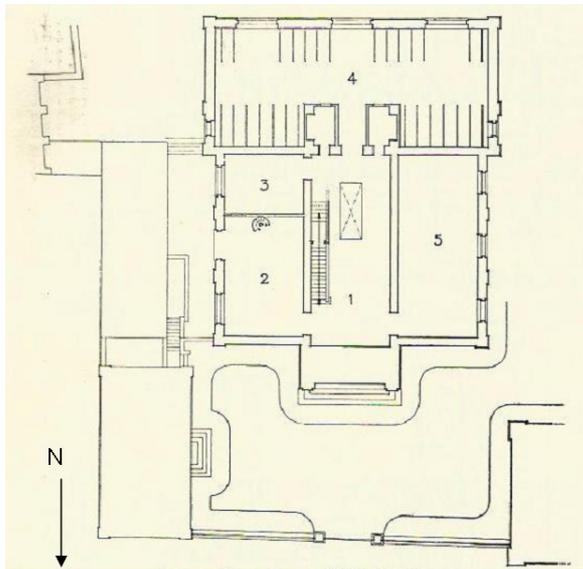
Em junho de 1936, de acordo com o programa da direção do Museu, o orçamento inicial para as oficinas de restauro deverá ultrapassar em cerca do dobro a estimativa inicial, pois o serviço não será apenas para o MNAA mas para todos os museus do país<sup>126</sup>.

Posteriormente, em projeto não datado, Rebelo de Andrade acrescenta aos dois edifícios já projetados, a “casa da guarda”<sup>127</sup> (espécie de posto da Guarda Nacional Republicana), que ocupará o espaço onde tinha sido pensada a arrecadação, mas, ao contrário deste, que era contíguo ao edifício do restauro e com entrada virada a norte, a

<sup>126</sup> Transcrição do ofício nº 269 da Repartição de Estudos de Edifícios, da DGEMN em carta a José de Figueiredo, de 18.6.1936, Comissão Administrativa das Obras do MNAA, pasta 11, AMJM – BMNAA.

<sup>127</sup> “Museu das Janelas Verdes: projecto das oficinas para o serviço de restauro de obras de arte, habitação do chefe do pessoal menor, casa do guarda e vedação” (DOC.00060560, SIPA).

casa terá a entrada virada a poente e será separada daquele por dois patins com escadas. À sua direita, mantinha-se a habitação do chefe do pessoal menor<sup>128</sup> (Fig. 74).



**Figura 73:** Planta do rés-do-chão das Oficinas para o Serviço de Restauro de obras de arte e habitação do chefe do pessoal menor e casa da guarda, à esquerda, segundo projeto de Rebelo de Andrade, c. 1940 (BMNAA, I, 3, 1940: 105).

A casa da guarda, de um só piso, ao nível do rés-do-chão do edifício do restauro, tinha o quarto do cabo, caserna e casa das armas. A habitação do chefe do pessoal menor, com 2 pisos, tinha no rés-do-chão vestíbulo, casa de jantar, escritório, saleta, quarto e cozinha e no 1.º andar, ao nível do 1.º andar do edifício do restauro, 3 quartos. Na frontaria desta casa, para além de quatro janelas de peitoril e uma de sacada encontramos quatro quadrilobadas, diferentes de quaisquer outras do restante projeto. Seria um toque de rusticidade a um edifício menos nobre do conjunto?<sup>129</sup>

Dos alçados do “Projecto das oficinas para o Serviço de Restauro de obras de arte”<sup>130</sup> não localizei a fachada principal, mas comparando o ante-projeto com o que viria a ser concretizado, notam-se certas diferenças na fachada (Figs. 74-76), sendo a mais evidente a eliminação de um grande vão envidraçado ao nível do piso superior. Também a vedação é substituída por um gradeamento com portão de topo ondado, em vez de reto e as colunas que o flanqueiam têm uma ligeira alteração decorativa no pingente do topo interior. Elemento que já vimos nas colunas do portal do Anexo.

O projeto de Rebelo de Andrade, gizado segundo os planos de José de Figueiredo e o programa arquitetónico definido por João Couto, pelo físico Manuel Valadares (1904-1982) e pelo restaurador Fernando Mardel (1884-1960), foi «o

<sup>128</sup> No BMNAA, nº6, vol. 2, Lisboa, 1942 (referente a jul.-dez. 1941), este conjunto de edifícios é designado por instituto de restauro e investigação, residência do encarregado do pessoal e casa da guarda.

<sup>129</sup> Rebelo de Andrade desenhará uma janela semelhante, por exemplo, para a frontaria da Capela de S. João de Deus e de Santa Teresa de Jesus, na estância termal das Caldas de Monchique (1940).

<sup>130</sup> MNAA, Museu das Janelas Verdes, Projecto das oficinas para o Serviço de Restauro de obras de arte. Fachada lateral – poente (SIPADES.00021348), Fachada posterior – Sul (SIPADES.00021360), Fachada lateral nascente (SIPADES00021349).

primeiro [edifício] no mundo a ser estudado e construído especialmente para instalação de serviços desta natureza» (*40 Anos do Instituto José de Figueiredo*, 2007: 120).



**Figura 74-76:** Pormenor do alçado do conjunto do MNAA, lado norte, do ante-projecto do “Acabamento do actual edifício do Museu Nacional de Arte Antiga, oficinas para o Serviço de Restauro de obras de arte, habitação do chefe do pessoal menor e jardim”. Rebelo de Andrade, 1936 (AMJM-BMNAA, pasta 10); aspeto das Oficinas para Restauro de Obras de Arte no final da construção, c. 1940 (fotografia: Mário Novais, publicado em *BMNAA*, I, 3, 1940: 104) e estado actual do edifício do LJF (fotografia: Henrique Martins, maio 2014).

O edifício do Serviço de Restauro de obras de arte, organizado em duas secções, instalaria o laboratório e as oficinas de restauro do MNAA (pintura, mobiliário e talha, e tecidos e tapeçaria) (*40 Anos do Instituto José de Figueiredo*, 2007: 120). Era rasgado por amplas janelas para os lados poente, sul e nascente, «bem arejado no verão, com aquecimento central para o inverno» (*BMNAA*, I, nº 3, 1940: 107). Estava estruturado em 3 pisos, servidos por escada, com uma área central, correspondente ao monta-cargas e três alas em volta (laterais e posterior), organizando-se da seguinte forma<sup>131</sup>:

- Cave: arrecadações de quadros à direita, depósito de madeiras e sala de parquetagem da oficina de restauro de mobiliário à esquerda, e zona posterior para depósito de quadros e mobiliário. A sala de parquetagem ligava-se à sua correspondente no andar seguinte por escada de caracol e alçapão (para passagem das pranchas de madeira). Na concretização do projeto a ala direita passará a zona de desinfeção e lavagem, a esquerda a incluir a oficina de calcografia e o depósito será apenas de pintura.
- Rés-do-chão: porta principal, vestíbulo e átrio, fixagem, desinfeção, laboratório químico e gabinete do conservador à direita, parquetagem e entretelagem à esquerda e salas de pintura na ala posterior. A oficina de entretelagem passará para a ala direita e a zona posterior será ocupada por gabinetes dos restauradores.

<sup>131</sup> «Museu das Janelas Verdes: projecto das oficinas para o serviço de restauro de obras de arte, habitação do chefe do pessoal menor, casa do guarda e vedação», [DOC.00060560](#), IHRU. As plantas do projeto apresentam ligeiras diferenças na distribuição funcional dos espaços em relação às apresentadas no *BMNAA*, I, nº 3, 1940: 105-107.

- 1.º andar: zona de radiografia, ao centro, câmara escura e arrecadação à esquerda, antecâmara e arrecadação à direita e o “salão de pintura” na zona posterior. Uma «sala de convalescença», dotada de luz natural zenital e lateral regulável, onde as pinturas, depois de restauradas, seriam acompanhadas pelo restaurador (*40 Anos do Instituto José de Figueiredo*, 2007: 93) e que servirá de sala de exposição (*BMNAA*, I, nº 3, 1940: 105-106). Do lado direito instalar-se-á o gabinete do chefe do laboratório.

Em 1938, informa-nos Norberto Araújo que «o prédio pequeno que se segue ao portão do jardim do Museu», do lado nascente, e onde habitou, até falecer, o Conselheiro Aires de Ornelas<sup>132</sup>, foi expropriado e já está a ser demolido (Araújo 1938, 75). Trata-se da antiga casa dos irmãos Brederode (*BMNAA*, II, 1, 1950: 13) que, em julho do ano anterior fora comprada pelo Estado, mas a COMNAA propusera inicialmente a sua expropriação<sup>133</sup>.

A construção do edifício para o Serviço de Restauo de obras de arte<sup>134</sup> decorre entre 16 de agosto de 1938 e 16 de fevereiro de 1940. O edifício apresentava na frontaria um corpo avançado cujos dois tramos laterais eram rebaixados em relação ao central. Em 1968, já após a autonomização do Instituto José de Figueiredo do MNAA (1965), o edifício adquire o aspeto atual. Os tramos laterais são elevados, ficando toda a fachada à mesma altura. É também levantado o murete com vedação que separa o pátio do Instituto do jardim do Museu. Desde o ante-projeto para as oficinas para o Serviço de Restauo de obras de arte, que figurava na frontaria do edifício uma tabela, para uma

---

<sup>132</sup> Aires de Ornelas e Vasconcelos (1866-1930), militar, político e escritor, faleceu na casa da R. das Janelas Verdes, a 14 de dezembro. À data da compra da casa ainda a habitava a sua viúva, Maria de Jesus Ayres de Ornelas, que é obrigada a abandoná-la até fevereiro de 1937. Em janeiro desse ano, José de Figueiredo escreve a Oliveira Salazar, pedindo a concessão de uma pensão para compensar a viúva de ficar sem habitação (PT/MNAA/AJF/APF-MNAA-IM/00001, ANTT).

<sup>133</sup> PT/MNAA/AJF/APF-MNAA-IM/00001, ANTT.

<sup>134</sup> Também designado Instituto para o Exame e Restauo de Obras de Arte, Instituto de Investigação e Restauo (*BMNAA*, I, 1, 1939: 7) e Instituto de Restauo de Lisboa (*BMNAA*, III, 2, 1956).

inscrição<sup>135</sup> de homenagem a Luciano Freire<sup>136</sup>. No entanto, até hoje, não foi preenchida<sup>137</sup>.

Atualmente, a habitação do chefe do pessoal menor e a casa da guarda perderam a sua função inicial, mas, juntamente com o murete, a vedação, os pilares e o portão para a R. das Janelas Verdes mantêm o aspeto original. A guarita de metal que agora se encontra no canto esquerdo do pátio estava, originalmente, colocada à porta do edifício, para abrigar o guarda do Instituto<sup>138</sup>.

---

<sup>135</sup> Na planta, a mesma é ilegível (Anteprojecto. Alçado do conjunto do MNAA. Lado norte, AMJM-BMNAA).

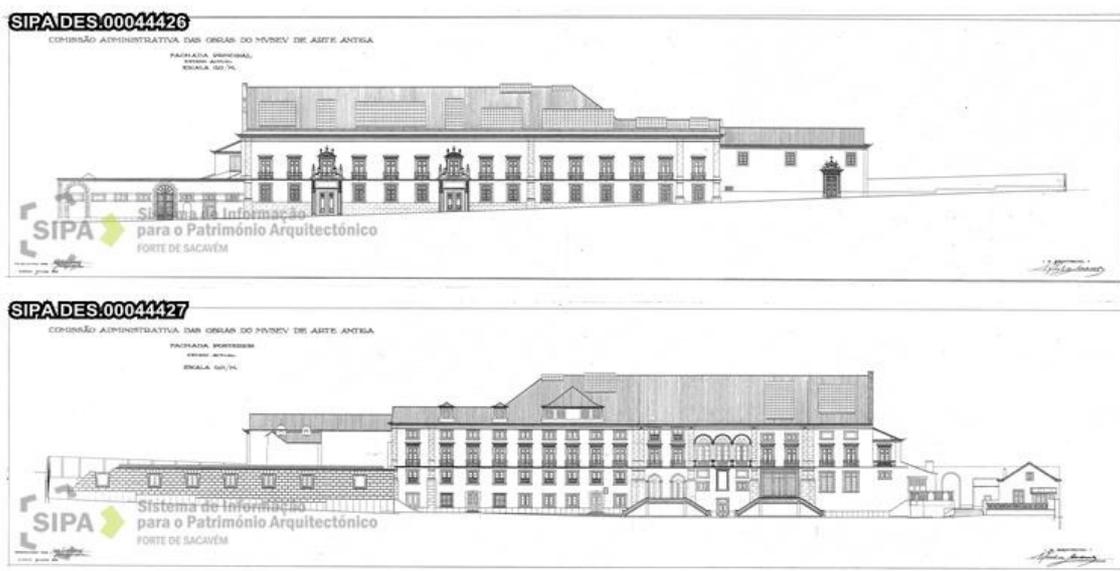
<sup>136</sup> Museu Nacional de Arte Antiga: projecto dos edifícios destinados a: oficinas para o Serviço de Restauro de Obras de Arte, Habitação do Chefe do Pessoal Menor, Casa da Guarda e vedação: memórias descritivas e justificativas (PT DGEMN:DSARH-005/125-4184/02, SIPA).

<sup>137</sup> Será que a morte de José de Figueiredo, decorrida entretanto, fez hesitar sobre quem devia ser o homenageado? Como sabemos o serviço veio a ter o nome do diretor do MNAA e não do mestre restaurador.

<sup>138</sup> Cf. fotografia de Mário Novais em AFMNAA, gav. 12, nº 145.

## 1.7.4 Remodelação e ampliação do Palácio (1931-1949)

Através dos desenhos dos alçados do MNAA, realizados, provavelmente, quando do primeiro projeto de Rebelo de Andrade para o Anexo, de 1931<sup>1</sup>, conseguimos ter uma visão nítida das fachadas do Palácio antes das obras de remodelação e ampliação, iniciadas em 1940 (Figs. 77 e 78).



**Figuras 77 e 78:** Fachadas N e S do MNAA, em 1931 (SIPADES.00044426 e SIPADES.00044427).

A fachada sul ainda apresentava as mansardas e mesaninos nos dois pisos. O topo nascente do edifício era rematado pela habitação do chefe do pessoal menor, que tinha acima, ao nível do andar nobre, uma pequena sala com um terraço pouco profundo (reformulada por José de Figueiredo, para sala de desenhos). O corpo avançado tinha uma porta central, ladeada por duas escadas duplas, paralelas à parede que davam acesso a um patim cada. O da esquerda, levava a duas portas de arco de volta perfeita, o da direita a três altas janelas, separadas por colunas (mas que em tempos deviam ter sido igualmente portas). Acima da porta existia uma alta janela, ladeada por dois conjuntos de duas mais pequenas. No andar nobre, uma varanda com tríplice arcaria, fechada com janelas. No telhado, as duas chaminés existentes (pelo menos as visíveis no já citado desenho de Landseer) já não existem.

<sup>1</sup> Plantas do edifício do MNAA, AMJM-BMNAA, pasta 67.

Na fachada norte já não vemos o dístico “Museu Nacional de Bellas Artes” nem os frisos decorativos com medalhões, do tempo da Exposição de Arte Ornamental, levando a crer que o primeiro tenha sido retirado entre 1913 (cit. em Costa 1913, 27) e 1931 e os segundos entre 1924 (cit. em Proença 1924, 365) e 1931. Uma fotografia que deverá, deste modo, datar de entre 1913 e 1924, mostra ainda os frisos mas, ao que parece, o dístico em branco (**Fig. 79**). Na mesma fotografia, vemos no corpo poente da fachada mesaninos apenas no andar nobre e já não em ambos<sup>2</sup>.



**Figura 79:** Fachada N do Palácio Alvor, >1913<1924? (MNL\_117-G, GEO).

**Figura 80:** Antigo corpo E do Palácio, c. 1940 (4.2.2, nº 114, gav. 12, AFMNAA).

Em 1930 ou ainda em 1931 a fachada principal foi intervencionada «no sentido de a repôr no seu estado primitivo»<sup>3</sup>. Tendo em conta o alçado levantado em 1931, terá sido nessa intervenção que foi eliminada a platibanda e respetivo rendilhado, a moldura do dístico e os frisos decorados e substituídas as guardas das janelas de sacada pelas atuais, que terão ido buscar o modelo às guardas das janelas de sacada da fachada sul (visíveis, por exemplo, no desenho de Landseer). No alçado de 1931 o corpo de um só piso, a nascente, parece ter entaipadas as janelas superiores e o arco mais a nascente (**Fig. 77**), como nos mostra uma fotografia de c. 1940 (**Fig. 80**).

Ao reintegrar-se «no seu estado primitivo» a fachada principal do Museu, contámos José de Figueiredo<sup>4</sup>, que foram encontrados, «na parede que fica entre a verga da

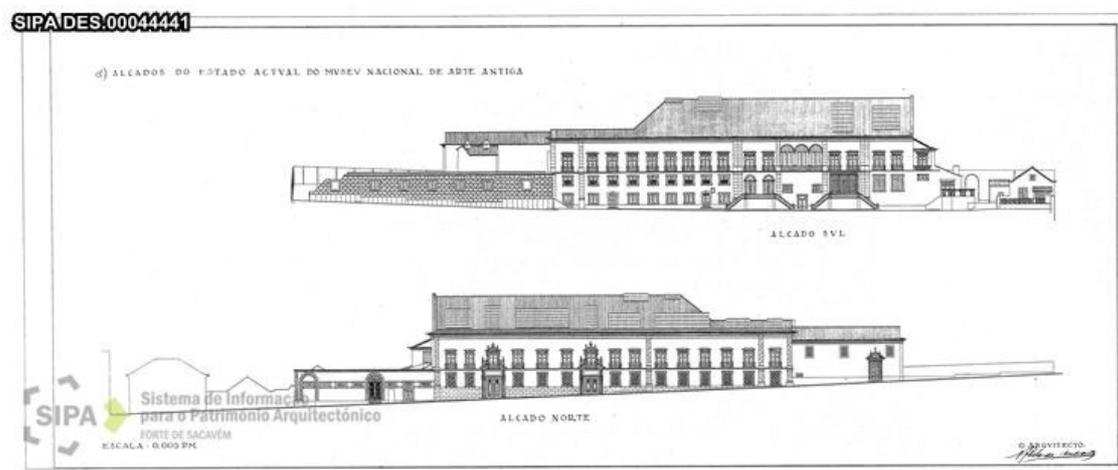
<sup>2</sup> Esta intervenção terá.

<sup>3</sup> PT DGEMN:DSARH-005/125-4565/06, IHRU. V. também PT DGEMN:DSARH-005/125-4565/03, IHRU.

<sup>4</sup> Carta de José de Figueiredo à DGEMN, 8.9.1932, PT DGEMN:DSARH-005/125-4565/03, IHRU.

janela que marca o centro do Palácio e a parte da cimalha que lhe corresponde»<sup>5</sup> vestígios de uma pedra de armas dos Távora, da época da fundação do edifício «que nos permitiram a sua reconstituição». Ouvido o heraldista Afonso Dornelas (1880-1944), é estudada a reconstituição do escudo e, com verba pedida pelo diretor do MNAA, o escultor Raul Maria Xavier (1894-1964) modela a pedra de armas em barro e gesso, em junho de 1931, para vir a ser recolocado na fachada do Museu<sup>6</sup>. No entanto, em 1932 a dotação para as obras do Museu é cortada pelo Ministério das Obras Públicas. Talvez por isso a colocação do brasão não chega a ser realizada. Ainda em 1934, Figueiredo considerava que sem a colocação do brasão não podia ser feita «a fotografia de conjunto do edifício que é indispensável como elemento de propaganda do museu»<sup>7</sup>.

Quando Rebelo de Andrade reformula o projeto para ampliação do MNAA, em 1935, como já sabemos, simultaneamente estuda o acabamento do lado nascente do Palácio<sup>8</sup>. Nos alçados do estado do edifício, que fazem parte daquele projeto (**Fig. 81**), a fachada N parece manter-se igual em relação aos desenhos do levantamento de 1931, mas a sul apresenta algumas diferenças. No telhado já não se encontram as mansardas e os mesaninos do andar nobre foram eliminados, bem como três janelas no piso inferior do corpo avançado<sup>9</sup>.



**Figura 81:** Alçados do estado actual do MNAA, sul e norte, c. 1935 (SIPADES.00044441).

<sup>5</sup> Penso que José de Figueiredo se refere à janela central das três que são ladeadas pelos dois portais da fachada. Seria aí o centro do edifício, visto considerar-se que lhe faltava o corpo nascente, correspondente ao do lado poente.

<sup>6</sup> PT DGEMN:DSARH-005/125-4565/06, IHRU.

<sup>7</sup> PT-MNAA-AJF-APF-MNAA-C-001-00001\_m0021\_derivada (2), ANTT.

<sup>8</sup> *Memória Justificativa do Projecto*, [PT DGEMN:CAM-0035/11](#), IHRU.

<sup>9</sup> Cf. Comissão Administrativa das obras do MAA (GRA), 1931, Fachada posterior, estado atual (SIPADES.00044427) e Alçados do estado actual do MNAA, sul e norte (SIPADES.00044421).

Em 1939, Augusto Cardoso Pinto, conservador do MNAA, explicava que o Palácio «quási nada conserva das antigas decorações interiores. Nas diversas transformações por que passou, as pinturas murais e os revestimentos de azulejo, foram destruídos, arrancados ou desapareceram sob sucessivas camadas de cal e papel pintado», como, no andar nobre, em que «aquilo que resta oculta-se sob os lambris e tecidos que guarnecem as salas» (Pinto 1940, 108). No entanto, naquela data, o Palácio ainda conservava «Em vários compartimentos e escadas interiores (...) silhares de azulejo de padrão do último quartel do século XVIII em que há faltas preenchidas com azulejos provenientes de painéis com motivos de composição e figura» (Pinto 1940, 108, n.)<sup>10</sup>. Também existia ainda, na primeira sala, à esquerda da escadaria (atual 66) o teto do século XIX, com estuque decorativo estilo Império<sup>11</sup>, que apresentava um florão central e moldura geométrica, alternando retângulos e quadrados tendo os primeiros uma faixa vegetalista e os segundos florões (v. **Ap. A, Fig. 16**).

Antes da construção do Anexo do MNAA, o lado poente do Palácio encostava ao muro que o separava, e ao jardim, do Convento de Santo Alberto. Na extremidade sudoeste existia, no andar nobre, uma sala comprida com 3 janelas, «cujo demasiado comprimento em relação à largura faz supor que em tempos tivesse sido dividida em dois compartimentos» (Pinto 1940, 12). Entre esta e a atual Sala do Teto Pintado havia um compartimento de ligação, com duas janelas para um pátio interior, «ao nível da sobre-loja» (Pinto 1940, 12), e pé direito baixo, com outro quarto por cima.

Para construir a passagem de ligação ao Anexo, procede-se em 1940 à demolição do ângulo sudoeste do Palácio<sup>12</sup>, eliminando aquele compartimento de ligação e aproximadamente um terço da sala comprida (Pinto 1940, 12), tendo desaparecido o último tramo da fachada e recuado o novo cunhal para o lugar da pilastra, que separava este tramo do pano seguinte da fachada (**Figs. 82 e 83**). Desaparecem, assim, as janelas do andar nobre e da sobre-loja e uma porta do piso térreo, de acesso ao jardim e interiormente os pavimentos e uma escada de madeira que dava acesso à sobre-loja. Durante estes trabalhos descobre-se sob o papel que revestia as paredes da sala do andar nobre, uma pintura a têmpera sobre estuque, da época de D. Maria I (r. 1777-1816)

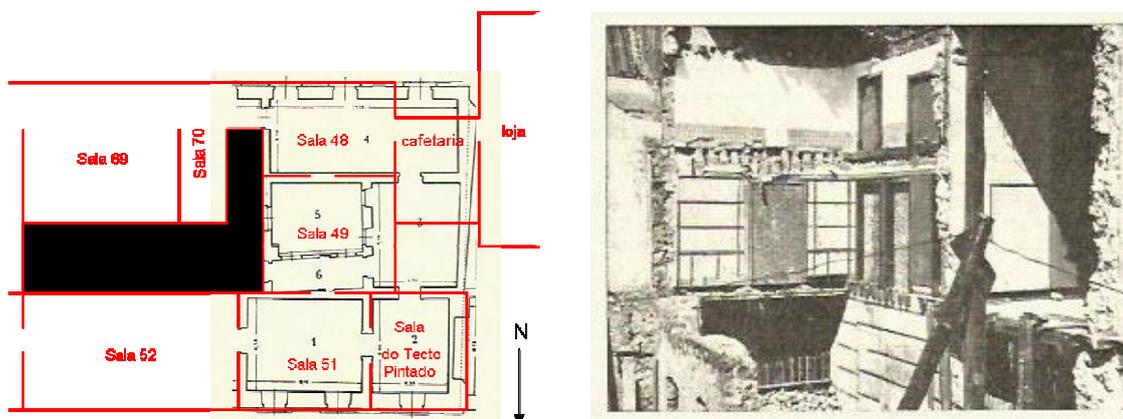
---

<sup>10</sup> Quando da ampliação do restaurante do MNAA, na cave do Palácio, no anos 1990, o conservador Rafael Calado encontra alguns azulejos (informação oral de Celina Bastos, abril 2014).

<sup>11</sup> Que, como já foi referido, será eliminado quando da instalação ali da Sala Patiño, nos anos 1970.

<sup>12</sup> AFMNAA, 4.2.3.2.1, n.º 171.

(Pinto 1940, 13), à moda de Pillement<sup>13</sup>, que poderá ser atribuída a este pintor francês ou a discípulos seus (Fig. 84).



**Figura 82:** Planta do extremo SW do Palácio, antes da demolição. 2: sala dos *Painéis*, 3: sala demolida, 4: sala comprida atualmente reduzida, 5: pátio da sobre-loja, 6 passagem (publicado em *BMNAA*, I, 3: 112). Traçado e indicação a vermelho da disposição atual das salas. As do lado S mantiveram a sua disposição, exceto no encerramento da entrada N da antiga sala dos *Painéis*.

**Figura 83:** Demolição do topo SW do Palácio, 1940. Vista de S para N. Ao fundo, passagem para a atual Sala do teto pintado, entaipada (publicado em *BMNAA*, I, 3: 111).

Como vimos, desde que assumira a direção do MNAA, José de Figueiredo preconizava a ampliação do edifício do Museu para nascente. No pedido já citado que o diretor faz, em 1924, com o intuito do Estado vir a adquirir o prédio dos irmãos Brederode diz que «Construída a ala que falta a este palácio e que é indispensável e urgente edificar-se, ele ficaria rez-vez com o jardim daquele prédio, o que não permitiria (...) a sua expansão, se ela mais tarde fôr precisa»<sup>14</sup>. Chama a atenção para o facto de que, com a compra da casa, o Museu ficaria isolado, prevenindo o perigo



**Figura 84:** Pintura a têmpera, à moda de Pillement, descoberta durante as demolições no Palácio, na sala do topo SW (atual 48) (publicado em *BMNAA*, I, 3: 112).

<sup>13</sup> **Jean-Baptiste Pillement** (1728-1808). Pintor, desenhador e gravador francês. Em 1755 já trabalhava na Real Fábrica das Sedas, como desenhador, mas saiu de Portugal nesse ano, voltando em 1766 e entre 1780-86, abrindo a Escola de Desenho no Porto. São-lhe atribuídas pinturas de teto e frescos nos palácios Fronteira, de Seteias e do Ramalhão (Mayer, Maria de Lima. [s.d.]. *Jean Pillement (1728-1808), um francês em Portugal*. [http://www.casa-museumedeirosealmeida.pt/public/Text.php?text\\_id=323](http://www.casa-museumedeirosealmeida.pt/public/Text.php?text_id=323). Consult. agosto 18, 2014) e no Palacete Pombal, nas Janelas Verdes.

<sup>14</sup> Carta de 26 de junho de 1924. Comissão Administrativa das Obras do MNAA, pasta 11, AMJM – BMNAA.

de incêndio e de roubo, pois confinaria a nascente com a Travessa José António Pereira<sup>15</sup>, como acontecia com aquela casa.

Quando no final do ano, Figueiredo insiste com o Administrador Geral para que, junto do Ministro, faça sentir a urgência da aquisição da dita casa, refere-se à necessidade de expansão do Palácio, «quando, como é inevitável, ela for precisa mais tarde.»<sup>16</sup> (note-se que o diretor retira da frase a suposição “se”). José de Figueiredo desejava fazer do MNAA “um museu laboratório ou museu oficina”, mas necessitava de uma biblioteca e sala de conferências que servissem de “complemento do ponto de vista artístico, das escolas de todos os graus e especialidades de ensino”<sup>17</sup>.

O «Ante projecto [do] acabamento do actual edificio do Museu Nacional de Arte Antiga», elaborado por Rebelo de Andrade em 1936, alterava significativamente a organização das coleções e serviços do MNAA (**Fig. 85**). No complemento do edifício do lado nascente haveria seis novas salas no andar nobre, e no térreo a biblioteca e a sala de conferências. No espaço da grande sala, que rematava o edifício a nascente (atual Sala Polivalente), substituindo a sala Germain<sup>18</sup>, ficaria a ante-câmara da Biblioteca (na ala norte) e dois gabinetes para conservadores (na ala sul). Contíguo à escadaria (na atual sala do SE) ficaria a secretaria e o arquivo. No lado poente, à direita da escadaria, no espaço da antiga Sala Maria Emília<sup>19</sup>, ficaria o gabinete para o diretor, com uma antecâmara. Graças à supressão das pequenas divisões, escadas e corredores da sobre-loja, aumentar-se-ia o espaço das salas para exposição permanente, criando salas mais amplas no andar térreo e no andar nobre, uma especialmente estudada para receber os Painéis de Nuno Gonçalves e as cópias das tapeçarias de Pastrana<sup>20</sup>, que,

---

<sup>15</sup> A **Travessa de José António Pereira** inicia na Av. 24 de Julho e finda na R. das Janelas Verdes. Teve como primeira denominação Esquina do Cais de José António Pereira, mudando para a atual, por edital de 8 de agosto de 1889.

<sup>16</sup> Carta de 13 de dezembro de 1924. Comissão Administrativa das Obras do MNAA, pasta 11, AMJM – BMNAA.

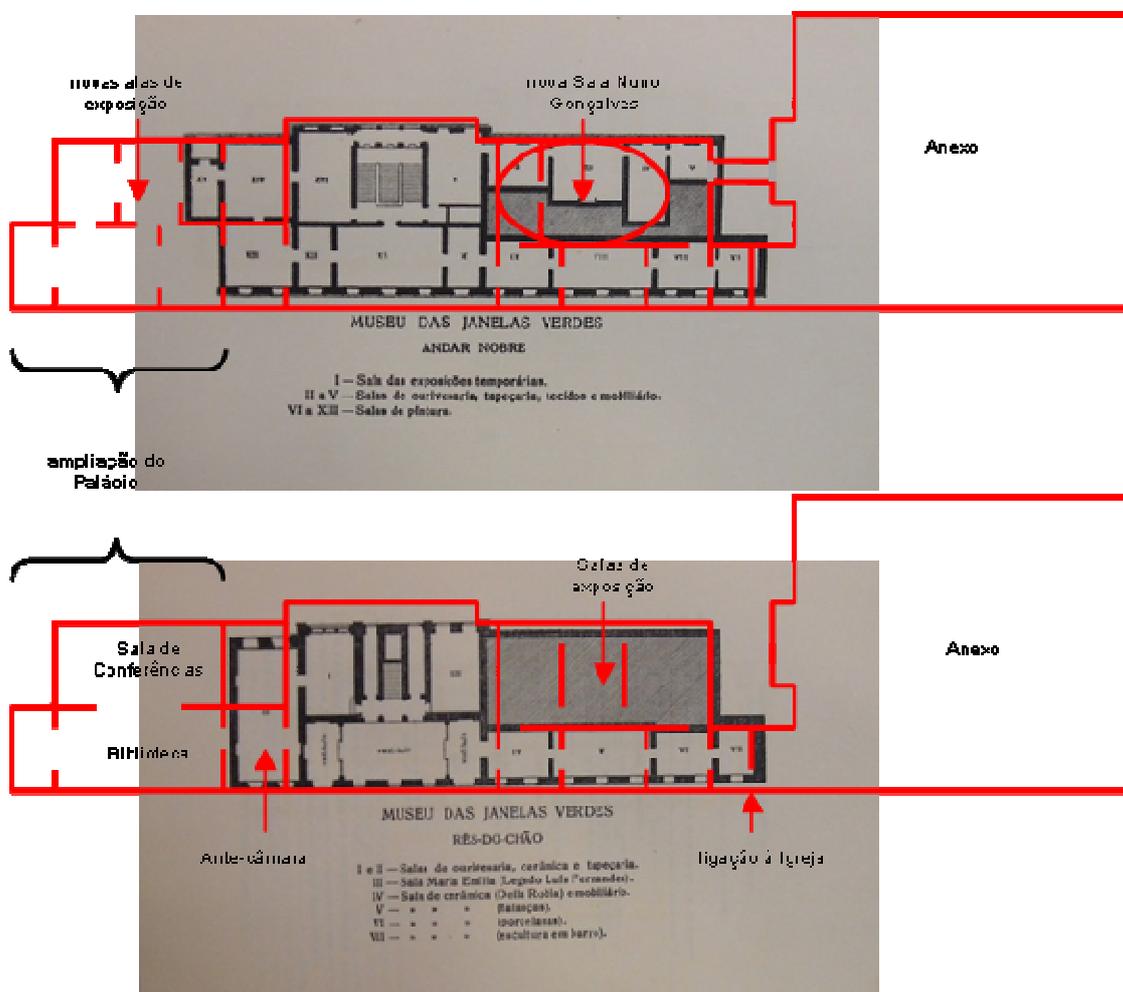
<sup>17</sup> Memória descritiva e justificativa do projeto de ampliação do MNAA. Cit. por Manaças 1991, I, 52 e reproduzida no vol. II, como Documento nº 10.

<sup>18</sup> No texto do *Catálogo-guia* do MNAA (1938) a Sala Germain é identificada como sala III. No entanto, na planta, a Sala III é a Sala Maria Emília. Cremos que a Sala Germain era a II, porque a descrição da Sala I feita no catálogo é corroborada por fotografias da época, que mostram que se trata da atual sala do SE, que era “anterior” à Sala Germain (cf. 4.1 1 – AFMNAA).

<sup>19</sup> Sala do legado de **Luís Fernandes** (1859-1922): colecionador e bibliófilo, 1.º presidente do Grupo dos Amigos do MNAA, legou ao Museu um vasto conjunto de objetos, de que se destacam 300 xícaras de cerâmica europeia (<http://www.mnarteantiga-ipmuseus.pt/pt-PT/colecoes/colecao%20artes%20decorativas/ceramica/ContentDetail.aspx>. Consult. janeiro 29, 2013). A sala, cujo nome é uma homenagem à sua filha, foi organizada em 1922.

<sup>20</sup> Solução que José de Figueiredo já utilizara na Exposição Ibero-Americana de Sevilha (1929) e no Museu Jeu de Paume, Paris (1931) (Manaças 1991, I, 57). Segundo Vítor Manaças, José de Figueiredo

provavelmente, acarretaria a eliminação dos tetos com estuques decorativos das salas de ourivesaria (atuais 68 e 69). Previu-se também a substituição da estrutura do telhado, para evitar o perigo de incêndio e iluminar mais eficazmente o andar nobre do Palácio.



**Figura 85:** Traçado esquemático do ante-projeto do “Acabamento do actual edifício do Museu Nacional de Arte Antiga (...)”. Plantas do 1.º andar e do rés-do-chão, Rebelo de Andrade, 1936 (segundo fotografia 4.1, 1, AFMNA). Sobre plantas do MNAA, em 1938 (*Catálogo-guia*, 1938).

Quanto ao desenvolvimento das obras, a Comissão Administrativa das Obras do Museu, presidida por José de Figueiredo, decidira, como vimos, num primeiro momento iniciá-las pela ampliação do lado nascente do Palácio “por ser de maior urgência instalar devidamente os serviços de reintegração da pintura antiga” e o arranjo do telhado, que resolveria a deficiente iluminação e o perigo constante de incêndio<sup>21</sup> e porque “a conclusão do actual edifício permitiria, quando fosse uma realidade, resolver o

terá optado por vir a colocar as cópias das tapeçarias no salão central que seria construído no Anexo (Manças 1991, I, 86), o que não chegou a acontecer, como sabemos.

<sup>21</sup> Cit. por Manças 1991, I, 57 e 58.

problema da acomodação das obras de arte actualmente guardadas nos depósitos e cuja deslocação, imposta pelos trabalhos do anexo poente, não seria sem isto de fácil solução, visto esses depósitos estarem na parte baixa do edifício em questão [cave do projeto Bermudes], e esta ser precisamente atingida pelos referidos trabalhos. Concluído o Palácio das Janelas Verdes, as peças guardadas naqueles depósitos, encontrarão ali mais fácil abrigo e poder-se-ia, dessa forma, sem prejuízo para a conservação dessas obras, dar todo o indispensável apoio à construção do novo edifício”<sup>22</sup>. Como já sabemos, as obras do MNAA iniciaram-se pela construção do Anexo e da Oficina de Restauro.

Em julho de 1939, João Couto defende “que o ante-projecto de alterações elaborado para o edifício antigo do Museu das Janelas Verdes, embora tivesse tido várias aprovações oficiais, não [correspondia] às necessidades do novo museu”<sup>23</sup>. Deste modo, apresenta um relatório ao Ministro das Obras Públicas Duarte Pacheco, propondo algumas modificações, tendo em conta o aumento do pessoal técnico que pressupõem as novas atividades que determinara para o museu.

No relatório, o novo diretor critica no ante-projeto a “defeituosa circulação dos visitantes no museu devido, entre outros problemas, às ligações defeituosas do edifício novo com o Palácio”<sup>24</sup>, a dificuldade de vigiar certas salas e passagens e as deficientes instalações do pessoal técnico. Destaca a necessidade de “dar à sala de conferências um vestíbulo próprio”<sup>25</sup>, pois o seu acesso era através da Biblioteca, a única das duas salas que tinha vestíbulo, solução «limitativa da utilização de ambas» (Manças 1991, I, 121).

Propõe suprimir as salas pensadas para exposição permanente no piso térreo, localizando na ala norte do lado poente as salas para exposições temporárias e criando naquele piso um Centro de Estudos de Arte, um “departamento de estudo e divulgação das obras de arte”<sup>26</sup> semelhante à *École du Louvre*, «ligado mas, de certo modo, independente do Museu», com biblioteca, sala de conferências, gabinetes para estudiosos, serviços de informação e outros (*BMNAA*, I, nº 2, 1939: 54; *BMNAA*, III, nº 9-10, 1943: 54). Dotando o piso térreo de uma entrada independente pela Rua das Janelas Verdes, isolava-o das restantes instalações do museu (passando a escadaria nobre a servir apenas os seus funcionários), possibilitando a sua utilização fora do

---

<sup>22</sup> Cit. por Manças 1991, I, 54

<sup>23</sup> Parecer de João Couto dirigido à Comissão de Obras do Museu das Janelas Verdes, 6 de julho de 1939. Cit. por Manças 1991, I, 78; reproduzido no vol. II como Documento nº 17.

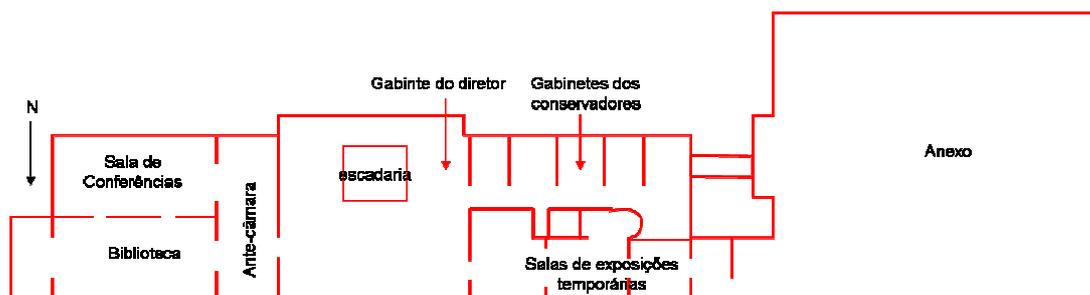
<sup>24</sup> Cit. por Manças 1991, I, 117-118.

<sup>25</sup> Citado por Manças 1991, I, 78.

<sup>26</sup> Couto, João, «Justificação do Arranjo de um Museu», 16. Cit. por Manças 1991, I, 93.

horário habitual do Museu (Manaças 1991, I, 122). O átrio e a antiga sala Germain (atual Sala Polivalente), aumentada a toda a largura do edifício, passando a servir, simultaneamente, a Biblioteca e a Sala de Conferências (Couto 1958), seriam reservados «para uma espécie de “Centro Social”» de convívio (*BMNAA*, II, nº 1, 1950: 17). O novo diretor, conseguiria, assim, articular «as estruturas que considerava fundamentais para (...) que o museu cumprisse a sua função» (Manaças 1991, I, 78) de “ser no futuro um centro educativo, quer por si próprio, quer pela colaboração com as universidades, liceus e escolas de ensino técnico”<sup>27</sup>.

Com esta reformulação (**Fig. 86**), figurariam no piso térreo, no lado nascente, a Biblioteca (com o Gabinete de Estampas ao fundo<sup>28</sup>), a sala de conferências, a antecâmara de ambas, a secretaria e o arquivo fotográfico. No lado poente, a galeria de exposições temporárias, na ala norte e, na ala sul, o gabinete e salas de visitas do diretor e gabinetes para cinco conservadores (em vez dos dois previstos no projeto inicial).



**Figura 86:** Esquema da planta do andar térreo do Palácio, após reformulação proposta por João Couto (baseado em planta s.d., AMJM-AHMNAA, pasta 70).

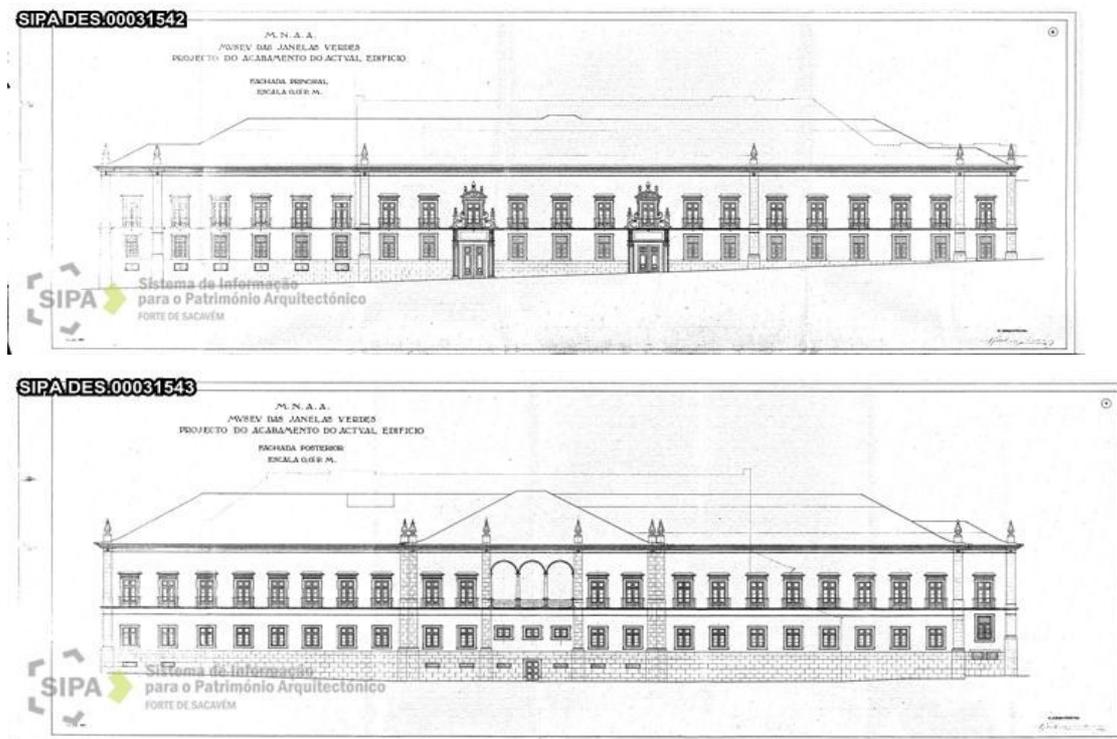
A exposição permanente ficaria então reduzida ao andar nobre do Palácio e ao Anexo, o que permitia anular a «deficiente passagem sob o altar-mor» da Capela (Manaças 1991, I, 122), através da sacristia. A ligação foi mantida mas deixava de ser usada, pois passava a comunicar com a última sala da galeria de exposições temporárias, do lado do Palácio. Vítor Manaças destaca que, deste modo, se transformava «o circuito fechado num outro em que a possibilidade de escolha é dada ao visitante, sem o obrigar, de uma maneira geral, à passagem por sectores que não escolheu» (Manaças 1991, I,

<sup>27</sup> Couto, João, «No Centenário do nascimento de Sousa Viterbo», *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, Lisboa, 1, (2), jan./dez., 1945, 62. Cit. por Manaças 1991, I, 78.

<sup>28</sup> Em 1958 já se encontrava dividido em Gabinete de Desenhos e Gabinete de Gravuras (*BMNAA*, IV, 1, 1959: 26).

124) e permitindo dois circuitos de visita: um para obras essenciais e outro para secundárias (Manças 1991, I, 122).

Tendo em conta estas alterações, Rebelo de Andrade apresenta um novo «Projecto do acabamento do actual edifício» (o Palácio), em 1940<sup>29</sup>. Comparando os alçados norte e sul (Fig. 87) com os dos mesmos lados, do anteprojecto de 1935 (v. Fig. 81)<sup>30</sup>, vemos pequenas alterações nos mesmos. No lado sul, as janelas do piso térreo passam a ter de altura 4 vidraças em vez de 3, sendo a superior a bandeira e, ao nível da cave são introduzidas duas janelas jacentes, a poente, três de cada lado da porta do corpo central e outras duas no extremo nascente do edifício. Quanto à varanda do andar nobre, ao contrário do que parecia ser intenção em 1935, passa a ser aberta. Na fachada norte, o corpo ampliado passa a ter também janelas jacentes. Seis, simétricas às dos pisos.

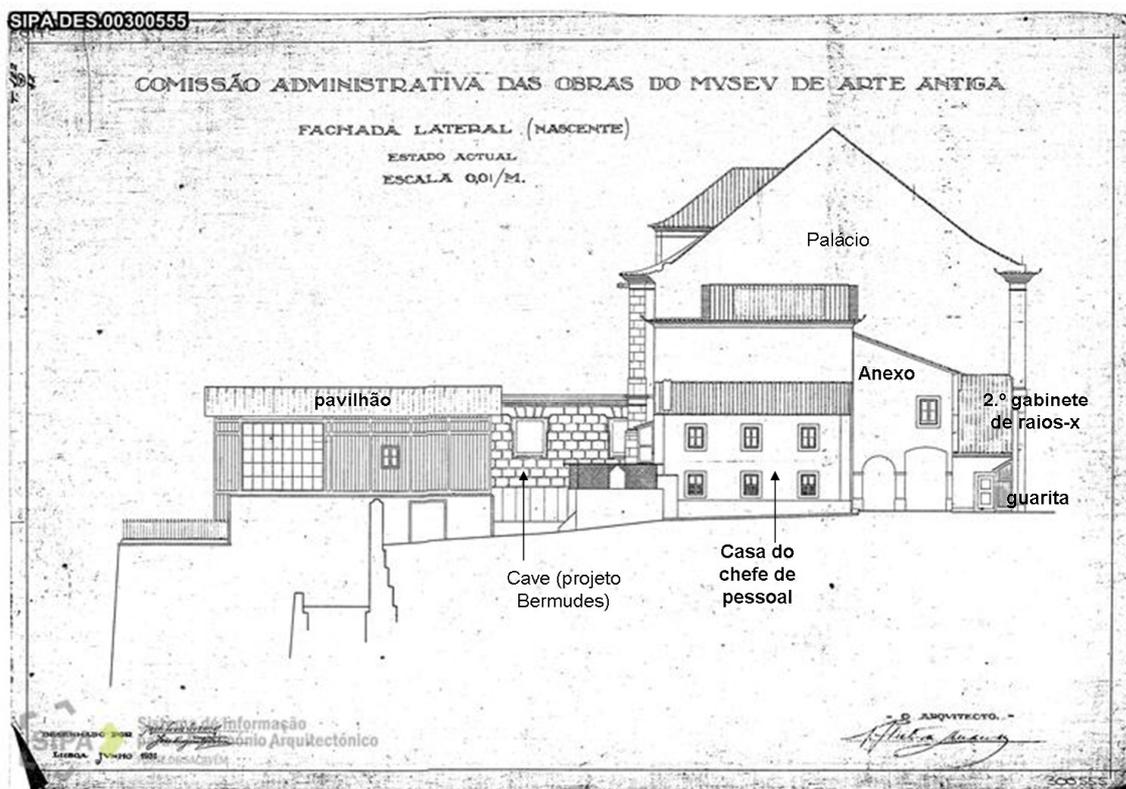


**Figura 87:** Projeto de acabamento do atual edifício do MNAA, Rebelo de Andrade, 1940. Fachadas N e S (SIPADES.00031543 e SIPADES.00031542).

<sup>29</sup> Manças refere a data de 1942 (Manças 1991, I, 121), mas no vol. III da sua tese, data o projeto de 1940 (Desenho nº 25). As alterações das plantas têm necessariamente de ser anteriores porque já aparecem em 1939 no *BMNAA* (*BMNAA*, vol. I, nº2, 1939: 53).

<sup>30</sup> Anteprojecto, alçado do conjunto do MNAA, lado sul (SIPA DES00044445).

A adjudicação da obra de ampliação do Palácio é feita em dezembro 1940<sup>31</sup>, mas ainda entre agosto e setembro é eliminado «o piso de betonilha do lado da fachada Este»<sup>32</sup>, ou seja, o tramo do topo sudoeste do Palácio. E também a casa do chefe de pessoal menor, o gabinete de raios-x provisório e um anexo de uma água, entre os dois, todos encostados ao extremo nascente do Palácio (Figs. 88). A nascente do portão do muro que dava para a R. das Janelas Verdes, também demolido, eliminam-se a casa da Guarda e o ateliê dos arquitetos<sup>33</sup>, a poente do portão uma pequena guarita<sup>34</sup> e no jardim, a sul do Palácio, um pavilhão<sup>35</sup> (Figs. 89-93 e 94).



**Figura 88:** Indicação dos anexos demolidos a E do MNA, sobre desenho da Comissão Administrativa das Obras do Museu de Arte Antiga, fachada E, 1931 (SIPA DES.00300555).

As obras de remodelação do lado poente do piso térreo decorrem de 1940 a 1942. A ala norte é adaptada para as 5 salas de exposições temporárias, onde estava exposta a

<sup>31</sup> *BMNAA*, I, n° 4, 1941: 181.

<sup>32</sup> Programa do concurso para construção do «Edifício destinado a Anexo do Museu de Arte Antiga», Capítulo V (datilografado), AJMM, pasta 15, *BMNAA*; [PT DGEMN:CAM-0035/11](#), IHRU.

<sup>33</sup> Segundo o documento PT-MNAA-AJF-APF-MNAA-IM-00002\_m0001\_derivada, ANTT, datado de 1934, parece que era no ateliê dos arquitetos, junto à Casa da Guarda que funcionava o gabinete da CAOMNAA.

<sup>34</sup> Segundo o documento PT-MNAA-AJF-APF-MNAA-IM-00002\_m0001\_derivada, ANTT, datado de 1934, parece ser a guarita do “Porteiro Cipriano”.

<sup>35</sup> *AFMNAA*, 4.2.3.2.1, n° 171.

cerâmica<sup>36</sup> (que como vimos é instalada no Anexo). O antigo chão de azulejos, formando um padrão geométrico de linhas longitudinais escuras e claras alternadas é substituído por soalho em espinha de peixe (v. Ap. A, Fig. 20). Na ala sul criam-se os espaços para a direção, serviços e gabinetes de estudo, que se instalarão em 1945.



**Figuras 89-93:** Construções a E do MNAA, demolidas em 1940, para ampliação do Palácio. 1: Pavilhão (à esq.) e anexos à antiga casa do chefe do pessoal menor, no último tramo do Palácio. 2: Antiga casa do chefe do pessoal menor. 3: Segundo gabinete de raios-x, guarita, muro e portão. 4: Antiga casa da guarda e ateliê dos arquitetos. Note-se nesta fotografia, à direita, o edifício do restauro já construído (Dossiê *História do Museu depois de 1882*, BMNAA).



**Figura 94:** Esquema do edificado (a azul) e das demolições (a vermelho), na zona a E do Palácio, em 1940 (sobre pormenor do *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, de Silva Pinto. Imagem retirada do website Lisboa interativa: <http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/>).

Inicialmente, pensou-se construir primeiro a ala nova a nascente e passar para ela o recheio do restante edifício, mas, resolveu-se, em junho de 1942, entregar o palácio «completamente vazio» às Obras Públicas, «tornando mais fácil e rápida a intervenção» (BMNAA, II, 1, 1950: 14). As coleções que se encontravam no Palácio são transferidas para a para a cave do Anexo (já pronto), e os livros da biblioteca (situada na

<sup>36</sup> Onde no tempo do MNBA estivera, por exemplo, a Doação Carvalhido.

sobre-loja), os arquivos, o mobiliário de serviço e os objetos das «arrecadações, entre as quais a pseudo-casa forte, cujas janelas deitavam para o jardim» (*BMNAA*, II, 1, 1950: 14) são transferidos para o edifício do restauro (igualmente já pronto), tendo os serviços administrativos e técnicos, a biblioteca e a sala de conferências ocupado os gabinetes dos conservadores, no rés-do-chão<sup>37</sup>.

As obras de remodelação do piso nobre e de ampliação do corpo oriental começam em junho de 1942 e no início de 1945 estão «praticamente concluídas» (*BMNAA*, II, 1, 1950: 15) (**Figs. 95 e 96**).



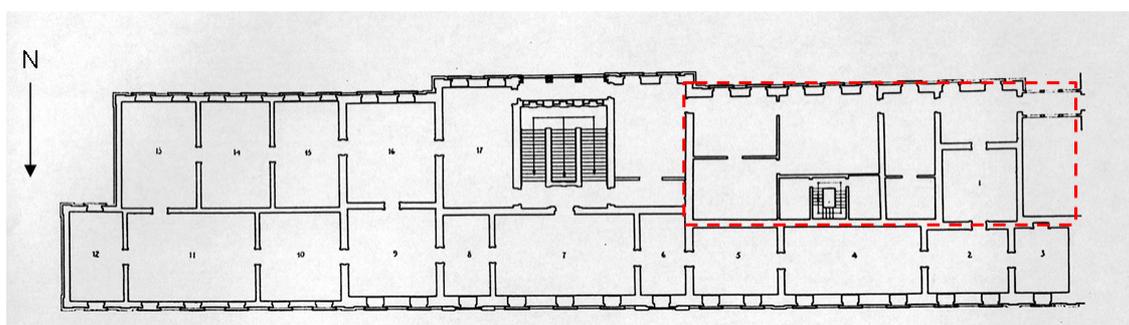
**Figuras 94 e 95:** Vistas das fachadas N e S do Palácio durante as obras de 1942-45 (2.4.1.1, nº 186, gav. 12, AFMNAA).

No corpo ampliado do lado nascente do Palácio ganham-se mais seis salas<sup>38</sup> para exposição permanente no piso nobre e no térreo constrói-se a Biblioteca e a Sala de Conferências. O exterior «manteve o aspecto e o ritmo de fenestração do solar seiscentista» (*website* do MNAA), ficando agora a fachada sul com um total de 8 janelas de sacada no andar nobre (6 do acrescento) e 8 de peito no térreo (duas transformadas e seis acrescentadas). Assim, mantendo os corpos poente e nascente com o mesmo aspeto, o edifício do Palácio ganha equilíbrio.

<sup>37</sup> João Couto diz que ocuparam «as dependências onde hoje trabalha o pintor-restaurador Fernando Mardel e sua equipa» (*BMNAA*, II, nº 2, 1950 [referente a 1948]: 15). Sabendo que os gabinetes dos restauradores se situavam no rés-do-chão, julgo que foi para aí que se transferiram os serviços.

<sup>38</sup> João Couto, no *BMNAA* (I, nº 2, 1939: 54), indica para o corpo novo construído a nascente, 4 novas salas, correspondentes a 4 vãos de janelas. Ao que sei o projeto para o corpo oriental sempre contou com 6 novas salas, correspondentes a 6 vãos de janela (em cada fachada).

No interior constrói-se do lado poente uma única escada de serviço para todos os pisos «que estabelecesse rápida comunicação entre o departamento dos serviços técnicos [na cave], os andares superiores e o sótão» (*BMNAA*, II, 1, 1950: 14). Ao desistir-se da grande Sala de Nuno Gonçalves, no andar nobre, mantêm-se as salas com estuques decorativos e aumenta-se a área de outras, com a supressão dos pequenos compartimentos e corredores da sobre-loja<sup>39</sup> e das escadas interiores que lhe davam acesso (**Fig. 96**), que, como chama a atenção João Couto (*BMNAA*, II, 1, 1950: 14) punham o Museu em perigo, em caso de incêndio<sup>40</sup>.



**Figura 96:** Aspeto da planta do andar nobre do Palácio após as obras de 1942-45. Tracejado a vermelho: zona da antiga sobre-loja (publicado em *BMNAA*, I, 2, 1939: 53).

Com a eliminação da sobre-loja, aumenta o pé direito da ala sul do lado poente do piso térreo, desaparecem da fachada as respetivas janelas, bem como as do piso térreo, que têm de ser reniveladas. As novas janelas vão-se situar sensivelmente a meia altura entre as duas ordens das antigas, mantendo o mesmo número e simetria com as de sacada do andar nobre. Assim, em menos de uma década, a fachada sul do Palácio reduz o número de ordem de janelas de quatro para duas (**v. Figs. 78 e 87**).

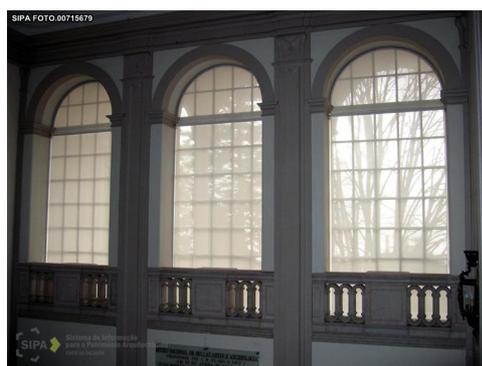
Na fachada sul são também eliminadas as duas portas remanescentes do lado poente (visto que a do extremo desse lado já havia sido eliminada quando da demolição dessa parte do edifício). No corpo central tiram-se algumas janelas pequenas do piso inferior. As duas portas e as três janelas separadas por colunas que davam para as duas escadas duplas do jardim são substituídas por duas janelas de peito, simétricas às duas de sacada do andar nobre e iguais às abertas no piso térreo. Mantém-se «ao nível do

<sup>39</sup> As pequenas salas da sobre-loja, ao tempo do MNBA expunham desenhos, que foram retirados na época de José de Figueiredo, para ser ali instalados os serviços de secretaria, direção, biblioteca e arrecadações (*BMNAA*, II, 1, 1950: 9). Era aqui, «instalado nos mezaninos, ora desaparecidos, com janelas sobre o jardim» (Couto 1962, 236), que ficava o antigo gabinete de José de Figueiredo.

<sup>40</sup> Conta o diretor que, antes das obras, funcionava num vão de uma escada interior a câmara escura improvisada do fotógrafo Coutinho (*BMNAA*, II, 1, 1950: 14).

terreno uma única porta de toda esta frontaria» (Araújo 1946) e acima desta abrem-se três pequenas janelas de dois batentes. Das três janelas jacentes projetadas para cada lado da porta central, executam-se apenas uma de cada lado, gradeada e, quanto à tríplice arcaria da varanda do andar nobre, conforme o projetado, é aberta, ao eliminarem-se os janelões que a fechavam, mantendo-se apenas os 3 janelões envidraçados do fundo, de topo em arco, que se vêem do interior do Palácio, no patamar da escadaria nobre (**Fig. 97**). Ainda na fachada sul, as duas janelas jacentes pensadas para o último tramo do edifício, a nascente, não se concretizam.

Na cobertura substituiu-se «a velha e densa floresta do complicado travejamento de castanho e as anacrónicas clarabóias» por material incombustível, «uma simples armação de asnas de ferro com a sua esteira corrida de vidraça» (*BMNAA*, II, nº 1, 1950: 15) apoiada



**Figura 97:** Janelas da varanda da fachada S, vistas do interior, na zona da escadaria nobre (SIPA FOTO00715679).

em grades de cimento armado, que iluminava as salas (**Fig. 94**). Para regulação da luz zenital, encomendam-se, em 1944, toldos

lamelares a aplicar sobre as esteiras do teto para (inicialmente 17 e posteriormente) 16 salas de exposição<sup>41</sup>, opção que já «tinha dado concludentes provas no edifício novo» (*BMNAA*, II, nº 1, 1950: 15). Tal como no Anexo, junto à entrada das salas do Palácio, seria montado o mecanismo de regulação da luz zenital (**Fig. 95**). Entre os dois andares é construída uma placa de isolamento (*BMNAA*, I, nº 2, 1939: 54).

No lado sul do edifício, preservam-se os dois tetos com estuques artísticos (atuais salas 68 e 69), como elemento «importante para uma reconstituição (...) de interiores setecentistas para apresentação de conjuntos de arte decorativa desta época» (Pinto 1940, 16). Em outros tetos procede-se à «simplificação da decoração» (Couto 1958)<sup>42</sup>, «de modo a que esta não se impusesse às obras» (Cabelo 1992, 17). Algo que já havia sido feito, julgo que em junho de 1934<sup>43</sup>, na antiga Sala Sequeira (atual Sala

<sup>41</sup> [PT DGEMN:CAM-0035/13](#), IHRU. As 16 salas eram todas as com claraboia, exceto as do topo noroeste (atuais 50 e 51) e a de ourivesaria, que expunha a Cruz de D. Sancho I (*BMNAA*, III, 3, 1957: 42)

<sup>42</sup> João Couto justifica a «simplificação» por as decorações serem demasiado «complicadas» (*BMNAA* II, 1, 1950: 14).

<sup>43</sup> Numa fotografia do AFMNA (Gav. 12, 4.1.3.1, nº 30.) a sala Sequeira, com o estuque do teto pintado tem a nota «arranjo antes da obra de Junho de 1934» e uma fotografia publicada no *BMNAA* I, 3, 1940, referente a outubro de 1939, mostra já o estuque a branco.

Patião), em que o já citado estuque decorativo estilo Império fora reduzido à cor branca, e, provavelmente, na mesma altura, com os estuques do tempo de Pombal, exceto o da escadaria, cuja decoração permaneceu a duas cores, pelo menos, até 1961 (**Fig. 96**). Ainda ou durante a campanha de 1942-45, a sanca decorativa do salão nobre, de Adães Bermudes e o teto pintado por Cotrim e Malhoa, no átrio das Janelas Verdes, são eliminados, bem como o pavimento geométrico do átrio (**Fig. 97**)<sup>44</sup>.



**Figura 94:** Salão nobre do Palácio (atual sala 57), em 1957, visto de E para W. Compare-se com a Figura 47, notando as diferenças na esteira envidraçada do teto, no forro das paredes, na eliminação da sanca decorativa e no reposteiro tapando a porta para a escadaria (AFMNA).

**Figura 95:** Aspeto da sala XIII da pintura estrangeira (atual 61), vista de SE. Andar nobre do Palácio. Repare-se na espessura dos vãos de passagem, no soalho em espinha de peixe, no apanelado e no mecanismo de regulação da luz zenital, junto à entrada da esquerda (Fotografia: Abreu Nunes, neg. 22560, cx. 480, 1965, AFMNA).

**Figura 96:** Aspeto da escadaria nobre do Palácio, 1961. Repare-se no estuque pintado a duas cores (fotografia de Abreu Nunes em dossiê *O Museu tal como o fiz*, BMNA).

**Figura 97:** Átrio das Janelas Verdes, 1961. Compare-se com a Figura 37. Repare-se na eliminação do teto e do pavimento antigos. Ao fundo, o busto de José de Figueiredo (inaugurado no ano anterior) e, à direita, a *Diana* de Houdon, exposta pela FCG até à inauguração do Museu Calouste Gulbenkian (fotografia de Abreu Nunes em dossiê *O Museu tal como o fiz*, BMNA).

<sup>44</sup> João Couto (BMNA, I, nº 2, 1939: 54) considera que o átrio foi melhorado.

Os forros das paredes são substituídos, bem como alguns rodapés. Nas novas salas do andar nobre, correspondentes à ampliação, o interior é mais simples que no restante piso. O pavimento é de soalho em espinha de peixe (como ainda hoje se mantém)<sup>45</sup> e os apainelados têm almofadas de moldura simples e apenas retangulares ao baixo. Como nas restantes salas do andar, o soalho cria composições geométricas nas áreas de passagem mas, agora só a uma cor. Repare-se que a espessura das paredes também é diferente. Entre as atuais salas 57 e 58 (ala sul) e 64 e 63 (ala norte) o vão é mais profundo, porque aquela parede limitava o edifício. Nas paredes das novas salas é menos.

Apainelados semelhantes aos das novas salas são colocados também nas do lado poente, reformuladas, devido à demolição do ângulo sudoeste. O pavimento destas será de um terceiro tipo de soalho, de quadrados de pranchas de madeira, alternados perpendicularmente, exceto na sala que fora dos *Painéis*, atual Sala do Tecto Pintado, que mantém o *parquet* de composição geométrica, assente em 1930. Atualmente, nestas salas, incluindo na do Tecto Pintado, o soalho é de pranchas corridas de madeira.

Estas alterações nos espaços e nas decorações de interiores denotam, por parte de João Couto, um afastamento da ideia de José de Figueiredo de “reorganizando o Museu, reconstituir simultaneamente” o Palácio<sup>46</sup>. Pois, “para adaptar o Palácio a museu houve necessidade de introduzir naquele profundos e dispendiosos arranjos (...) os quais, sendo absolutamente indispensáveis para o fim em vista, alteraram naturalmente o carácter da construção”<sup>47</sup> de habitação seiscentista, já por si bastante adulterada nos séculos XVIII e XIX (Manaças 1991, I, 120).

Em dezembro de 1943, «por virtude das obras em conclusão» no MNAA, a Sala de Conferências e a Biblioteca «estão em condições de receber o seu complemento decorativo de forma a poderem entrar em serviço»<sup>48</sup>.

O concurso para aquisição de mobiliário e decoração estabelece para a Biblioteca cortinas de popeline nos 10 vãos de janelas (5 para as janelas jacentes do piso térreo e 5 para as janelas da zona elevada da galeria), cortinas de etamine nos 12 batentes das portas (julgo que para as portadas das 5 janelas de sacada e para a porta de dois batentes do fundo da Biblioteca) e um reposteiro para o vão de entrada. Para a Sala

---

<sup>45</sup> Semelhante na Biblioteca e nas salas de exposições temporárias.

<sup>46</sup> Cit. por Manaças 1991, I, 81.

<sup>47</sup> Cit. por Manaças 1991, I, 128.

<sup>48</sup> «Decoração das Salas de Conferências e Biblioteca do MNAA». [PT DGEMN:CAM-0035/11](#), IHRU.

de Conferências, estores de tela verde e cortinas nas 4 janelas, um reposteiro na parede junto à máquina de projeção, cortinas de etamine nas 4 portas de entrada, tapete a forrar toda a sala e estrado e passadeiras da porta ao estrado e entre as duas portas<sup>49</sup>.

Do mobiliário para a Biblioteca constavam estantes (com prateleiras e dentais para graduação, caixilharia com redes metálicas, chapas numeradas e letras metálicas), 2 guarda-ventos (para a passagem da sala para o arquivo no piso térreo e na galeria), mesas, cadeiras com braços e assento forrado a pele, um *fauteille* giratório, ficheiro, bengaleiro, régua para cabides, candeeiros para mesa, escadas para estantes e lambris para guarnecimento das janelas. A parte central da sala da Biblioteca seria ocupada com o ficheiro que teria portas onduladas correndo lateralmente, cacifos e mesa para o escriturário<sup>50</sup>.

Durante o ano de 1944 é executado o mobiliário da Biblioteca na Fábrica de Móveis Aséta, Porto, com acompanhamento do próprio Rebelo de Andrade. Em janeiro de 1946 dá-se a montagem. Para a Sala de Conferências foram encomendados uma mesa e 200 *fauteils* de carvalho, estofados e forrados a tecido, para a plateia e mesa. A madeira de carvalho é substituída por castanho e, logo a 9 de julho de 1946, João Couto queixa-se à Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes que as cadeiras têm caruncho. A situação é resolvida paulatinamente com o construtor<sup>51</sup>.

Atualmente, a Biblioteca e a Sala de Conferências (Auditório) mantêm prtaicamente o aspeto original (**Figs. 98-101**).

A Biblioteca organiza-se em dois planos, o térreo e um superior (num plano intermédio entre o andar térreo e o andar nobre do Palácio), que circunda a sala de leitura, como uma galeria, protegida por um varandim de ferro forjado (Cabello 1992, 24). Posteriormente, foram colocadas lâmpadas fluorescentes incrustadas no teto da sala e sob o varandim, e procedeu-se a uma modificação do corta-vento da entrada. Lembremo-nos, no entanto, que a «necessidade [de espaço] obrigou à colocação de estantes no centro [da sala] e arredou as mesas para o mesmo lado» (Cabello 1992, 24),

---

<sup>49</sup> A encomenda é adjudicada à Fábrica de Móveis Aséta, Porto que faz um orçamento de 162.060\$00 para os tecidos e de 390.790\$00 para o mobiliário (22.12.1943). [PT DGEMN:CAM-0035/11](#), IHRU.

<sup>50</sup> Os dois corpos laterais deste ficheiro encontram-se atualmente, sem as portas, de costas um para o outro, servindo de estantes, ao fundo da Biblioteca (informação de Luís Montalvão, bibliotecário do MNAA).

<sup>51</sup> «Decoração das Salas de Conferências e Biblioteca do MNAA». [PT DGEMN:CAM-0035/11](#), IHRU.

situação que se manteve até à década de 1990. Os candeeiros *Art Deco* de teto e de mesa, após vários anos inativos, voltaram a funcionar por volta de 2010<sup>52</sup>.



**Figura 98-101:** Aspectos da Biblioteca (à esq.) e Sala de Conferências (à dir.), em c. 1958 e na atualidade (fotografias de Mário Novais, publicadas em Couto 1958 e de Henrique Martins, maio de 2014).

Na Sala de Conferências, foram entretanto retirados os panejamentos e instalada no teto uma estrutura de iluminação e saída de ar condicionado. Tal como a Biblioteca, mantém os suportes de iluminação elétrica originais. É na Sala de Conferências que, ainda hoje, são mais evidentes algumas das características da arquitetura pública do Estado Novo que, mais nuns espaços que noutros, pontuou o projeto de ampliação e remodelação do MNAA, como as pilastras e os grandes vãos de linhas retas<sup>53</sup>.

Quanto ao jardim do Museu, desde o ante projeto para acabamento do atual edifício do MNAA, que estava incluída a sua recuperação. Rebelo de Andrade realiza vários estudos para a sua nova configuração<sup>54</sup> (v. **Fig. 59**) mas, tal como as alterações ao

<sup>52</sup> Por iniciativa do atual diretor do MNAA (informação de Narcisa Miranda, funcionária da Biblioteca, em novembro de 2013).

<sup>53</sup> Estas características podem ser vistas, por exemplo, no interior e exterior do Instituto Superior Técnico, de Pardal Monteiro, edifício contemporâneo do projeto do MNAA (1939).

<sup>54</sup> [DOC.00039246](#), SIPA.

restante espaço envolvente do MNAA, previstas no projeto de 1935, as do jardim não chegam a ser realizadas.

Como vimos, antes das obras, o jardim era ocupado por vários barracões (v. **Fig. 35 -2**) e construções que albergavam obras de arte e serviços, a casa do guarda e marceneiro do Museu e os ateliês dos escultores Barata Feyo e Diogo de Macedo, tendo sido ali que este realizou as duas esculturas do portal do Anexo (Couto 1962, 235). Em 1938, o jardim é remodelado<sup>55</sup>. Todos os barracões são apeados e as construções demolidas, mas conservam-se as espécies plantadas, como «a árvore da borracha, os jacarandás, a araucária, a tília, a faia, a pimenteira ou o plátano» (Couto 1962, 235).

João Couto conta-nos que, durante a sua direção, era no jardim que terminavam as visitas das escolas, junto ao pequeno tanque, que tinha peixes vermelhos, «com exame dos peixinhos e brincadeiras» e que nesses anos, em que nenhuma árvore foi cortada, ali foram colocadas uma série de estátuas, recolhidas por Manuel Estevens (diretor da Biblioteca Nacional, desde 1951) no Convento das Trinas, «das quais acabei por ser herdeiro para colocar no jardim do Museu» (Couto 1962: 235-236)<sup>56</sup>. Àquelas, João Couto juntou outras duas que adquiriu no espólio do Palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras (Couto 1962: 236).

Em relação ao espaço envolvente do MNAA, ainda que não se tenha concretizado a proposta de Duarte Pacheco, parece ter havido uma preocupação em uniformizar o mobiliário urbano. Em fotografias da década de 1950, vemos no passeio da fachada norte do Museu, candeeiros de rua iguais aos que ainda subsistem no Jardim 9 de Abril e que terão sido colocados após a campanha de obras da década de 1940. Na década seguinte a fachada tem já candeeiros de braço, mas ainda sem lanternas, como os que vemos atualmente. As lanternas atuais, tanto da fachada norte como dos candeeiros do jardim do Museu, são semelhantes (se não as mesmas) às dos candeeiros de rua que povoavam o jardim das Albertas e as Escadas da Rocha ainda no final da década de 1930. Atualmente, na escadaria, mantêm-se os postes desses candeeiros mas com outras lanternas.

---

<sup>55</sup> *BMNAA*, I, nº 1, 1939: 7.

<sup>56</sup> Provavelmente antes de 1940, pois numa fotografia captada durante a campanha de obras de ampliação do MNAA, é visível a estátua de Hermes (?) (AFMNAA).

Terminadas as obras de ampliação e remodelação do Palácio em 1945, a 24 de março inauguram as primeiras salas<sup>57</sup>, situadas na ala sul do andar nobre e organizadas por João Couto<sup>58</sup>: a do Legado Luís Fernandes, que fora desmanchada no piso térreo, e as 5 de ourivesaria, onde se instala de novo a Baixela Germain, entre as salas de ourivesaria portuguesa, na sala maior com estuques decorativos (**Figs. 102 e 103**), onde ainda se encontra. A sala do legado Luís Fernandes (antiga Sala Sequeira e atual Sala Patiño) ficava no seguimento daquelas, depois de uma estreita antecâmara (v. **Ap. A, Fig. 41**). No lado sul da sala é aberta uma porta para a varanda sobranceira ao jardim, «quebrando assim a monotonia duma série de salas de enfiamento» (*BMNAA*, III, nº 3, 1957: 42)<sup>59</sup>.



**Figura 102 e 103:** Atual sala 69 (Sala Germain), piso superior do Palácio, vistas de W para E. Como Sala dos tecidos, antes de 1934 (*BMNAA*, vol. II, nº 1, 1950) e como Sala de ourivesaria francesa do séc. XVIII, c. 1950 (4.2.5.1 nº 1578, gav. 12, *AFMNAA*). Note-se a diferença no pavimento e paredes. Na remodelação deixa de haver lustre. A passagem do lado esquerdo, ao fundo da sala, será posteriormente fechada.

No andar térreo dá-se a instalação da direção, serviços de secretaria e gabinetes de estudo, nos novos espaços da ala sul<sup>60</sup> e, na ala norte, abre-se a galeria de exposições temporárias (com a exposição *Colchas e Bordados dos séculos XVII e XVIII*). Aqui, as salas recebem luz natural do lado norte, através de janelas, onde serão colocadas persianas, e luz artificial, de candeeiros semelhantes aos da Biblioteca. As paredes são forradas a tecido e o rodapé é simples.

Apesar da área de exposição da pinacoteca do MNAA ampliar-se para mais do dobro (Guimarães 2009, 105), João Couto continua com dificuldade em adaptar a coleção de pintura ao espaço compartimentado do Palácio, que «se mantinha

<sup>57</sup> O *website* do SIPA refere que foi aberta a totalidade do Museu ao público (Noé et al...).

<sup>58</sup> Dossiê *História do Museu depois de 1882*, *BMNAA*.

<sup>59</sup> Desde a instalação aqui da Sala Patiño o acesso ao terraço foi fechado ao público.

<sup>60</sup> Permanecerão aqui até às obras de 1992-94, quando passam para o sótão do Palácio (Pereira 2012).

inadequado para salas de exposição», o que, segundo o diretor, também acontecia no Anexo, construído propositadamente<sup>61</sup>. Mas, em 1945, Couto anuncia a futura organização da exposição de pintura (*Exposição de Algumas obras de arte do MNAA. Roteiro*, 1945). Separava a pintura europeia da portuguesa, mantendo a primeira no andar nobre do Palácio e passando a segunda para o piso superior do Anexo.

A exposição de pintura estrangeira vai sendo instalada, com caráter definitivo, entre julho e setembro de 1948, inaugurando nesse mês a totalidade das salas do andar nobre do Palácio, incluindo as novas 6 do acréscimo a nascente. Devido à sucessão de salas e ao facto de todas as janelas da ala norte terem sido anteriormente fechadas, João Couto considerava o percurso de visita demasiado longo (Mananças 1991, I, 85) e, para evitar a monotonia (*BMNAA*, II, 1, 1950: 18) abre as janelas das “pequenas salas” imediatamente antes e depois do salão nobre (atuais 54 e 56), que, dando para o Largo do Dr. José de Figueiredo, permitiriam ao visitante “descansar a atenção durante a alongada visita”<sup>62</sup>. Deste modo, «diminui, nos limites possíveis, os inconvenientes de justaposição de dois espaços – com um comprimento aproximado, entre a entrada do primeiro e o lado nascente do segundo, de 154 metros» (Mananças 1991, I, 123).

À exceção das duas salas que ladeiam o salão nobre, todas as outras salas com pintura recebem luz zenital, proveniente das esteiras envidraçadas e das zonas correspondentes da cobertura, com telhas de vidro (*BMNAA*, III, 3, 1957: 42), sendo que a do ângulo sudeste recebe também luz lateral. As salas do topo poente (atuais 50 e 51) mantêm as claraboias antigas e os tetos originais (na 50 ainda hoje visível, na 51 entaipado por teto falso). Quanto às salas de ourivesaria, uma é iluminada por luz zenital e as outras lateralmente, por janelas.

Um documento de 1948<sup>63</sup> esquematiza a seguinte distribuição das secções e dos serviços do MNAA: entrada no edifício novo (Anexo), pelo Jardim 9 de Abril, para o vestíbulo, daqui seguindo para a “sala dos tapetes”, da qual se pode aceder à coleção de cerâmica, aos modelos de barro, às esculturas de Nottingham, à arte religiosa, na Capela de Santo Alberto, à pintura portuguesa, às «arrecadações visitáveis» (que nunca o

---

<sup>61</sup> Couto, João, «A Pintura Representada no Museu das Janelas Verdes e o critério da sua apresentação na Galeria –II. As escolas estrangeiras: 2. Cit. por Mananças 1991, I, 86.

<sup>62</sup> Couto, João, «A Pintura Representada no Museu das Janelas Verdes e o critério da sua apresentação na Galeria – II As Escolas estrangeiras»: 2. Cit. por Mananças 1991, I, 85.

<sup>63</sup> AFMNAA, gav. 12, 4.2.4.2, nº 484. No *BMNAA*, II, 1, 1950: 21, João Couto explica que na entrada principal do MNAA «o visitante encontra um gráfico que lhe indica a posição das variadas secções». Talvez fosse o esquema reproduzido nesta fotografia do AFMNAA.

chegaram a ser) e à passagem para o edifício antigo (Palácio) onde se encontrava a pintura estrangeira, a coleção Luís Fernandes, a ourivesaria e o vestíbulo, com a entrada pela R. das Janelas Verdes e acesso direto às exposições temporárias, Biblioteca, serviços técnicos e administrativos e salas de conferências e aulas. A saída fazia-se, voltando ao Anexo, pela entrada principal. O mesmo documento inclui a organização do edifício do restauro (vestíbulo com acesso às oficinas, carpintaria, laboratório, depósito de pinturas e oficina de calcografia), a habitação do chefe do pessoal menor, a casa da GNR e a estufa de desinfeção.

No entanto, a reestruturação das instalações do MNAA termina, como vimos, apenas em março de 1949, com a instalação da coleção de pintura portuguesa no piso superior do Anexo, substituindo a *Exposição Temporária de Algumas Obras de Arte do Museu das Janelas Verdes* (ali patente até ao final das obras do Palácio). Aqui reside a diferença fundamental entre a organização museográfica de José de Figueiredo e de João Couto. Enquanto o primeiro instalara a pintura portuguesa no andar nobre do Palácio, o segundo, como vimos, vai instalá-la nas 11 salas do piso superior do Anexo<sup>64</sup>, «aproveitando, por um lado, a maior área disponível para exposição e, por outro, a maior adequação da distribuição das salas» (Mananças 1991, I, 83). Vítor Mananças propõe que esta decisão de João Couto se deveu ao facto de considerar a construção do Anexo de qualidade superior e com melhores condições de iluminação zenital, reforçadas pelas alterações realizadas após a *Exposição dos Primitivos* (Mananças 1991, I, 83).

Terminadas as obras e a instalação do MNAA, João Couto acabava por aceitar a construção do Anexo e a adaptação do Palácio a museu, dizendo que «se a esses edifícios se anexarem outros, obedecendo muitas vezes os planos mais à dignidade do aspecto exterior ou à incorporação forçada de certas dependências, como foi no caso, a igreja de Santo Alberto, o aspecto da questão modifica-se de forma singular» (*BMNAA*, II, 1, 1950: 20). Acrescenta que, malgrado a proximidade do rio, nociva para as obras, e da linha dos elétricos, «com ruídos e trepidações», a dificuldade de acesso, a vizinhança de fábricas e oficinas «carregando de impurezas a atmosfera», a sujeição à implantação no terreno e a impossibilidade de alargamento, «No Museu das Janelas Verdes, as consequências não foram tão más como à primeira vista se podiam ter apresentado»

---

<sup>64</sup> Situação que se manteve até hoje, malgrado o encerramento das salas desde 2009.

podendo «mesmo louvar-se a possibilidade de isolar o Museu, se um dia se realizar o grandioso plano concebido pelo engenheiro Duarte Pacheco» (*BMNAA*, II, 1, 1950: 20).

### 1.7.5 As décadas de 1950 a 1970

Durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, o edifício do MNAA, estruturalmente, manteve-se praticamente inalterado<sup>1</sup>, mas sofreu algumas alterações museográficas importantes.

Logo em 1953, em consequência das ofertas de Calouste Gulbenkian ao MNAA (1951), são introduzidas no percurso expositivo do andar nobre do Palácio duas salas reservadas à doação. Na primeira (atual 64), que ostenta o dístico “Sala Calouste Gulbenkian” na parede sul, expõe-se pintura, escultura e mobiliário, na segunda (atual 65) escultura, cerâmica, azulejos. Nesta mantém-se aberta uma porta para a “varanda-loggia” do lado sul do Palácio (*BMNAA*, III, 3, 1957: 42)<sup>2</sup>.

O debate em torno do edifício do MNAA volta a ser colocado. Face ao aumento das coleções e à necessidade de mudar a exposição e desenvolver serviços, como o de extensão escolar, João Couto, no seu artigo «O Museu Nacional de Arte Antiga, seu alargamento e acção cultural», publicado no *BMNAA*, em 1956, o diretor considera que «a solução mais indicada consiste em (...) adaptar o Museu Nacional de Arte Antiga exclusivamente a um grande Museu de Artes Decorativas (...) e construir, em lugar conveniente, longe da atmosfera nociva das instalações portuárias e no meio de grandes aglomerados de verdura, uma pinacoteca e gliptoteca» ou, em alternativa, «Se acaso a solução da criação de dois novos museus parecesse arrojada», alargar o atual Museu. E continua, explicando como: «O Museu de Arte Antiga é proprietário, no gaveto da rua das Janelas Verdes para a travessa de Dom Brás, de uma parcela de terreno onde podia vir a ser construído um novo edifício para a investigação (...) e para o restauro, no qual se suprimissem certas deficiências verificadas no actual (...). O Museu podia depois alargar-se para o actual edifício de restauro que adaptado, daria amplo abrigo a novas colecções e a novos serviços (...). A ligação da frontaria nascente do Palácio (...) com aquele edifício (...) daria ao Museu por mais alguns anos, espaço suficiente para outras salas, arrecadações e várias dependências» (*BMNAA*, III, 2, 1956: 57-58) (**Fig. 104**).

Já no início da década de 1960, no seu último ano como diretor do Museu (1962), João Couto justifica a sua proposta dizendo que “no edifício das Janelas Verdes as Artes

---

<sup>1</sup> Para pequenas intervenções ocorridas nestas décadas e seguintes, ver a Cronologia, em Apêndice.

<sup>2</sup> Atualmente esta porta (de 3 batentes) ainda é visível mas mantém-se fechada ao público. Note-se que o chão de pedra, no seu vão é igual ao do vão da porta desta sala para o patamar da escadaria.

Decorativas (...) encontram o ambiente próprio” e acrescenta que a pinacoteca devia ser racionalmente construída e encerrar toda a pintura portuguesa até às obras dos nossos artistas mais avançados<sup>3</sup>, ou seja, a pintura romântica que, no seu entender, já não tinha cabimento figurar no MNAC (*BMNAA*, III, 3, 1957: 21).



**Figura 104:** Vista aérea do MNAA que ilustrou o artigo do Boletim do MNAA, onde João Couto propôs alargar o Museu ao atual LJF (*BMNAA*, III, 2, 1956).

É durante a década de 1960 e a seguinte que é evidente que o edifício do MNAA necessita já de obras de recuperação.

Logo em 1960, por exemplo, a porta principal é reparada<sup>4</sup>, eliminam-se pequenas infiltrações e limpam-se claraboias<sup>5</sup> e, a fim de organizar uma exposição de pinturas do futuro

Museu da Fundação Calouste Gulbenkian no ano seguinte, no piso nobre do Palácio, procede-se à limpeza, arranjo e pintura das claraboias e persianas dos tetos, substituição dos vidros partidos e manchados pela ferrugem vinda das persianas, à limpeza e pintura das paredes e tetos, à limpeza e enceramento de pavimentos e ao arranjo do sistema de iluminação, incluindo o da escadaria nobre<sup>6</sup>. As sete salas ocupadas pela exposição serão as de pintura espanhola, francesa e italiana (atuais 57 a 63), no seguimento das duas salas com a doação Gulbenkian. As obras retiradas passam para a galeria de exposições temporárias (*BMNAA*, IV, 3, 1962).

Em julho de 1963, porque os pombos atravessavam as claraboias da cobertura e faziam ninho «nos sobreceus das salas de exposição»<sup>7</sup>, protegem-se aquelas com grades

<sup>3</sup> Cit. em *A obra do Dr. João Couto no Museu Nacional de Arte Antiga*, 1967, s/ nº.

<sup>4</sup> [PT DGEMN:DSCSV-001-0084/0448](#), IHRU.

<sup>5</sup> [PT DGEMN:DSCSV-001-0084/0448](#), IHRU.

<sup>6</sup> Também c. 1960 são feitas alterações no espaço do Gabinete de Estampas (ao fundo da Biblioteca).

Elimina-se uma escada e fecha-se um arco com uma porta que, através da Biblioteca, passou a dar acesso às três pequenas salas contíguas que constituíam o Gabinete, situadas no extremo nascente do andar nobre do Palácio e todas com janela. Uma é destinada aos desenhos (com dois móveis de aço e uma mesa-armário no centro) e duas às gravuras, servindo o maior e central de gabinete de estudo (com dois móveis de aço) e o outro para gravuras de grandes dimensões, livros ilustrados e chapas gravadas (num armário de madeira) (*BMNAA*, IV, 3, 1962: 35-36).

<sup>7</sup> [PT DGEMN:DSCSV-001-0084/0448](#), IHRU.

de madeira e rede, para evitar a limpeza contínua. Ainda nesse ano e até 1965 a DGEMN intervém em toda a cobertura do Museu. No Palácio substituem-se os «madeiramentos originais por estruturas de cimento armado a fim de prevenir os riscos de incêndio habituais em edifícios de construção antiga» (Porfírio 1995, 9), alargam-se as clarabóias da galeria de pintura estrangeira e reparam-se e pintam-se os sistemas metálicos de regulação de luz, tal como no Anexo, onde se substitui a chapa de vidro da cobertura do salão central por telha de vidro. Na Capela procede-se à substituição do telhado, com consolidação e substituição de peças do vigamento, «que parcialmente flectia e comprometia a segurança da cobertura» (*BMNAA*, V, 2, 1966: 72), reforço da estrutura dos tetos e reparação das paredes e da cimalha do lado norte. Procede-se ainda à eletrificação das salas de pintura estrangeira, ourivesaria, pintura portuguesa e da Capela e pintam-se as janelas e varandas da fachada sul do Palácio (*BMNAA*, V, 2, 1966: 72).

Entre 1965 e 1966 o Serviço de Projeto e Obras da FCG procede ao melhoramento das salas das exposições temporárias, realizando ali várias mostras durante 2 anos (*BMNAA*, V, 3-4, 1969).

Em 1967, no primeiro ano como diretora do MNAA, Maria José de Mendonça<sup>8</sup>, convida o pintor e decorador Cruz de Carvalho para reorganizar o Museu. O projeto de ampliação e o plano de programação são realizados no ano seguinte mas não concretizados<sup>9</sup>.

Em 1968, Antenor Patiño<sup>10</sup> doa ao Estado Português uma sala (10,90m x 7,33m<sup>11</sup>) do seu Palácio de Paris<sup>12</sup> que é instalada no andar nobre do Palácio, na então

---

<sup>8</sup> **Maria José de Mendonça** (1905-1984). Licenciada em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, estagiou no MNAA, onde foi conservadora e discípula de João Couto. Qualificou os espaços de reservas, criou um grupo alargado de técnicos superiores e intermédios e um curso profissional de conservadores que substituiu os antigos estágios. Dirigiu o Museu Nacional dos Coches (1962-67) e o Serviço de Museu e Belas Artes da Fundação Calouste Gulbenkian (1956-62), para cujo Museu realizou o programa museológico, que representa uma «nova ruptura na museologia e na museografia em Portugal» (Manaças 1991, I, 150).

<sup>9</sup> V. Manaças 1991, vol. 3, desenhos 32-35.

<sup>10</sup> **Antenor Patiño** (1896-1982). Diplomata e industrial boliviano, colecionador de arte, residente em Portugal.

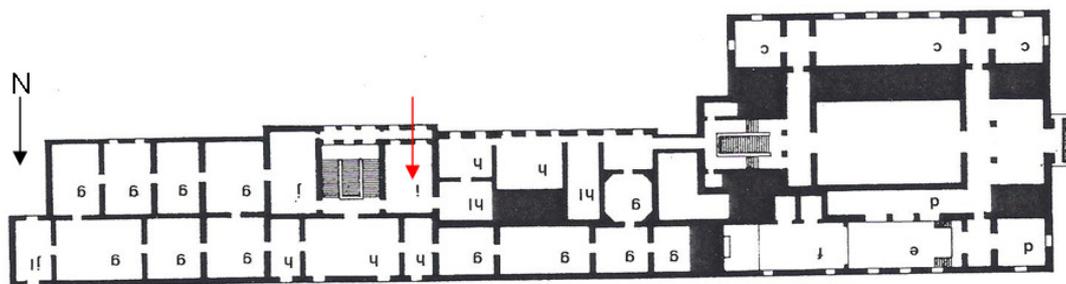
<sup>11</sup> “Salle à manger / Monsieur Patino” (desenho da sala original). DES.00021598, DOC.00037934, SIPA.

<sup>12</sup> Vinda do Palácio dos Príncipes de Paar, em Viena, é «formada por apainelados decorados com talha dourada, formando elementos fitomórficos, e por espelhos, encimados por cenas entalhadas, representando "putti", tendo as sobreportas pintadas com alegorias às Belas-Artes (Arquitectura, Pintura e Escultura), possuindo fogão de sala em mármore, ornado por concheados e elementos fitomórficos, com o interior em ferro» (Noé et al.).

Sala do Legado Luís Fernandes<sup>13</sup> (Figs. 105-107). Para proceder à instalação da nova sala e de forma a aumentá-la, foram abertos vãos nas paredes, suprimido o teto com estuques estilo Império, demolida a parede de tabique e de alvenaria, que a separava da antecâmara, entaipado com alvenaria e tijolo um vão da sala de ourivesaria, que lhe era contígua, demolida uma faixa de estuque do teto e reconstruída a sanca da sala anexa, desmontadas as ombreiras e vergas, aproveitando integralmente as peças e substituído o soalho por *parquet*, em madeira exótica<sup>14</sup>. O acesso à sala passa a fazer-se não pelo vão da parede poente, no enfiamento das salas seguintes, mas por um novo vão aberto na mesma parede, no lado contrário. A passagem para a varanda da fachada sul foi vedada, pois as portas da sala montada dão para aquela (Fig. 108).



**Figura 105-107:** Sala de jantar de Antenor Patiño, no seu palácio de Paris, <1969 (SIPA FOTO.000533532). Sala do Legado Luís Fernandes, andar nobre do Palácio, vista de S para N, c. 1961 (fotografia de Abreu Nunes em dossiê *O Museu tal como o fiz*, BMNAA). Montagem da Sala Patiño na antiga Sala do Legado Luís Fernandes, vista de S para N, c. 1970 (4.2.4.2, nº 1745, gav. 12, AFMNA).



**Figura 108:** Planta do MNAA em 1977, com indicação da Sala Patiño (Publicada em Porfírio 1977: 16). Compare-se com a Figura 96.

Depois de um atribulado processo<sup>15</sup>, a Sala Patiño é inaugurada, em 1974, tornando-se um “period room” do séc. XVIII no percurso museológico do Museu que,

<sup>13</sup> Apesar de à época ter sido procurado um espaço alternativo para o legado Luís Fernandes (Cf. PT DGEMN:DSARH-005/125-0963/02, IHRU), o mesmo não voltou a ter um lugar de destaque no MNAA. Substituiu-se, assim, o legado do primeiro presidente do GAMNAA pela doação de um magnata estrangeiro.

<sup>14</sup> SIPA TXT.00496516.

<sup>15</sup> Cf. PT DGEMN:DSARH-005/125-0963/02, IHRU.

devido à imobilidade daquela passou a estar condicionado (Pereira 2012). Aliás, em 1977, inauguram-se duas salas, de artes decorativas francesas do séc. XVIII, contíguas àquela.

Entretanto, em 1970, dera-se a primeira alteração ao discurso museográfico após a direção de João Couto (Manaças 1991, I: 150), com a inauguração da nova *Sala Calouste Gulbenkian*, com escultura estrangeira, no piso nobre do Palácio (atual sala 65). Sob projeto museológico da diretora Maria José de Mendonça e desenho museográfico de Cruz de Carvalho (Carvalho 2011, 113), elaborados no final do ano anterior, uma nova conceção, «através da cenografia, dos suportes dos objectos e da sua iluminação» (Carvalho 2011, 113), destacava as obras individualmente. A entrada de luz zenital foi mantida, mas complementada por uma estrutura no teto com iluminação artificial. A porta da sala para a varanda da fachada sul é tapada por uma persiana (**Fig. 109**).



**Figura 109:** Sala Calouste Gulbenkian (atual 65), andar nobre do Palácio, vista de S para N, c. 1970 (Fotografia: Mário Novais, 1971, CFT003.122041, BFCG).

Em 1971, a DGEMN procede a obras na escadaria e vestíbulo do Palácio, remodelam-se as instalações da Administração (com novo mobiliário) e das reservas (com novo material e construção de novos pisos), podendo estas vir a servir de galerias de estudo, e serem abertas a estudiosos e especialistas, segundo a diretora<sup>16</sup>.

No entanto, Maria José Mendonça, em carta ao Ministro da Educação Nacional, chama a atenção sobre variadas questões acerca do Museu, entre elas, para a necessidade de defender os acessos ao jardim, na parte em que comunica diretamente com os telhados dos edifícios da Av. 24 de Julho, evitar a facilidade de acesso pelo lado do Jardim 9 de abril e instalar um portão que isole o jardim da entrada do IJF (obra estudada pela DGEMN, no ano seguinte). Para descongestionar as reservas do Museu, propõe a construção, no jardim, de um ou mais pavilhões para galerias de estudo e também ali a construção de um pavilhão para oficinas de trabalhos plásticos do Serviço

<sup>16</sup> PT/MNAA/AJF/APF-MNAA-V/00005.

Educativo do Museu (obra estudada pela DGEMN, no ano seguinte). Diz ainda ser necessário remodelar as galerias do Museu, renovando o revestimento das paredes, o material de exposição e o sistema de iluminação artificial, destacando o facto de essa remodelação já ter iniciado, com a nova apresentação da Sala Calouste Gulbenkian (mas com verbas do Museu). Tal como os diretores anteriores, propõe ainda a construção de um novo edifício para o «Museu Nacional de Belas Artes», «em local apropriado»<sup>17</sup>.

Em 1975 realizam-se obras de renovação do andar nobre do Palácio, com remoção do tecido de parede, já degradado, picagem do reboco e solução das infiltrações, arranque dos lambris de madeira, pintura das paredes, arranjo dos estuques decorativos e beneficiação dos telhados com fixação das telhas de vidro. Por razões orçamentais, a intervenção não foi faseada e, por isso, a galeria teve de ser desmontada na totalidade e encerrada ao público. Durante as obras expõe-se na primeira sala da galeria de exposições temporárias uma pequena mostra de 10 pinturas da segunda metade do século XV e primeira do XVI, enquanto se montava, no Anexo, uma exposição provisória de pintura estrangeira, em dois grandes núcleos, complementados pelo espaço do topo da escadaria, e que, segundo José Luís Porfírio, serviu para repensar a futura exposição de pintura europeia, quando terminassem as obras (Porfírio 2005, 30-31). Em dezembro do ano seguinte reabrem, no andar nobre do Palácio, as quatro primeiras salas de um percurso de 15, numa organização da exposição permanente de pintura estrangeira que irá manter-se até às obras de requalificação do Museu, nos anos 90.

A década de 1970 conheceu também um importante fluxo de entradas de objetos na coleção do MNAA, o que coloca de novo o problema de espaço. Em 1977, José Luís Porfírio, à data conservador, dizia que «faltam as zonas de trabalho, há ainda reservas-depósito fora da possibilidade de serem convenientemente estudadas ou sequer arrumadas, faltam as oficinas, as zonas de reunião, convívio e trabalho com o público» (Porfírio 1977, 14). Deste modo, em 1978, por proposta do MNAA à DGEMN, estuda-se a construção de um piso intermédio na ala sul do Anexo, através do corte do pé direito do piso inferior, sensivelmente a meia altura. O novo piso destinava-se a expôr a coleção de cerâmica (*Faiança Portuguesa. Roteiro*, 2005: 23), o que libertaria uma área

---

<sup>17</sup> É curioso como a diretora retoma o nome anterior do Museu. Para além disso, executa um organigrama do futuro museu, criando um grupo de trabalho constituído pelo pessoal técnico do MNAA, orientado por ela (PT/MNAA/AJF/APF-MNAA-V/00005).

equivalente, no piso inferior, onde, como vimos, se encontrava exposta essa mesma coleção.

#### 4.2.7.6 Da década de 1980 à atualidade

Tal como havia sucedido para a Exposição de Arte Ornamental, de 1882, e para a dos *Primitivos Portugueses*, em 1940, também nas décadas de 1980 e 1990, «importantes momentos da Cultura portuguesa propiciaram idênticos melhoramentos no Museu, como aconteceu com a XVII Exposição do Conselho da Europa, em 1983, ou com Lisboa, Capital [Europeia] da Cultura, em 1994» (*Museografias (...)*, 2008: [1])<sup>18</sup>.

Tendo em conta a proposta do MNAA, feita em 1978, o arquiteto Nuno de Moraes Beirão (n. 1924), da DGEMN, elabora, em julho de 1980, um projeto para a construção de um piso intermédio no Anexo<sup>19</sup>. Propõe um número de salas igual ao do piso inferior, mais uma no patamar da escadaria e duas correspondentes ao lado sul do átrio daquela. O acesso ao novo piso far-se-ia através da escada de serviço, a norte do vestíbulo e pela ala transversal, em frente à escadaria do Anexo. O elevador, no topo nascente da galeria, teria paragem no novo piso.



**Figuras 110-112:** Sala central da ala S do piso inferior do Anexo (atuais salas 39 e 41, piso 1 e sala 25, piso 2), como Sala de cerâmica portuguesa, vista de W para E (c. 1958, fotografia: Mário Novais, publicada em Couto 1958), durante a construção do piso intermédio, vista de W para E (1981, fotografia: Graça Lima, 4.2.4.1.2, nº 276, gav. 12, AFMNAA) e como sala de cerâmica, vista de N para S (2004, fotografia: José Pessoa, 30833 TC, MNAA). Repare-se na inevitável anulação dos candeeiros e no aproveitamento dos antigos mezaninos.

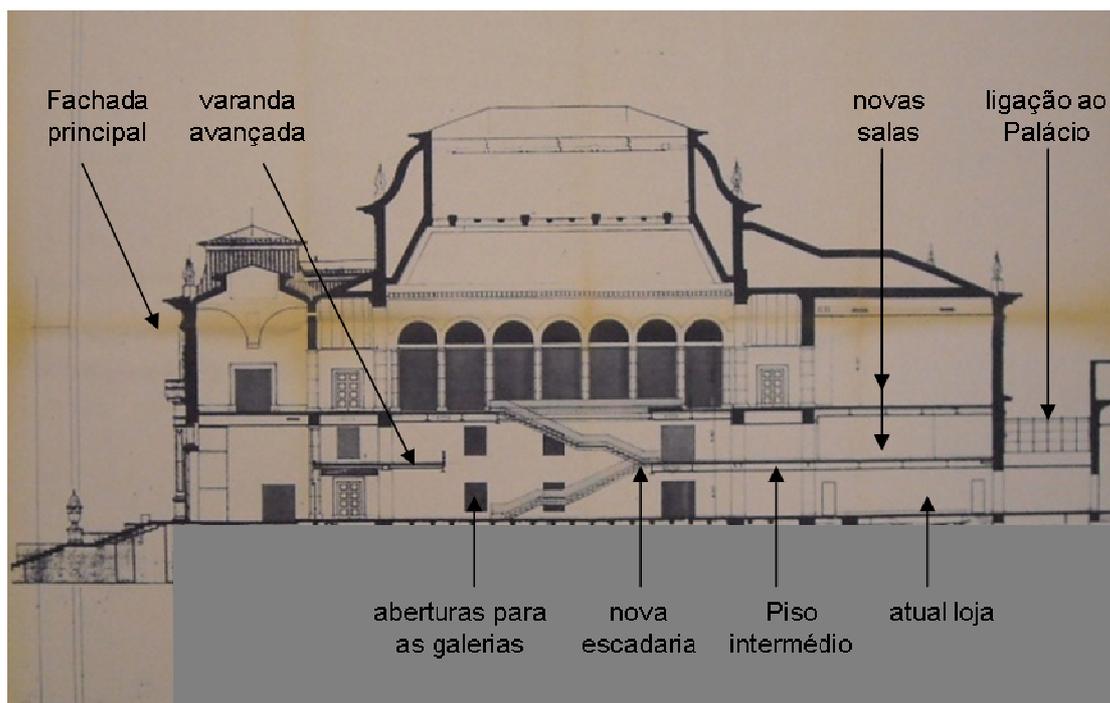
As obras iniciam-se no ano seguinte, dirigidas pela DGEMN, construindo-se o novo piso na ala sul do piso inferior do Anexo que, deste modo, é dividido a meia altura, passando os antigos mezaninos do piso inferior a ser as janelas do piso intermédio (**Figs.**

<sup>18</sup> Vamos ver que, no caso da Lisboa Capital Europeia da Cultura não foi a razão para a intervenção no Museu mas a realização da exposição *No Tempo das Feitorias*, retomada da Europália 91, em Bruxelas. Aquela iniciativa coincidiu sim com a abertura do Museu ao público, após as obras.

<sup>19</sup> DOC.00037678, IHRU e DOC.00037882, IHRU.

**110-112).** Com a decorrente desmontagem da exposição de cerâmica da ala sul do piso inferior, enquanto decorrem as obras, é montada no átrio do Anexo uma mostra provisória de faiança portuguesa, segundo o critério para a futura exposição. São desenhadas 20 novas vitrinas axiais e aproveitadas 6 das antigas, que são adossadas às paredes (*Faiança Portuguesa. Roteiro*, 2005: 23-24), situação que irá ser transposta para a instalação da coleção no piso intermédio, praticamente como ainda hoje a vemos.

Esta intervenção estrutural no Anexo é ampliada pelas possibilidades económicas dadas ao Comissariado da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, do Conselho da Europa (Porfírio 1995, 9), a realizar em Lisboa, em 1983, e que queria ter no MNAA um dos núcleos da exposição<sup>20</sup>. É então encomendado um novo projeto de alteração do imóvel à equipa dos arquitetos João de Almeida, Pedro Ferreira Pinto e Pedro Emauz da Silva<sup>21</sup>. O projeto, realizado e avaliado pelo recém-criado Instituto Português do Património Cultural (IPPC), em 1982, estende a intervenção começada na ala sul a toda a área do Anexo (**Fig. 113**).



**Figura 113:** Indicação das alterações ao Anexo, na campanha de obras de 1982-83 (Projeto de remodelação do Anexo. Corte [visto de S para N], Arqui III, junho 1992, AHMNAA).

<sup>20</sup> A XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura decorreu de maio a setembro, sob o tema «Os Descobrimientos Portugueses e a Europa do Renascimento» e dividia-se em 6 núcleos, entre eles o do MNAA, sobre «A Arte, a Ciência e a Cultura nos séculos XV e XVI», com a exposição *Abre-se a terra em som e cores. As Descobertas e o Renascimento. Formas de Coincidência e de Cultura*.

<sup>21</sup> Não encontrei referências às datas de nascimento dos três arquitetos.

As obras decorrem até 1983. O pé direito do piso inferior do Anexo é então, quase por completo, dividido em dois, a escadaria é demolida, constroem-se duas grandes salas para exposição no seu lugar<sup>22</sup> (uma no piso intermédio, outra no superior, atuais 29 e 12, respetivamente), o piso do salão central é rebaixado, abrem-se 4 pequenas janelas para as galerias nas paredes norte e sul e dois vãos laterais na parede poente do átrio, para ligação à portaria<sup>23</sup>. Nesta parede, ao nível do piso intermédio, é criada uma varanda avançada sobre o átrio. No piso superior retira-se o balaústre dos vãos da arcaria e cria-se um espaço de claustro, à volta da nova escadaria, que passa a ocupar o lugar do salão central, dando acesso aos, agora, 3 pisos. A ligação do Anexo ao Palácio é substituída por outra com cobertura envidraçada e cria-se uma “sala de fumo” (Cabello 1992, 22), na zona da. A generalidade dos tetos é tapada com uma estrutura em quadrícula, para suporte de iluminação<sup>24</sup>. As lanternas que se encontravam no vestíbulo e nas galerias são retiradas, sobrevivendo atualmente na escadaria nobre do Palácio, por cima das portas dos patamares intermédio e superior.

No piso inferior do Anexo, reestruturam-se as instalações sanitárias. As do lado sul, atuais masculinas, mantêm-se no local que ocupavam desde a construção do Anexo, as do lado norte, são adaptadas a pessoas com incapacidade e, nos dois pequenos compartimentos entre a antiga escadaria e a ala sul, onde estava instalada a Sala dos barros de Machado de Castro, são construídos os atuais sanitários de senhoras.

Durante as obras, a ligação do Anexo ao Palácio é cortada por um muro de tijolo na entrada da atual sala 48<sup>25</sup> que, por essa altura funcionava como uma área de repouso para os visitantes. Daí estar isolada das salas contíguas por portas de vidro. Nessa altura, a janela da parede sul da sala não estava entaipada, proporcionando, certamente, uma boa perspetiva do jardim do Museu e do Tejo.

Quanto à “Capela das Albertas”, é também emparedada, cobrindo-se com uma parede de tijolo o vão do arco que a separa da ante-capela, a fim de esta ser intervencionada. O acesso àquela, pelo topo poente, é fechado, eliminando-se a escada de madeira. O acesso passa a ser por uma abertura na parede sul, descendo uma escada

---

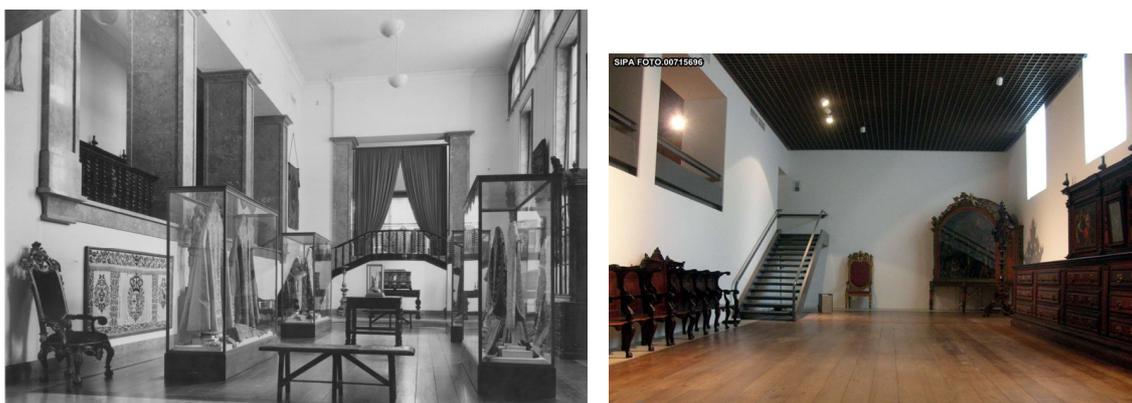
<sup>22</sup> Diga-se que o patamar intermédio da escadaria ficaria à altura do atual piso intermédio do Anexo.

<sup>23</sup> Cf. AFMNAA, gav. 12, 4.2.3.1, nº 388, 374 e 378.

<sup>24</sup> Do claustro do piso superior, ainda é atualmente visível a abertura do lanternim central, por cima da estrutura em quadrícula.

<sup>25</sup> Cf. AFMNAA, gav. 12, 4.2.4.1.2, nº 263 e 264.

metálica paralela à parede poente<sup>26</sup>. Devido à redução do pé-direito do piso térreo, para construção do piso intermédio, o teto da ante-Capela é rebaixado e tapa-se daquele lado a grade do coro-alto. Pela mesma razão, os vãos que dão da galeria lateral para esta foram reduzidos em altura e o primeiro dos três anulado e transformado no vão de acesso à escada metálica. A balaustrada dos vãos, semelhante à da antiga escada é também substituída por guardas metálicas (**Figs 114-115**).



**Figura 114-115:** Ante-Capela, vista de E para W, 1962 e 2008 (4.2.5.1 n° 1227, gav. 12, AFMNA, SIPA FOTO.00715696).

No exterior, no murete da escadaria da fachada principal abrem-se duas rampas de acesso à mesma, no patim intermédio e no da patim da entrada (Cabello 1992, 18), tendo havido o cuidado, na intervenção, de o novo murete envolver o grande cedro que cresce em frente à fachada do MNA.

As obras no Anexo terminam em 1983. A “XVIIª” decorre de maio a outubro desse ano e apenas em 1984-85 as coleções voltam a ser expostas, em instalações e vitrinas realizadas para a Exposição (*Faiança Portuguesa. Roteiro*, 2007: 24, 25), após intervenções de adaptação e reparação de equipamentos. O Anexo reabre, quase na totalidade, faltando apenas concluir obras parciais («Anexo do Museu de Arte Antiga (...)»). José Manuel Fernandes considera que houve uma articulação discreta entre o espaço novo e o pré-existente, ficando-se «com a sensação de [se] ter ganho um museu novo para Lisboa» (Fernandes 1989, 149).

Com o aumento da área de exposição, é possível, pela primeira vez, expor autonomamente o mobiliário (com uma exposição na ala sul do piso inferior, antes ocupado pela coleção de cerâmica), a escultura e a ourivesaria e organizar uma galeria

<sup>26</sup> Posteriormente, na campanha de obras de 1992-94, a escada é colocada paralela à parede sul.

com objetos africanos e asiáticos, na ala norte do piso intermédio. Nas alas nascente e sul a coleção de ourivesaria portuguesa prolonga-se «por áreas consagradas aos vidros» e à porcelana (portuguesa e oriental). Neste piso, aproveitam-se as vitrinas deixadas pela “XVIIª” e tira-se partido das janelas abertas sobre o Tejo, ou seja, dos mezaninos do antigo piso inferior do Anexo. Para além das vitrinas e das aberturas ao exterior, ainda subsistem desta época o ocre e o castanho das paredes (na ala norte e sul respetivamente), as estruturas do teto para iluminação artificial e a alcatifa. No piso superior mantém-se a exposição de pintura portuguesa e é montada a coleção de escultura, no espaço de claustro. Na nova sala, onde ficava o último patamar da escadaria demolida (atual sala 12) expõe-se um núcleo de pintura luso-flamenga. Também neste piso é utilizado o ocre nas paredes do claustro e da galeria, sendo o topo da arcaria pintado de amarelo. Atualmente todo o espaço é pintado de branco, mas mantém-se a alcatifa no espaço de claustro.

Em abril de 1888, com o objetivo de vir a abrir a exposição de pintura portuguesa em novembro do ano seguinte, é realizado um projeto para remodelação dos tetos das salas do piso superior do Anexo<sup>27</sup>, por Rogério Ribeiro, Jorge Kol Carvalho e Jorge Alves. A obra é adjudicada em outubro<sup>28</sup> e a intervenção decorre entre maio e dezembro de 1990<sup>29</sup>, integrada no Programa de Renovação da Rede Nacional de Museus da Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional.

Consistiu na montagem de um novo teto falso nas salas menores<sup>30</sup>, de um sistema de lamelas para regulação da entrada de iluminação natural, nalgumas dessas salas<sup>31</sup> e, nas salas maiores<sup>32</sup>, da construção de estruturas metálicas com chapas opalinas (para entrada de luz),



**Figura 116:** Piso superior do Anexo, atual sala 5, vista de S para N (Fotografia: Vítor Branco, 1991, 02520.03 TC, MNAA).

<sup>27</sup> [DOC.00058188, PT DGEMN:DSARH-005/125-0769/05](#), IHRU.

<sup>28</sup> Adjudicação a Construções Anselmo Costa Lda, 28.10.1988 e contrato a 16.12.1988. IPPC, Departamento de Projectos e Obras, Proc. N° 178, DPO 1, ADEPOF-DGPC.

<sup>29</sup> [PT DGEMN:DSARH-005/125-0769/05](#), IHRU.

<sup>30</sup> Salas 2, 4, 6, 11 e 13 e 8.

<sup>31</sup> Salas 4, 6 e 11.

<sup>32</sup> Salas 1, 5 e 10.

salientes do eixo central do teto, tendo no interior um passadiço metálico (**Fig. 116**). Executou-se também pintura a esponjado, idêntica aos rodapés existentes e recuperaram-se os pavimentos das salas, após descolagem da alcatifa que os tinha coberto, durante a “XVIIª”. Em todas as salas, o novo teto incluiu uma estrutura de suporte de iluminação. Procedeu-se ainda à limpeza e substituição de vidros partidos na claraboia sobre o átrio e à reparação provisória da sua cobertura. No exterior, foi montada uma cobertura em chapa, no topo das clarabóias dos 3 torreões e nas alas norte, poente e sul.

A exposição permanente de pintura portuguesa vem a ser inaugurada nas salas do piso superior do Anexo em maio de 1991, bem como a de escultura portuguesa, no claustro.

No final de 1991 (dezembro), o Instituto Português de Museus (IPM) contacta a Arqui III, a mesma equipa de arquitetos que reestruturara o Anexo do MNAA na década anterior, a fim de projetarem a exposição *No Tempo das Feitorias*<sup>33</sup>, no andar nobre do Palácio do MNAA. O relatório apresentado pela equipa, em janeiro de 1992<sup>34</sup>, alerta para a falta de segurança e acentuado estado de degradação do edifício e aconselha a realização da exposição, não ali, mas no piso superior do Anexo. Diz ainda que, desde o projeto de renovação e ampliação do Anexo, realizado no âmbito da XVIIª Exposição do Conselho da Europa, que a equipa havia analisado o edifício no seu conjunto, «na perspectiva de um futuro desenvolvimento global e integral» e a análise às instalações do Palácio revelavam-nas já precárias. No entanto, alegadamente por falta de verbas, a intervenção não se estendera ao Palácio, permitindo a sua degradação. A luz ambiente era afetada pela sujidade dos lanternins, que não estavam acessíveis para limpeza, e o seu controle impossibilitado pela ruína do sistema de lâminas reguladoras. A pintura das paredes e tetos estava envelhecida, suja e com manchas de humidade e os pavimentos em mau estado, tal como os vãos das janelas. Além disso, considerava a equipa que havia ainda um «mau aproveitamento do espaço do jardim como extensão do restaurante» do Museu.

No seguimento do relatório, o IPM convida a equipa a formular um projeto de remodelação do Palácio, que é apresentado em julho de 1992, com as seguintes

---

<sup>33</sup> A exposição *No Tempo das Feitorias* estivera patente na Bélgica, nesse ano, no âmbito da Europália (festival internacional sobre o património cultural de um país convidado).

<sup>34</sup> Relatório (17.1.1992), Projecto de remodelação do MNAA, 1992, ADEPOF-DGPC.

propostas: ampliação e reorganização da cafetaria e restaurante e recuperação do jardim, como espaço de ampliação daquele; na cave do Anexo, revisão dos espaços de reservas, arrecadações, oficinas e refeitório do pessoal (não renovados na intervenção de 1983); criação de novos espaços em áreas a recuperar no embasamento do Palácio; construção de um armazém num terreno pertencente ao Museu, abaixo da cota do jardim. Quanto às zonas administrativas, o relatório considerava-as superlotadas e desorganizadas, apresentando como solução a sua passagem para um espaço não aproveitado no desvão do telhado, visto localizarem-se numa zona nobre do Palácio, contígua às salas de exposições temporárias que, com a saída daqueles serviços, poderiam ser duplicadas.

A área de intervenção era afinal «muito mais extensa e profunda do que a inicialmente prevista», abarcando a totalidade do espaço do Museu: zonas de exposição, reservas e gabinetes. Por isso o IPM solicita à equipa de arquitetos «um programa de obras e respectivo faseamento (...) que permita a utilização máxima de espaços para exposição de modo a gradualmente se recuperarem zonas desactivadas»<sup>35</sup>.

A 1ª fase previa uma intervenção de construção civil no Anexo e no Palácio, a 2ª incidiria no restaurante, na ala direita do piso térreo e na cave do Palácio, a 3ª na ala esquerda do Palácio (piso térreo, andar nobre e sótão). De início, prevê-se que entre 20 de outubro de 1992 e 16 de fevereiro do ano seguinte, alguns espaços do MNAA fiquem condicionados e que de 1 a 10 de janeiro de 1993, o Museu tenha mesmo de encerrar<sup>36</sup>. No entanto, acabou por encerrar totalmente durante mais tempo e mais tarde, de janeiro a maio de 1994 (Porfírio 2005, 39, n.), coincidindo a abertura com a iniciativa da Lisboa, Capital Europeia da Cultura, 1994<sup>37</sup>.

Em janeiro de 1993 desmonta-se a exposição *No Tempo das Feitorias*, mudam-se os serviços administrativos para o piso térreo do Anexo e desmonta-se a exposição de pintura estrangeira, entregando-se o Palácio para obras a 1 de fevereiro. A intervenção foi executada pela Teixeira Duarte S.A., apoiada pelo IPPC e co-financiada pela União

---

<sup>35</sup> Carta do arquiteto João de Almeida ao IPPC, 6.2.1992, Projecto de remodelação do MNAA, 1992, ADEPOF-DGPC.

<sup>36</sup> IPPC – DPO, Proc. Nº 178 / (0), ADEPOF-DGPC.

<sup>37</sup> A Capital Europeia da Cultura é uma iniciativa do Conselho de Ministros da União Europeia «com o objetivo de valorizar a riqueza e a diversidade das culturas europeias» («Capitais europeias da cultura», Eurocid: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=7600](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=7600). Consult. abril 6, 2014).

Europeia (EU), através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional / Programa Operacional de Cultura<sup>38</sup>.

A última grande alteração ao edifício do MNAA possibilitou «a duplicação do espaço de exposições temporárias, o tratamento do ar condicionado<sup>39</sup> no conjunto do edifício, a reinstalação do Gabinete de Estampas no patamar intermédio da escadaria do Palácio, com espaços próprios de exposição e de tratamento e conservação, a criação de uma nova área para os serviços técnicos e administrativos (...) [e] a ampliação de sectores de apoio ao visitante» (*website* do MNAA), dando ao Museu a organização que, praticamente, mantém até hoje.

A ampliação da galeria de exposições temporárias adveio do facto de terem sido aproveitadas as áreas de sótão para reinstalar o setor técnico e administrativo. Libertado o espaço da ala sul do lado poente do piso térreo do Palácio, é ligado à ala norte, prolongando, assim, a galeria. Criam-se também, na zona ganha, áreas de arrumação de materiais utilitários e de exposição<sup>40</sup>.

Para instalar o Gabinete de Estampas, agora chamado Gabinete de Desenhos e Gravuras, é cortado o pé direito do piso térreo em dois, nas zonas contíguas à escadaria do Palácio, criando um piso intermédio, ao nível do piso superior da Biblioteca e da cabine de projeção da Sala de Conferências, com 3,00m de altura, ficando o térreo com 2,80m<sup>41</sup>. Deste modo, cerca de 50 anos depois, o Palácio voltava a ter uma sobre-loja...

Com acesso pelo patamar intermédio da escadaria, o Gabinete de Desenhos e Gravuras é instalado a nascente (com sala de consulta, gabinete de trabalho, arquivo e sala de conservação) e a poente a Sala do Mezanino (sala de exposições temporárias da coleção de desenhos e gravuras). Nas zonas correspondentes do piso térreo, encontrava-se, a nascente da escadaria a sala do Serviço Educativo<sup>42</sup> que, é reduzida num quarto do tamanho, a norte, para ali ser instalado um bengaleiro, cujo pequeno átrio passa a dar acesso à sala do SE. No espaço a poente fica a última sala das exposições temporárias,

---

<sup>38</sup> A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (1986), que possibilitou o financiamento externo, e a criação do Instituto Português de Museus (1991) levaram à requalificação dos espaços de vários museus sob a tutela do Instituto, cuja quase totalidade se encontrava em edifícios históricos (Herdade 2005, 28; *Museu Nacional de Arte Antiga*: 1999, 42).

<sup>39</sup> Em todo o espaço do Museu é introduzido um sistema de ar condicionado e filtragem, bem como um sistema de segurança.

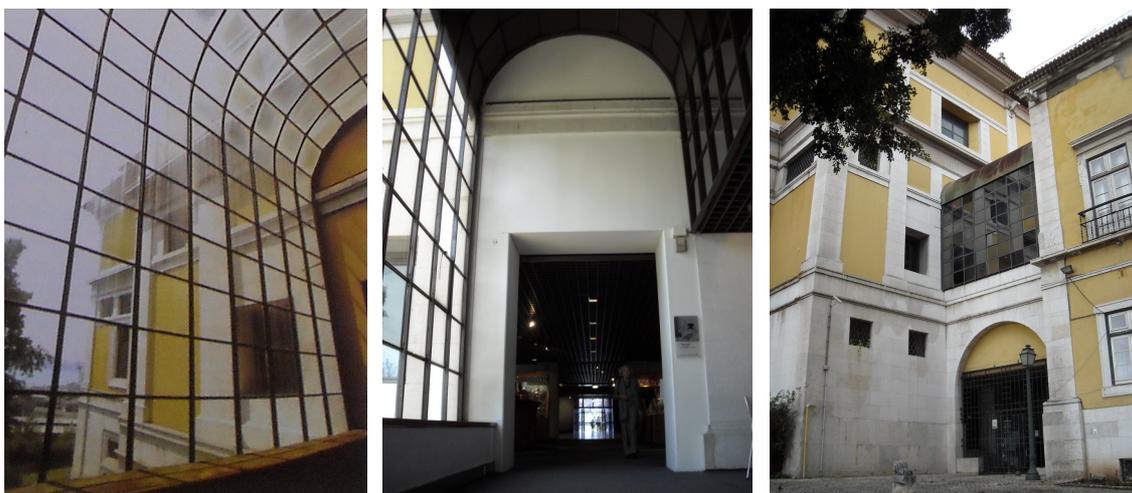
<sup>40</sup> Não se apresentam plantas técnicas das últimas alterações ao edifício, por questões de segurança do Museu e das coleções.

<sup>41</sup> Projecto de execução (desenho 20), Arqui III, 1991 (AHMNAA).

<sup>42</sup> O SE havia sido aqui instalado quando saiu a exposição de arte oriental para o piso intermédio do Anexo, em 1984-85.

com um pé direito mais baixo que as restantes em, sensivelmente, metade do seu espaço, do lado sul. Essa zona, abaixo da Sala do Mezanino está, atualmente, entaipada, servindo de arrumos, mas já esteve aberta (Markl 2014). No Gabinete de Desenhos e Gravuras, ainda é visível na parede nascente do gabinete de trabalho, junto à parede que o divide do espaço de arquivo, o topo esquerdo da moldura da porta que ligava a sala do SE à Sala Polivalente, no piso térreo. Atualmente, do lado da Sala Polivalente, ainda é visível a porta, com a moldura cortada, mas do lado da sala do SE foi entaipada<sup>43</sup>.

Quanto aos setores de apoio ao visitante, no piso inferior do Anexo, são totalmente remodeladas a receção e o bengaleiro (à direita e à esquerda da entrada principal, respetivamente), a loja e a cafetaria<sup>44</sup>, antiga “sala de fumo”, criada para a “XVIIª”, na passagem do Anexo para o Palácio. Aqui, o topo da estrutura envidraçada, construída em 1983, é substituído por uma cobertura metálica (Figs. 117-119)<sup>45</sup>.



**Figura 117-119:** Ligação Anexo-Palácio, c. 1994 (publicada em Cabello 1992: 14) e na atualidade: interior e exterior (fotografias: Henrique Martins, junho 2014). Repare-se que anteriormente a cor da fachada mantinha-se na parede interior.

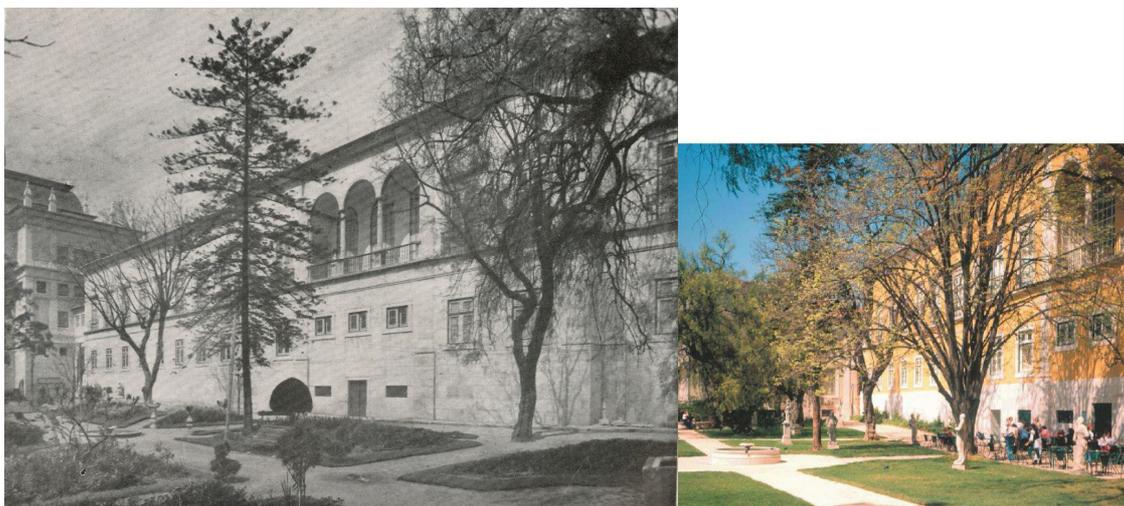
O aumento da área do restaurante é obtido através da escavação de um monte de entulho ao nível da cave do Palácio (Pereira 2012), o que leva à abertura de novos vãos na fachada sul (Figs. 120-121). É instalada uma esplanada no jardim, que é recuperado e valorizado, sob projeto dos arquitetos Gonçalo Ribeiro Telles e Francisco Manuel

<sup>43</sup> MNAA. Rua das Janelas Verdes. Projecto de execução [desenho 8]. Palácio. Planta do piso 1. Arqui III. Proc. 137/91. Escala 1/100, dez. 93 (AHMNAA).

<sup>44</sup> Atualmente desativada.

<sup>45</sup> Depois da “XVIIª”, a parede no interior da passagem manteve o amarelo da parede exterior, evidenciando a continuidade da fachada nascente do edifício. Atualmente é pintada de branco, como o restante interior do piso inferior do Anexo.

Caldeira Cabral (junho de 1993). O jardim projeta-se sobre o terraço do armazém que lhe é contíguo, onde são construídas duas estruturas metálicas, utilizadas como esplanada, que permitem também uma cobertura permeável<sup>46</sup> (**Figuras**). Junto ao jardim é ainda construído «um edifício autónomo de arrecadação» (Porfírio 1995, 10). Com este projeto de recuperação, o jardim vê acentuadas as suas características de miradouro e reabre-se às atividades do Museu (Roberto 1994, VII).



**Figura 120 e 121:** Fachada S do MNAA, >1945 (Araújo 1945, 19) e >1994 (imagem retirada do documento *Cedência de espaços*, MNAA, 2012).

Durante esta campanha de obras, em outubro de 1992, a Arqui III projeta um novo restaurante na cave do Palácio, com um amplo átrio decorado e acesso subterrâneo através de uma escada na Sala Polivalente, mas o projeto não é concretizado<sup>47</sup>.

À exceção da instalação de um novo núcleo de joalheria, no piso intermédio do Anexo e de alterações na atual sala 70<sup>48</sup>, o projeto não altera praticamente os espaços da exposição permanente, mas as obras são um pretexto para reorganizá-la. No andar nobre do Palácio procede-se à renovação do mobiliário e equipamento expositivo, introduzem-se estruturas de redução da iluminação natural nos tetos e recuperam-se os tetos com estuques decorativos, onde é instalada a exposição permanente de artes decorativas europeias (porcelana e ourivesaria). Na grande sala da ala nascente do piso superior do

<sup>46</sup> MNAA. Arranjo paisagístico do jardim. Memória descritiva, Gonçalo Ribeiro Telles e Francisco Manuel Caldeira Cabral, 15.12.1993 (Pasta MNAA. Recuperação do jardim. Projeto de execução, dezembro de 1993, ADEPOF-DGPC.

<sup>47</sup> MNAA. Projecto de Execução. Palácio. Restaurante. Arqui III, 1992, ADEPOF-DGPC.

<sup>48</sup> Para esta pequena e enviesada sala de passagem, junto a uma porta de serviço, ficaram relegadas obras que julgo pertencerem ao Legado Luís Fernandes.

Anexo retirou-se o teto falso criado para a “XVIIª” «melhorando (...) as possibilidades de iluminação natural» («Anexo do Museu de Arte Antiga (...)»).

O espaço envolvente não é esquecido, continuando a sua valorização após a reabertura do MNAA, em 1994. No Jardim 9 de Abril é criado um pequeno parque de estacionamento, deixando o Largo do Dr. José de Figueiredo de ter essa função e restaurando-se o Chafariz das Janelas Verdes. Melhora-se a sinalização do Museu na cidade, iluminam-se as suas fachadas e projeta-se um pedoduto na Rocha do Conde de Óbidos (Roberto 1994, VII).

Nos últimos 15 anos, as intervenções no edifício do MNAA têm passado, sobretudo, pela sua conservação e renovação museográfica e de espaços de apoio aos visitantes, Como sempre, marcadas pela realização de grandes exposições.

Em 2000 é aberta a nova exposição permanente de mobiliário português, projeto co-financiado pela EU, através do Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional / Programa Operacional de Cultura<sup>49</sup>. A ala passa a contar com mais uma sala, ao ser dividida a 39 em duas (39 e 41). A continuidade da antiga sala é visível no soalho decorativo, que é interrompido pela nova parede. A parede nascente da última sala é revestida por parede falsa circular (o que já não é mostrado na planta do atual desdobrável do MNAA). Desta reformulação, ou já desde a “XVIIª”, a moldura do pavimento das salas, passa de pedra a madeira, com pranchas corridas, as mesmas que são usadas na antiga galeria anexa às salas (atual sala 40). A primeira sala do percurso (36), ganha como espaço expositivo com a “XVIIª” (pois era o local da escada de serviço para a cave do Anexo), tem soalho de tacos de madeira, notando-se, assim, que foi acrescentada à galeria.

Em 2004 pintam-se as quatro rampas existentes no interior do Museu e colocam-se seis novas: quatro metálicas, duas no átrio principal e outras duas no das Janelas Verdes, e duas de madeira, na Sala Polivalente e no Auditório<sup>50</sup>. Melhoramentos na acessibilidade, provavelmente com vista à reabertura da entrada da R. das Janelas Verdes, que se dá no ano seguinte. Para tal, é montado ali um balcão de atendimento, em calcário de lioz<sup>51</sup> (v. **Fig. 20**), que julgo ser o atual.

---

<sup>49</sup> Placa informativa à entrada da exposição.

<sup>50</sup> Dossiê IPM-MNAA. 21B, ADEPOF-DGPC.

<sup>51</sup> Dossiê IPM-MNAA. 21B, ADEPOF-DGPC.

De junho a agosto de 2006, repara-se a cúpula e clarabóia do lanternim do átrio do Anexo, substituindo o revestimento da cobertura e colocando telha comum<sup>52</sup>. No entanto, o mau tempo continua a degradar o edifício e, em outubro do mesmo ano, é especialmente a Sala Germain que sofre, com danos no teto e levantamento de régua do pavimento, devido a infiltrações<sup>53</sup>.

No ano seguinte, também devido ao seu estado de degradação, a Capela das Albertas é encerrada ao público, por questões de segurança<sup>54</sup>. A recuperação da sua cobertura tinha chegado a ter um orçamento realizado em 2004<sup>55</sup>, mas não foi concretizada. Desse orçamento constavam outras remodelações interiores e exteriores do edifício<sup>56</sup>, como a desmontagem da estrutura de suporte de iluminação do teto da sala 50 (atual Sala do Tecto Pintado), o que só veio a acontecer, tal como a remoção do aparelho de ar condicionado do óculo do teto, em 2013, no âmbito da exposição *Ilusionismos. Os Tetos Pintados do Palácio Alvor* (8.3-26.5).

Entre novembro e dezembro de 2008, o andar nobre do Palácio é encerrado para requalificação da exposição permanente, incluindo renovação do equipamento museográfico. Sob projeto da arquiteta Célia Anica, respeitou, até «por razões orçamentais» (*Instituto dos Museus e da Conservação. Relatório de Actividades, 2008*), a intervenção de 1994, da Arqui III. «Todos os apainelados das paredes com planos recuados para receber peças específicas e que já não estavam expostas, foram nivelados e rematados inferior [sic] e superiormente, de modo a dar unidade e limpidez visual aos espaços. Do mesmo modo todas as salas tiveram um tratamento cromático luminoso<sup>57</sup>, reforçado pela reposição das luzes zenitais e pela substituição das envelhecidas películas dos tectos. Outra decisão foi a de desimpedir completamente as vistas do enfiamento das portas do palácio, criando generosas perspectivas do edifício» (*Instituto dos Museus e da Conservação. Relatório de Actividades, 2008*). Em cada sala foi colocada uma pilastra de madeira pintada com o número e conteúdo respetivo e um rasgo lateral para folhas informativas (**Fig. 122**). A separar a sala 49 da 51, foi colocada

---

<sup>52</sup> Dossiê IPM-MNAA. 21B, ADEPOF-DGPC.

<sup>53</sup> Dossiê IPM-MNAA. 21B, ADEPOF-DGPC.

<sup>54</sup> «Museu nacional fecha capela por segurança», RTP Notícias:

<http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=160262&tm=&layout=121&visual=49> (consult. agosto 8, 2014).

<sup>55</sup> Cobertura da Capela das Albertas. Orçamento, setembro de 2004. Capilha Obras de construção civil / 2006, ADEPOF-DGPC.

<sup>56</sup> IMC.MNAA. Obra de remodelação. Trabalhos de construção civil. Memória Descritiva e Justificativa, setembro de 2006, ADEPOF-DGPC.

<sup>57</sup> As paredes passaram do castanho claro para o branco e cinzento.

um porta de vidro de 2 batentes, garantindo um maior controlo ambiental, bem como na sala 50, (atual Sala do Tecto Pintado), para permitir o seu fecho durante a montagem de exposições, pois passava a ser destinada a pequenas exposições temporárias, sobretudo de desenho e gravura<sup>58</sup>.



**Figura 122:** Atual sala 52, andar nobre do Palácio, vista de W para E, 2013. Repare-se na pilastra informativa à esquerda da saída da sala e na vista até ao extremo E do edifício (Fotografia: J. Paulo Ruas, 2013, 50377 DIG, IMC/MC).

No ano seguinte (até 2011), procede-se à adaptação das instalações do restaurante<sup>59</sup>, com demolições, desmontagem da cozinha e renovação do equipamento e, entre outras intervenções, a demolição de uma parede de peito para instalação de uma nova porta de entrada para a sala de refeições. O acesso por pessoas com mobilidade condicionada é feito pelo elevador existente, no interior do Palácio, e no exterior, através de uma rampa, construída do lado do jardim, no local de uma floreira que, para tal, é demolida, bem como vários degraus.

Tal como aconteceu com as grandes exposições de 1983 e de 1994, em 2009, a exposição *Encompassing the Globe. Portugal e o Mundo nos séculos XVI e XVII* (projeto do Ateliê Célia Anica) possibilita a construção de novos elementos e mobiliário museográficos que, após o encerramento da mostra, integram a exposição permanente do MNAA (Pereira 2012), como vitrinas verticais e de parede, rampas e um assento corrido, colocado no lado nascente do claustro<sup>60</sup>. A exposição ocupava o piso superior do Anexo<sup>61</sup> (exceto a sala 11, que passa a “reserva temporária”), mas tinha início no

<sup>58</sup> O encargo da intervenção foi suportado pelas verbas remanescentes do mecenato do banco Millennium bcp para 2008, completado com o investimento direto do IMC e com o apoio do GAMNAA (*Instituto dos Museus e da Conservação. Relatório de Actividades*, 2008).

<sup>59</sup> Memória descritiva e justificativa, 27.8.2008. Dossiê IPM-MNAA. 21B, ADEPOF-DGPC.

<sup>60</sup> «Exposição *Encompassing the Globe*. Projeto de Execução. 2. Planta geral-alterações», Dossiê MNAA. Execução de trabalhos de construção civil. Exposição *Encompassing the Globe*. Processo: consulta/obra. 21, ADEPOF-DGPC.

<sup>61</sup> Desde a realização da XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura que o piso superior do Anexo, vem sendo ocupado por grandes exposições que, de certo modo, têm sacrificado a exposição permanente de pintura e escultura portuguesas, apesar de ir sendo apresentada, em pequenas mostras, na Galeria de Exposições temporárias. Neste momento expõem-se na sala 12, nas galerias norte e sul e no espaço de

piso intermédio, junto ao patamar da escadaria principal, onde foi criado um pórtico que encerrava totalmente o espaço «garantindo aspectos de segurança»<sup>62</sup>.

Na Exposição *Primitivos Portugueses. 1450-1550. O Século de Nuno Gonçalves*, patente no mesmo local, entre 2010 e 2011, reutilizaram-se vitrinas e estruturas das exposições anteriores, como o pórtico do piso intermédio (que ainda hoje existe) e manteve-se a sala 11 como espaço de reservas. Desta mostra, permanece, até hoje, no topo da escadaria, um painel dourado cobrindo o lado poente da galeria, e painéis azuis sob os vãos da arcada da mesma (v. **Ap. A, Fig. 38**).

Em 2013 procedeu-se à reparação do telhado e fachada da Capela das Albertas<sup>63</sup>, substituindo-se a estrutura de madeira e a telha e recuperando-se a rede de drenagem de águas pluviais. Sendo a Capela o único corpo do complexo do MNAA, «com apenas um piso, preservando a cota da cobertura original»<sup>64</sup>, encontra-se “encravada” entre os restantes corpos, de cota muito superior, facto que faz com que receba a descarga de águas pluviais daqueles. As infiltrações, daí resultantes, têm degradado o próprio telhado (telhas partidas, deslocadas, porosas e calceiras danificadas) e a decoração interior da Capela. Estes trabalhos de recuperação permitirão uma intervenção de conservação e restauro do interior da Capela (talha dourada, azulejaria, pintura decorativa sobre estuque, madeira e tela)<sup>65</sup>, com vista à sua reabertura ao público.

Resolvido o problema na Capela das Albertas, o restante edifício do MNAA continua a sofrer infiltrações, sendo este, atualmente, o seu maior problema do ponto de

---

claustro uma seleção de obras das duas coleções. Está em preparação a nova exposição permanente (Carvalho e Franco 2014).

<sup>62</sup> MNAA. Exposição *Primitivos Portugueses (1450-1550). O Século de Nuno Gonçalves*. Montagem da Exposição. Memória Descritiva: 1, Dossiê Comemoração do Centenário da República. MNAA. Serviço de montagem de exposições, ADEPOF-DGPC.

<sup>63</sup> *Recuperação da cobertura da Capela das Albertas*.

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/intervencoes/museu-nacional-de-arte-antiga/recuperacao-da-cobertura-da-capela-das-albertas/> (consult. Agosto 18, 2014).

<sup>64</sup> Museu Nacional de Arte Antiga. Recuperação da cobertura da Capela das Albertas.

[http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/docs/2014/01/13/tftec\\_MNAA\\_Recuperacao\\_cobertura\\_Capela\\_das\\_Albertas\\_DEZ13.pdf](http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/docs/2014/01/13/tftec_MNAA_Recuperacao_cobertura_Capela_das_Albertas_DEZ13.pdf) (consult. agosto 18, 2014).

<sup>65</sup> Acerca deste assunto, o *website* do MNAA mantém a seguinte informação: «Ao abrigo do Programa de Recuperação do Património Classificado, do Ministério da Cultura, o Museu Nacional de Arte Antiga vai beneficiar da recuperação das fachadas frontal e laterais – Jardim 9 de Abril, Rua das Janelas Verdes e jardim do Museu - tal como da recuperação, tratamento e impermeabilização da cobertura da Capela das Albertas que, após uma campanha de conservação e restauro cujo financiamento deverá ser também encontrado, poderá abrir ao público em toda a sua magnificência. A recuperação vai realizar-se com a doação de um cheque-obra, pela OPWAY.» (<http://www.museudearteantiga.pt/pt-PT/edificio/projectos/ContentDetail.aspx?id=386>, consult. agosto 8, 2014).

vista da conservação (Pereira 2012). Do ponto de vista funcional, hoje, como sempre, mantém-se a falta de espaço.

Num artigo de balanço dos 100 anos do MNAA, em 2011, Paulo Henriques, museólogo e ex-diretor do Museu (2007-2009), faz notar que os melhoramentos do edifício resultaram de episódios exteriores a ele, como as comemorações do Duplo Centenário da Nacionalidade (1940), a XVIIª Exposição de Arte, Ciência e Cultura (1983) ou a Lisboa, Capital Europeia da Cultura (1994), o que terá iludido a urgência de construir um edifício de raiz e protelado qualquer iniciativa sobre a questão, ao contrário do que foi feito, por exemplo, para o Museu Nacional dos Coches (Henriques 2011, 132).

## Apêndice D: Cronologia<sup>1</sup>

| Ano  | Contexto espacial, institucional e histórico   | Edifício(s) e espaços do MNAA  |
|------|--|--|
| 1581 | Filipe II de Espanha, rei de Portugal.<br>Frei Ambrósio Mariano funda o Convento de S. Filipe, na zona de Santos, o 1.º masculino de Carmelitas Descalços em Portugal.   |  |
| 1584 | (24.12) Chegam a Lisboa 4 carmelitas do Convento de Ávila, acompanhadas de Frei Ambrósio Mariano e do Provincial da Ordem, Frei Jerónimo Graciano, para formarem a 1ª comunidade feminina em Portugal.                       | Fundação do <b>Convento de Sto. Alberto</b> .  |
| 1585 | (4) Chegam mais 4 religiosas à comunidade de Sto. Alberto. É eleita priora Maria de S. José (25).<br>Frei Graciano traz para Portugal a relíquia de Sta. Teresa, depositada na capela da Igreja do Convento de Sto. Alberto. | (1) As freiras passam a habitar o Convento de Sto. Alberto.  |
| 1597 |  | Fundada a Capela de Santo Cristo da Fala, na Igreja do Convento de Sto. Alberto.   |
| 1608 |  | Na Igreja do Convento de St. Alberto extingue-se a confraria do Glorioso São José e, em seu lugar, institui-se a Capela de Jesus Maria José <sup>2</sup> .           |
| 1628 |  | (7.12) Vicente Soares de Peleta, fundador da Capela de Santa Teresa, é sepultado na capela-mor.  |
| 1668 | Obrigações das freiras de Sto. Alberto a dar serventia para as tercenhas vizinhas <sup>3</sup> .   |  |
| 1669 |  | As freiras de Sto. Alberto pedem a D. Afonso VI que mande alargar a serventia do convento por conta dos donos das tercenhas para as quais aquela dava <sup>4</sup> . |
| 1698 |  | (c.) Início da construção do <b>Palácio Alvor</b> , a mando do 1.º Conde de Alvor D. Francisco de Távora.  |
| 1701 |  | (-1718) Entre estas datas o pintor Vincenzo Bacherelli executa pinturas em perspectiva para dois tetos do Palácio Alvor.   |
| 1703 | D. Fernando Ruiz, Conde de Sabugal, constrói um gabinete contíguo ao Convento, sobre o telhado do qual, manda fazer um cano, para que as águas não caiam sobre ele nem para a cerca do Convento <sup>5</sup> .               |  |
| 1710 | Morre D. Francisco de Távora. O 2.º Conde  |  |

<sup>1</sup> Esta cronologia teve por base a bibliografia e fontes consultadas para o presente trabalho. A informação encontrada foi, muitas vezes, contraditória, o que pode levar a incongruências de datação. Pretendendo ser exaustiva, dentro do tema proposto, está naturalmente incompleta.

<sup>2</sup> Ex-AHMF, Cartórios dos Conventos, Convento de Santo Alberto, cx. 1, pt. 8, ANTT.

<sup>3</sup> 31 de julho de 1668. Ex-AHMF, Cartórios dos Conventos, Convento de Santo Alberto, cx. 1, pt. 32, ANTT.

<sup>4</sup> 18 de janeiro de 1669. Ex-AHMF, Cartórios dos Conventos, Convento de Santo Alberto, cx. 2, pt. 23, ANTT.

<sup>5</sup> Alvará de 21 de setembro. Ex-AHMF, Cartórios dos Conventos, Convento de Santo Alberto, cx. 1, pt. 1, ANTT.

|      |   |  |
|------|---|--|
|      | de Távora herda o Palácio Alvor.  |  |
| 1711 |   | Provável intervenção do arquiteto João Antunes no Convento de Sto. Alberto <sup>6</sup> .  |
| 1737 | (20.5) O Palácio Alvor é comprado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho.   |  |
| 1744 | (26.3) O Palácio Alvor é comprado por Matias Aires Ramos da Silva de Eça.   | (c.-1751/52) O Palácio Alvor sofre beneficiações, como decorações interiores e o é terreno aumentado «com uns quintais» <sup>7</sup> .   |
| 1755 | Grande terramoto de Lisboa.   | Convento de Sto. Alberto sofre alguns danos com o terramoto e é temporariamente abandonado pelas freiras. Igreja sai ileisa. O Palácio Alvor sai incólume do terramoto.  |
| 1759 | (23.4) Matias Aires de Eça deixa de habitar o Palácio Alvor e arrenda-o ao conde de Metch, embaixador da Alemanha, por 2 anos.  |  |
| 1760 | (7.5) Matias Aires de Eça renova o arrendamento do Palácio Alvor ao conde de Metch, por 2 anos.   |  |
| 1762 | O Palácio Alvor é alugado pelo cônsul holandês Daniel Gildemeester.   |  |
| 1763 | Morre Matias Aires de Eça e deixa o Palácio Alvor ao filho.   |  |
| 1764 | Criação da Aula de Desenho e da fábrica de estuques, anexas à Real Fábrica das Sedas, orientadas por Giovanni Grossi.   |  |
| 1768 | (14.4) Por dívida de Matias Aires de Eça, o Palácio Alvor é penhorado.<br>(28.5) Gildemeester, por procuração de Paulo de Carvalho de Mendonça, compra o Palácio Alvor. |  |
| 1770 | Por morte de Paulo de Carvalho de Mendonça, o Marquês de Pombal, seu irmão, herda o Palácio Alvor mas não o habita.   |  |
| 1774 | (4.6) Gildemeester e Pombal prorrogam contrato de arrendamento do Palácio Alvor por 7 anos.   | (c.) O Marquês de Pombal compra o terreno a este do palácio Alvor, para completar o edifício.<br>(-1775) Obras no Palácio Alvor para acomodar a família Gildemeester: substituição da cobertura de telhados independentes por telhado único com 4 mansardas do lado sul, beneficiação interior, construção de um quarto (extremo sudoeste), tetos com estuques decorativos, pintados a fresco e pedras de armas dos Carvalhos nos portais da fachada norte e no do salão nobre, obras de decoração, provavelmente, de Giovanni Grossi. |
| 1775 | (29.11) Gildemeester e Pombal prorrogam contrato de arrendamento do Palácio Alvor até 1792.   |  |
| 1782 | Morre o Marquês de Pombal. Gildemeester continua a habitar o Palácio Alvor.   |  |
| 1786 | Gildemeester muda-se para o palácio que mandara construir em Sintra. O filho mantém-se no Palácio Alvor.  |  |
| 1793 | O 2.º Marquês de Pombal instala-se no Palácio Alvor, já sem inquilinos.   |  |

<sup>6</sup> Noé et al...

<sup>7</sup> Pinto 1940, 19.

|      |  |   |
|------|--|---|
| 1806 | Casamento do futuro 4.º Marquês de Pombal, no Palácio Alvor.   |   |
| 1807 | 1ª invasão napoleónica. Partida da família real para o Brasil. Acompanha-a o 2.º Marquês de Pombal.  |   |
| 1810 | (-1814) Durante estes anos terá vivido no Palácio Alvor o embaixador inglês Sir Charles Stuart.  |   |
| 1812 | Por morte do 2.º Marquês de Pombal a posse do Palácio Alvor passa para o irmão.  |   |
| 1820 | Revolução liberal, no Porto.   |   |
| 1821 | Morre no Palácio Alvor o 3.º Marquês de Pombal.  |   |
| 1833 | (5.8) Por decreto, são expulsos os noviços e noviças de todos os institutos religiosos e proibida a admissão de novos. O Convento de Sto. Alberto continua a receber “pupilas” <sup>8</sup> .  |   |
| 1834 | Extinção das Ordens Religiosas <sup>9</sup> : encerramento imediato dos conventos masculinos e fecho dos femininos após a morte da última freira. Desamortização dos bens.<br>Criação do Depósito das livrarias, cartórios, pinturas e preciosidades literárias e científicas dos extintos conventos de Lisboa e da Província da Estremadura, no Convento de S. Francisco, Lisboa <sup>10</sup> .<br>(11) Entrada dos primeiros objetos no depósito. |   |
| 1835 | (11.2) Nomeada comissão para classificar e selecionar quadros do depósito de S. Francisco, para um futuro museu nacional de belas artes <sup>11</sup> .  |   |
| 1836 | (25.10) Fundação da Academia de Belas Artes de Lisboa (ABAL) e da Galeria Nacional de Pintura (GNP), como subsidiária, no Convento de S. Francisco. ABAL com a tutela do depósito de S. Francisco, encarregue da reunião, inventariação e conservação dos bens móveis dos conventos extintos.  |   |
| 1837 | Inaugurada a ABAL e nomeada comissão para recolher obras de arte dos conventos extintos. Morre no Palácio Alvor a esposa do 3.º Marquês de Pombal.   |   |
| 1838 | Seleção das obras a expor na GNP.  |   |
| 1839 | ABAL encarregue do património nacional. <sup>12</sup>  |   |
| 1841 |  | (e 1842) Freiras do Convento de Sto. Alberto pagam multa por não declararem o “prédio” da R. das Janelas Verdes <sup>13</sup> . |
| 1850 | O 5.º Marquês de Pombal aluga o Palácio Alvor à imperatriz do Brasil e Duquesa de Bragança D. Amélia Augusta de  |   |

<sup>8</sup> Pujol e Pimenta 2006, 21.

<sup>9</sup> Lei promulgada a 28 de maio e publicada a 31.

<sup>10</sup> Portaria do Ministro do Reino, de 16 de outubro.

<sup>11</sup> Guimarães 2009, 94.

<sup>12</sup> Porfírio 1995, 4.

<sup>13</sup> Ex-AHMF, Cartórios dos Conventos, Convento de Santo Alberto, cx. 1, pt. 48, ANTT.

|      |   |   |
|------|---|---|
|      | Leuchtenberg (-1873).   |   |
| 1852 | Criação do Ministério das Obras Públicas (MOP).   |   |
| 1855 | Início da construção do Aterro da Boa Vista (ligação do Cais do Sodré a Alcântara, pela Av. 24 de Julho).   |   |
| 1856 |   | O Convento de Sto. Alberto é alvo de alguns concertos <sup>14</sup> .   |
| 1859 | (2-3) 1.º inventário dos bens da comunidade de Sto. Alberto. Convento na posse do Ministério da Fazenda.<br>GNP compra em hasta pública 25 quadros do espólio da rainha D. Carlota Joaquina.  | Estabelecimento da Associação Espiritual de N.ª Sr.ª de la Salette (AENSS) no Convento de Sto. Alberto.<br>Cerca e anexos do Convento de Sto. Alberto arrendados. |
| 1860 |   | (década) Obras de remodelação no Palácio Alvor, projetos de Parente da Silva e José Luís Monteiro <sup>15</sup> .   |
| 1862 | (18.9) D. Luís concede à ABAL o título de Real.<br>(26.6) Marquês de Sousa Holstein nomeado vice-inspetor da ABAL.  |   |
| 1863 | (25.5) Relatório de Sousa Holstein, a pedido do Ministério do Reino, demonstra a necessidade de erguer um “Palácio de Belas Artes, com ateliers para professores e estudantes, aulas amplas, museus, salas para conferências e exposições” <sup>16</sup> .    |   |
| 1864 | Sousa Holstein nomeia comissão para procurar pinturas que pudessem ser compradas para a GNP. Refere a necessidade de um “museu central”.  |   |
| 1865 | (-67) Primeiras doações do Conde de Caralhido à ARBAL <sup>17</sup> .   |   |
| 1866 | (-1868) Dotações de D. Fernando II, para aquisições da GNP <sup>18</sup> .  |   |
| 1868 | (28.3) Abertura da GNP ao público. Sousa Holstein indica diversos locais para a construção de um museu nacional.  |   |
| 1869 | A GNP adquire mais de 100 pinturas, com dotação de D. Fernando II.  |   |
| 1873 | (26.1) Morre no Palácio Alvor D. Amélia Augusta de Leuchtenberg, rodeada de membros da família real e dos seus camaristas.<br>(4) A rainha Josefina da Suécia, irmã de D. Amélia oferece à ARBAL alguns objectos que pertenceram à imperatriz <sup>19</sup> . |   |
| 1875 | (12.4) A Comissão de obras e melhoramentos municipais propõe à CML que peça ao Governo a cedência da cerca do Convento das Albertas, afim de se abrir uma nova rua (em  |   |

<sup>14</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 1, ANTT.

<sup>15</sup> Leandro 2006.

<sup>16</sup> Luís Varela Aldemira, *Um ano trágico. Lisboa em 1836*, Lisboa, 1937, 246-48. Cit. por Gonçalves 1957, 75.

<sup>17</sup> Gonçalves 1957, 105; Xavier 2013, 116-117.

<sup>18</sup> Gonçalves 1989, 90.

<sup>19</sup> «Listagem de objectos oferecidos a [sic] Rainha Josephina»: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4739511>.

|      |   |  |
|------|---|--|
|      | rampa) de ligação da R. Direita das Janelas Verdes com o aterro <sup>20</sup> .<br>(10.11) Nomeada comissão para a Reforma do Ensino Artístico e Organização do Serviço de Museus, Monumentos Históricos e Arqueologia <sup>21</sup> .<br>Projeto de remodelação do Mosteiro dos Jerónimos, Rosendo Carvalheira.  |  |
| 1876 | (12.1) Sousa Holstein encarregue pelo Presidente do Conselho de encontrar edifício apropriado para expor as pinturas da Academia. Visita com António Tomás da Fonseca os palácios do Infante D. Sebastião <sup>22</sup> e do Marquês da Ribeira <sup>23</sup> .<br>(13.1) Em sessão da ABAL, propõem-se os palácios dos Duques de Palmela, no Calhariz e do Marquês de Abrantes, dando a Comissão preferência ao segundo <sup>24</sup> .<br>(17.1) Relatório da Comissão propõe a criação de um museu nacional de arte e arqueologia, em Lisboa, com o espólio da ABAL, sem necessidade de uma construção de raiz <sup>25</sup> .<br>(16.3) Em sessão da ARBAL propõe-se instalar o museu nacional no Mosteiro dos Jerónimos, na Estrela ou nos palácios Burnay, dos Condes da Ribeira Grande ou dos Marqueses de Abrantes. |  |
| 1878 | (13.9) Criação da R. 24 de Julho, por edital municipal.<br>(30.9) Morre Sousa Holstein.<br>(23.10) Delfim Guedes novo vice-inspetor da ARBAL.   |  |
| 1879 |   | (31.5) Delfim Guedes, vice-inspetor da ARBAL arrenda, em nome do Governo, o Palácio Alvor ao 5.º Marquês de Pombal, para instalar o MNBA.<br>(9) Levantamento das plantas do Palácio a fim de proceder a obras de adaptação a Museu. |
| 1880 | Estácio da Veiga institui na ARBAL o Museu Arqueológico do Algarve.<br>(-1890) Encerramento de c. 50 casas religiosas femininas faz aumentar o espólio da ABAL.   | (22.11) CML pede ao Governo que parte da cerca do Convento seja expropriada para alargamento do corredor entre a R. Direita de S. Francisco de Paula e a Rocha do Conde d'Óbidos <sup>26</sup> .                                     |
| 1881 | (22.3) Reforma da ARBAL: separação entre  | (21.1) Expropriada parte da cerca do   |

<sup>20</sup> Parecer nº 37 da Comissão de obras e melhoramentos municipais, 12.4.1875,

PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0037: 9 e 10, AML Inclui planta (consult. fevereiro 24, 2014).

<sup>21</sup> Nomeada pelo Ministro do Reino António Rodrigues de Sampaio e dirigida por Sousa Holstein (eleito a 29.11), tinha entre os seus membros Augusto Filipe Simões e António Tomás da Fonseca. Previa a proposta ao Governo de organização de um museu de pinturas, esculturas, desenhos, gravuras, arte ornamental e arqueologia (Gonçalves 1957, 106).

<sup>22</sup> Provavelmente o Palácio da Junqueira, adquirido pelo infante de Espanha D. Sebastião de Bourbon, que passou depois a residência do embaixador espanhol D. Alejandro de Castro e em agosto de 1879, havia de ser leiloado pelos herdeiros de D. Sebastião e comprado pelo comerciante Henri Burnay (Instituto de Investigação Científica e Tropical: <http://www2.iict.pt/?idc=226&idl=1&idi=12853>. Consult. agosto 23, 2014).

<sup>23</sup> Gonçalves 1957, 113.

<sup>24</sup> O Palácio esteve para ser arrendado ao Governo por 2.700\$000 (Gonçalves 1957, 114).

<sup>25</sup> Gonçalves 1989, 93-94.

<sup>26</sup> PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06-01/0314, AML (consult. fevereiro 24, 2014).

|      |  |  |
|------|--|--|
|      | <p>ARBA e Escola de Belas-Artes de Lisboa (incentivo ao enriquecimento e criação do museu nacional<sup>27</sup>). Conferido o título de inspetor a Delfim Guedes<sup>28</sup>.</p> <p>(5.4) Nomeação da comissão organizadora da Exposição de Arte Ornamental, presidida por D. Fernando II.</p> <p>(10.6) Inaugura a <i>Special Loan Exhibition of Spanish and Portuguese Ornamental Art</i>, South Kensington Museum, Londres.</p> <p>(20.7) Financiamento do MOP à Comissão Executiva da Exposição de Arte Ornamental.</p> <p>(16.8) R. Direita das Janelas Verdes passa a R. das Janelas Verdes, por deliberação camarária.</p> <p>(12) Augusto Filipe Simões, secretário da Comissão, aloja-se no Palácio para agilizar a montagem da Exposição de Arte Ornamental.</p> <p>(6.12) Afonso XII de Espanha visita o Palácio afim de escolher as salas para expor as coleções reais.</p> <p>(7.12) O rei D. Luís visita o Palácio a fim de escolher as salas para expor as coleções reais. Teto da sala de exames do Conservatório de Lisboa, Eugénio Cotrim e José Malhoa.</p> | <p>Convento de Sto. Alberto para alargamento do corredor entre a R. Direita de S. Francisco de Paula e a Rocha do Conde d'Óbidos<sup>29</sup>.</p> <p>(18.1) Delfim Guedes propõe ao Governo uma Exposição de arte ornamental no Palácio Alvor.</p> <p>(22.6) Decreto real determina a realização da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola no Palácio Alvor, destinado a museu de belas artes<sup>30</sup>.</p> <p>(25.7) Pedido de modificação da fachada do Palácio ao MOP.</p> <p>(25.8) Delfim Guedes aprova projeto de Eugénio Cotrim para pintura do teto do vestíbulo.</p> <p>(12.11) Fornecimento de água e gás ao Palácio.</p> <p>(17.11) Chegam os reposteiros.</p> <p>(20.11) Montagem das salas.</p> <p>(1.12) Início da colocação dos objetos.</p> <p>(12) Instalação de linha telefónica entre o Palácio e a ARBAL.</p> <p>(24.12) Início da instalação da Sala D. Fernando.</p> <p>(26.12) Instalação da Sala de Espanha.</p> <p>(30.12) Contrato com a empresa Cohen &amp; C<sup>a</sup> para iluminação elétrica.</p> <p>(7-1.1882) Obras de adaptação do Palácio para a Exposição: rasgo de janelas e portas, aumento de vãos interiores, abertura de passagens para o jardim, soalho em espinha de peixe e apainelados em madeira, paredes forradas a tecido, pintura dos tetos ornamentados em dois tons de branco, medalhões e dístico na fachada norte, pintura do teto do vestíbulo (Eugénio Cotrim e José Malhoa).</p> |
| 1882 | <p>(2) O fotógrafo Carlos Relvas aceita o convite da Comissão para fotografar os objetos da Exposição de Arte Ornamental.</p> <p>(5-6) Carlos Relvas fotografa os objetos da Exposição e o aspeto de algumas salas.</p> <p>(22.11) Delfim Guedes pede ao Ministro da Fazenda que aplique o lucro da Exposição na criação do museu nacional de belas artes, no Palácio Alvor.</p>   | <p>(3.1) Pedido de plantas à Escola Politécnica para decorar a escadaria.</p> <p>(7.1) O Ministro das Obras Públicas assiste à experiência da luz elétrica, que não resulta<sup>31</sup>.</p> <p>(10.1) Já havia chegado de Inglaterra uma nova máquina eletro-dinâmica, para fazer funcionar a luz elétrica na exposição<sup>32</sup>.</p> <p>(12.1) Inauguração da <b>Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola</b>, no salão nobre do Palácio Alvor, pelos dois reis ibéricos.</p> <p>(25.1) Colocação de guarita para venda de bilhetes à porta do Palácio.</p> <p>(11.2) Brito Rebelo, na revista <i>O Ocidente</i>, crítica a escolha do Palácio Alvor para a</p>   |

<sup>27</sup> Ferreira 2001, 310.

<sup>28</sup> Gonçalves 1989, 95.

<sup>29</sup> Parecer n.º 851 da Comissão de Obras Públicas, 21.1.1881, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0215, AML (consult. fevereiro 24, 2014).

<sup>30</sup> Cabelo 1992, 11.

<sup>31</sup> Ferreira 2010, 266.

<sup>32</sup> Ferreira 2010, 266.

|      |   |  |
|------|---|--|
|      |   | <p>exposição e propõe uma construção de raiz no novo bairro de Santa Marta, por ser local mais desafogado e central.</p> <p>(4) Abertura de nova sala no rés-do-chão com objetos contemporâneos.</p> <p>(5) Construção, no recinto do Palácio, de um pavilhão para os trabalhos fotográficos de Carlos Relvas.</p> <p>(20.6) Encerramento da Exposição.</p>  |
| 1883 | <p>(4) O Ministro do Reino decreta a fundação do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) e a abertura para 11.5.1884.</p> <p>(13.4) Delfim Guedes recebe do rei D. Luís o título de Conde de Almedina.</p> <p>Chegam objetos da ARBAL para o futuro MNBA.</p>  | <p>Estado compra o Palácio Alvor ao 5.º Marquês de Pombal, para instalar o Museu Nacional de Belas-Artes (MNBA).</p> <p>Obras de adaptação do Palácio: abertura de claraboias nos tetos do andar nobre para obter luz zenital (destruição da composição central dos tetos pintados), encerramento das janelas do lado norte do andar nobre para evitar luz lateral.</p> <p>(12) O MNBA está organizado<sup>33</sup>.</p>   |
| 1884 | <p>(23.5) Restabelecimento do Conselho Superior de Instrução Pública.</p> <p>António Tomás da Fonseca, 1.º diretor do MNBA (-1894). Manuel de Macedo, 1.º conservador (-1913).</p>  | <p>(11.5) Inauguração do <b>Museu Nacional de Belas Artes (MNBA)</b>.</p> <p>(12.6) Abertura ao público do MNBA<sup>34</sup>.</p>  |
| 1886 | <p>(-1903) Encerramento progressivo dos conventos femininos (ampliação da coleção de artes decorativas do MNBA).</p>  |  |
| 1887 | <p>Projeto de construção de uma escadaria de comunicação entre a R. 24 de Julho e a R. de S. Francisco de Paula, através da Rocha do Conde de Óbidos, cortando uma faixa da cerca do Convento de Sto. Alberto, a oeste<sup>35</sup>.</p>  |  |
| 1889 | <p>(8.8) Esquina do Cais de José António Pereira passa, por edital, a Tv. José António Pereira (nome do proprietário do futuro Palacete Pombal)<sup>36</sup>.</p>   | <p>(3) A ARBA pede ao Governo a cedência do Convento de Sto. Alberto para servir o MNBA.</p> <p>(8.8) Decreto determina que quando o Convento de Sto. Alberto for extinto sejam o edifício e a cerca entregues provisoriamente ao Ministério do Reino para alargamento do MNBA.</p>  |
| 1890 | <p>(5.4) Criação do Ministério de Instrução Pública (MIP).</p> <p>(3.5) Aprovação dos estatutos da Associação Espiritual de N.ª Sr.ª de la Salette (AENSS) dá-lhe existência legal<sup>37</sup>.</p> <p>(2.9) Câmara Municipal de Lisboa (CML) pede ao Governo a cerca do Convento para construir um jardim público.</p> <p>A relíquia de Sta. Teresa é levada para o Convento dos Olivais.</p> | <p>(20.1) Madre Maria Madalena do Carmo, última freira do Convento de Sto. Alberto, cede parte dele à AENSS, para ali construir uma escola.</p> <p>(8.4) Morre Madre M.ª Madalena do Carmo. Extinção do Convento de Sto. Alberto.</p> <p>(22.4) O Estado toma posse real do Convento.</p> <p>(24.4) Revogação do decreto de 8.8.1889, em virtude da criação do MIP.</p> <p>(16.9) AENSS requer o Convento, com Igreja e cerca por ter iniciado a construção de uma escola.</p> |

<sup>33</sup> *BMNAA*, II, 1, 1950: 3.

<sup>34</sup> *O Museu Nacional de Bellas Artes*, 1892: 4.

<sup>35</sup> Parecer n.º 93, 14.3.1887, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0829, AML (consult. fevereiro 24, 2014).

<sup>36</sup> Araújo 1938.

<sup>37</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/15, ofício do Ministério da Fazenda. Direção Geral dos Próprios Nacionais. 2ª Repartição, ANTT.

|      |  |   |
|------|--|---|
| 1891 | <p>Novo inventário dos bens do Convento de Sto. Alberto.</p> <p>(1) Diretor da ARBA escolhe para o MNBA objetos do espólio do Convento de Sto. Alberto.</p> <p>(21.1) Por deferimento do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça o cardeal-patriarca de Lisboa pode utilizar as alfaias de culto do Convento de Sto. Alberto.</p> <p>(9.2) Entrega das alfaias de culto do Convento de Sto. Alberto ao cardeal-patriarca de Lisboa.</p> <p>(14.2) A livraria do Convento de Sto. Alberto é entregue à Biblioteca Nacional de Lisboa<sup>38</sup>.</p> <p>(16.2) Um paramento e castiçais do Convento de Sto. Alberto são entregues à Irmandade do Patriarca São José<sup>39</sup>.</p> <p>(21.5) Entrega dos objetos do Convento escolhidos pela ARBA.</p> <p>(11) Entrega de objetos do Convento à AENSS para o culto da Igreja.</p> <p>(11) Restantes bens do Convento vendidos em hasta pública<sup>40</sup>.</p> <p>A superiora das pupilas que habitavam o Convento de Sto. Alberto reclama a propriedade de um órgão que ainda ali se encontra.</p> | <p>(1) Igreja do Convento de Sto. Alberto cedida provisoriamente à autoridade eclesiástica para continuar ao culto<sup>41</sup>.</p> <p>(23.1) Edifício e cerca do Convento de Sto. Alberto cedidos por decreto ao MIP para alargamento do MNBA. As pupilas que vivem no Convento são obrigadas a retirar-se.</p> <p>(11.3) O reitor do Colégio Irlandês do Corpo Santo pede o altar de Nossa Senhora da Conceição existente num dos quartos do Convento<sup>42</sup>.</p> <p>(2.5) Entregues às ex-pupilas do Convento os seus móveis<sup>43</sup>.</p> <p>(11) Parte dos móveis do Convento é entregue à AENSS<sup>44</sup>.</p> <p>(3.12) Ministério da Fazenda ordena a execução do decreto de 23 de janeiro.</p> |
| 1892 |  | <p>(17.2) Convento de Sto. Alberto entregue à ARBAL<sup>45</sup>.</p> <p>(26.3) O antigo rendeiro da cerca do Convento retira dali os seus pertences.</p> <p>(6) Convento utilizado como depósito de obras da ARBAL e anexos habitados por antigo pessoal do Convento.</p> <p>(30.6) O antigo rendeiro da cerca do Convento entrega a chave daquela à ARBAL.</p> <p>Obras «encetadas de ha muito» no piso térreo do Museu para acesso à sobre-loja<sup>46</sup>.</p>  |
| 1893 | <p>Criação do Museu Etnológico Português (atual Museu Nacional de Arqueologia).<br/>Recebe objetos de arqueologia do MNBA.</p>   |   |
| 1894 | (17.12) Morre Tomás da Fonseca. António  | (7-1895) Primeiras obras no Convento depois   |

<sup>38</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/14, ANTT.

<sup>39</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/14, ANTT.

Identifiquei uma Irmandade do Patriarca São José, sediada na Igreja de Nossa Senhora do Socorro, Lisboa («Autos de conta da Capela de benfeitores da Irmandade do Patriarca São José», ANTT: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4646535>. Consult. agosto8, 2014) mas desconheço se se trata da mesma.

<sup>40</sup> Ofícios de 14 e 19.11.1891. Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 2, ANTT.

<sup>41</sup> Ofício da Direção Geral dos Próprios Nacionais, 21 de janeiro de 1891. Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/14, ANTT.

<sup>42</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/15, ANTT.

<sup>43</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 3, IV/A/26/14, ANTT.

<sup>44</sup> Ofícios de 14 e 19.11.1891. Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 2, ANTT.

<sup>45</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 2, ANTT.

<sup>46</sup> *O Museu Nacional de Bellas Artes*, 1892: 7.

|      |   |  |
|------|---|--|
|      | José Nunes, 2.º diretor do MNBA (-1905).  | da extinção, a cargo da DEPFM <sup>47</sup> : reparações no telhado, limpeza, reparação e pintura do edifício <sup>48</sup> .<br>Cerca do Convento utilizada para cultivo.<br>(8) Projeto para gradeamento e ajardinamento da cerca.<br>(9.8) Por contrato provisório, o Governo cede à CML a posse da cerca após as obras em curso.<br>(30.10) Entrega da Capela de S. João Batista, na cerca do Convento, à CML.<br>(12) Demolição de casebres junto à Igreja do Convento.<br>(-1899) Demolição do muro da antiga cerca do Convento. |
| 1895 | Doações do Conde de Carvalhido ao MNBA (c. 100 pinturas).<br>Joaquim de Vasconcelos identifica no Mosteiro de S. Vicente de Fora, Lisboa, os <i>Painéis de S. Vicente</i> .<br>Prolongamento da linha de Cascais ao Cais do Sodré. Abertura da estação de Santos. |  |
| 1896 |   | Melhoria de ventilação nas salas do MNBA <sup>49</sup> .<br>1.º projeto de ampliação do MNBA, por Rosendo Carvalheira. Inclui Convento de Sto. Alberto para instalar a ARBA e Igreja para museu religioso.<br>Inauguração de duas salas com a doação do Conde de Carvalhido, pela rainha D. Maria Pia <sup>50</sup> .  |
| 1897 | (e 1898) Visconde de Valmor <sup>51</sup> deixa em testamento um legado para aquisição de obras de arte pelo Estado.  | Calcetamento do pátio e rampa que dão entrada para o museu, assentamento da antiga fonte da Samaritana no jardim do Museu <sup>52</sup> e limpeza da casa da guarda e respetivas latrinas <sup>53</sup> , a cargo da Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais (DEPFM).  |
| 1898 | (11) Por ordem do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, os objetos do Convento de Sto. Alberto sem valor artístico, bibliográfico ou histórico para serem distribuídos pelos museus e arquivos públicos,  | Reparações no pavimento das salas do Museu, a cargo da DEPFM <sup>56</sup> .   |

<sup>47</sup> Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais (entidade que superintendia as obras nos edifícios públicos).

<sup>48</sup> Offícios de dia 6 e 28 de julho de 1894. Ministério das Obras Públicas, mç. 1290-1, proc. 15, ANTT.

<sup>49</sup> PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.16/1566, ANTT.

<sup>50</sup> AFMNA, separador 4.1.3.1.

<sup>51</sup> Fausto Queirós Guedes, **Visconde de Valmor** (1837-1898), foi diplomata, par do Reino e protetor das artes. Instituiu um prémio anual a atribuir ao melhor edifício construído em Lisboa, ao qual foi atribuído o seu nome («Visconde Valmor», Câmara Municipal de Lisboa: <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/visconde-de-valmor>. Consult. junho 20, 2014).

<sup>52</sup> PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.16/1769, ANTT. Esta fonte do séc. XVI situava-se originalmente próximo do Convento da Madre de Deus. Em 1860 já não se encontrava em Xabregas, tendo sido levada posteriormente [neste ano de 1897?] para o jardim do MNBA. Atualmente integra a exposição permanente do Museu da Cidade (Museu da Cidade / Coleções: [http://www.museudacidade.pt/Colecoes/Escultura/Paginas/Forms/DispForm.aspx?ID=9&RootFolder=\\*](http://www.museudacidade.pt/Colecoes/Escultura/Paginas/Forms/DispForm.aspx?ID=9&RootFolder=*). Consult. agosto 18, 2014).

<sup>53</sup> PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.16/1953, ANTT

|      |   |  |
|------|---|--|
|      | podem ser distribuídos pela autoridade eclesiástica <sup>54</sup> .<br>Substituição e transferência do urinol de encosto da Rua São Francisco de Paula (atual Presidente Arriaga) por um, de tipo francês, com três lugares, para o Jardim das Albertas <sup>55</sup> .   |  |
| 1899 | (4) Obras num barracão que serve de depósito de materiais da Direcção-Geral dos Correios e Telégrafos <sup>57</sup> , num terreno cedido junto ao MOP, junto ao Convento de Sto. Alberto.   | (23.1) Decreto efetiva a cedência do Convento de Sto. Alberto ao MIP e a incorporação no MNBA.   |
| 1900 |   | Desabamento do telheiro dos canteiros da obra do MNBA, a cargo da DEPFM <sup>58</sup> .  |
| 1901 | (14.11) Reorganização da Academia, Museu e Escola de Belas-Artes. Museu organizado por José Luís Monteiro, Luciano Freire e Veloso Salgado, passa a expor apenas obras de belas-artes e artes decorativas <sup>59</sup> .<br>Manuel de Macedo, conservador efetivo.<br>Criação da Sociedade Nacional de Belas Artes (SNBA).<br>José de Figueiredo (JF): <i>O Legado Valmor e a Reforma dos Serviços de Bellas Artes</i> . |  |
| 1902 | (1) Legado do general Tomás da Costa Sequeira.<br>Instituição do Legado Valmor.   |  |
| 1905 | (9.3) Morre o diretor António José Nunes. Separação entre a direção da ARBA e do MNBA.<br>Luciano Freire <sup>60</sup> e Simões de Almeida diretores interinos do MNBA <sup>61</sup> .<br>(-1911) Carlos Reis, 3.º diretor do MNBA (separação do cargo de diretor da ABAL).<br>Inauguração do Museu dos Coches Reais.<br>Recebe coches e peças de vestuário do MNBA.  | (31.1) É reconhecido ao MNBA o direito a uma serventia entre o seu jardim e a R. 24 de Julho <sup>62</sup> .<br>Montagem da Sala Sequeira (atual Sala Patiño) <sup>63</sup> .  |
| 1908 |   | (antes de) Colocação de um busto do Conde de Almedina e de inscrição evocativa da inauguração do MNBA, no patamar da escadaria nobre.  |
| 1909 | (-1910) Restauro dos <i>Painéis de São Vicente</i> , por Luciano Freire.  | Obras de reparação por ordem de Carlos Reis. O diretor propõe a alienação de pinturas e mobiliário da coleção para, com a verba obtida, remodelar as salas do MNBA.<br>ARBAL pede ao MOP o complemento do edifício a este.<br>ARBAL propõe colocação de ventoinhas no sótão para baixar temperatura no andar nobre do Museu. |
| 1910 | (15.4) Criação da Comissão do Inventário e  | Pintura das salas (do piso térreo?) com cores  |

<sup>54</sup> Ministério das Finanças, Convento de Santo Alberto, cx. 1986, capilha 2, ANTT.

<sup>55</sup> PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/01992, AML.

<sup>56</sup> PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.16/2180, ANTT.

<sup>57</sup> PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.5/469, ANTT (consult. março 21, 2014).

<sup>58</sup> PT/TT/MOPCI/DEPFM-01-02-02.16/1308, ANTT.

<sup>59</sup> *Museu Nacional de Arte Antiga*, 1999: 40.

<sup>60</sup> Pintor e restaurador (1864-1934).

<sup>61</sup> *40 Anos do Instituto José de Figueiredo*, 2007: 66; *BMNAA*, I, nº 3, 1948: 119.

<sup>62</sup> PT/MNAA/AJF/APF-MNAA-IM/000003, ANTT.

<sup>63</sup> Couto 1950.

|      |   |   |
|------|---|---|
|      | <p>Beneficiação da Pintura Antiga em Portugal (Manuel de Macedo, Luciano Freire e JF fazem parte).</p> <p>(5) Apresentação pública dos <i>Painéis de São Vicente</i>, na ARBA.</p> <p>JF: <i>Arte Portuguesa Primitiva. O Pintor Nuno Gonçalves</i>.</p> <p>(10) Implantação da República. Entram no MNBA obras das coleções régias.</p> <p>A relíquia de Sta. Teresa é levada da Igreja das Albertas para Espanha.</p>   | <p>neutras, para não prejudicar a observação das obras de arte.</p>   |
| 1911 | <p>(20.4) Lei de Separação do Estado da Igreja. Entram no MNBA obras de paços episcopais, sés e igrejas.</p> <p>(26.5) Decreto de reorganização dos Serviços Artísticos e Arqueológicos<sup>64</sup> (participação de JF): Extinção da ARBA, substituída por Conselhos de Arte e Arqueologia (CAA). Extinção do MNBAA e acervo dividido pelos criados Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) e Museu Nacional de Arte Contemporânea (MNAC)<sup>65</sup>, tutelados pelo CAA de Lisboa. Transferência das obras posteriores a 1850 para o MNAC e das anteriores à nacionalidade para o Museu Etnológico Português.</p> <p>(27.5) JF nomeado 1.º director do MNAA (-1937). Carlos Reis passa a 1.º diretor do MNAC (17.6).</p> <p>(21.6) JF toma posse do cargo de director do MNAA.</p> <p>(14.9) Incorporação de bens do Convento das Albertas, em virtude da Lei de Separação da Igreja e do Estado<sup>66</sup>.</p> <p>Oficina de restauro de pinturas do CAA de Lisboa (Convento de S. Francisco), dirigida por Luciano Freire.</p> <p>JF cria a biblioteca do MNAA, a partir de um fundo de 12 volumes<sup>67</sup>.</p> <p>(-1920) O conservador José de Queiroz investiga e organiza o núcleo de faiança<sup>68</sup>.</p> | <p>(5) Abertura de nova sala de cerâmica e vidros, organizada por Carlos Reis e José de Queirós.</p> <p>(26.5) <b>Museu Nacional de Arte Antiga</b> (MNAA) sucede ao MNBA no Palácio Alvor. JF propõe o complemento a este e a adaptação do Palácio Alvor.</p> <p>Projetos de remodelação interior por Adães Bermudes (salas do andar nobre) e José Luís Monteiro (sala para instalação da baixela Germain).</p> <p>Início da remodelação do andar nobre: substituição dos forros das paredes e lambris de madeira, colocação de <i>parquet</i> e mobiliário de assento para os visitantes, remoção das guarnições das portas, renovação de rebocos e pinturas das paredes, tetos, uma claraboia e telhados (até à década seguinte).</p> <p>(-1918) Demolição do Convento de Sto. Alberto<sup>69</sup>.</p> |
| 1912 | <p>Inscrita no orçamento do MNAA uma verba anual para aquisição de obras de arte<sup>70</sup>.</p> <p>(27.4) Fundação do Grupo de Amigos do MNAA (GAMNAA).</p> <p>(7.12) JF queixa-se ao CAA pela reduzida verba do MNAA.</p> <p>É entregue à superiora das pupilas que habitavam o Convento de Sto. Alberto um órgão, reclamado desde 1891.</p> <p>Os <i>Painéis de S. Vicente</i> integram a exposição do MNAA.</p>   | <p>(24.3) Inauguração das duas primeiras novas salas do MNAA: Sala de Nuno Gonçalves e Sala da pintura portuguesa do século XVI.</p> <p>(18.8) Reabertura de 2 salas remodeladas: pintura estrangeira dos séculos XV e XVI e dos mestres portugueses do séc. XVI.</p> <p>GAMNAA adquire em Berlim peças para suspensão de quadros<sup>71</sup>.</p> <p>Demolição da capela do recolhimento das Albertas (no coro-alto da Igreja)<sup>72</sup>.</p>  |

<sup>64</sup> Decreto nº 1 de 26 de maio de 1911, publicado no *DG* nº 124, de 29 de maio de 1911.

<sup>65</sup> Baião 2012, 56.

<sup>66</sup> Indumentária religiosa, castiçais, faianças e vidros, um presépio, imagens de santos, pintura e mobiliário (PT/MNAA/AJF/APF-MNAA-M/002/000044, ANTT, consult. em março 21, 2014).

<sup>67</sup> Bastos e Carvalho 2012, 26.

<sup>68</sup> *Faiança Portuguesa. Roteiro*, 2005: 16.

<sup>69</sup> Cabelo 1992, 11.

|      |  |  |
|------|--|--|
| 1913 | Equilíbrio financeiro do Estado faz aumentar a dotação ao MNAA.<br>Criação do Ministério da Instrução Pública (MIP). Os CAA passam para a alçada da Repartição de Instrução Artística. | (7.4) Projeto de Adães Bermudes para redecoração do teto do salão nobre.<br>GAMNAA adquire tela para forrar paredes <sup>73</sup> .  |
| 1914 | JF pede verba ao MIP, para comprar obras de arte.<br>JF viaja por França, Bélgica, Holanda e Inglaterra, conhecendo os novos conceitos museológicos.                                   |  |
| 1915 | JF: «O Museu Nacional de Arte Antiga, de Lisboa», <i>Atlântida</i> (crítica aos diretores do MNBA).<br>Luís Keil nomeado conservador-adjunto.  | (8.6) 1.º projeto de Adães Bermudes para o anexo poente. Abrem-se fundações <sup>74</sup> .<br>GAMNAA patrocina compra de tecido para as salas renovadas <sup>75</sup> .<br>Inauguração de 3 novas salas de pintura europeia: salão nobre e as duas pequenas salas contíguas.      |
| 1916 | Regulamento do MNAA <sup>76</sup> . Permite ao diretor dividir as coleções em secções <sup>77</sup> .  | Regulamento do MNAA determina que na ampliação do edifício destinar-se-á um gabinete para sede do GAMNAA <sup>78</sup> .<br>Paralisação das obras do Anexo.  |
| 1917 | Aquisição de obras a Guerra Junqueiro..  | Governo entrega o Convento de Santo Alberto ao MNAA.   |
| 1918 | (-1920) JF visita vários museus da Europa.<br>Luís Keil nomeado conservador efetivo.   | (4) Novo projeto de Adães Bermudes para o Anexo poente, pressupondo a demolição da Igreja das Albertas. Início das obras: construção de alicerces (?).<br>No Convento de Sto. Alberto funciona uma escola de telegrafistas <sup>79</sup> .<br>(-1920) Construção da cave do Anexo. |
| 1919 | (2.5) Incêndio danifica parte da ala oriental das repartições do Terreiro do Paço.   | Abertura da sala dos mestres flamengos e holandeses e intenção de abrir uma sala de mestres espanhóis.   |
| 1920 |  | Suspensão das obras do Anexo poente.<br>JF pede ao arquiteto José Luís Monteiro um estudo dos alçados para o Anexo. O projeto integra a Igreja do Convento de Sto. Alberto <sup>80</sup> .<br>Exposição de homenagem ao GAMNAA, numa das novas salas <sup>81</sup> .               |
| 1922 | Exposição do Rio de Janeiro. Pavilhão da Independência, dos irmãos Rebelo de Andrade.  |  |
| 1923 | Legado Luís Fernandes.<br>Lançamento da primeira pedra do Monumento  | Arranjo da Sala Maria Emília (Legado Luís Fernandes).  |

<sup>70</sup> Figueiredo 1915, 149.

<sup>71</sup> Bastos e Carvalho 2012, 37.

<sup>72</sup> AFMNAA, gav. 12, 4.1.3.3, nº 70.

<sup>73</sup> Bastos e Carvalho 2012, 37.

<sup>74</sup> Cabelo 1992, 11.

<sup>75</sup> *De Amicitia (...)*, 2012: 49.

<sup>76</sup> Decreto nº 2284-D, de 16.3, do Ministério de Instrução Pública, *DG*, nº 51, 16.3.1916.

<sup>77</sup> «pintura, escultura, mobiliário, ourivesaria, cerâmica, gabinete de estampas (compreendendo desenhos, gravuras, livros com valor artístico ou subsidiário para o estudo da arte, fotografias e outros elementos gráficos), indumentária, etc.» (Artigo 27.º).

<sup>78</sup> Decreto nº 2284-D, de 16.3, do Ministério de Instrução Pública, *DG*, nº 51, 16.3.1916, art.º 28.º.

<sup>79</sup> *BMNAA*, I, nº 2, 1939: 45.

<sup>80</sup> *Faiança Portuguesa. Roteiro*, 2005: 14.

<sup>81</sup> O tecido que forrou a sala foi mandado fazer por Adriano J. Coelho a partir de um modelo fornecido por José de Figueiredo (Bastos e Carvalho 2012, 75).

|      |   |  |
|------|---|--|
|      | aos Mortos da Grande Guerra, dos irmãos Rebelo de Andrade, no Jardim das Albertas <sup>82</sup> .   |  |
| 1924 | Ingresso de João Couto (JC), no MNAA.   | (13.12) JF pede ao Administrador Geral dos Edifícios Públicos a compra do prédio a este do MNAA para se poder ampliar o Museu e construir os anexos necessários <sup>83</sup> .<br>O átrio das Janelas Verdes está ainda dividido em três espaços, através de estruturas de madeira com vidros nos vãos dos arcos <sup>84</sup> .<br>Cerâmica e ourivesaria já se encontram expostas autonomamente <sup>85</sup> . |
| 1925 | Jardim das Albertas passa a Jardim 9 de Abril <sup>86</sup> , em memória da Batalha de La Lys, durante a I Guerra Mundial (9.4.1918).   | (21.2) Dispensada verba para aquisição da casa a este do MNAA <sup>87</sup> .  |
| 1926 | Rendimento do legado Valmor exclusivamente para aquisição de obras para o MNAA e MNAC. Peças de indumentária do MNAA passam para o Museu dos Coches <sup>88</sup> . (-1928) Ditadura militar.   | A Baixela Germain é incorporada no MNAA e apresentada ao público, numa sala renovada para a acolher.   |
| 1927 | Fundação do Office International des Musées (OIM), pela Sociedade das Nações. Obras no Palácio dos Marqueses de Abrantes, para instalação da Legação francesa, projeto de Guilherme Rebelo de Andrade.  | Donativo do GAMNAA para comprar linhagem para forrar as salas A e B e as de ourivesaria francesa <sup>89</sup> .   |
| 1928 | (22.10) Por edital municipal a R. 24 de Julho passa a Avenida.<br>JC, conservador adjunto.<br>O arquivo fotográfico do MNAA conta já com c. 150 clichés <sup>90</sup> .<br>(-1929) Inquérito da DGESBA aos Museus identifica a necessidade de construção do Anexo do MNAA, biblioteca e sala de conferências e maior dotação orçamental <sup>91</sup> .<br>(-1932) Oliveira Salazar, ministro das Finanças. | (1) Já se encontram instalados no Museu 2 gabinetes para o serviço de fotografia (câmara escura e sala de reproduções e ampliações) <sup>92</sup> .<br>(7) Demolido barracão de madeira no jardim do Museu <sup>93</sup> .<br>Funciona na Igreja das Albertas uma repartição dos Correios e Telégrafos <sup>94</sup> .<br>Desmancho da Sala Sequeira <sup>95</sup> .   |
| 1929 | Exposição Ibero-Americana de Sevilha. Pavilhão português dos irmãos Rebelo de Andrade com <i>Exposição de Arte Portuguesa do Período dos Descobrimientos</i> , organizada por JF.<br>JF propõe a construção em Lisboa do pavilhão dos irmãos Rebelo de Andrade para a Exposição do Rio de Janeiro.<br>(29.4) Direção Geral dos Edifícios Públicos e   | Primeiros trabalhos do arquiteto Guilherme Rebelo de Andrade (GRA) para o MNAA <sup>96</sup> .<br>(5.11) JF indica ao Administrador Geral dos Edifícios Públicos e Monumentos Nacionais GRA para o novo projeto do Anexo <sup>97</sup> .<br>(11) 1ª Comissão Administrativa das Obras do MNAA.   |

<sup>82</sup> Cujo nome muda dois anos depois para Jardim 9 de abril, lembrando a Batalha de La Lys, ocorrida durante a I Guerra Mundial.

<sup>83</sup> Comissão Administrativa das Obras do MNAA, pasta 11, AMJM – BMNAA.

<sup>84</sup> Proença 1924.

<sup>85</sup> Bastos e Carvalho 2012, 83.

<sup>86</sup> Edital de 14 de fevereiro.

<sup>87</sup> Cópia da carta do Ministro do Comércio e Comunicações. AMJM-BMNAA, pasta 10.

<sup>88</sup> Lei nº 1700, de 13 de junho.

<sup>89</sup> *De Amicitia* (...): 2012, 42.

<sup>90</sup> *40 Anos do Instituto José de Figueiredo*, 2007: 90.

<sup>91</sup> Documento transcrito em Almeida 2009: 529.

<sup>92</sup> *40 Anos do Instituto José de Figueiredo*, 2007: 90.

<sup>93</sup> AFMNAA, separador 4.1.2.

<sup>94</sup> Araújo 1938, 64.

<sup>95</sup> Couto 1950.

|      |   |  |
|------|---|--|
|      | Monumentos Nacionais.<br>(-1933) Obras de renovação e ampliação do MNAC.  |  |
| 1930 | Criação de um serviço de recuperação das obras do Museu.<br>Criação da Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes (DGESBA) <sup>98</sup> .<br>(c.) GRA dirige, com JF e Raul Lino a recuperação dos interiores e jardins do Palácio Nacional de Queluz.   | O Ministro das Finanças, Oliveira Salazar, desbloqueia a verba para as obras do MNAA. Conclusão da “arrecadação” (cave do projeto de Bermudes) e obras nas salas de Nuno Gonçalves (claraboia, apainelado e <i>parquet</i> ) e e da Baixela Germain, renovadas por José Luís Monteiro <sup>99</sup> , com donativo do GAMNAA. (-1933) Projeto de ampliação do MNAA, por GRA <sup>100</sup> . |
| 1931 | <i>Exposição Portuguesa da Época das Grandes Descobertas até ao Século XX</i> , Museu Jeu de Paume, Paris <sup>101</sup> .<br>Monumento aos Mortos da Grande Guerra, Lisboa, dos irmãos Rebelo de Andrade.<br>(-1932) O Pavilhão da Independência, dos irmãos Rebelo de Andrade, para a Exposição do Rio de Janeiro é reconstruído no Parque Eduardo VII, Lisboa (atual Pavilhão Carlos Lopes).   | (c.) Alterações à fachada norte. Descoberta de vestígios de uma pedra de armas com o brasão dos Távoras.<br>(6) O escultor Raul Xavier modela um brasão dos Távoras para ser colocado na fachada norte do Museu.<br>(6-11) Levantamento das plantas do edifício <sup>102</sup> .   |
| 1932 | Dotação ao MNAA cortada pelo MOP.<br>João Couto, conservador efetivo.<br>Criação do Estágio para Conservadores de Museus, Palácios e Monumentos Nacionais, no MNAA <sup>103</sup> .<br>CAA substituídos por um Conselho Superior de Belas Artes <sup>104</sup> , órgão consultivo que passa a tutelar os museus nacionais.<br>Mosteiro da Madre de Deus é anexado ao MNAA. JF manda vir dali caixotes e barricas de azulejos, para as arrecadações do Museu <sup>105</sup> .<br>2 projetos para o MNAC: um novo edifício no Parque Eduardo VII ou um anexo ao edifício existente.<br>Criação da Academia Nacional de Belas Artes.<br>(-1968) Oliveira Salazar, Presidente do Conselho de Ministros. | (7.9) Memória descritiva do programa de conclusão do Anexo, assinado por GRA, por JF <sup>106</sup> .<br>GAMNAA paga o arranjo do terraço do edifício anexo ao Museu e as vitrinas para a Sala Germain (fornecidas pelo vitralista Ricardo Leone) <sup>107</sup> .   |
| 1933 | (-1974) Estado Novo.  | (3) Projeto de ampliação do MNAA dá  |

<sup>96</sup> Carta de Rebelo de Andrade a José Figueiredo, 10 de novembro de 1936, Comissão Administrativa das Obras do MNAA, pasta 10, AMJM-BMNAA.

<sup>97</sup> Almeida 2009: 531.

<sup>98</sup> Instituída pelo Decreto nº 18 082, de 12 de Março de 1930, na dependência do MIP, competia-lhe os assuntos referentes ao ensino nas Universidades, à gestão de Academias, Sociedades Científicas e Literárias, Escolas de Belas Artes e Conservatórios, à supervisão de Museus, Monumentos Nacionais, Teatros, Bibliotecas e Arquivos, à apreciação de trabalhos artísticos e à propriedade literária e artística.

<sup>99</sup> *De Amicitia (...)*: 2012, 42.

<sup>100</sup> Pasta 11, AMJM-BMNAA.

<sup>101</sup> Na secção de pintura antiga, JF expõe, com os *Painéis de Nuno Gonçalves*, cópias das tapeçarias de Pastrana.

<sup>102</sup> Inventário dos documentos pessoais de Maria José de Mendonça, pasta 67, BMNAA.

<sup>103</sup> Decreto nº 20985, de 7 de março.

<sup>104</sup> Tutelado pela Repartição de Instrução Artística da Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, dependente do Ministério de Instrução Pública.

<sup>105</sup> *BMNAA*, IV, 2, 1960.

<sup>106</sup> Transcrito em Almeida 2009: 532-534.

<sup>107</sup> Bastos e Carvalho 2012, 37.

|      |  |  |
|------|--|--|
|      |  | <p>entrada na DGPMN e no CSOP (8). É devolvido para ser completado.</p> <p>(7) DGEMN envia o projeto de ampliação do MNAA ao Conselho Superior de Belas Artes (CSBA).</p> <p>(1.8) Parecer favorável do arquiteto Raul Lino, vogal do CSBA, relativo ao projeto de ampliação do MNAA, é aprovado por unanimidade, em sessão do Conselho.</p> <p>(11.8) O CSBA envia à DGEMN o parecer relativo ao projeto de ampliação do MNAA.</p> <p>(8) Projeto de ampliação do MNAA dá entrada no CSOP. É devolvido para ser completado.</p> <p>(11) JC e Luís Keil alteram as salas de ourivesaria e tecidos (disposição das vitrines, simplificação da apresentação e introdução de tapetes persas), durante uma ida de JF ao estrangeiro<sup>108</sup>.</p>                     |
| 1934 | <p>(28.10-4.11) Conferência Internacional de Madrid sobre Museografia, Arquitetura e Valorização dos Museus de Arte (organização do OIM). Assistem JF e GRA.</p> <p>(ou 1935) Programa para um novo edifício do MNAC (prevê uma sala de exposições temporárias).</p>   | <p>2ª Comissão Administrativa das Obras do MNAA<sup>109</sup>.</p> <p>(6) Remodelação das salas do lado sul do andar nobre. Pintura a branco do teto decorado da antiga Sala Sequeira<sup>110</sup>.</p> <p>(c.) Oficina de restauro de pintura transita do Convento de S. Francisco para uma dependência do MNAA.</p>   |
| 1935 | <p>Comissão de serviço ao estrangeiro do Engenheiro Eduardo Rodrigues de Carvalho (vogal da CAOMNAA), a pedido de JF, para visitar os novos museus de Roterdão e Haia.</p> <p>(-1943) Museu dos Coches anexado ao MNAA, passando os dois a designar-se Museus Nacionais de Arte Antiga, e o MNAA Museu das Janelas Verdes<sup>111</sup>.</p> | <p>(4) Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas e Comunicações, determina para o MNAA um projeto de conjunto com o arranjo urbanístico da envolvente.</p> <p>(4) JF propõe aquisição do prédio anexo ao Museu, pertencente à família Brederode, para ampliação do Palácio a nascente.</p> <p>(2.5) JF comunica a Maria de Jesus Aires de Ornelas, habitante na casa da família Brederode<sup>112</sup>, que fora decidida a sua expropriação<sup>113</sup>.</p> <p>(11) GRA termina a alteração ao projeto de ampliação do MNAA e estuda o acabamento do lado nascente do Palácio, o edifício das Oficinas para Restauro de Obras de Arte, a habitação do chefe do pessoal menor, o jardim, a escadaria monumental do Jardim 9 de Abril e a zona de isolamento.</p> |
| 1936 | <p>JC, com apoio do físico Manuel Valadares, cria o Laboratório para o Exame das Obras de Arte, dotando a oficina de restauro do MNAA de equipamento fotográfico e radiológico. Laboratório e oficina constituirão o Instituto para o Exame e Restauro das Obras de Arte,</p>  | <p>(3) JF apresenta o plano de execução das obras do MNAA.</p> <p>(25.3) JF informa Maria de Jesus de Sousa e Holstein de Ornelas que a expropriação da casa onde habita se transformara em proposta de compra aos irmãos Brederode<sup>120</sup>.</p>   |

<sup>108</sup> Dossiê *História do Museu depois de 1882*, BMNAA; *BMNAA*, II, 1, 1950: 5.

<sup>109</sup> Pasta 11, AMJM-BMNAA.

<sup>110</sup> AFMNAA, Gav. 12, 4.1.3.1, nº 30. A antiga Sala Sequeira é a atual Sala Patiño.

<sup>111</sup> Decreto nº 26175, de 31.12.

<sup>112</sup> Viúva do político e militar Aires de Ornelas, que ali falecera em 1930.

<sup>113</sup> PT/MNAA/AJF/APF-MNAA-IM/00001, ANTT.

|      |   |   |
|------|---|---|
|      | <p>tutelado pela Inspeção-Geral das Belas Artes<sup>114</sup>.</p> <p>(5.5) JF pede à DGEMN que GRA o acompanhe ao estrangeiro para visitarem o Louvre, Paris, a National Gallery, Londres e os museus nacionais de Berlim<sup>115</sup>.</p> <p>(6) Ministro das Obras Públicas autoriza o aumento em 2,5% da remuneração de GRA<sup>116</sup>.</p> <p>(8.7-31.8) A pedido de JF, GRA visita museus em várias cidades europeias<sup>117</sup>.</p> <p>Conselho Superior de Instrução Pública substituído pela Junta Nacional da Educação. 6ª Secção incumbida da inspeção dos museus<sup>118</sup> (-1965). MNAA tutelado pelo Ministério da Educação Nacional (-1974). A parte da coleção de moldagens do MNBA que ficara no MNAA é depositada na cave do Anexo<sup>119</sup>.</p> <p>(-1937) JF 1.º diretor dos Museus Nacionais de Arte Antiga.</p> | <p>(3-11) GRA realiza o ante-projeto do “Acabamento do actual edifício do Museu Nacional de Arte Antiga, oficinas para o Serviço de Restauro de obras de arte, habitação do chefe do pessoal menor e jardim”<sup>121</sup>.</p> <p>(6) Alteração ao plano de execução das obras do MNAA.</p> <p>(27.7) Compra da casa e terreno a nascente do MNAA.</p> <p>(30.10) Parecer do CSOP em relação a alteração ao projeto de ampliação do MNAA.</p> <p>(10) Projeto de ampliação do MNAA aceite pela DGEMN.</p> <p>(17.11) O engenheiro Eduardo Rodrigues Carvalho (vogal da CAOMNAA) apresenta a JF o cálculo da estrutura do telhado da claraboia do salão central do Anexo<sup>122</sup>.</p> <p>(17.1) A Direção-Geral da Fazenda informa Maria de Jesus de Ornelas que tem de desocupar a casa a nascente do MNAA no prazo de 90 dias<sup>123</sup>.</p> <p>Criação de um Laboratório para o Exame das Obras de Arte, no piso térreo do Museu (ângulo sudoeste).</p> <p>Criação de um espaço de reservas na cave do Anexo<sup>124</sup>.</p> <p>A futura oficina de restauro passará a servir os museus de todo o país.</p> |
| 1937 | <p>(18.12) Morre JF. Direção interina de Luís Keil (-3.38).</p> <p>(23.12) Comissão Administrativa da CML dá ao Lg. das Janelas Verdes o nome de Lg. do Dr. José de Figueiredo.</p> <p>Início do estágio para conservadores de museus, palácios e monumentos nacionais, no MNAA<sup>125</sup>.</p> <p>Construção de um novo corpo no Palácio dos Marqueses de Abrantes, para instalar o Instituto Francês, projeto dos irmãos Rebelo</p>  | <p>(1) JF pede a Oliveira Salazar a concessão de uma pensão para compensar a viúva de Aires de Ornelas, de ficar sem a sua casa, comprada pelo Estado, para ampliação do MNAA<sup>126</sup>.</p> <p>(1.2) Aberto concurso para construção do Anexo<sup>127</sup>.</p> <p>(6.3) Construção do Anexo adjudicada a Filipe Rodrigues Vacas.</p> <p>(18.3) JF pede ao Diretor-Geral da DGEMN que a casa adquirida pelo Estado a nascente do MNAA seja beneficiada para receber os</p>  |

<sup>114</sup> 40 Anos do Instituto José de Figueiredo, 2007: 88.

<sup>115</sup> Carta de JF à DGEMN, 5.5.1936, pasta 11, AMJM-BMNAA.

<sup>116</sup> Ofício nº 14, de 6 de junho de 1936, da Direção dos Edifícios Públicos, pasta 9, AMJM-BMNAA.

<sup>117</sup> Paris, Londres, Bruges, Bruxelas, Roterdão, Haia, Amsterdão, Colónia, Berlim e Hamburgo (carta de Rebelo de Andrade a José de Figueiredo, de 20.9.36, Comissão Administrativa das Obras do MNAA, pasta 11, AMJM – BMNAA).

<sup>118</sup> Decreto-lei nº 26611, de 19.5, do Ministério da Educação Nacional: Regimento da Junta Nacional de Educação.

<sup>119</sup> BMNAA, II, 1, 1950: 6.

<sup>120</sup> PT/MNAA/AJF/APF-MNAA-IM/00001, ANTT.

<sup>121</sup> Carta de Rebelo de Andrade a José de Figueiredo, 10 de novembro de 1936. Comissão Administrativa das Obras do MNAA, pasta 10, AMJM – BMNAA.

<sup>122</sup> Comissão Administrativa das Obras do MNAA, pasta 10, AMJM – BMNAA.

<sup>123</sup> PT/MNAA/AJF/APF-MNAA-IM/00001, ANTT.

<sup>124</sup> BMNAA, II, 1, 1950: 6.

<sup>125</sup> Estabelecido pelo decreto nº 20985, de 7.3.1932, Artº 59 e regulamentado pelo decreto nº 22110, de 12.1.1933.

<sup>126</sup> PT/MNAA/AJF/APF-MNAA-IM/00001, ANTT.

<sup>127</sup> Dossiê História do Museu depois de 1882, BMNAA.

|      |  |   |
|------|--|---|
|      | de Andrade.  | <p>objetos em depósito, durante a construção do Anexo.</p> <p>(30.8) JF pede orçamento à DGEMN para contratar artistas que executem esculturas, perspectivas e uma maquete do novo projeto.</p> <p>(9) Apresentação e aprovação pela DGEMN da proposta do pintor Jaime Martins Barata para executar duas perspectivas do futuro edifício do MNAA.</p> <p>(9-12.1939) Construção do Anexo poente, sobre a cave do projeto de Bermudes.</p> <p>(10) Apresentação e aprovação da proposta de Herculano da Fonseca para execução da 1ª parte dos trabalhos de remoção dos objetos existentes nos depósitos anexos ao Museu<sup>128</sup>.</p> <p>(11) Proposta do estucador Serafim Enes de Azevedo para executar uma maquete, em gesso, do Anexo do MNAA.</p> <p>(11) Decorre a deslocação dos objetos arrecadados na cave para a casa adquirida e o depósito construído a nascente do Museu. O GAMNAA paga equipamento museográfico das casas Mantelet e Crossier, de Paris e veludo da Casa Quintão para forrar as salas das exposições temporárias<sup>129</sup>.</p>   |
| 1938 | <p>(2.3-1962) Direção de João Couto. ANBA propõe a Salazar um programa de atividades artísticas no âmbito das Comemorações do Duplo Centenário da Independência e da Restauração da Nacionalidade (1940).</p> <p>(3) Salazar manda que o Anexo fique pronto para receber uma exposição de primitivos portugueses, no âmbito das Comemorações Centenárias.</p> <p>Primeiras exposições temporárias regulares no MNAA.</p> <p>Coleção de gravuras da ANBA passa para o MNAA<sup>130</sup>.</p> <p>Construção do Teatro Cinearte, em Santos, projeto modernista de Rodrigues de Lima.</p> | <p>(2) Contrato com o escultor Francisco Franco para estudo, execução em pedra e assentamento das duas estátuas do portal do Anexo (sem seguimento).</p> <p>(20.3) Abre ao público uma pequena sala com pintura flamenga e holandesa (sala XV).</p> <p>(18.4) Adjudicação das obras do Anexo do edifício do restauro (1.500.000\$00)<sup>131</sup>.</p> <p>(10.6) Reabre a Sala das Porcelanas e inaugura-se uma com figuras de presépios.</p> <p>(7) Apresentação e aprovação da proposta de Diogo de Macedo para execução das estátuas do portal do Anexo.</p> <p>Demolição da casa dos irmãos Brederode, a nascente do MNAA<sup>132</sup>.</p> <p>(16.8-16.2.1940) Construção do “edifício do restauro” (atual Laboratório José de Figueiredo [LJF])<sup>133</sup>.</p> <p>(11) Limpeza e restauro da Igreja das Albertas, custeados pela ANBA. Descoberta de lápides funerárias sob o soalho e do primitivo retábulo da capela de Santo Cristo da Fala<sup>134</sup>. Colocação de uma grade no antigo coro alto<sup>135</sup>.</p> <p>(24.12) Inaugura uma exposição de barristas portugueses dos séculos XVII e XVIII, na</p> |

<sup>128</sup> Ofícios nº 22 e 24, de 15 e 19 de outubro de 1937, da DGEMN, AMJM-BMNAA, pasta 9.

<sup>129</sup> Bastos e Carvalho 2012, 37.

<sup>130</sup> *BMNAA*, IV, 2, 1960.

<sup>131</sup> Dossiê *História do Museu depois de 1882*, BMNAA.

<sup>132</sup> Araújo 1938, 75.

<sup>133</sup> *BMNAA*, II, 1, 1950: 14.

<sup>134</sup> O primeiro é transferido para a Igreja Matriz do Torrão, em Alcácer do Sal (Noé et al...).

<sup>135</sup> *BMNAA*, IV, 1, 1959: 5.

|      |  |   |
|------|--|---|
|      |  | <p>Igreja das Albertas e numa sala do Anexo, cedidas pelo MNAA à ANBA.</p> <p>(24.12) Cerimónia de conclusão das obras do Anexo, presidida por JC<sup>136</sup>.</p> <p>Jaime Martins Barata pinta duas perspetivas do futuro edifício do MNAA.</p> <p>Gabinete de calcografia criado nas dependências do Museu<sup>137</sup>.</p> <p>Construção da habitação do chefe de pessoal menor e da casa da guarda.</p> <p>Sala Sequeira (atual 66) passa a sala de exposições temporárias<sup>138</sup>.</p>  |
| 1939 | <p>Aquisição da <i>Fonte bicéfala</i> para o MNAA. Projeto dos irmãos Rebelo de Andrade para a Fonte Monumental da Alameda D. Afonso Henriques, Lisboa, com figuras alegóricas de Diogo de Macedo (construção iniciada em 1940 e inauguração em 1948).</p> <p>Moradia nº 52 da Av. Columbano Bordalo Pinheiro, Lisboa, dos irmãos Rebelo de Andrade (Prémio Valmor).</p>         | <p>(3) Diogo de Macedo executa as estátuas alegóricas às Belas-Artes do portal do Anexo, no seu ateliê, instalado no jardim do MNAA.</p> <p>(6.7) Crítica de JC ao ante-projeto para acabamento do Palácio.</p> <p>(7) Relatório de JC a Duarte Pacheco, propondo alterações ao ante-projeto de ampliação e remodelação do Palácio.</p> <p>Ainda existem no Palácio compartimentos e escadas interiores com silhares de azulejo de padrão do séc. XVIII<sup>139</sup>.</p> <p>Hipótese de instalar do lado norte da cave do Anexo o GAMNAA<sup>140</sup>.</p> <p>Trabalhos de urbanização e jardinagem dos terrenos adjacentes ao MNAA<sup>141</sup>.</p>   |
| 1940 | <p>Comemorações do Duplo Centenário da Fundação da Nacionalidade.</p> <p>GRA dirige o restauro do Teatro Nacional de São Carlos e projeta a Capela de S. João de Deus e de Santa Teresa de Jesus, na estância termal das Caldas de Monchique e a embaixada de Portugal em Londres.</p> <p>Inauguração do novo edifício do Museu Provincial de José Malhoa, Caldas da Rainha.</p> | <p>(8.1) Com a ida da <i>Vista de Lisboa</i> para a Exposição do Mundo Português, faz-se novo arranjo do átrio do Museu<sup>142</sup>.</p> <p>(23.3) Edifício do restauro é entregue ao MNAA<sup>143</sup>.</p> <p>(4) Substituição do papel de parede da Sala Maria Emília<sup>144</sup>.</p> <p>(8) Demolição do ângulo sudoeste do Palácio, para o ligar ao Anexo. Descoberta sob o papel de parede da sala do andar nobre uma pintura a têmpera sobre estuque da época de D. Maria I, à moda de Pillement<sup>145</sup>.</p> <p>(11.6) Inauguração do Anexo, com a exposição <i>Primitivos Portugueses. 1450-1550</i>, comissariada por Reinaldo dos Santos, JC e Adriano Sousa Lopes (piso superior), e outra de escultura comparada, organizada por Diogo de Macedo (piso inferior), integradas nas Comemorações do Duplo Centenário da Nacionalidade (-1942).</p> <p>Inauguração do edifício do restauro.</p> <p>Novo projeto de Rebelo de Andrade, para</p> |

<sup>136</sup> BMNAA, I, nº 1, 1939: 6 e 43.

<sup>137</sup> BMNAA, I, 1, 1939: 35.

<sup>138</sup> BMNAA, I, 1-2, 1946.

<sup>139</sup> Pinto 1940, 108, n.

<sup>140</sup> BMNAA, I, 2, 1939: 52.

<sup>141</sup> BMNAA, I, 3, 1940: 100.

<sup>142</sup> BMNAA, I, 4, 1941: 180.

<sup>143</sup> BMNAA, I, 4, 1941: 181.

<sup>144</sup> BMNAA, I, 4, 1941: 180.

<sup>145</sup> AFMNAA, 4.2.3.2.1, nº 171.

|      |   |  |
|------|---|--|
|      |   | <p>ampliação e remodelação do Palácio.<br/>Colocação de azulejos provenientes de outros locais nos frontais dos altares das capelas da Igreja das Albertas.</p> <p>(7) Transferência das reservas de pintura para as arrecadações do Instituto do Restauro<sup>146</sup>.</p> <p>(6.8) Desmontagem da sala XV, para proceder à sua demolição, conforme projeto de ampliação do Palácio a nascente<sup>147</sup>.</p> <p>(8) Demolição das salas do topo poente do Palácio, que davam para o pátio interior.</p> <p>(8) Instalação do gabinete de investigação científica no Instituto do Restauro<sup>148</sup>.</p> <p>(8-9) Demolição dos ateliês dos arquitetos e das casas do chefe do pessoal menor e da Guarda<sup>149</sup>.</p> <p>(5.12) Adjudicação das obras para ampliação do Palácio a nascente à Sociedade de Construções Amadeu Gaudêncio, por concurso da DGEPMN<sup>150</sup>.</p> <p>Aplicação de azulejos de padrão (séc. XVII) no frontal do altar da capela-mor da Igreja das Albertas<sup>151</sup>.</p> <p>Sala Germain ainda com candeeiro no teto<sup>152</sup>.</p> <p>(-1942) Obras do lado poente do piso térreo do Palácio: 5 salas de exposições temporárias na ala norte e gabinetes de direção, serviços e estudo, na ala sul.</p> |
| 1941 | (-1943) Projeto do MNAC para a Praça do Império, de Cristino da Silva.  | <p>(17.7) Auto de entrega dos edifícios do Instituto de restauro, casa do chefe de pessoal e casa da guarda pelo MOP ao Ministério das Finanças, com cedência provisória ao Ministério da Educação Nacional.</p> <p>Gabinete de calcografia já se encontra instalado no Instituto de restauro<sup>153</sup>.</p>   |
| 1942 | <p>GRA projeta a embaixada de Portugal em Madrid.</p> <p>Instalação do Museu Nacional Soares dos Reis, no Palácio dos Carrancas, Porto e do Museu da Cidade, de Lisboa no Palácio da Mitra (-1979).</p> | <p>(21.4) Encerra-se o Palácio para obras<sup>154</sup>.</p> <p>(22.6) Evacuação do Palácio<sup>155</sup>. Coleções, livros da biblioteca, arquivos e mobiliário de serviço passam para o Anexo<sup>156</sup>.</p> <p>(6-início de 1945) Obras no Palácio: ampliação a nascente com 5 salas no andar nobre e biblioteca e sala de conferências, no térreo, sendo eliminado o último tramo desse lado do edifício, saliente na ala sul.</p> <p>Remodelação do restante Palácio com eliminação da sobre-loja e escadas que lhe davam acesso, construção de uma escada da cave ao sótão, alteração da fachada sul (7),</p>  |

<sup>146</sup> BMNAA, I, 4, 1941: 181.

<sup>147</sup> BMNAA, I, 4, 1941: 181.

<sup>148</sup> BMNAA, I, 4, 1941: 181.

<sup>149</sup> AFMNAA, 4.2.3.2.1, nº 171.

<sup>150</sup> BMNAA, I, 4, 1941: 181.

<sup>151</sup> Henriques 2003, 161.

<sup>152</sup> AFMNAA, 4.2.3.2.1, nº 149, cliché de Mário Novais, 1940.

<sup>153</sup> BMNAA, II, 6, 1942: 94.

<sup>154</sup> Manuscrito de João Couto. Dossiê *História do Museu depois de 1882*, BMNAA.

<sup>155</sup> Manuscrito de João Couto. Dossiê *História do Museu depois de 1882*, BMNAA.

<sup>156</sup> BMNAA, II, 1, 1950: 14.

|      |   |  |
|------|---|--|
|      |   | <p>substituição do telhado e do travejamento e claraboias por armação de asnas de ferro com esteira corrida de vidro (7), simplificação da decoração dos tetos (com eliminação da pintura do teto do átrio), substituição de apainelados e soalho nas salas do lado poente. (14.9) Conclusão da obra na claraboia da Sala de Nuno Gonçalves (torreão sudeste, piso sup. do Anexo)<sup>157</sup>.</p> <p>(22.9-3.1945) Sala anterior do torreão noroeste do piso inf. do Anexo com ourivesaria<sup>158</sup>.</p> <p>(28.9) Igreja das Albertas integra o circuito museológico, com coleção de ourivesaria (museografia de M<sup>a</sup> José de Mendonça). Instalação, no Anexo, das coleções de tecidos, tapetes (átrio) e cerâmica (ala sul, com vitrinas do industrial Ferry, desenhadas por JC e Rebelo de Andrade e museografia de Augusto Cardoso Pinto).</p> <p>(29.9) Inauguração da <i>Exposição Temporária de Algumas Obras de Arte do Museu das Janelas Verdes</i><sup>159</sup>, no piso sup. do Anexo (substitui a dos <i>Primitivos</i>).</p> <p>(30.9) O Anexo abre ao público<sup>160</sup>. Alteração da cobertura da <i>Sala dos Painéis</i>, para melhoria da iluminação natural.</p> |
| 1943 | <p>(20.9) JC inicia a escolha das pinturas para a nova instalação<sup>161</sup>. Museu das Janelas Verdes e Museu dos Coches deixam de estar fundidos, voltando o 1.º a designar-se MNAA. JC organiza no MNAA o Centro de Estudos de Arte e Museologia do Instituto para a Alta Cultura. Anteprojecto para o MNAC em Belém.</p> | <p>(12) Concurso para aquisição de mobiliário e decoração da Biblioteca e Sala de Conferências. Até esta data a maioria da coleção de azulejo está guardada num barracão no jardim<sup>162</sup>.</p>  |
| 1944 | <p>Luís Keil deixa o MNAA, ao ser nomeado diretor do Museu Nacional dos Coches. Maria José de Mendonça nomeada conservadora efetiva. A parte da coleção de moldagens do MNBA que ficara no MNAA é enviada para um projetado Museu de Reproduções, em Belém<sup>163</sup>.</p>   | <p>(8) Encomenda de toldos lamelares para regulação de luz, para as esteiras do teto de 16 salas do piso nobre do Palácio<sup>164</sup>. Execução do mobiliário para a Biblioteca na Fábrica de Móveis Aséta, Porto, com acompanhamento de GRA.</p>  |
| 1945 | <p>Proposta de transferência do MNAC para o Palácio da Ajuda. Entrada do MNAC passa do Lg. da Biblioteca Pública para um pequeno jardim para a R.</p>   | <p>(24.3) Inauguração no piso superior do Palácio das salas de ourivesaria (museografia de JC) e a de cerâmica do legado Luís Fernandes (museografia de Luís Keil)<sup>167</sup>.</p>  |

<sup>157</sup> Manuscrito de João Couto. Dossiê *História do Museu depois de 1882*, BMNAA. A Sala Nuno Gonçalves era a atual Sala do Tecto Pintado.

<sup>158</sup> Dossiê *História do Museu depois de 1882*, BMNAA; *BMNAA*, II, 1, 1950: 18.

<sup>159</sup> Também chamada *Exposição Provisória de Algumas Obras de Arte Capitais do Museu*.

<sup>160</sup> Manuscrito de João Couto. Dossiê *História do Museu depois de 1882*, BMNAA.

<sup>161</sup> Manuscrito de João Couto. Dossiê *História do Museu depois de 1882*, BMNAA.

<sup>162</sup> *BMNAA*, IV, 3, 1962: 22.

<sup>163</sup> *BMNAA*, II, 1, 1950: 6.

<sup>164</sup> PT DGEMN:CAM-0035/13, IHRU.

|      |  |  |
|------|--|--|
|      | Serpa Pinto, dotado da 1ª galeria de escultura ao ar livre, em Portugal. <sup>165</sup><br>Exposição das fotografias do MNBA, publicadas na obra de Sousa Viterbo <i>Ensino das Belas Artes em Portugal</i> , apresentado na Secção Portuguesa da Exposição Universal de Paris (1900) <sup>166</sup> . | Abertura da galeria de exposições temporárias.<br>(3) Arte religiosa instalada na ala norte do piso inf. do Anexo <sup>168</sup> .<br>Instalação da direção, secretaria e gabinetes de estudo na ala sul do piso térreo do Palácio.<br>(29.12) Inauguração da Sala de Conferências, com sessão de homenagem a Sousa Viterbo.<br>(12-1.1946) Montagem do mobiliário da Biblioteca.  |
| 1946 | Criação do International Council of Museums (ICOM).  | (2.2) Conclusão da colocação dos livros nas estantes da Biblioteca.<br>(23.2) As 3 oficinas de restauro e o laboratório entram em laboração no novo edifício.<br>(9.7) JC queixa-se à Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes (DGESBA) que as cadeiras da Sala de Conferências têm caruncho.<br>Continua o arranjo das arrecadações do Anexo.   |
| 1947 | (1.5-1.7) Exposição temporária de Azulejos.  | (25.6-20.7) <i>Exposição de documentos e obras de arte relativos à História de Lisboa</i> em 10 salas do andar nobre do Palácio (inserida nas comemorações do centenário da tomada de Lisboa aos mouros).<br>(19.7) Abrem ao público, no lado norte do andar nobre do Palácio, as 3 primeiras salas da galeria de pintura estrangeira (flamenga e holandesa do séc. XVII).<br>(7) Expõem-se temporariamente azulejos (como a <i>Vista de Lisboa</i> ) na galeria contígua à ala sul do piso inf. do Anexo <sup>169</sup> .<br>Inauguração do arranjo da sala anterior ao coro-baixo, com coleção de tecidos <sup>170</sup> . |
| 1948 | (11.12) JC, «Justificação do Arranjo de um Museu» <sup>171</sup> .   | O GAMNAA paga linhagem para forrar as salas da pintura flamenga, alemã e italiana <sup>172</sup> .<br>(29.8) Abrem ao público, no piso nobre do Palácio, três novas salas: pintura flamenga e holandesa do séc. XVI, o salão nobre («sala de honra») e as duas pequenas salas contíguas àquele (com retratos, mobiliário, tapeçarias e «peças decorativas») <sup>173</sup> .<br>(3.9) Instalação das salas de pintura espanhola <sup>174</sup> .<br>(9) Inauguração da exposição de pintura  |

<sup>165</sup> Manaças 1991, I, 42.

<sup>166</sup> *BMNAA*, I, 2, 1947.

<sup>167</sup> A cerâmica europeia e oriental é transposta do andar térreo para a o andar nobre do Palácio e a portuguesa para a ala sul do piso inferior do Anexo.

<sup>168</sup> *BMNAA*, II, 1, 1950: 18.

<sup>169</sup> *BMNAA*, IV, 3, 1962: 23.

<sup>170</sup> Dossiê *História do Museu depois de 1882*, *BMNAA*. Trata-se da pequena sala com o varandim para o coro-baixo, onde é colocado um altar ou a sala anterior (ângulo NW), onde é instalada a coleção de tecidos.

<sup>171</sup> Conferência editada no *BMNAA*, II, 1, 1950.

<sup>172</sup> *De Amicitia (...)*, 2012: 58.

<sup>173</sup> *BMNAA*, II, 1, 1950, 19 e 43.

<sup>174</sup> *BMNAA*, II, 1, 1950, 43.

|      |  |   |
|------|--|---|
|      |  | <p>estrangeira<sup>175</sup> em 15 salas do andar nobre do Palácio (incluindo as 6 do corpo oriental).<br/>         Abertura das janelas contíguas ao salão nobre.<br/>         (11.11) Instalação das salas de pintura francesa e italiana<sup>176</sup>.<br/>         (12) <i>Exposição de obras de arte e de recordações históricas da Casa de França</i>, piso superior do Anexo.<br/>         Projeto de tornar as reservas visitáveis<sup>177</sup>.</p>  |
| 1949 | IV Congresso Internacional de Restauro, Roma. Participação de JC e Fernando Mardel.  | (3) Inauguração da exposição de pintura portuguesa, no piso superior do Anexo, substituindo a <i>Exposição Temporária de Algumas Obras de Arte do Museu das Janelas Verdes</i> (mantém-se praticamente inalterada até aos anos 1970).   |
| 1952 | Doação de Calouste Gulbenkian <sup>178</sup> (pintura, escultura, faiança e mobiliário).<br>(2) Exposição <i>Obras de Arte oferecidas pelo Ex.mo Senhor Calouste Gulbenkian</i> , Galeria de Exposições Temporárias.   | (6-8) Demolição de um muro nas traseiras do Instituto de Restauro.<br>Entrega ao MNAA de quatro bancos existentes na sala de pintura contemporânea do Museu da Cidade <sup>179</sup> .  |
| 1953 | Reorganização do Estágio para Conservadores de Museus, Palácios e Monumentos Nacionais <sup>180</sup> .<br>JC cria o Centro de Estudos de Arte e Museologia no MNAA, dependente do Instituto de Alta Cultura (IAC).<br>Criação do Serviço de Extensão Escolar (SEE) por JC. A pintora Madalena Cabral (bolseira do IAC) é convidada a colaborar.<br>Criação do Centro (ou Serviço) Infantil do MNAA. | (2.2) Abrem ao público as duas salas com a Doação Calouste Gulbenkian, no andar nobre do Palácio. Instalação obriga à modificação das salas de pintura francesa e italiana (algumas obras vão para as reservas e a pintura de Pellegrini para uma sala do Anexo) <sup>181</sup> .<br>(-1954) Realização de obras no MNAA.   |
| 1954 | (12) Aquisição de uma máquina de projeção cinematográfica <sup>182</sup> .   | Abertura de duas salas dedicadas a Machado de Castro e sua oficina <sup>183</sup> , aproveitando pequenos compartimentos disponíveis no piso inf. do Anexo <sup>184</sup> .<br>(9) Exposição <i>Portugal na Índia, na China e no Japão</i> (com biombos, mobiliário, pratos, marfins e lacas) é mantida na atual Sala Polivalente, dando origem à secção de arte oriental.<br>(12) Instalação provisória no átrio das Janelas Verdes de elementos do Presépio do Mosteiro da Madre de Deus <sup>185</sup> .<br>Modificação da estrutura do torreão sudeste do Anexo, para melhoria da iluminação da sala dos <i>Painéis</i> <sup>186</sup> .<br>(c.) Secção oriental ocupa as atuais Sala Polivalente e sala do SE <sup>187</sup> . |

<sup>175</sup> Cabelo 1992, 11.

<sup>176</sup> *BMNAA*, II, 1, 1950, 43.

<sup>177</sup> *AFMNAA*, gav. 12, 4.2.4.2, nº 484.

<sup>178</sup> *BMNAA*, III, 4, 1958: 8.

<sup>179</sup> PT/AMLSB/CMLSB/CULT/01/0751, AML.

<sup>180</sup> Decreto nº 39116 de 27 de fevereiro.

<sup>181</sup> *BMNAA*, III, 1, 1955.

<sup>182</sup> *BMNAA*, III, 2, 1956.

<sup>183</sup> *BMNAA*, III, 2, 1956.

<sup>184</sup> *BMNAA*, III, 2, 1956.

<sup>185</sup> *BMNAA*, III, 2, 1956.

|      |  |  |
|------|--|--|
| 1955 | GAMNAA adquire para o Museu uma tela de cinema <sup>188</sup> .  | Instalação da oficina de beneficiamento de tapeçarias no Instituto de Restauro e de um recinto com pavimento de cimento e escoamento de água, no jardim do Museu, para serviço daquela.  |
| 1956 | Substituição do estágio para conservadores por um curso de conservadores <sup>189</sup> .<br>Criação do Arquivo Museológico, por JC <sup>190</sup> .<br>Criação da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG). Maria José de Mendonça dirige o Serviço de Museu e Belas Artes (-1961) e elabora o programa museológico do Museu (-1958). | Obras para obstar a infiltrações.<br>Entra em laboração a Oficina de Restauro de Têxteis, no Instituto de Restauro, dirigida por Maria José de Mendonça.<br>JC propõe manter no MNAA as Artes Decorativas, construir uma pinacoteca e gliptoteca de raiz ou alargar o Museu ao atual edifício de restauro, após adaptação e construir um novo edifício para investigação e restauro <sup>191</sup> .<br>Abre a galeria contígua à ala sul do piso inf. do Anexo, com a <i>Vista de Lisboa</i> em azulejo, figuras do Presépio da Madre de Deus (que havia estado provisoriamente no átrio das Janelas Verdes), obras de outros barristas portugueses dos sécs. XVII e XVIII e tapeçarias <sup>192</sup> .<br>Candeeiros <i>Art Deco</i> da 2ª sala da galeria de exposições temporárias substituídos por projetores. Pelo menos até nov. mantêm-se nas restantes salas. Instalação de estores na mesma sala <sup>193</sup> . |
| 1957 | Obras pela DGEMN no Mosteiro da Madre de Deus (dependência do MNAA), para receber a Exposição evocativa do 4.º Centenário da   | (15.7) Início da remodelação dos torreões sudoeste e noroeste e 4 salas adjacentes, ficando todas as salas do andar sup. do Anexo  |

<sup>186</sup> *BMNAA*, III, 3, 1957: 42.

<sup>187</sup> Pelo menos até 1956 (Cf. *BMNAA*, III, 2, 1956).

<sup>188</sup> Bastos e Carvalho 2012, 53.

<sup>189</sup> Decreto- Lei nº 46750 de 18.12.1956.

<sup>190</sup> *BMNAA*, III, 3, 1957.

<sup>191</sup> *BMNAA*, III, 2, 1956.

<sup>192</sup> *BMNAA*, III, 3, 1957:58.

<sup>193</sup> Cf. fotografias de exposições temporárias do MNAA no *BMNAA*, III, 3, 1957.

<sup>194</sup> *BMNAA*, IV, 3, 1962.

<sup>195</sup> *BMNAA*, III, 4, 1958: 44-45.

|      |  |  |
|------|--|--|
|      | morte da Rainha D. Leonor <sup>194</sup> .   | com luz zenital <sup>195</sup> .<br>Abre uma pequena sala com cerâmica hispano-mourisca e do Próximo Oriente <sup>196</sup> .<br>Pensa-se instalar luz artificial nas salas do andar nobre do Palácio.<br>Arranjo exterior, vedação e reparação das coberturas (adjudicado a Fonseca & Irmão, Lda.) <sup>197</sup> .<br>Após a Exposição de Monumentos do Brasil, uma réplica de uma estátua do profeta Joel, do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, Congonhas do Campo, Brasil, é colocada no jardim do MNAA <sup>198</sup> .<br>Estado adquire os prédios da Tv. José António Pereira, nº 35-37, onde virá a funcionar o Centro Infantil do MNAA <sup>199</sup> .<br>António Manuel Gonçalves diz que na Galeria contígua às salas do lado sul do piso inf. do Anexo, a iluminação é insuficiente, por isso propõe que se rasgue na parede norte da Sala de Cerâmica Portuguesa (atual 39/41) janelas simétricas às da parede sul <sup>200</sup> . |
| 1958 | (31.12) Aquisição de dois móveis de aço para o Gabinete de Desenhos.<br>Exposição evocativa do 4.º Centenário da morte da Rainha D. Leonor, Mosteiro da Madre de Deus, Lisboa <sup>201</sup> . | (6) Desmontagem da exposição de arte indo-portuguesa mantida na atual Sala Polivalente e montagem, em exposição permanente, no vestíbulo do Palácio <sup>202</sup> .<br>O conservador Santos Simões é encarregado de instalar, «numa sala de precário aproveitamento» azulejos de padrão <sup>203</sup> .<br>Criação de um Laboratório de Restauro de Documentos e Gravuras, na cave do Instituto de Restauro (antigas instalações do Gabinete de Calcografia) <sup>204</sup> .<br>Gabinete de Estampas já se encontra dividido em Gabinete de Desenhos e Gabinete de Gravuras, anexos à Biblioteca <sup>205</sup> .<br>Abre, anexa à Biblioteca, uma pequena sala com a coleção de revistas portuguesas <sup>206</sup> .<br>(c.) Montagem de uma mostra de vidros em dois compartimentos <sup>207</sup> .   |
| 1959 | (1) O conservador do MNAA João Miguel dos Santos Simões sugere a instalação de um Museu do Azulejo no Mosteiro da Madre de   | (2.6) Abertura de uma cantina para o público e o pessoal do Museu.<br>Conclusão da instalação do Gabinete de   |

<sup>196</sup> *BMNAA*, III, 4, 1958: 46.

<sup>197</sup> Concurso publicado a 18.7.1954 ([PT DGEMN:DSCSV-001-0084/0448](#), IHRU).

<sup>198</sup> *BMNAA*, III, 4, 1958, fig. 4.

<sup>199</sup> [PT DGEMN:DSCSV-001-0084/0448](#), IHRU.

<sup>200</sup> *BMNAA*, IV, 3, 1962.

<sup>201</sup> Para Vítor Manaças esta exposição foi a primeira em Portugal, segundo as novas tendências museológicas e museográficas do pós II Guerra Mundial, em que arquiteto e conservador trabalham em conjunto na organização do espaço (Manaças 1991, I, 134).

<sup>202</sup> *BMNAA*, IV, 1, 1959.

<sup>203</sup> *BMNAA*, IV, 1, 1959: 3.

<sup>204</sup> *BMNAA*, IV, 3, 1962.

<sup>205</sup> *BMNAA*, IV, 1, 1959: 26.

<sup>206</sup> *BMNAA*, IV, 1, 1959.

<sup>207</sup> *BMNAA*, IV, 1, 1959: 5.

<sup>208</sup> *BMNAA*, IV, 2, 1960.

|      |   |  |
|------|---|--|
|      | Deus, dependência do MNAA <sup>208</sup> .<br>Restauro das dependências do Mosteiro da Madre de Deus, para instalar o Museu do Azulejo.<br>Instalação da secção de tecidos, bordados e rendas, na Oficina de restauro de têxteis, do Instituto de Restauro <sup>209</sup> .   | Desenhos e Gravuras e reorganização das instalações da secretaria, cujo arquivo é colocado numa sala interior do piso nobre do Museu <sup>210</sup> .<br>Reparação da muralha de sustentação do jardim <sup>211</sup> .  |
| 1960 | (3) DGESBA aprova criação do Museu do Azulejo no Mosteiro da Madre de Deus.<br>Instituição do Museu do Azulejo como anexo do MNAA. Santos Simões, 1.º diretor (-1972).<br>Transferência dos azulejos arrecadados no MNAA <sup>212</sup> .<br>(9) I Reunião dos Conservadores de Museus, Palácios e Monumentos Nacionais, Viseu (participação de JC, sobre as reservas, Abel de Moura, sobre o restauro das obras de arte e Madalena Cabral, sobre o SEE). | (4) Colocação de duas claraboias e reparação da porta principal <sup>213</sup> .<br>(7) Criação do Centro / Atelier Infantil (oficinas de pintura, desenho, gravura, modelação, olaria, têxteis e carpintaria) <sup>214</sup> , em 2 prédios anexos ao MNAA (Tv. José António Pereira, 35-37).<br>(12) Eliminação de infiltrações e limpeza de claraboias <sup>215</sup> .<br>(18.12) Inauguração do busto de JF (nos 23 anos da sua morte), da autoria do escultor Barata Feyo, no átrio das Janelas Verdes. Oferta do GAMNAA <sup>216</sup> .<br>Obras no Gabinete de Estampas (3 salas contíguas com acesso pela Biblioteca) <sup>217</sup> .<br>Reparação da cobertura da Capela <sup>218</sup> .<br>Obras de conservação do sistema dos lanternins em 7 salas (adjudicadas a António da Costa Saraiva).<br>Obras de conservação em pavimento onde se detetou formiga branca: substituição de tacos e rodapé de pinho e construção de escada com 12 degraus no seguimento da existente (adjudicadas a Virgílio dos Santos).<br>(c.) Alterações no espaço do Gabinete de Estampas que passa a ter três pequenas salas contíguas (extremo nascente do andar nobre do Palácio) <sup>219</sup> .<br>(c.) Ocupação de um antigo armazém, contíguo ao Centro Infantil, para sala transformável em biblioteca, teatro ou auditório <sup>220</sup> . |
| 1961 | Montagem da secção de azulejo no Mosteiro da Madre de Deus, com acervo do MNAA (incluindo a <i>Vista de Lisboa</i> ) <sup>221</sup> .   | Obras de conservação, para exposição da FCG, em 7 salas do lado nascente do andar nobre do Palácio. Iluminação na escada principal (obra adjudicada a Anselmo Costa).  |
| 1962 | (29.4) Aposentação de JC, por limite de idade.  | (2) Plano de urbanização da CML prevê a  |

<sup>209</sup> BMNAA, IV, 2, 1960.

<sup>210</sup> BMNAA, IV, 2, 1960. Como o termo “piso nobre” é, em alguma bibliografia e particularmente no Boletim do MNAA, indiscriminadamente utilizada em referência tanto ao andar nobre do Palácio como ao piso superior do Anexo, não sei a qual dos dois se refere.

<sup>211</sup> PT DGEMN:DSCSV-001-0084/0448, IHRU.

<sup>212</sup> BMNAA, IV, 2, 1960.

<sup>213</sup> PT DGEMN:DSCSV-001-0084/0448, IHRU.

<sup>214</sup> BMNAA, IV, 3, 1962.

<sup>215</sup> PT DGEMN:DSCSV-001-0084/0448, IHRU.

<sup>216</sup> BMNAA, IV, 2, 1960.

<sup>217</sup> BMNAA, IV, 2, 1960.

<sup>218</sup> PT DGEMN:DSCSV-001-0084/0448, IHRU.

<sup>219</sup> BMNAA, IV, 3, 1962: 35-36.

<sup>220</sup> BMNAA, IV, 3, 1962.

<sup>221</sup> BMNAA, V, 1, 1964.

|      |   |  |
|------|---|--|
|      | <p>Substituído por Maria José de Mendonça<sup>222</sup>. (2.11-67) Direção interina de Abel de Moura<sup>223</sup>.</p> <p>Maria José de Mendonça, diretora do Museu dos Coches (-1967). Encomenda ao pintor e decorador Cruz de Carvalho um projeto museográfico de renovação e ampliação do museu (realizado em parte)<sup>224</sup>.</p> | <p>demolição dos 2 prédios onde funciona o Centro Infantil do MNAA (Tv. José António Pereira, 35-37)<sup>225</sup>.</p> <p>João Couto sugere que se deixe no MNAA as artes decorativas e se construa de raiz uma pinacoteca (que incluíse a pintura romântica do MNAC) com gliptoteca.</p> <p>Ataque à infestação de formiga branca.</p> <p>Instalação de células fotoelétricas nas salas de de pintura e ourivesaria.</p> <p>Instalação de uma oficina de escultura no sótão do edifício de restauro (obra adjudicada a Virgílio dos Santos).</p>   |
| 1963 | <p>(-1964) Organização de uma biblioteca para os guardas do Museu, com ofertas do SNI, CML e FCG<sup>226</sup>.</p>   | <p>(4) Demolição dos 2 prédios onde funcionava o Centro Infantil<sup>227</sup>. O diretor interino Abel de Moura cede ao Centro parte das arrecadações do Museu, liberta dos objetos aí guardados.</p> <p>No recanto entre o Palácio e o Anexo é construído um pavilhão provisório para oficinas de modelação e olaria<sup>228</sup>.</p> <p>(7) Proteção das claraboias contra os pombos. Oficinas de restauro de escultura e de gravuras e desenhos, no Instituto para o Exame e Conservação das Obras de Arte<sup>229</sup>.</p> <p>Desocupação total dos vãos do telhado do Palácio para limpeza periódica às esteiras de vidro das salas de exposição. Muitos dos objetos de talha ali guardados são cedidos a igrejas e museus e outros expostos na secção de arte sacra e na Capela<sup>230</sup>.</p> <p>(-1965) Reparação das estruturas da cobertura do Palácio, Anexo da Capela, eletrificação das salas e pintura das janelas e varandas da fachada sul do Palácio<sup>231</sup>.</p> <p>(-1964) Instalação de sistema de ventilação e reorganização das reservas da cave do Anexo. Permite criar uma galeria de estudo para</p> |

<sup>222</sup> *Faiança Portuguesa. Roteiro*, 2005: 21.

<sup>223</sup> Cabelo 1992, 11. **Abel de Moura** (1911-2003). Pintor restaurador, colaborador e continuador de João Couto, será o primeiro diretor do Instituto José de Figueiredo, já autónomo do MNAA (1965).

<sup>224</sup> Manaças 1991, I: 150.

<sup>225</sup> Os prédios situavam-se dentro da zona de proteção do MNAA e foram adquiridos pelo Estado em 1957. PT DGEMN:DSCSV-001-0084/0448, IHRU.

<sup>226</sup> *BMNAA*, V, 2, 1966.

<sup>227</sup> A justificação é a de que os prédios se encontravam em tal mau estado de conservação e em perigo de derrocada que não se justificava a sua recuperação por ser muito dispendiosa (Ofício do Engenheiro Diretor da DGEMN ao Engenheiro Diretor Geral. PT DGEMN:DSCSV-001-0084/0448, IHRU). Os prédios eram conhecidos por “Casa das Ratas” (*BMNAA*, V, 2, 1966).

<sup>228</sup> *BMNAA*, V, 2, 1966: 72.

<sup>229</sup> Orientadas respetivamente pelo escultor António Duarte e por José Bénard Guedes Salgado, conservadores ajudantes do MNAA (*BMNAA*, V, 2, 1966).

<sup>230</sup> *BMNAA*, V, 2, 1966: 72.

<sup>231</sup> *BMNAA*, V, 2, 1966: 72.

|      |  |  |
|------|--|--|
|      |  | formação de conservadores.   |
| 1964 |  | (3) Construções e demolições na sequência da demolição do Centro Infantil do MNAA <sup>232</sup> . Construção de um barracão provisório junto ao Anexo, para arrecadação.  |
| 1965 | (2) Abertura do Museu à noite, com visitas guiadas às exposições de pintura portuguesa, cerâmica e mobiliário e à Capela <sup>233</sup> . Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia <sup>234</sup> . Transferência dos serviços de inspeção dos museus da Junta Nacional de Educação para a DGEBSA, do Ministério da Educação Nacional, através dos Serviços de Inspeção das Belas Artes. Igreja, sacristia e coros do Convento da Madre de Deus e Museu dos Azulejos, ali instalado passam a anexos do MNAA (-1980). MNAA como museu normal, para preparação do pessoal técnico de museus. Estágio no MNAA substituído por Curso de Conservador de Museus, Palácios e Monumentos Nacionais. Criação do Instituto José de Figueiredo (IJF) como organismo centralizado para a conservação e restauro das obras de arte, tutelado pela DGEBSA. As 3 oficinas e o laboratório que funcionavam no MNAA passam para o novo edifício. Fundação da Associação Portuguesa de Museologia (APOM), por iniciativa de M <sup>a</sup> José de Mendonça, presidente da Direção. JC eleito presidente honorário. Primeira reunião de estudo realizada no MNAA. Criação do Museu de Etnologia do Ultramar <sup>235</sup> . | (7) Abel de Moura pede à DGEMN a beneficiação das paredes das salas de exposição <sup>236</sup> .<br>(30.8) Incêndio destrói um barracão que servia de arrecadação de embalagens <sup>237</sup> .<br>(10) Iluminação à noite das galerias de pintura estrangeira e ourivesaria (andar nobre do Palácio).<br>Construção em madeira para oficina de pintura do Centro Infantil do MNAA, junto à antiga casa das caldeiras (topo poente do Palácio).<br>(-1966) Melhoramento das salas das exposições temporárias, pela FCG <sup>238</sup> .<br>(c.) Demolição do pavilhão das oficinas de modelação e olaria, instalado no jardim. |
| 1967 | (6.7-1.1975) Direção de Maria José de Mendonça.<br>(8) Exposição <i>A obra do Dr. João Couto no MNAA</i> . Organizada pela APOM.   | Convite de M <sup>a</sup> José de Mendonça a Cruz de Carvalho para reorganização do Museu. Ataque à infestação de formiga branca. Inauguração do busto de JC no átrio do Museu.<br>(-1974) Criação de galerias de estudo e arrumação geral das reservas.   |
| 1968 | Antenor Patiño doa ao Estado Português uma sala do seu Palácio de Paris.<br>1 <sup>a</sup> fase do projeto de remodelação do IJF:  | Projetos de ampliação e plano de programação, por Cruz de Carvalho (não concretizados).  |

<sup>232</sup> Esta demolição pôs em risco a segurança do Museu. Tornava-o facilmente acessível pela vedação, no setor que confinava com a parte demolida (provavelmente a nascente do LJF) e havia o perigo de derrocada, por falta de suporte, de uma chaminé da antiga câmara de expurgo (entretanto transformada em arrecadação), contígua aos prédios demolidos. Como solução constrói-se um muro com vedação na zona demolida e procede-se à demolição da citada chaminé. Ofício de 28.3.1964, PT DGEMN:DSCSV-001-0084/0448, IHRU.

<sup>233</sup> *BMNAA*, V, 3-4, 1969.

<sup>234</sup> Decreto-lei n.º 46758, *DR*, I<sup>a</sup> série, n.º 212, 18.12.1965.

<sup>235</sup> Carlos Guimarães refere que o programa prevê alguns espaços nunca antes pensados na construção de um museu, como reservas visitáveis (Guimarães 2004: 238). Se bem que não construídos de raiz, vimos que João Couto já tivera a mesma ideia para o MNAA.

<sup>236</sup> Carta de 30.7.1965. PT DGEMN:DSCSV-001-0084/0448, IHRU.

<sup>237</sup> Feito de madeira e lusalite, com c. 200m<sup>2</sup>, situava-se no declive abaixo do jardim do Museu, junto ao armazém dos CTT (notícia no jornal *I.º de Janeiro*, de 31.8.1965, recorte em AMJM-BMNAA, pasta 7).

<sup>238</sup> *BMNAA*, V, 3-4, 1969.

|      |   |   |
|------|---|---|
|      | elevação dos corpos laterais e execução de um anexo para oficina e depósito (DGEMN).  | Conservação da fachada sul e da cobertura. Vedação dos pátios. Escavação em rocha para fundação do muro de vedação do terreno do Museu. Construção de um murete com vedação, separando o Museu do IJF.  |
| 1969 | Coleção de escultura do Comandante Ernesto Vilhena é doada ao Estado Português pelos seus herdeiros.<br>Estudo para um programa de atualização das galerias do Museu <sup>239</sup> .<br>Inauguração do Edifício Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG).      | (10-11) Remontagem da sala de escultura da doação Calouste Gulbenkian, com projeto museográfico de Cruz de Carvalho <sup>240</sup> .<br>Início da instalação da Sala Patiño no piso nobre do Palácio (obra adjudicada a Anselmo Costa).<br>Ligação do Anexo e do Palácio por uma passagem coberta (obra adjudicada a Anselmo Costa).<br>Reparação de persianas nas claraboias.<br>Limpezas e pinturas diversas.<br>Ataque à infestação de formiga branca.   |
| 1970 | C. 1500 obras da coleção de escultura do Comandante Ernesto Vilhena são depositadas no MNAA.  | Inauguração da nova <i>Sala Calouste Gulbenkian</i> .<br>Obras de conservação nos telhados e paredes da Capela (adjudicadas a Garcia J. Dias).<br>Arranjo das coberturas e algerozes do Anexo (obra adjudicada a António Ferreira de Almeida).<br>Arranjo de parte do pavimento do sótão (obra adjudicada a Virgílio dos Santos).<br>(-1971) Arranjo das instalações sanitárias do piso inferior (remoção de azulejos e rebaixamento do pavimento).   |
| 1971 | (22.6) Edital da CML cria a R. Dr. João Couto, em Benfica, Lisboa.<br>(18.11) M <sup>a</sup> José de Mendonça propõe ao Ministro da Educação Nacional um novo regulamento do Museu que substitua o de 1916 <sup>241</sup> .<br>(-1972) Ampliação e reestruturação do IJF. | Estudo da renovação da Sala de Ourivesaria Francesa.<br>DGEMN procede a obras na escadaria e vestíbulo do Palácio.<br>(18.11) M <sup>a</sup> José de Mendonça alerta o Ministro da Educação Nacional para a falta de segurança do Museu, a necessidade de remodelar as salas e propõe a construção no jardim de galerias de estudo e oficinas de trabalhos plásticos do SE e a construção de um novo edifício para o Museu <sup>242</sup> .<br>Edifício do MNAA classificado como Imóvel de Interesse Público <sup>243</sup> .<br>Pintura do teto da sala anexa à Sala Patiño.<br>Substituição na ala sul do Palácio da caixilharia de madeira por caixilharia de alumínio.<br>Substituição do portão.<br>(-1972) Proteção das claraboias das salas de exposição. |
| 1972 |   | Arranjo do jardim e do portão de acesso ao mesmo (fachada sul?).<br>Colocação de guarda-vento na entrada da R.  |

<sup>239</sup> Anunciado por Maria José de Mendonça na introdução ao *Roteiro do Museu Nacional de Arte Antiga*, 1969.

<sup>240</sup> Carvalho 2011, 113.

<sup>241</sup> Decreto n.º 516/71, *DG*, 1.ª série, n.º 274 de 22.11.1971.

<sup>242</sup> PT/MNAA/AJF/APF-MNAA-V/00005.

<sup>243</sup> Decreto n.º 516/71, *DG*, 1.ª série, n.º 274 de 22.11.1971.

|      |  |   |
|------|--|---|
|      |  | <p>das Janelas Verdes, projeto de José Almeida de Oliveira<sup>244</sup>.</p> <p>Instalação da galeria de estudo de cerâmica e beneficiação da de pintura<sup>245</sup>.</p> <p>Pintura de paredes e teto, arranjo de caixilharia e ferragens em latão na Sala Patiño<sup>246</sup>.</p> <p>Arranjo da escadaria e entrada principal<sup>247</sup>.</p> <p>DGEMN estuda a instalação de um portão que isole o jardim do MNAA da entrada do IJF e a construção de um pavilhão para o SE e arrecadação.</p>   |
| 1973 | José Luís Porfírio, conservador.   | Limpeza das arcadas de cantaria do átrio e isolamento da Capela com lâ de vidro (obras adjudicadas a Anselmo Costa).  |
| 1974 | (25.4) Revolução democrática.<br>Exposição <i>O traje civil em Portugal</i> , na galeria de exposições temporárias do MNAA, será o embrião do Museu Nacional do Traje. (-1975) Direção Geral dos Assuntos Culturais, responsável pelos museus.   | Inauguração da Sala Patiño.<br>Obras nas salas de ourivesaria.<br>Instalação de um monta-cargas.<br>Aquisição de bancos e vitrinas.   |
| 1975 | (10.1) M <sup>a</sup> José de Mendonça atinge o limite de idade (70 anos).<br>(11.1-1977) Direção interina de Maria Alice Beaumont.<br>Criação da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM <sup>248</sup> .<br>Estado português compra o Palácio Angeja-Palmela e o Parque do Monteiro-Mor para instalar o Museu Nacional do Traje.<br>(-1980) Direção Geral do Património Cultural (DGPC). Tutela o MNAA e outros 25 museus, como serviços dependentes. | Encerramento do piso nobre do Palácio para obras: remoção do tecido de parede, já degradado, picagem do reboco e solução das infiltrações, arranque dos lambris de madeira, pintura das paredes, arranjo dos estuques decorativos, beneficiação dos telhados com fixação de telhas de vidro.<br>Exposição provisória de pintura estrangeira no Anexo.<br>Exposição de ourivesaria no átrio das Janelas Verdes <sup>249</sup> .<br>Arranjo do telhado na zona poente.  |
| 1976 |  | (5-11) Projeto de remodelação da cave do Palácio (cozinha e sanitários para pessoal e oficina de carpintaria) <sup>250</sup> .<br>(8) Projeto para novas instalações na ala sul do Palácio: ampliação da cave (corpo central e lado poente) e criação de um piso intermédio (lado oeste) entre o térreo e o nobre <sup>251</sup> , na atual zona dos arquivos e restaurante (não concretizado).<br>(12) Reabrem no andar nobre do Palácio as primeiras 4 salas da nova exposição permanente de pintura estrangeira.<br>Colocação de grades de ferro na ala sul do piso térreo do Palácio (obra adjudicada a Anselmo Costa). |

<sup>244</sup> DOC.00037903, SIPA.

<sup>245</sup> PT/MNAA/AJF/APF-MNAA-V/00005.

<sup>246</sup> PT/MNAA/AJF/APF-MNAA-V/00005.

<sup>247</sup> PT/MNAA/AJF/APF-MNAA-V/00005.

<sup>248</sup> DR, 3<sup>a</sup> série, 17.7.1975.

<sup>249</sup> Por decisão de M<sup>a</sup> José de Mendonça. Após a sua aposentação, foi retirada por questões de segurança (Porfírio 1994).

<sup>250</sup> Projeto de 31 de maio, alterado a 29 de novembro (DOC.00037926, SIPA).

<sup>251</sup> DOC.00037904 (19 de agosto) e DOC.00037933 (20 de agosto), SIPA.

|      |  |  |
|------|--|--|
| 1977 | (4.4-9.1990) Direção de Maria Alice Beaumont <sup>252</sup> .<br>Inauguração do Museu Nacional do Traje. Centenas de objetos do MNAA integram o novo museu <sup>253</sup> .<br>Criação da Secretaria de Estado da Cultura (integra a DGPC).  | (12) Escavação por baixo da sala do SE <sup>254</sup> .<br>Inauguração de duas salas de artes decorativas francesas do séc. XVIII, junto à Sala Patiño. Iluminação do átrio.<br>Refeitório transformado em oficina de carpintaria.<br>Beneficiação das coberturas e caixilharias.  |
| 1978 |  | Estudo de construção de um piso intermédio na ala sul do Anexo, para expôr a coleção de cerâmica (proposta do MNAA à DGEMN).<br>Preparação da alteração da exposição do núcleo de faiança portuguesa.  |
| 1979 | Cessam os cursos de conservadores do Estado <sup>255</sup> .   | (2) Ampliação das instalações na cave do Palácio <sup>256</sup> .<br>Instalação de um bar na zona do corpo central do Palácio <sup>257</sup> .<br>Oficina de restauro de pintura no MNAA.  |
| 1980 | Museu do Azulejo autonomiza-se do MNAA e passa a Museu Nacional do Azulejo. Recebe parte do acervo do MNAA.<br>Obras da Coleção Vilhena passam a propriedade do MNAA.<br>(-1981) Legado de Barros de Sá completa a coleção de ourivesaria (c. 800 objetos).<br>(-1991) Instituto Português do Património Cultural (IPPC) <sup>258</sup> . Coordena os museus da Secretaria de Estado da Cultura. | (20.3) Estabelecimento da Zona Especial de Proteção do MNAA, por despacho do Secretário de Estado da Cultura.<br>(7) Projeto para construção do piso intermédio da ala sul do Anexo, Nuno de Moraes Beirão <sup>259</sup> .<br>Arranjo das coberturas (obra adjudicada a Anselmo Costa).<br>Redimensionamento do espaço destinado a reservas, devido à incorporação das obras da Coleção Vilhena.<br>(9.7-4.3.1981) Projetos de remodelação do Anexo <sup>260</sup> .  |
| 1981 |  | Construção do piso intermédio da ala sul do Anexo (obras a cargo da DGEMN, adjudicadas a Lourenço Simões & Reis, Lda.).<br>(4) São retirados os candeeiros do teto da ala sul do piso inf. do Anexo e espalhado o cimento no piso novo.<br>(4.9) Alterações ao projeto de remodelação do Anexo (escada de acesso ao piso intermédio e salas junto à escadaria).<br>Exposição provisória de faiança portuguesa no átrio do Anexo.<br>Beneficiação do elevador, passando a servir o piso intermédio.<br>Construção das escadas para o bar (Palácio). |

<sup>252</sup> **Maria Alice Beaumont** (1929-2004). Realizou o Curso de Conservadores de Museus (1959), foi conservadora do Museu-Biblioteca Condes Castro Guimarães, Cascais (até 1971) e, no MNAA, conservadora das coleções de pintura e desenho (1971-1975) e diretora interina (1975-1977) (Pereira 2004 e Porfírio 2005).

<sup>253</sup> Cabello 1992, 14.

<sup>254</sup> AFMNAA, gav. 12, 4.2.4.1.1, n.º 206.

<sup>255</sup> Henriques 2011, 132.

<sup>256</sup> DOC.00037958, SIPA.

<sup>257</sup> Em 1962 já havia um «pequeno bar improvisado», julgo que no piso térreo do Palácio, no atual corredor para os sanitários (Cf. Dossiê *O Museu tal como o fiz*, BMNAA).

<sup>258</sup> Criado pelo Decreto-Lei n.º 59/80 de 3.4. Dependente da Secretaria de Estado da Cultura, compete-lhe «coordenar os monumentos, museus, bibliotecas, arquivos, serviços de documentação e outras instituições de índole cultural» (Henriques 2011: 130).

<sup>259</sup> DOC.00037678, IHRU e DOC.00037882, IHRU.

<sup>260</sup> DOC.00037928, IHRU e DOC.00037944, IHRU.

|      |  |  |
|------|--|--|
|      |  | Colocação de cantaria em locais onde se encontrava fragmentada.  |
| 1982 | <p>Transferência provisória de grande parte da coleção de escultura para o Palácio Nacional de Maфра (-1997).</p> <p>Criação do Ministério da Cultura. Integra a DGPC.</p> <p>Face ao estado de ruína da Casa do Monteiro Mor, no Parque do mesmo nome, o Estado adapta-a a Museu Nacional do Teatro.</p> <p>(-1987) Rafael Calado, conservador da cerâmica do MNAA, é nomeado diretor do Museu Nacional do Azulejo.</p> | <p>Projeto de João de Almeida, Pedro Ferreira Pinto e Pedro Emauz da Silva para construção de um piso intermédio em todo o Anexo (no âmbito da adaptação do Anexo a núcleo da XVII Exposição do Conselho da Europa).</p> <p>Parecer do IPPC sobre o projeto de alteração do Anexo.</p> <p>(-1983) Construção do restante piso intermédio do Anexo, com duas salas para exposição no lugar da antiga escadaria e um espaço de claustro fechado no andar superior.</p> <p>(1) Apeada parte da balaustrada do lado nascente da galeria sup. do Anexo para montar o estaleiro de obras no átrio. (2) Demolição da escadaria do Anexo. (4) Demolição dos 2 patamares da escadaria nobre do Anexo, mantendo-se as paredes correspondentes aos lados da escadaria. (8) Aberturas nas paredes norte e sul do átrio. Abertura de vãos laterais na parede poente do átrio, para ligação ao vestíbulo<sup>261</sup>. Colocação de vigas para apoio do patamar da escada no piso intermédio. Abertura do fosso do novo elevador. Os balaústres da galeria do piso sup. do Anexo são empilhados num vagão, no jardim. (10) Já se encontra construído o piso intermédio, no local da escadaria demolida. (12) Chegada da nova escadaria do Anexo. Pintura de caixilharias, cimalthas e portas. Rebaixamento do piso do átrio.</p> <p>(10) Obras de recuperação na cobertura do Palácio (aplicação de guarda-pó, reparação das clarabóias), demolição de tetos de fasquiado e divisórias em tabique no sótão (obras da DGEMN, adjudicadas a Lourenço, Simões e Reis Lda.).</p> <p>Construção de rampas de acesso à escadaria da fachada principal<sup>262</sup>.</p> <p>Reparação da iluminação exterior.</p> |
| 1983 | <p>XVIIª Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura do Conselho da Europa.</p> <p>Programa de Governo pretende reestruturar os museus nacionais.</p>  | <p>(7.5-1.10) Exposição <i>Abre-se a terra em som e cores. As Descobertas e o Renascimento, formas de coincidência e de cultura</i>, integrada na XVIIª Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura do Conselho da Europa, nos 3 pisos do Anexo. Projeto, montagem e design Arquí III, museografia Maria Alice Beaumont.</p>   |
| 1984 |  | <p>Remodelação das zonas junto à Capela.</p> <p>Nova exposição da coleção de cerâmica, na ala sul do piso intermédio do Anexo, em vitrinas aproveitadas da XVIIª e museografia análoga à exposição temporária no átrio do Anexo (museografia de Ilda Arez, em colaboração com Graça Lima)<sup>263</sup>.</p> <p>(final) Apresentada pela 1ª vez a coleção</p>  |

<sup>261</sup> AFMNAA, gav. 12, 4.2.3.1, nº 388, 374 e 378.

<sup>262</sup> Cabello 1992, 18.

<sup>263</sup> *Faiança Portuguesa. Roteiro*, 2007: 25.

|      |  |  |
|------|--|--|
|      |  | permanente de mobiliário português.<br>(-1985) Instalação das coleções no Anexo.   |
| 1985 | (11.2) Por edital da CML as Escadinhas da Rocha [do Conde de Óbidos] passam a Escadaria José António Marques.  | Exposição autónoma das coleções de escultura ( piso sup. do Anexo), ourivesaria, objetos africanos e asiáticos ( piso intermédio). Restabelecimento da iluminação natural na atual sala 12.<br>Construção de um anexo, com pavimentos de madeira, divisórias de alumínio e armações de ferro.<br>(-11.1992) Coleção permanente de mobiliário português na ala sul do piso inferior do Anexo.   |
| 1986 | Adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia.  | (8.9) Projeto para construção de uma escada na ala sul da cave do Anexo, criando um mezanino <sup>264</sup> .<br>(12-4.88) Projeto de remodelação dos tetos das salas do piso superior do Anexo, Rogério Ribeiro, Jorge Kol Carvalho e Jorge Alves <sup>265</sup> .  |
| 1987 |  | Ruimento, consolidação e restauro do teto pintado da atual sala 51.  |
| 1988 |  | (1) Obras no sistema de ventilação das reservas.<br>(10) Adjudicação da obra para remodelação dos tetos das salas do piso superior do Anexo.   |
| 1989 | (8.8) Esquina do Cais de José António Pereira passa a Tv. de José António Pereira.   |  |
| 1990 | Jubilação de Maria Alice Beaumont.<br>(8.11-2.1991) Direção interina de José Luís Porfírio.<br>Lei orgânica do IPPC.   | (1-2) Colocação de alcatifa nas salas de exposições temporárias <sup>266</sup> .<br>(4) Reparação da cobertura da Capela (Lourenço, Simões e Reis, Lda.).<br>(5-12.1990) Remodelação dos tetos das salas do piso superior do Anexo, com montagem de sistema de lamelas e construção de estruturas de chapa opalina, para voltarem a receber luz natural. Descolagem da alcatifa e recuperação do soalho. Reparação da cúpula sobre o átrio (a cargo da DGEMN, custeadas pelo IPPC e adjudicadas a Anselmo Costa Lda.). |
| 1991 | (8.2) Direção de Ana Maria Brandão (-1996) <sup>267</sup> .<br>(12) IPM contacta a Arqui III para realização da exposição <i>No Tempo das Feitorias</i> , no andar nobre do Palácio.<br>Portugal país convidado da Europália.<br>(-2007) Instituto Português dos Museus (IPM) <sup>268</sup> . MNAA como serviço dependente. | (5) Inauguração das exposições permanentes de pintura e escultura portuguesas, nas salas e claustro do piso sup. do Anexo, respetivamente. Pintura dividida em sobre madeira e sobre tela.<br>(7-12) Recuperação do jardim do MNAA, projetos de Francisco Caldeira Cabral, Filho <sup>269</sup> .  |

<sup>264</sup> DOC.00037910, SIPA.

<sup>265</sup> DOC.00058188, SIPA.

<sup>266</sup> Para a exposição *Arte Namban. Os Portugueses no Japão*.

<sup>267</sup> **Ana Maria Brandão** (n. 1944). Realizou o Curso de conservador no MNAA e o Curso de Técnicas Têxteis do Centre International d'Étude de Textiles Anciens, Lyon. Conservadora (1977) e diretora do Museu Nacional do Traje (1980-83), membro da comissão instaladora do Museu Nacional do Teatro (1979), responsável pelo núcleo do Mosteiro dos Jerónimos da XVII Exposição do Conselho da Europa, conservadora do Museu Alberto Sampaio (1983-85), assessora do Presidente do IPPC (1987-88) (Cabelo 1992, 71).

<sup>268</sup> Criado pelo Decreto-Lei n.º 278/91, de 9 de agosto.

<sup>269</sup> Trabalhos de conservação e manutenção dos jardins do MNAA e do Palácio Pombal, outubro de 1991, Arquivo IPPC, Proc. N.º 178 / DPO (6), ADEPOF-DGPC.

|      |  |   |
|------|--|---|
| 1992 | (6-12) Exposição <i>No Tempo das Feitorias: a arte portuguesa na época dos Descobrimentos</i> , piso sup. do Anexo.  | (17.1) Relatório da Arqui III alerta para a falta de segurança e estado de degradação do Palácio.<br>(4) IPM convida a Arqui III a formular um projeto de remodelação do Palácio.<br>(3-6) Projeto museográfico da Arqui III para a exposição <i>No Tempo das Feitorias</i> , a realizar no piso superior do Anexo. Desmontagem das exposições permanentes de pintura e escultura portuguesas, do piso sup. do Anexo, para realização da exposição<br>(7) Projeto de remodelação do Palácio, Arqui III.<br>(8-9) Projeto de execução de elevador, da cave ao sótão do Palácio (Arqui III).<br>(9-12) Exposição da coleção de pintura no Palácio.<br>(10) Projeto da Arqui III para novo restaurante (não concretizado).<br>(11) Exposição de artes decorativas no piso intermédio do Anexo.<br>(-1994) Obras de remodelação: piso sup. do Palácio, coberturas, duplicação da zona de exposições temporárias, tratamento do ar condicionado, reinstalação do Gabinete de Estampas, com espaços de exposição e de tratamento e conservação, nova área para a direção, serviços técnicos e administrativos (passam do piso térreo do Palácio para o sótão), requalificação e ampliação de setores de apoio ao visitante (portaria, loja, cafetaria e restaurante), edifício de arrecadação junto ao jardim, recuperação dos tetos com estuques decorativos, pintura da fachada de amarelo. |
| 1993 | Os CTT projetam criar um museu nos Armazéns Gerais da CTP (Correios e Telecomunicações de Portugal), encostados ao muro de suporte do jardim do MNAA <sup>270</sup> .  | (4-18.1) Desmontagem da exposição <i>No Tempo das Feitorias</i> .<br>(11-18.1) Desmontagem da exposição de pintura estrangeira.<br>(1.2) Entrega do Palácio para obras.<br>(2-12) Exposição da coleção de pintura no Anexo.<br>(12) Projeto de recuperação do jardim, Gonçalo Ribeiro Telles e Francisco Manuel Caldeira Cabral (construção de estrutura metálica para esplanada e construção de miradouro sobre terraço do armazém do MNAA, a sul do jardim) <sup>271</sup> .  |
| 1994 | Lisboa, Capital Europeia da Cultura. Melhoria da sinalização do Museu em Lisboa. Parque de estacionamento passa do Largo do Dr. José de Figueiredo para o Jardim 9 de Abril.<br>Restauro do Chafariz das Janelas Verdes.<br>Redução do passeio da Av. 24 de Julho para | (1-5) Encerramento da totalidade do Museu.<br>(2) Projeto museográfico da Arqui III para o Palácio.<br>(5) Reabertura do MNAA com novo programa museológico: nova exposição permanente de pintura (museografia de José Luís Porfírio); 1ª exposição permanente de escultura portuguesa  |

<sup>270</sup> ADEPOF-DGPC.

<sup>271</sup> MNAA. Arranjo paisagístico do jardim. Memória descritiva, Gonçalo Ribeiro Telles e Francisco Manuel Caldeira Cabral, 15.12.1993 (Pasta MNAA. Recuperação do jardim. Projeto de execução, dezembro de 1993, ADEPOF-DGPC).

|      |  |  |
|------|--|--|
|      | aumento das faixas de rodagem.<br>Projeto para um pedoduto na Rocha do Conde de Óbidos.  | (museografia de Sérgio Guimarães Andrade) <sup>272</sup> ; núcleo de cerâmica remodelado e ampliado, com o mesmo mobiliário expositivo; novo núcleo de joalheria.<br>(19.5-15.8) Inauguração do espaço ampliado das exposições temporárias, com a exposição <i>As tentações de Bosch e o eterno retorno</i> , inserida na Lisboa, Capital Europeia da Cultura, 1994.<br>Iluminação das fachadas do MNAA.<br>(-1998) Restauro da pintura do teto da Sala dos Alabastros (atual Sala do Tecto Pintado), pelo Instituto José de Figueiredo. |
| 1995 | Serviço de acolhimento ao visitante, por voluntários do GAMNAA.<br>(c.) Anteprojecto de Souto Moura para passagem aérea a ligar a Gare Marítima da Rocha do Conde de Óbidos ao MNAA <sup>273</sup> . | (c.) Estrutura metálica no jardim, para esplanada do restaurante e miradouro.  |
| 1996 | (-2004) Direção de José Luís Porfírio <sup>274</sup> .   |  |
| 1997 | IPM adquire autonomia financeira.  |  |
| 1998 |  | (1) Substituição de telhas e reparação das claraboias da cobertura do Anexo <sup>275</sup> .<br>Zona Especial de Proteção Conjunta do MNAA e edifícios classificados na zona envolvente <sup>276</sup> .   |
| 1999 | (-2001) Adaptação de parte do Convento das Bernardas, Lisboa, para Museu da Marioneta, projeto da Arqui III.   |  |
| 2000 | Rede Portuguesa de Museus (RPM) <sup>277</sup> .   | Reorganização e abertura da galeria de mobiliário português.<br>Reparação e pintura parcial do átrio principal <sup>278</sup> .  |
| 2001 | MNAA integra, por inerência, a RPM.  |  |
| 2003 | (5-6) Exposição <i>Carlos Relvas e a Casa da Fotografia</i> <sup>279</sup> .   | Colocação de uma placa informativa à entrada da exposição permanente de mobiliário português <sup>280</sup> .  |
| 2004 | (11- 8.2007) Direção de Dalila Rodrigues.<br>Lei Quadro dos Museus Portugueses <sup>281</sup> .  | J. Luís Porfírio pensa adaptar a Sala de Conferências a sala de tapeçarias.<br>Reparação de 8 janelas do lado norte do edifício <sup>282</sup> .<br>Colocação de novas rampas interiores e recuperação das existentes <sup>283</sup> .<br>Orçamento para recuperação da cobertura da Capela <sup>284</sup> .   |

<sup>272</sup> A exposição de escultura mantém-se «nas suas linhas fundamentais» (Carvalho 2011, 111-112) até 2009, exceto na ala poente, onde, em 2005, são colocados, no topo da escadaria, os *Painéis de São Vicente*.

<sup>273</sup> *Público*, 23 de janeiro de 1999 (GEO).

<sup>274</sup> **José Luís Porfírio** (n. 1943) Museólogo e crítico de arte. Licenciado em História (1967), realizou o Curso de Conservador no MNAA (1970), onde foi conservador (a partir de 1973), diretor interino (1990-91) e diretor, cargo que ocupou até à data da reforma («José Luís Porfírio», [http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9\\_Lu%C3%ADs\\_Porf%C3%ADrio](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Lu%C3%ADs_Porf%C3%ADrio), consult. janeiro 28, 2013).

<sup>275</sup> PT DGEMN:DSCSV-001-0084/0448, IHRU.

<sup>276</sup> Portaria n.º 512/98, DR n.º 183 de 10.8.1998.

<sup>277</sup> Criação da Estrutura de Projeto pelo Despacho conjunto n.º 616/2000, de 17 de maio.

<sup>278</sup> Dossiê IPM-MNAA. 21B, ADEPOF-DGPC.

<sup>279</sup> V. 3.1.3.

<sup>280</sup> Dossiê IPM-MNAA. 21B, ADEPOF-DGPC.

<sup>281</sup> Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto, publicada na I série A do DR, n.º 195, de 19.8.2004.

|      |   |  |
|------|---|--|
| 2005 | Seleção de «10 obras de referência do MNAA» e colocação de folhas de sala junto das mesmas.<br>Novo logótipo (  )<br>(-2008) Mecenato exclusivo do banco Millennium BCP. | (2) Substituição de estores em 3 salas de exposição e colocação de 3 estores fixos nos janelões da escadaria do Palácio <sup>285</sup> .<br>Reabertura da entrada da R. das Janelas Verdes. Colocação de balcão de atendimento. Colocação de telões nas fachadas norte, sul e poente, com pormenores de pinturas de Nuno Gonçalves e Bosch e os logotipos do MNAA e do banco Millennium BCP.<br>Guarda metálica de proteção na Sala Patiño <sup>286</sup> .                                |
| 2006 | Despacho Normativo nº 3/2006 sobre credenciação de museus <sup>287</sup> .  | (6-8) Reparação da cúpula e clarabóia do lanternim do átrio do Anexo, com colocação de telha comum <sup>288</sup> .<br>(10) Danos na Sala Germain devido a infiltrações <sup>289</sup> .<br>Requalificação do jardim, com apoio financeiro do GAMNAA.  |
| 2007 | (-2009) Direção de Paulo Henriques.<br>(-2012) Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) <sup>290</sup> : fusão do IPM com o Instituto Português de Conservação e Restauro. MNAA como serviço dependente.   | (desde) Pelo seu estado de degradação, a Capela é encerrada ao público, por questões de segurança <sup>291</sup> .<br>Requalificação do restaurante, com apoio financeiro do GAMNAA.<br>Edifício do MNAA afeto ao IMC.   |
| 2008 | (6-8) Exposição <i>Museografias</i> , Sala Polivalente <sup>292</sup> .   | (11-12) Encerramento do andar nobre do Palácio para requalificação da exposição permanente de pintura, incluindo equipamento museográfico (como as pilastras informativas), projeto de Célia Anica e apoio financeiro do GAMNAA. Algumas obras de referência são expostas na galeria de exposições temporárias.<br>passa a expor desenhos e gravuras.<br>Inspeção e beneficiação do elevador.<br>(8) Projeto de requalificação das instalações da cafeteria / restaurante <sup>293</sup> . |
| 2009 | (30.9) Após uma polémica aprovação camarária, o IPPAR aprova um projeto para uma estátua de S. João de Deus, de Soares Branco, na zona inf. do Jardim 9 de Abril <sup>294</sup> (não concretizada).   | (1) Abertura da exposição permanente de pintura europeia e artes decorativas europeias, no andar nobre do Palácio <sup>295</sup> . Sala do Tecto Pintado destinada a pequenas exposições temporárias, sobretudo de desenho e gravura.<br>Elaboração de caderno de encargos para recuperação de fachadas e coberturas da  |

<sup>282</sup> Dossiê IPM-MNAA. 21B, ADEPOF-DGPC.

<sup>283</sup> Dossiê IPM-MNAA. 21B, ADEPOF-DGPC.

<sup>284</sup> Cobertura da Capela das Albertas. Orçamento, setembro de 2004. Capilha Obras de construção civil / 2006, ADEPOF-DGPC.

<sup>285</sup> Dossiê IPM-MNAA. 21B, ADEPOF-DGPC.

<sup>286</sup> Dossiê IPM-MNAA. 21B, ADEPOF-DGPC.

<sup>287</sup> Publicado no *DR*, I série B, nº 18, de 25.1.2006.

<sup>288</sup> Dossiê IPM-MNAA. 21B, ADEPOF-DGPC.

<sup>289</sup> Dossiê IPM-MNAA. 21B, ADEPOF-DGPC.

<sup>290</sup> Criado pelo Decreto-Lei n.º 97/2007, de 29 de março.

<sup>291</sup> «Museu nacional fecha capela por segurança»:

<http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=160262&tm=&layout=121&visual=49> (consult. agosto 8, 2014).

<sup>292</sup> V. 3.1.3.

<sup>293</sup> Dossiê IPM-MNAA. 21B, ADEPOF-DGPC.

<sup>294</sup> *Público*, 30 de setembro de 2009 (GEO).

<sup>295</sup> *Instituto dos Museus e da Conservação. Relatório Actividades, 2009.*

|      |  |   |
|------|--|---|
|      |  | <p>Capela das Albertas.<br/>Desmontagem das exposições permanentes de pintura e escultura portuguesa (piso sup. do Anexo) para montagem da exposição <i>Encompassing the Globe. Portugal e o Mundo nos séculos XVI e XVII</i>. Sala 13 afeta à exposição e sala 11 destinada a reservas. Novas vitrinas e colocação de 3 rampas, 1 assento corrido na zona do claustro e um pórtico de isolamento do piso superior. Projeto de Célia Anica.<br/>(4-11) Exposições antológicas de pintura e escultura portuguesas na Galeria de Exposições temporárias e na Sala dos Passos Perdidos (Sala Polivalente)<sup>296</sup>.<br/>(-2011) Adaptação das instalações da cafetaria / restaurante.</p> |
| 2010 | <p>(desde jan.) Direção de António Filipe Pimentel.<br/>MNAA no <i>twitter, facebook e youtube</i><sup>297</sup>.<br/>Instalação de um bar-esplanada no Jardim 9 de Abril, sobre a cobertura do nº 20, projeto Aspa arquitectos (2008).</p>  | <p>(23.9) Início do programa de exposições temporárias “Sala do Tecto Pintado”.<br/>(11.11-23.4.2011) Exposição <i>Primitivos Portugueses. 1450-1550. O Século de Nuno Gonçalves</i>, no piso superior do Anexo. Equipamento expositivo permanece após o fecho da exposição.<br/>(c.) Montagem do Presépio das Necessidades, no piso inf. do Anexo, na sequência da exposição <i>Esculturas de género. Presépio e Naturalismo em Portugal</i>.</p>  |
| 2011 |  | <p>(2-27.4) Exposição-síntese de pintura e escultura portuguesas, Galeria de Exposições temporárias<sup>298</sup>.<br/>(9) Biblioteca reabre ao público. Candeeiros (de teto e de mesa) voltam a funcionar. Licenciamento para colocação de telas de divulgação cultural na fachada do Museu<sup>299</sup>.</p>   |
| 2012 | <p>(4) Novo logótipo (<a href="#">MNAA</a>).<br/>Nova divisão administrativa de Lisboa. A antiga Freguesia de Santos-o-Velho é integrada, com as freguesias dos Prazeres e Lapa, na nova freguesia da Estrela<sup>300</sup>.<br/>Direção Geral do Património Cultural (DGPC). Integra a maioria dos museus do IMC.</p> | <p>(c.) Logotipo do MNAA, em vinil, nos guarda-ventos das duas entradas do Museu.<br/>(c.) Colocação de telões na fachada nascente e mudança das faixas verticais na entrada da R. das Janelas Verdes, de paralelas para perpendiculares à fachada<sup>301</sup>.</p>   |
| 2013 | <p>(8.3-26.5) Exposição <i>Ilusionismos. Os Tetos Pintados do Palácio Alvor</i><sup>302</sup>.<br/>(9) Assinatura do primeiro acordo de colaboração entre o MNAA e o Museu do Prado, de Madrid, para realização de iniciativas comuns<sup>303</sup>.</p>   | <p>Reparação do telhado e fachada da Capela das Albertas<sup>304</sup>.<br/>Remoção do suporte de iluminação elétrica do teto e do aparelho de ar condicionado do óculo da Sala do Teto Pintado, para receber a Exposição <i>Ilusionismos. Os Tetos Pintados do Palácio Alvor</i>.</p>  |

<sup>296</sup> MNAA [Newsletter], abril 2009.

<sup>297</sup> MNAA. Newsletter, março 2010.

<sup>298</sup> *Percursos. Pintura e Escultura Portuguesas (sécs. XIII-XIX)* (MNAA. Newsletter, fevereiro 2011).

<sup>299</sup> MNAA, Dossiê IPM-MNAA. 21B, ADEPOF-DGPC.

<sup>300</sup> Lei 56/2012 de 8 de novembro.

<sup>301</sup> Em resultado das conclusões de um estudo de públicos do MNAA (Pereira 2012).

<sup>302</sup> V. 3.1.3.

<sup>303</sup> Newsletter [GAMNAA] nº 28, jan.-mar. 2014.

<sup>304</sup> Recuperação da cobertura da Capela das Albertas.

|      |  |  |
|------|--|--|
| 2014 | (26.6-28.9) Exposição <i>Ampliação do MNAA. 20 Propostas académicas</i> <sup>305</sup> . | Pintura da fachada da Capela das Albertas (2) e das portas da fachada norte do Palácio (5).<br>(4) Colocação de 5 telas verticais em estruturas metálicas frente ao lado dir. da fachada principal.<br>(5) Substituição de sinalética no piso térreo e escadaria do Palácio. |
|------|--|--|

---

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/intervencoes/museu-nacional-de-arte-antiga/recuperacao-da-cobertura-da-capela-das-albertas/> (consult. agosto 18, 2014).

<sup>305</sup> V. 3.1.3.

## **Apêndice E: Temas para os conteúdos do projeto de comunicação do edifício do MNAA e sua envolvente**

### **Tema 1: O sítio do MNAA**

- A origem da zona de Santos-o-Velho.
- O estabelecimento das Ordens Religiosas, sobretudo femininas.
- A proliferação de palácios a partir do séc. XVII, com destaque para o dos Condes de Óbidos, que dá nome à Rocha onde se implementa o MNAA.
- A resistência da zona ao terramoto de 1755 e o acentuar da presença da nobreza e da alta burguesia.
- A construção do Aterro.
- Origem do topónimo “Janelas Verdes”.

### **Tema 2: O(s) edifício(s) do MNAA. Descrição geral**

- Individualidade e articulação.
- Pré-existências à instituição museal.
- Diferença de cota na implementação do Anexo e do Palácio.
- Descrição exterior: planta, materiais, elementos arquitetónicos e decorativos (destaque para os portais decorados da fachada N do Palácio e da Igreja e para a inscrição do nome do arquiteto do Anexo, na fachada W).

### **Tema 3: O Convento de Santo Alberto**

- Fundação: quando, por quem, para quem e como.
- Implementação espacial.

- Descrição do espaço: Convento, igreja, cerca, dependências e Capela de S. João Batista.
- Extinção das Ordens Religiosas.
- Extinção do Convento e passagem para a posse do Estado.
- Disputa pelo espaço: seus intervenientes e propostas de ocupação.
- Convento para o Museu Nacional de Belas Artes, Igreja para a autoridade eclesiástica e cerca para a Câmara Municipal de Lisboa.
- O espaço envolvente: a Rocha do Conde de Óbidos, as Escadinhas da Rocha e o Jardim das Albertas.
- Demolição do Convento.
- Construção do Anexo do MNAA e integração da Igreja.

#### **Tema 4: O Palácio dos Condes de Alvor**

- Construção: quando, quem, onde e por quem.
- Características do palácio urbano barroco (destaque para os portais da fachada N).
- Vestígios da época de construção: a excecionalidade dos dois tetos pintados.
- Proprietários e inquilinos (destaque para Matias Aires da Silva de Eça e a imperatriz do Brasil e Duquesa de Bragança D. Amélia Augusta de Leuchtenberg).
- As obras do tempo de Gildemeester e do Marquês de Pombal (destaque para os portais brasonados).
- O aluguer e a compra pelo Estado para Museu Nacional de Belas Artes.

#### **Tema 5: A Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola**

- Participação portuguesa na *Special Loan Exhibition of Spanish and Portuguese Ornamental Art*, em Londres e exposição semelhante no Palácio Alvor.
- Primeiras obras de adaptação do edifício.
- A novidade da iluminação elétrica.
- Pintura e escultura decorativas.
- Dístico e monograma na fachada N.
- Inauguração no salão nobre.
- O sucesso da exposição e as críticas ao edifício.

## **Tema 6: O Museu Nacional de Belas-Artes**

- Obras de adaptação do edifício a Museu (alterações e sobrevivências).
- Inauguração (destaque para a placa alusiva no patim da escadaria nobre).
- Diretores e opções museográficas.
- Organização do espaço e novas salas.
- O projeto para adaptação do Convento das Albertas.
- A falta de espaço e a proposta polémica de Carlos Reis.

## **Tema 7: O Museu Nacional de Arte Antiga**

### **7.1: Primeiras intervenções e primeiros projetos de ampliação**

- A divisão de coleções e a separação do MNBA em MNAA e MNAC.
- Alterações museográficas e decorativas de José de Figueiredo.
- O(s) projeto(s) de Adães Bermudes para o Anexo e a demolição do Convento de Santo Alberto.

## **7.2: O «Anexo»**

- O arquiteto Rebelo de Andrade.
- Características da arquitetura do Estado Novo.
- As condicionantes do projeto (cave e igreja).
- A proposta de Duarte Pacheco.
- As alterações ao projeto.
- Elementos, organização e decoração (destaque para a ligação ao Palácio, salão central e antiga escadaria).
- A oposição de João Couto.
- As comemorações centenárias e a Exposição dos *Primitivos*.

## **7.3: O atual Laboratório José de Figueiredo**

- Compras e expropriações a Este do Museu para ampliação e anexos.
- Ante-projeto e projeto das Oficinas para o Serviço de Restauro de Obras de Arte.
- A habitação do chefe do pessoal menor e a casa da guarda.
- Pioneirismo do programa arquitetónico.
- O caso da tabela em branco.

## **7.4: Remodelação e ampliação do Palácio**

- O Palácio antes das obras.
- Demolições.
- João Couto e as alterações ao projeto.
- Remodelação interior e exterior. A galeria de exposições temporárias.

- Ampliação: novas salas, Biblioteca e Sala de Conferências.
- O jardim.
- A nova organização do Museu.

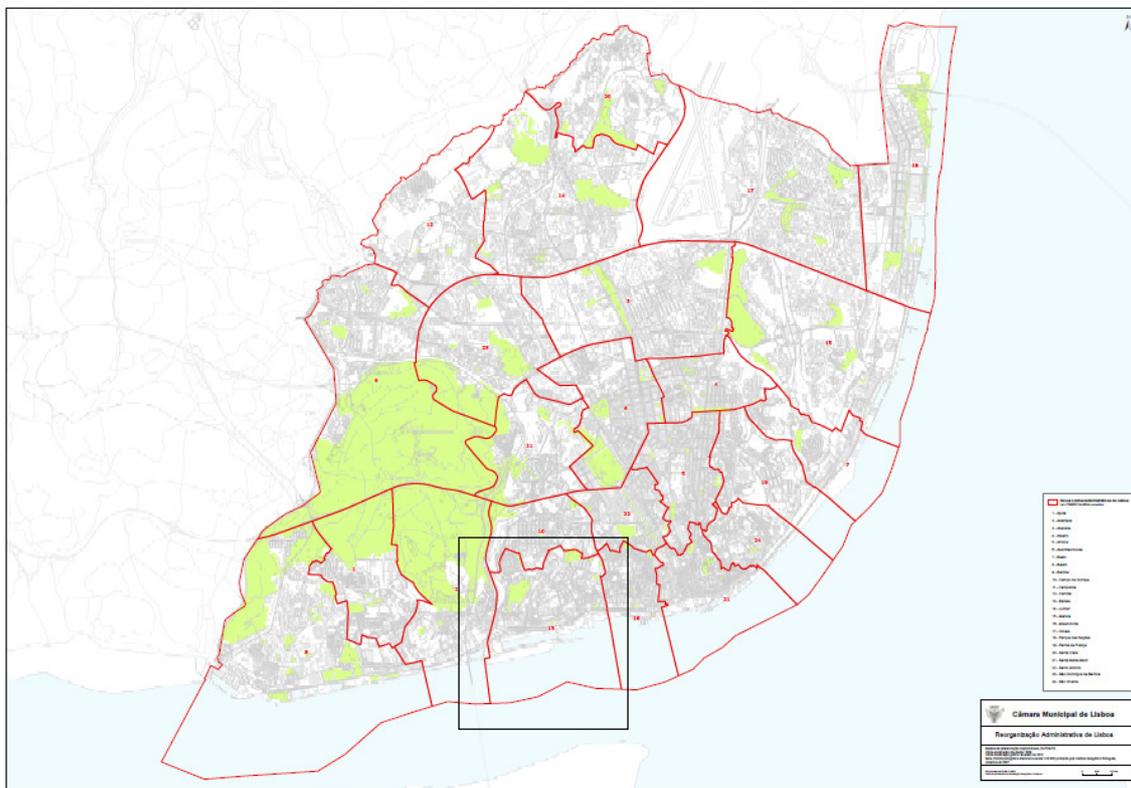
### **7.5: As décadas de 1950 a 1970**

- A doação Calouste Gulbenkian.
- As propostas de João Couto para o edifício.
- Remodelação da decoração do Palácio.
- A Sala Patiño.
- Construção de um piso intermédio na ala S do Anexo.

### **7.6: Da década de 1980 à atualidade**

- Projeto do Anexo para a XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura (1983).
- Novo sistema de iluminação do piso superior do Anexo.
- Requalificação do Museu (1992-94): piso intermédio no Palácio e serviços de apoio.
- Remodelações recentes na exposição permanente.
- Renovação do restaurante.
- Grandes exposições e mobiliário museográfico.
- Fecho e recuperação da Capela das Albertas.

## Anexo A: Localização do MNAA e da Freguesia da Estrela no mapa das freguesias de Lisboa

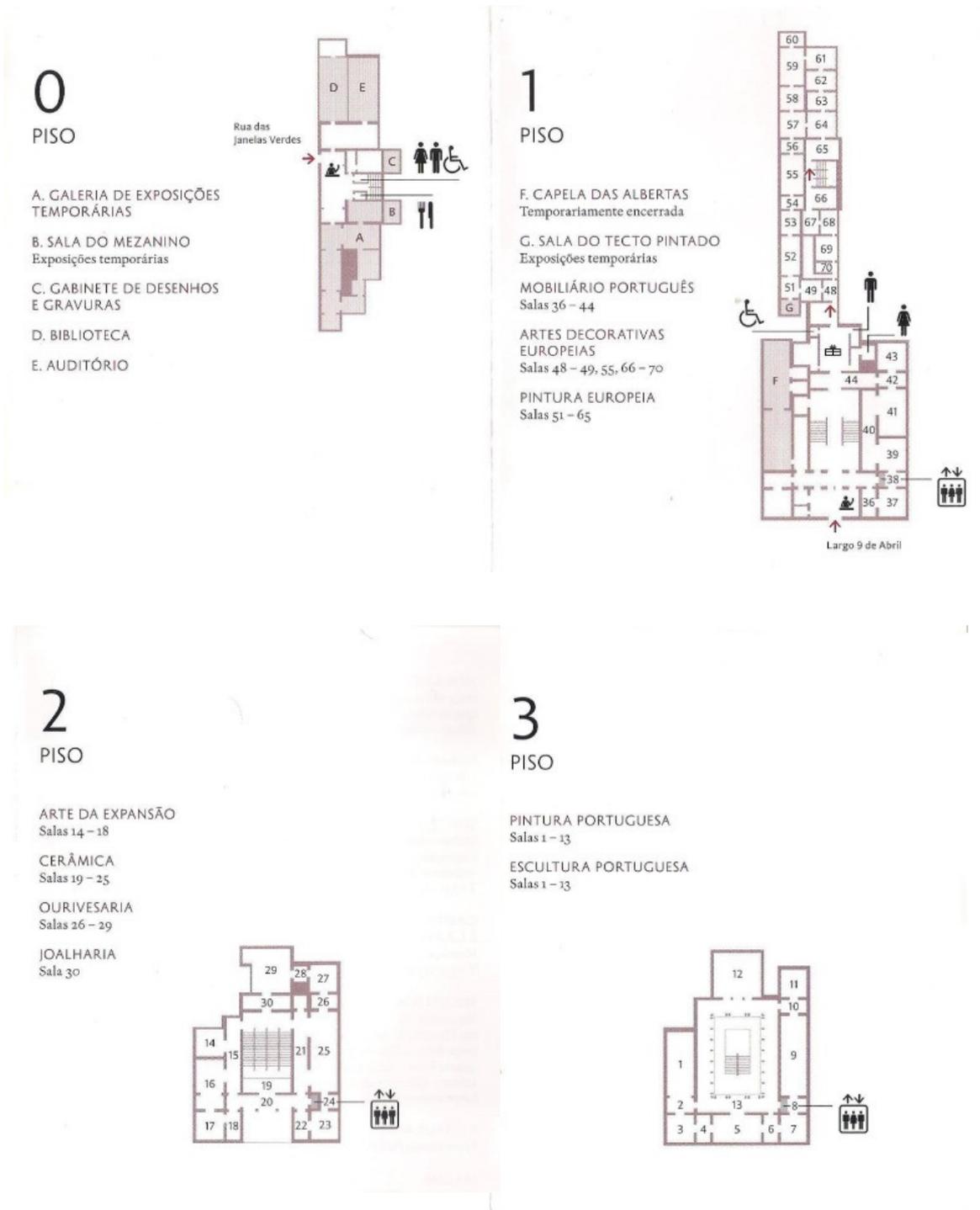


**Figura:** Mapa das Freguesias de Lisboa (*website* da Câmara Municipal de Lisboa: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/freguesias/freguesias>, consult. setembro 14, 2014).



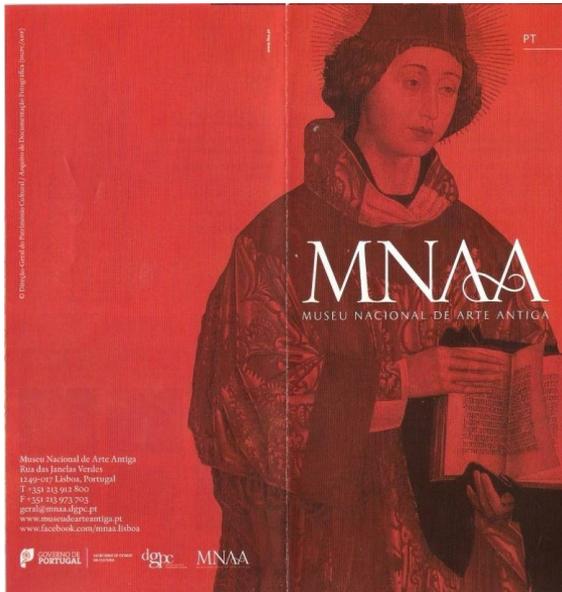
**Figura:** Freguesia da Estrela (pormenor do mapa anterior). Indicação do MNAA a vermelho.

## Anexo B: Planta do MNA



**Figura 1:** Planta do MNA (MNA, Museu Nacional de Arte Antiga. PT. [2013?]. [Lisboa]: Direção-Geral do Património Cultural/Arquivo de Documentação Fotográfica).

# Anexo C: Desdobráveis do MNAA



Criado em 1884, o MNAA-Museu Nacional de Arte Antiga alberga a mais relevante coleção pública do País: pintura, escultura, artes decorativas – portuguesas, europeias e da Expansão –, desde a Idade Média até ao século XIX, incluindo o maior número de obras classificadas como “tesouros nacionais”.

Entre elas, destacam-se os *Painéis de São Vicente*, de Nuno Gonçalves, obra-prima da pintura europeia do século XV, a *Custódia de Belém*, de Gil Vicente, mandada lavar por D. Manuel I e datada de 1506, os *Biombo Namban*, final do século XVI, onde se regista a presença dos portugueses no Japão, as *Tentações de Santo Antão*, de Bosch, exemplo máximo da pintura flamenga do início do século XVI, *São Jerónimo*, de Dürer, inovadora representação do santo, e importantes obras de Memling, Rafael, Cranach ou Piero della Francesca.

Instalado no Palácio dos Condes de Alvor, as Janelas Verdes, o MNAA e o seu Jardim (com restaurante e esplanada) gozam de uma excepcional vista sobre o Rio Tejo e o porto de Lisboa.

**HORÁRIO**  
 terça-feira 14h00 – 18h00  
 quarta-feira – domingo  
 10h00 – 18h00

Fechado: domingo de Páscoa, 1 de maio, 25 de dezembro, 1 de janeiro

**SERVÍCIO DE EDUCAÇÃO**  
 Visitas orientadas com marcação prévia  
 seg@mnaa.dgpc.pt  
 T: 2151 313 300/300

**CABINETE DE DESENHOS E GRAVURAS**  
 Marcação prévia  
 T: 2151 313 300/300

**BIBLIOTECA**  
 Especializada em História da Arte  
 terça-feira 14h30 – 17h00  
 quarta-feira – sexta-feira  
 10h00 – 13h00 / 14h30 – 17h00  
 Livre acesso (W-F)

**RESTAURANTE**  
 Livre acesso (W-F)

**JARDIM**  
 Livre acesso (W-F)

**COMO CHEGAR**  
 Rua das Janelas Verdes  
 Autocarro 713, 714, 717  
 Av. 24 de Julho  
 Autocarro 718, 713, 760  
 Estações 125, 126  
 Largo de Santos  
 Estações 125  
 974  
 3870466  
 9102228



Restaurante



Casas de banho



Loja



Reciclagem



Elevador

**0 PISO**

- A. GALERIA DE EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS
- B. SALA DO MEZANINO Exposições temporárias
- C. CABINETE DE DESENHOS E GRAVURAS
- D. BIBLIOTECA
- E. AUDITÓRIO

**Giovanni Battista Tiepolo**  
*Paço para o Egito*, 1750-70 [piso 1, sala 52]

**Pieter de Hooch**  
*Conversa*, c. 1663-65 [piso 1, sala 64]

**Andrea della Robbia**  
*São Leonardo*, 1510-15 [piso 1, sala 58]

**Albrecht Dürer**  
*São Jerónimo*, 1511 [piso 1, sala 61]

**Piero della Francesca**  
*Santo Agostinho*, 1460-70 [piso 1, sala 63]

**Rafael Sanzio**  
*Miguel de São Fiódor de Cremená*, c. 1509-13 [piso 1, sala 62]

**1 PISO**

- F. CAPELA DAS ALBERTAS Temporariamente encerrada
- G. SALA DO TECTO PINTADO Exposições temporárias
- MOBILIÁRIO PORTUGUÊS Salas 36-44
- ARTES DECORATIVAS EUROPEIAS Salas 48-49, 55, 66-70
- PINTURA EUROPEIA Salas 51-65

**Jeremias Bosch**  
*Tentações de Santo Antão*, c. 1500 [piso 1, sala 66]

**Francisco de Zurbarán**  
*São Pedro*, 1613 [piso 1, sala 59]

**Isaac Cranchach, o Velho**  
*Salmos, Livro de Calpurnia*, c. 1580 [piso 1, sala 65]

**Batimmo de Cristo**  
*Brasão*, século XVI [piso 1, sala 64]

**Pierre Bernard**  
*Condição*, França, século XVII [piso 1, sala 65]

**Ambroise-Nicolas Cochet**  
*Entarçadura*, Paris, 1757-58 [piso 1, sala 69]

**2 PISO**

- ARTE DA EXPANSÃO Sala 14-18
- CERÂMICA Salas 19-25
- OURIVESARIA Salas 26-29
- IGALHARIA Sala 30

**Biombo Namban**  
 Japão, c. 1600 [piso 1, sala 14]

**Salcino Benini**  
 c. 1515 [piso 2, sala 15]

**Prato com armário de Martinus de Alphenesque**  
 China, século XVI [piso 1, sala 13]

**Cruz Processional**  
 Portugal, 1114 [piso 2, sala 29]

**Gil Vicente**  
*Custódia de Belém*, 1506 [piso 2, sala 29]

**Mestre João**  
*Relatório de D. Lameiros*, c. 1521 [piso 1, sala 28]

**3 PISO**

- PINTURA PORTUGUESA Salas 1-13
- ESCALHURA PORTUGUESA Salas 1-13

**Nuno Gonçalves**  
*Painéis de São Vicente*, c. 1470 [piso 3, sala 12]

**Fernão Bieffala**  
 Portugal, 1500-05 [piso 3, sala 12]

**Mestre português desconhecido**  
*Infância*, c. 1500-10 [piso 3, sala 12]

**Mestre português desconhecido**  
*Retrato de Santa Ana*, c. 1521 [piso 3, sala 13]

**Gonçalo Lopes**  
*Martinho de São Sebastião*, Portugal, 1520-30 [piso 3, sala 11]

**Custódia de Nicolau Retzsch**  
 de D. Salazar, 1571 [piso 3, sala 13]

Figura 1: Desdobrável do MNAA, edição atual, frente e verso (MNAA. Museu Nacional de Arte Antiga. PT. [2013?]. [Lisboa]: Direção-Geral do Património Cultural/Arquivo de Documentação Fotográfica).



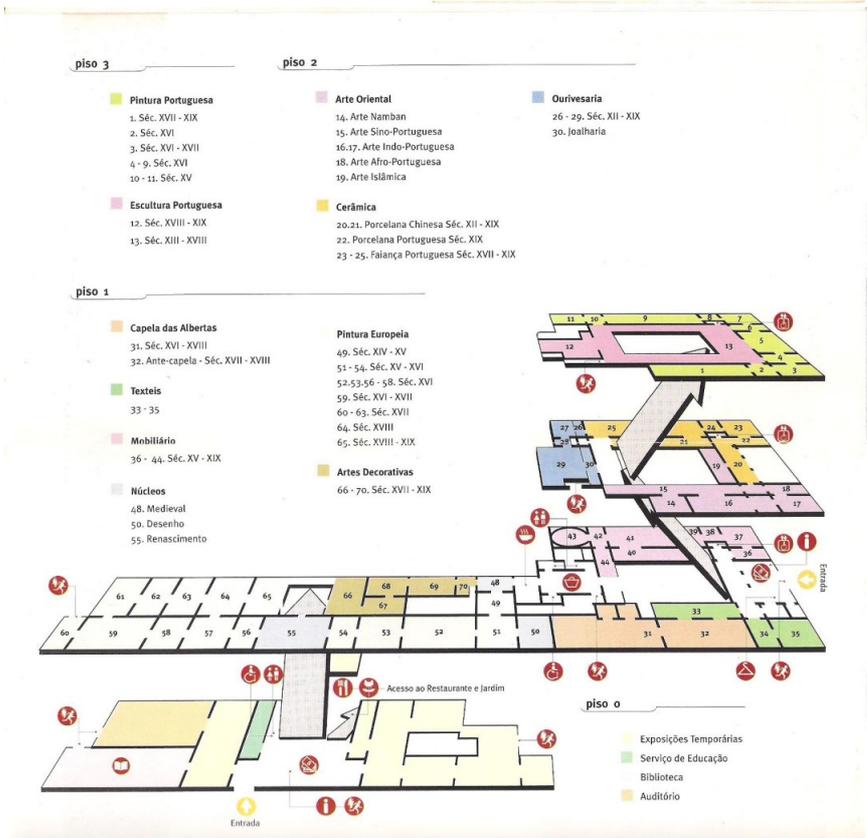
O Museu Nacional de Arte Antiga foi fundado em 1884 sob a designação de *Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia*.

Constituiu a primeira criação em Portugal de um grande museu público dedicado às artes.

O seu vasto acervo (actualmente mais de 44 mil peças) é o mais representativo conjunto nacional de património artístico móvel desde a Idade Média ao início do século XIX.

Instalado no antigo Palácio dos Condes de Alvor (séc. XVII), o museu foi consideravelmente ampliado em 1940 com a construção de um edifício anexo em espaço antes ocupado pelo Convento de Santo Alberto, fundação carmelita de que resta a igreja, de estilo barroco, integrada no percurso museológico.

Utteriores campanhas de obras permitiram novas ampliações e sucessivas remodelações do espaço expositivo e de serviços de apoio ao visitante.

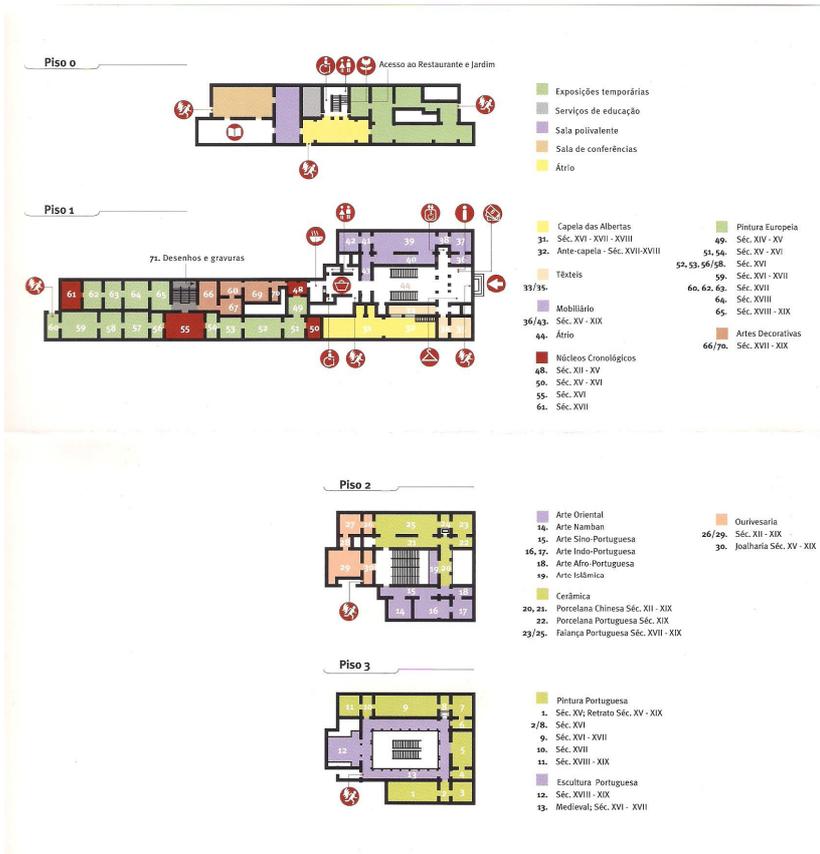


**Figura 2:** Desdobrável do MNAA, edição 2005, páginas 1, 2, 6 e 7 (*Museu Nacional de Arte Antiga*. 2005. [s.l.]: IPM.).



### O edifício

O museu está instalado, desde o seu início, no palácio mandado construir no séc. XVII por Francisco de Távora, 1.º Conde de Alvor, edifício que mais tarde pertenceu a um irmão do marquês de Pombal e por este foi remodelado. Por volta de 1918 foi derrubado o arruinado Convento de Santo Alberto, contíguo ao palácio, prolongando-se as instalações do museu através da construção de um amplo anexo, projectado pelo arquitecto Guilherme Rebelo de Andrade e inaugurado em 1940. Do antigo convento carmelita conserva-se a bellissima capela barroca que faz parte integrante do circuito museológico. O edifício conheceu várias adaptações e remodelações em diversas campanhas de obras posteriores.



**Figura 3:** Desdobrável do MNAA, edição 1998, páginas 1, 3, 6 e 7 (*Museu Nacional de Arte Antiga*. 2005. [s.l.]: IPM.).

